



Perspetivar 2020 – Turismo e Eficiência na utilização dos recursos

ESTUDO

Conteúdo

1.	Introdução	4
2.	Enquadramento legal / legislação	5
3.	Panorama Energético da Hotelaria.....	6
3.1.	Eletricidade	6
3.2.	Gás butano/propano e gás natural	7
3.3.	Água	8
3.4.	Perfil de ocupação e Sazonalidade	9
3.5.	Principais sistemas utilizados para climatização e águas quentes sanitárias (AQS)	14
3.6.	Classificação energética dos edifícios	16
3.7.	Consumos de referência em Portugal e no Mundo:	18
3.8.	Indicadores de consumos de Hotéis de 4 e 5 estrelas em Portugal.....	25
4.	Soluções tecnológicas e melhorias	29
4.1.	Soluções Passivas	29
4.1.1.	Caracterização da situação atual.....	31
4.1.1.1.	Envolvente Opaca	31
4.1.1.1.1.	Paredes.....	32
4.1.1.1.2.	Coberturas	33
4.1.1.1.3.	Pavimentos	35
4.1.1.2.	Envolvente Envidraçada.....	37
4.1.2.	Análise de melhorias	40
4.1.2.1.1.	Paredes	43
4.1.2.1.1.1.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	53
4.1.2.1.1.2.	Investimento e retorno	53
4.1.2.1.1.3.	Análise de sensibilidade	54
4.1.2.1.2.	Coberturas	61
4.1.2.1.2.1.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	68
4.1.2.1.2.2.	Investimento e retorno	69
4.1.2.1.3.	Pavimentos	71
4.1.2.1.3.1.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	75
4.1.2.1.3.2.	Investimento e retorno	76
4.1.2.1.4.	Enviraçados	77
4.1.2.1.4.1.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	85
4.1.2.1.4.2.	Investimento e retorno	85
4.2.	Soluções Ativas	87
4.2.1.	Equipamentos de climatização e AQS	87
4.2.1.1.	Aplicabilidade.....	90
4.2.1.2.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais.....	92
4.2.2.	Análise de sistemas combinados de climatização e AQS	101
4.2.3.	Illuminação eficiente	104
4.2.3.1.	Identificação e caraterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental 105	
4.2.3.2.	Aplicabilidade.....	107
4.2.3.3.	Impactos ambientais e Potencial de redução de custos.....	116
4.2.3.4.	Investimento e retorno	117
4.2.4.	Equipamentos de controlo de iluminação	118
4.2.4.1.	Identificação e caraterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental: Detetor de presença e de movimentos:.....	118
4.2.4.2.	Aplicabilidade.....	118
4.2.4.3.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	120
4.2.4.4.	Investimento e retorno	120
4.2.4.5.	Identificação e caraterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental: Cartão chave:.....	121
4.2.4.6.	Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	122
4.2.4.7.	Investimento e retorno	122
4.2.5.	VEV nos motores	123

4.2.5.1. Identificação e caraterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental	123
4.2.5.2. Aplicabilidade.....	123
4.2.5.2.1. Sistema de produção de AQS: Circulação de Águas Quentes.....	123
4.2.5.2.2. Impactos ambientais e potencial de redução de custos	126
4.2.5.2.3. Investimento e retorno	126
4.2.5.3. Aplicabilidade.....	127
4.2.5.3.1. Sistema de aquecimento: Bombas principais	127
4.2.5.3.2. Impactos ambientais e potencial de redução de custos	130
4.2.5.3.3. Investimento e retorno	130
4.2.5.3.4. Sistema de Ar Condicionado: Bombas principais	131
4.2.5.3.5. Impactos ambientais e potencial de redução de custos	136
4.2.5.3.6. Investimento e Retorno.....	136
4.2.6. Retificação de fator de potência	137
4.2.6.1. Identificação e caraterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental:	137
4.2.6.2. Aplicabilidade.....	137
4.2.6.3. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais	137
4.2.6.4. Investimento e retorno	137
4.2.7. Contribuição de Fontes Renováveis de Energia Elétrica para o melhoramento do índice de eficiência energética.....	138
4.2.7.1. Solar fotovoltaico	138
4.2.7.1.1. Identificação e caraterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental.	138
4.2.7.1.2. Aplicabilidade: Exemplo de uma unidade hoteleira do interior do país	139
4.2.7.1.3. Aplicabilidade: Exemplo de uma unidade hoteleira no litoral Oeste do país.....	141
4.2.7.1.4. Aplicabilidade: Exemplo de uma unidade hoteleira do sul do país	143
4.2.7.1.5. Impactos ambientais e potencial de redução de custos	145
4.2.7.1.6. Investimento e retorno;	145
5. Boas práticas.....	146
5.1. Escolha de equipamentos eficientes.....	146
5.2. Utilização eficiente da água	147
5.3. Intervenções informadas e Técnicos qualificados	149
5.4. Monitorização e Gestão de Recursos.....	150
6. Casos de estudo.....	151
6.1. A auditoria energética realizada a um hotel em Lisboa.....	151
6.2. Hotel de Lisboa	152
6.3. Hotel de Lisboa 2.....	153
6.4. Hotel de Vendas Novas	155
6.5. Hotel Lisboa 3	157
6.6. Análise custo-benefício de medidas de eficiência energética	157
7. Portugal 2020,	160
7.1. Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização	160
7.2. Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	164
8. Conclusões	167
9. Bibliografia	170
10. Agradecimentos	171
11. Anexos	172

1. Introdução

O setor do Turismo é um dos principais motores da economia portuguesa, representando uma fatia superior a 9% do PIB e mais de 8% do emprego direto.

Sendo uma atividade que nos últimos anos tem assistido a um crescimento notável, a verdade é que tem beneficiado de alguns acontecimentos a nível mundial que sustentaram este crescimento, como por exemplo a instabilidade vivida em alguns países do norte de África, habitualmente destinos turísticos fortes concorrentes de Portugal.

Neste sentido, dado que o Turismo é uma atividade com uma crescente concorrência a nível mundial, é essencial que Portugal se foque em aumentar a competitividade da sua oferta, nomeadamente ao nível das infraestruturas hoteleiras, onde a maioria dos turistas ficam alojados.

Para esse efeito, existem diversos vetores de atuação relacionados com a venda e com os custos operacionais. Enquanto na componente da venda as atenções estão viradas para a estruturação da oferta, no sentido de posicioná-la no contexto global e no desenvolvimento de ferramentas eficazes de comercialização, na componente de custos as preocupações são essencialmente conseguir uma maior eficácia e eficiência de custos, sem reduzir a qualidade do serviço e que, simultaneamente, a intervenção seja feita, de forma ambientalmente sustentável.

Sendo esta uma atividade económica com uma estrutura empresarial composta maioritariamente por pequenas e médias empresas, muitas delas com estruturas de gestão de cariz familiar e, consequentemente, habitualmente pouco profissionalizadas, surge a necessidade de ter acesso a informação técnica relacionada com aspectos não *core* do negócio turístico – como é o caso da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental – com uma forte imparcialidade e credibilidade da origem da informação, uma vez que existe muito ruído informativo, devido às muitas entidades com interesses no setor.

Assim, o estudo proposto pretende definir os principais eixos de atuação para os novos programas de incentivos ao abrigo do próximo quadro de referência estratégico nacional, de modo a garantir que os investimentos das empresas são realizados nas áreas que têm maior impacto económico e que proporcionam maior eficiência energética e sustentabilidade ambiental, como é objetivo estratégico nacional e europeu.

Através da identificação das inúmeras atividades no âmbito da eficiência energética e sustentabilidade ambiental com maior impacto no setor do Turismo, conseguimos identificar qual a estratégia e as áreas para onde devem recair maiores atenções e investimentos.

A componente energética tem um grande peso nas empresas do setor do Turismo, pelo que é fundamental para a competitividade do setor. Uma vez que a competitividade está fortemente dependente do custo de energia e da eficiência com que a mesma é aproveitada, é necessário sensibilizar as empresas para um ajustamento inevitável às novas realidades e à crise económica que o País atravessa. Só assim será possível promover o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, é importante o desenvolvimento de uma estratégia que aposte na redução do impacto energético e ambiental no setor do Turismo, assim como na racionalização dos custos e consumos.

Num mercado cada vez mais exigente e competitivo, a aposta nestes temas é um fator de diferenciação. Fica assim assegurada uma maior capacidade de responder aos novos desafios energéticos, ambientais e sociais e reforçada ainda a sua capacidade de internacionalização.

2. Enquadramento legal / legislação

Nos últimos anos foram publicados vários diplomas relacionados com o âmbito deste projeto, nomeadamente:

Diploma: Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2007, de 2007-03-28

Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Aprova medidas de implementação e promoção da Estratégia Nacional para a Energia

Diploma: Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2008, de 2008-02-05

Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Aprova a estratégia para o cumprimento das metas nacionais de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis

Diploma: Portaria n.º 327/2008, de 2008-04-28

Ministério da Economia e da Inovação, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sumário: Aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos

Diploma: Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 2008-05-20

Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (2008-2015)

Diploma: Despacho n.º 32276-A/2008, de 2008-12-17

Ministério da Economia e da Inovação

Gabinete do Ministro

Sumário: Criação de um Fundo de Apoio à Inovação (FAI)

Diploma: Despacho n.º 11261-A/2009, de 2009-05-06

Ministério da Economia e da Inovação, Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Eficiência energética

Diploma: Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2009, de 2009-09-07

Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Estabelece os objetivos e novas medidas do Programa para a Mobilidade Elétrica em Portugal e aprova o modelo da mobilidade elétrica

Diploma: Decreto-Lei n.º 319/2009, de 2009-11-03

Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos públicos e que visa incrementar a relação custo-eficácia na utilização final de energia

Diploma: Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 2010-04-15

Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020

Diploma: Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010, de 2010-08-04

Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Resolve aprovar medidas de implementação da produção descentralizada de energia através de mini produção de eletricidade

3. Panorama Energético da Hotelaria

3.1. Eleticidade

A eletricidade da rede é a principal fonte de energia, em 99% dos empreendimentos turísticos, dos quais 6% têm a capacidade/possibilidade de gerar a sua própria eletricidade. (Turismo de Portugal, 2013).

Comparando o custo da energia elétrica com os restantes parceiros europeus podemos dizer que no panorama nacional os encargos com esta forma de energia estão em linha com a média europeia.

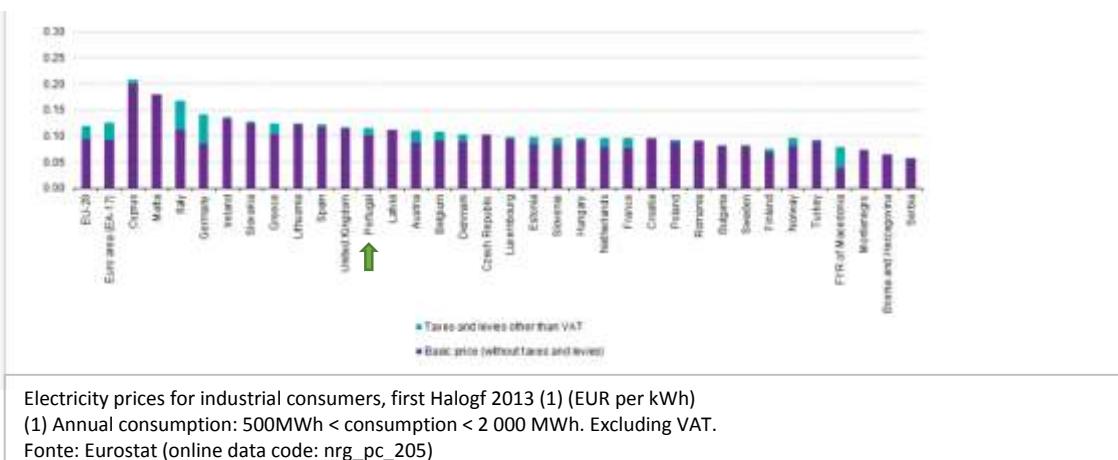


Gráfico 1 - Os preços da eletricidade para os consumidores industriais nos diferentes países da Europa

Na tabela seguinte é possível observar o resumo do panorama de adesão a algumas tecnologias economizadoras de energia elétrica relativamente ao ano de 2013, sendo que 61% dos responsáveis por empreendimentos turísticos estão conscientes/sensibilizados com a utilização racional de energia.

Utilização de lâmpadas economizadoras de energia (Turismo de Portugal, 2012)	90%
Climatização com intensidade regulável pelo cliente	86%
Interruptor geral nos quartos acionado com cartão	70%
Ar condicionado eficiente (classe A ou B)	65%
Sensores automáticos nas iluminação	59%
Sistema automático para desligar o ar condicionado/aquecimento	20%

Tabela 1 – Panorama de adesão a algumas tecnologias economizadoras de energia elétrica (Turismo de Portugal, 2013).

3.2. Gás butano/propano e gás natural

Dos empreendimentos turísticos em Portugal, 52% consome gás butano/propano e 41% usa gás natural (Turismo de Portugal, 2013).

Comparando o custo do gás natural com os restantes parceiros europeus, podemos dizer que no panorama nacional os encargos com esta forma de energia estão em linha com a média europeia.

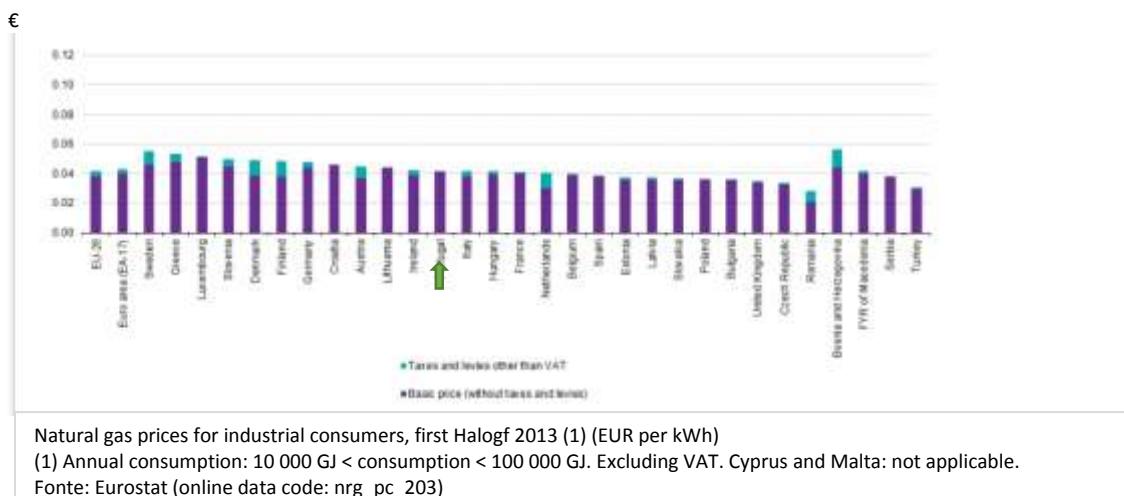


Gráfico 2 - Preços do gás natural para os consumidores industriais nos diferentes países da Europa

Na região Norte e Centro, respetivamente, 48% e 61% dos empreendimentos turísticos utilizam gás natural; sendo que na região de Lisboa a adoção desta fonte de energia é extensível a cerca de 80% dos estabelecimentos. (Turismo de Portugal, 2013)

3.3. Água

A água da rede é a principal fonte de abastecimento em 97% dos empreendimentos turísticos. 28% desses empreendimentos têm captação própria. É interessante referir ainda que 72% das captações são de origem subterrânea (Turismo de Portugal, 2013). 11% das captações são de águas superficiais como lagoas ou barragens e 4% provêm de dessalinização, referente ao estudo de 2012 em que a captação própria era de 20% (Turismo de Portugal, 2012).

A utilização racional da água é um aspeto cada vez mais importante na sociedade, quer do ponto de vista económico quer ambiental. Nesse sentido, o setor hoteleiro tem vindo a apostar em medidas de redução de consumo de água, podendo se destacar as seguintes:

Autoclismos de baixo consumo de água	74%
Utilização de redutores de caudal	69%
Utilização de temporizadores nas torneiras	34%

Tabela 2 – Panorama de adesão a algumas tecnologias economizadoras de consumo de água (Turismo de Portugal, 2013)

Hotéis de 5* ocupam lugar de topo na utilização de medidas de grande impacto na redução de consumos, nomeadamente, na utilização de autoclismos de baixo consumo de água, de redutores de caudal em torneiras e chuveiros e de temporizadores nas torneiras.

Mudança de toalhas e lençóis a pedido dos hóspedes, ou de acordo com o mínimo legalmente exigido, é das medidas com maior adesão e envolve já 92% dos empreendimentos (84% em 2011). (Turismo de Portugal, 2012).

3.4. Perfil de ocupação e Sazonalidade

No gráfico em baixo, podemos verificar que tem havido um crescimento da oferta de quartos nos estabelecimentos hoteleiros portugueses fundamentalmente impulsionada pelos hotéis.

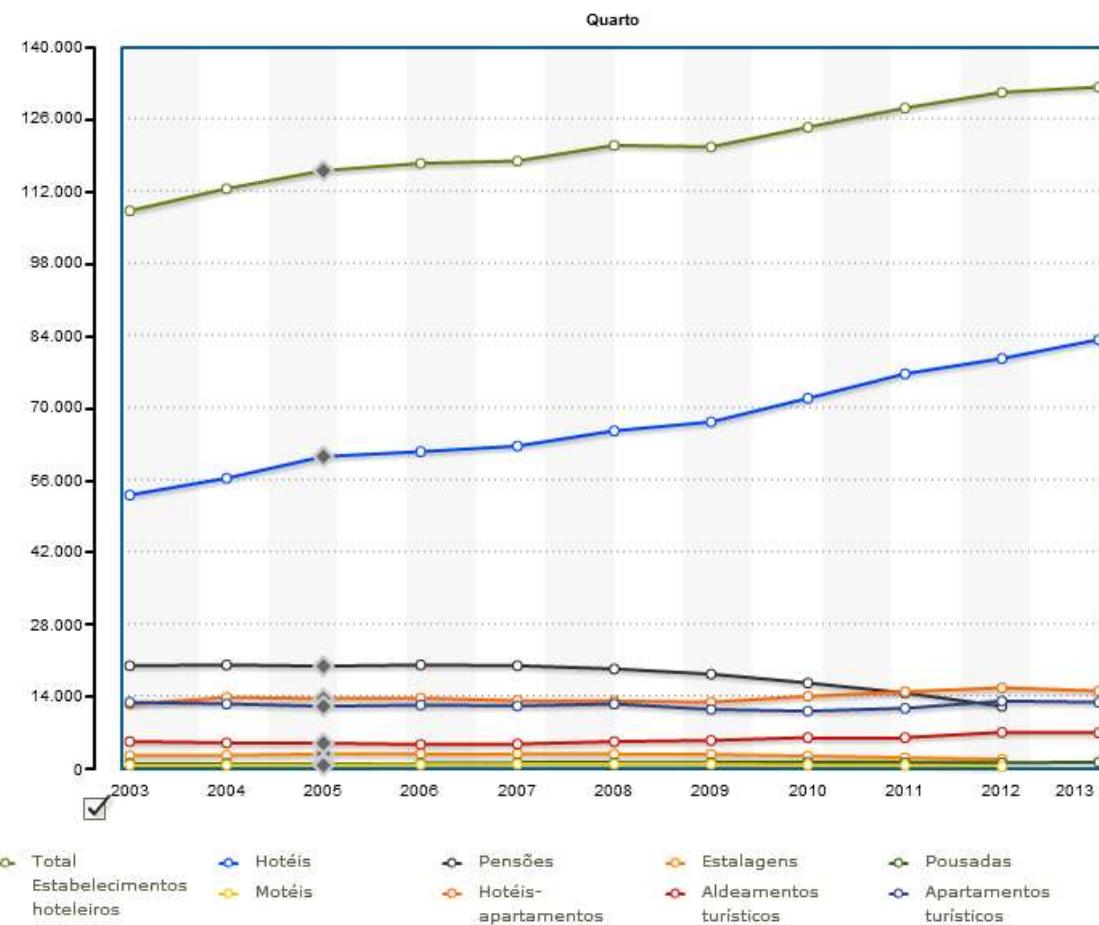


Gráfico 3 – Quartos nos estabelecimentos hoteleiros: total e por tipo de estabelecimento (web site:Pordata).

Claramente podemos verificar que os meses de verão são os que proporcionam maior adesão de turistas.

2013													Unidade: %
NUTS	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
HOTELARIA													
PORTRUGAL	42,6	20,7	27,0	34,5	37,2	45,6	51,6	59,3	70,4	56,3	42,7	27,7	24,1
CONTINENTE	40,7	18,7	24,6	32,6	34,8	43,4	49,9	57,3	68,8	54,5	41,1	25,5	22,4
Norte	35,2	18,3	22,7	28,7	32,0	39,9	41,7	42,6	55,8	47,9	38,8	26,9	23,8
Centro	27,2	12,2	18,4	24,2	23,4	28,0	31,1	33,4	49,9	36,4	26,8	19,1	17,9
Lisboa	49,9	27,2	33,0	44,4	50,3	58,8	61,8	72,4	63,3	55,8	38,0	31,9	
Alentejo	27,9	13,0	16,4	22,6	25,0	29,1	32,7	36,7	54,6	35,9	25,2	19,9	17,0
Algarve	44,0	16,5	23,7	31,5	32,5	43,3	56,7	70,2	79,3	60,4	40,5	19,7	17,0
REG. AUTÓNOMA AÇORES	35,6	10,5	15,3	21,5	30,3	38,8	47,5	64,2	70,6	53,1	35,1	17,0	11,6
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	61,5	41,3	51,6	55,0	60,7	67,6	67,8	75,3	84,3	74,0	60,2	49,8	41,8
TURISMO NO ESPAÇO RURAL													
PORTRUGAL	18,9	7,4	10,6	13,8	14,4	16,5	20,0	26,6	40,0	23,7	15,9	11,2	10,8
CONTINENTE	18,0	6,9	9,8	13,1	13,2	15,2	19,2	25,1	39,1	23,1	14,6	10,5	10,5
Norte	16,3	6,5	8,1	11,0	10,5	12,6	16,1	22,1	36,4	21,3	13,0	9,3	9,8
Centro	16,2	8,3	12,7	14,7	11,6	12,1	15,0	21,1	33,2	19,4	14,1	11,4	13,5
Lisboa	24,7	8,9	11,7	16,6	23,2	27,5	26,3	37,7	44,3	33,3	21,0	16,7	13,2
Alentejo	17,8	5,9	8,7	13,3	14,1	15,6	21,8	24,8	40,9	23,0	13,4	10,6	9,2
Algarve	31,5	7,4	12,4	15,6	25,0	33,9	39,3	51,9	64,5	40,7	26,3	9,6	9,2
REG. AUTÓNOMA AÇORES	23,2	6,2	7,7	7,8	13,1	16,3	22,2	42,6	48,5	24,0	21,0	10,4	7,4
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	32,3	17,0	26,6	32,3	36,0	40,4	32,5	32,4	44,7	35,2	37,0	26,2	18,7
ALOJAMENTO LOCAL													
PORTRUGAL	26,4	15,1	18,2	21,4	23,6	28,6	29,4	33,4	40,6	33,1	27,1	20,0	18,2
CONTINENTE	25,3	14,4	16,9	19,8	21,7	26,5	28,4	32,5	39,5	32,5	26,1	19,4	17,6
Norte	21,4	14,2	16,2	17,5	17,9	22,2	22,7	23,6	30,7	25,7	23,0	20,5	19,1
Centro	17,6	11,5	13,3	15,1	14,6	17,3	17,2	21,2	29,0	21,4	18,4	14,2	12,9
Lisboa	37,7	22,8	26,3	31,9	37,3	42,7	43,0	46,7	51,7	46,6	40,2	29,8	26,2
Alentejo	17,2	10,0	12,5	14,0	16,7	18,5	18,7	22,7	25,7	21,5	16,6	15,7	12,5
Algarve	32,8	9,2	13,1	19,2	22,4	30,3	41,0	51,1	60,8	47,9	29,3	9,1	9,4
REG. AUTÓNOMA AÇORES	25,5	14,9	17,6	20,5	21,4	28,5	29,7	39,6	46,2	34,3	21,5	15,0	10,6
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	34,3	20,0	26,9	32,1	37,1	44,7	37,3	39,3	48,0	38,7	35,6	25,0	24,0

Taxa líquida de ocupação-cama, segundo o mês, por regiões (NUTS II)

Fonte: INE – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos 2013

Tabela 3 – Taxa líquida de ocupação por o mês e por região (web site: INE)

Tendo em conta o número de quartos por regiões, podemos verificar que a zona do Algarve é a que tem maior oferta.

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis					Unidade: N°
				Total	****	****	***	*** / %	
PORUGAL	145 020	132 331	119 922	83 336	14 916	36 158	21 688	10 564	
CONTINENTE	125 391	114 178	103 411	71 559	12 010	29 270	19 943	10 336	
Norte	23 148	19 690	16 248	15 239	1 853	5 744	4 238	3 394	
Centro	22 376	19 877	16 819	14 923	419	3 974	7 344	3 186	
Lisboa	26 815	27 326	25 101	22 758	5 559	10 632	4 345	2 322	
Alentejo	7 875	5 668	4 840	3 129	272	902	1 331	624	
Algarve	43 380	41 617	40 303	15 510	3 897	8 118	2 665	810	
REG. AUTÓNOMA AÇORES	4 560	4 138	3 846	3 460	—	2 288	892	—	
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	15 069	14 015	12 685	8 317	—	4 600	863	—	
NUTS	Apartamentos turísticos	Alojamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas		
			Total	****	****	*** / %			
PORUGAL	12 897	7 091	15 116	1 261	10 111	3 744			
CONTINENTE	12 417	6 788	11 427	877	7 836	2 744			
Norte	178	—	—	0	182	—			
Centro	529	—	—	0	392	—			
Lisboa	191	380	1 576	—	1 203	—			
Alentejo	531	—	—	—	365	166			
Algarve	10 988	5 526	8 129	475	5 654	1 990			
REG. AUTÓNOMA AÇORES	—	0	97	0	—	—			
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	—	213	3 592	384	—	—			

Quartos, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) – anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo
Fonte: INE – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos 2013

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)			
	dos quais: Quintas da Madeira					
PORUGAL	12 683	274	19 044			
CONTINENTE	10 767	0	16 622			
Norte	3 442	0	4 609			
Centro	3 058	0	4 443			
Lisboa	2 225	0	3 296			
Alentejo	728	0	1 505			
Algarve	1 314	0	2 769			
REG. AUTÓNOMA AÇORES	292	0	292			
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	1 624	274	2 130			
NUTS	Total TER e TH	Agro-turismo	Turismo no Espaço Rural			
		Casas de Campo	Hoteis-Rurais			
PORUGAL	6 054	856	2 223			
CONTINENTE	5 358	838	1 789			
Norte	2 288	389	657			
Centro	1 114	101	349			
Lisboa	218	—	96			
Alentejo	1 430	288	578			
Algarve	308	—	109			
REG. AUTÓNOMA AÇORES	422	—	235			
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	274	—	199			
NUTS	Total TER e TH	Agro-turismo	Casas de Campo	Hoteis-Rurais	Outros TER	Turismo de Habitação

- (a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.
- (b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.
- (c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação

Fonte: INE – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos 2013

Tabela 4 – Oferta de quartos por região (web site: INE)

Tendo em conta o número de estabelecimentos por regiões, podemos verificar que as zonas norte e centro são as que têm maior número de estabelecimentos.

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hóspedes					Unidade: NF	
				Total	****	*****	***	****		
PORTUGAL	3 345	2 098	1 482	1 038	80	327	330	263		
CONTINENTE	2 098	1 175	1 277	924	70	266	311	270		
Norte	892	450	285	258	14	71	80	89		
Centro	656	419	284	250	4	62	112	91		
Lisboa	425	327	235	208	34	80	102	42		
Aleixo	388	147	108	79	6	18	33	28		
Algarve	509	425	396	120	19	47	34	20		
REG. AUTÓNOMA AÇORES	154	88	84	47	1	23	14	9		
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	322	183	121	88	14	36	14	4		

NUTS	Alojamentos turísticos	Alojamentos Turísticos	Hotéis-Alojamentos				Pousadas
			Total	****	*****	***	
PORTUGAL	932	44	145	8	89	49	35
CONTINENTE	179	43	108	6	67	36	32
Norte	12	1	7	0	3	4	8
Centro	7	2	8	0	5	3	8
Lisboa	5	4	14	2	11	1	4
Aleixo	8	2	8	1	3	4	9
Algarve	58	34	71	3	46	23	3
REG. AUTÓNOMA AÇORES	12	9	3	0	2	1	2
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	59	1	34	2	19	15	1

Estabelecimentos, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) – anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
	dos quais: Quintas da Madeira		
PORTUGAL	553	7	1 051
CONTINENTE	488	//	878
Norte	164	//	252
Centro	132	//	227
Lisboa	92	//	182
Aleixo	41	//	101
Algarve	59	//	136
REG. AUTÓNOMA AÇORES	16	//	16
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	49	7	157

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hóspedes Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	832	110	393	55	98	176
CONTINENTE	714	106	310	53	85	160
Norte	322	46	129	22	43	82
Centro	145	14	82	12	15	42
Lisboa	28	3	14	2	1	8
Aleixo	182	36	87	13	18	27
Algarve	37	7	18	4	7	1
REG. AUTÓNOMA AÇORES	74	1	51	0	12	10
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	44	3	32	2	1	6

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico

(c) Inclui Móteis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

Fonte: INE – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos 2013

Tabela 5 – Oferta de alojamento turístico por região (web site: INE)

Da análise destes dados, concluímos que é na região do Algarve que os empreendimentos têm maior concentração de camas. As regiões Norte e Centro terão um menor número de camas por estabelecimento, mas verifica-se uma maior oferta em termos de variedade de estabelecimentos.

3.5.Principais sistemas utilizados para climatização e águas quentes sanitárias (AQS)

Dos dados disponibilizados pela ADENE, posteriores a 12/2013, podemos destacar o número de sistemas técnicos instalados nos edifícios existentes. Estes dados são caracterizados por terem como origem o histórico dos certificados submetidos (CE), não sendo uma estatística controlada. No entanto, tendo em conta o número significativo de dados facultados é possível fazer uma previsão dos tipos de equipamentos mais utilizados neste setor em Portugal.

Número de hotéis com pelo menos um sistema técnico instalado para as diferentes utilizações de energia, num universo de 209 estabelecimentos certificados.

Função	Aquecimento	Arrefecimento	AQS	Aq. Piscina
Nº Hotéis	159	145	172	9
% do total	76%	69%	82%	4%

Tabela 6 – Hotéis com sistema técnico instalado

Nos 159 hotéis que dispõem de meios para suprir as necessidades térmicas de aquecimento ambiente, podemos destacar o numero de hotéis com recurso a diferentes equipamentos:

Sistema	Nº Hotéis	% dos 159 Hotéis
Split	66	42%
Caldeira	42	26%
Multi-Split	42	26%
VRF	29	18%
Chiller	17	11%
Recuperador de calor	11	7%
Compacto	8	5%
Termoacumulador	4	3%
Salamandra	4	3%
Painel solar térmico	2	1%

Tabela 7 – Equipamentos para aquecimento ambiente

Nos 145 hotéis que dispõem de meios para suprir as necessidades térmicas de Arrefecimento ambiente, podemos destacar o numero de hotéis com recurso a diferentes equipamentos:

Sistema	Nº Hotéis	% dos 145 Hotéis
Split	71	49%
Multi-Split	42	29%
Chiller	31	21%
VRF	29	20%
Compacto	8	6%

Tabela 8 – Equipamentos para arrefecimento ambiente

O sistema “split” é o equipamento mais comum na totalidade dos estabelecimentos constantes nos dados da ADENE. No entanto, dadas as características deste equipamento, que se destina a climatizar apenas um espaço como um escritório ou uma sala, é com naturalidade que se encontra pelo menos um destes equipamentos por estabelecimento. Mas as áreas climatizadas por estes equipamentos são significativamente inferiores às áreas que um dos restantes equipamentos pode climatizar.

Nos 172 hotéis que dispõem de meios para suprir as necessidades térmicas de águas quentes sanitárias (AQS), podemos destacar o numero de hotéis com recurso a diferentes equipamentos:

Sistema	Nº Hotéis	% dos 172 Hotéis
Caldeira	100	58%
Painel solar térmico	69	40%
Termoacumulador	28	16%
Esquentador	10	6%
Chiller	8	5%
Recuperador de calor	3	2%
Split	3	2%

Tabela 9 – Equipamentos de AQS

Nos 172 hotéis que dispõem de meios para suprir as necessidades térmicas de aquecimento de água da piscina, podemos destacar o numero de hotéis com recurso a diferentes equipamentos:

Sistema	Nº Hotéis	% dos 9 Hotéis
Caldeira	6	67%
Chiller	3	33%
Painel solar térmico	1	11%

Tabela 10 – Equipamentos para água quente da piscina

3.6. Classificação energética dos edifícios

Dos dados disponibilizados pela ADENE, posterior a 12/2013, podemos também destacar a classificação energética dos edifícios existentes.

Classificação Energética dos edifícios existentes	
A+	2
A	27
B	39
B-	65
C	61
D	7
E	6
F	2
TOTAL	209

Tabela 11 – Classificação energética dos edifícios existentes

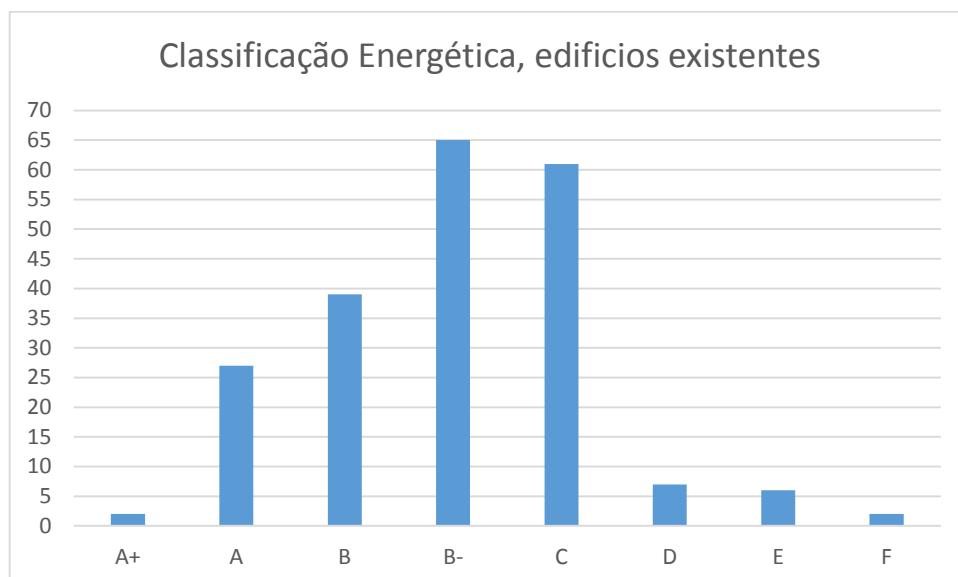


Gráfico 4 – Classificação energética dos edifícios existentes

Distribuição da classificação energética dos edifícios existentes por NUTS.

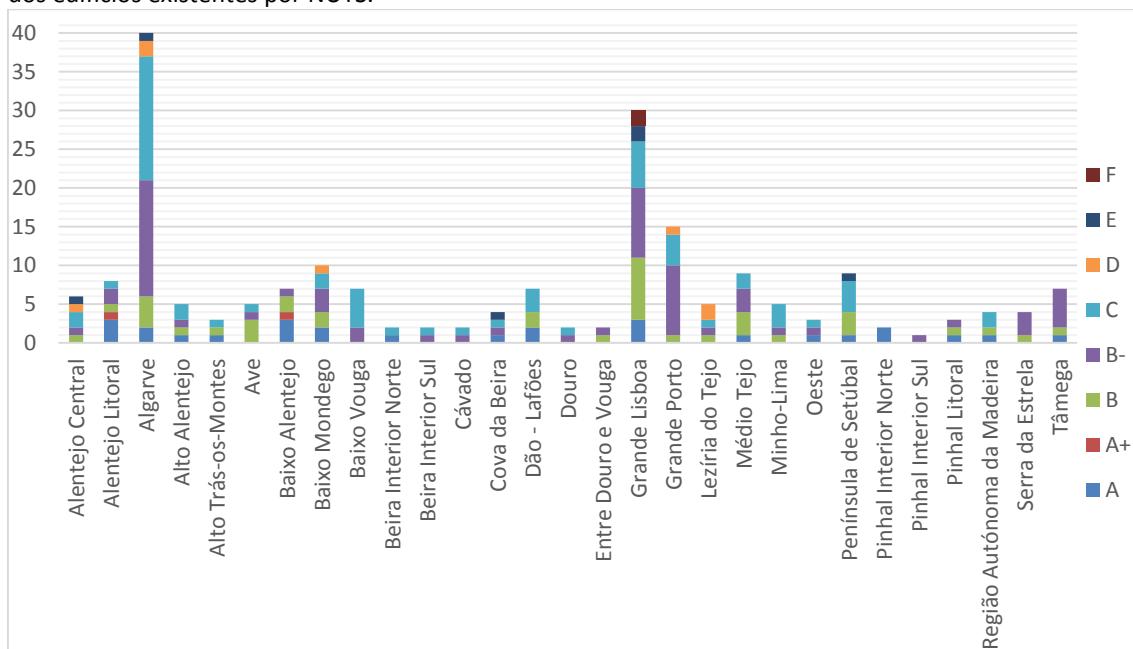


Gráfico 5 – Classificação energética dos edifícios existentes por NUTS

Classificação Energética, Edifícios novos e grande intervenção	
A+	2
A	8
B	24
B-	42
C	0
D	0
E	0
F	0
TOTAL	76

Tabela 12 – Classificação Energética dos Edifícios novos e grande intervenção

Classificação Energética, edifícios novos e grande intervenção

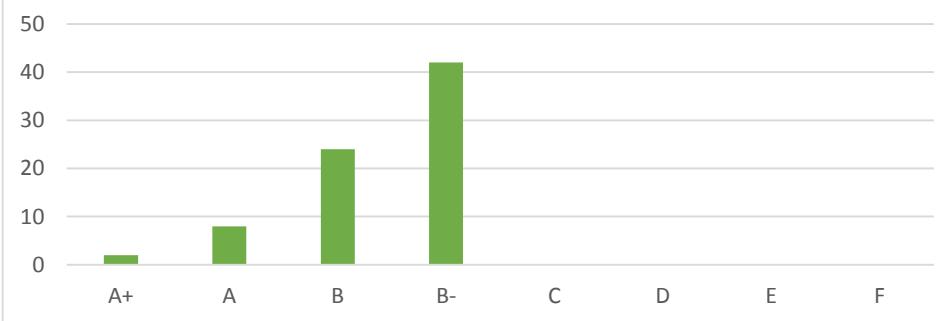


Gráfico 6 – Classificação energética dos edifícios novos e grande intervenção

3.7. Consumos de referência em Portugal e no Mundo:

Total de abastecimento de energia primária em função de PIB (PPP).



Figura 1 – Distribuição mundial dos consumos TPES/GDP(PPP) (web site:iea)

ID	Name	toe/thousand ...	1
16	Non-OECD Europe and Central Asia	0.32	
14	China (People's Republic of)	0.27	
22	Middle East	0.26	
11	Africa	0.25	
12	Asia excluding China	0.18	
26	OECD Americas	0.16	
27	OECD Asia Oceania	0.14	
21	Non-OECD Americas	0.13	
25	OECD Europe	0.12	

Tabela 13 – Valores em tep/mil da distribuição mundial dos consumos TPES/GDP(PPP) (web site:iea)

Deste gráfico concluimos que a Europa tem o mais baixo consumo de teps/PIB (PPC) “Paridade do Poder de Compra”.

Tal como se pode verificar na tabela em baixo, Portugal encontra-se entre os países da Europa com mais baixo consumo de teps/PIB (PPC).



Tabela 14 – Valores em tep/mil da distribuição Europeia dos consumos TPES/GDP(PPP) (web site:iea)

ID	Name	toe/thous... 1
AD	Andorra	----
SM	San Marino	----
LI	Liechtenstein	----
ICELAND	Iceland	0.53
ESTONIA	Estonia	0.23
FINLAND	Finland	0.2
GIBRALTAR	Gibraltar	0.19
CZECH	Czech Republic	0.17
BELGIUM	Belgium	0.16
SLOVAKIA	Slovak Republic	0.15
SWEDEN	Sweden	0.15
POLAND	Poland	0.15
HUNGARY	Hungary	0.14
SLOVENIA	Slovenia	0.14
FRANCE	France	0.13
NORWAY	Norway	0.12
NETHERLAND	Netherlands	0.12
LUXEMBOU	Luxembourg	0.12
GREECE	Greece	0.11
TURKEY	Turkey	0.11
AUSTRIA	Austria	0.11
GERMANY	Germany	0.11
SPAIN	Spain	0.1
ITALY	Italy	0.1
PORTUGAL	Portugal	0.1
DENMARK	Denmark	0.1
UK	United Kingdom	0.09
SWITZERLAND	Switzerland	0.08
IRELAND	Ireland	0.08

Tabela 14 – Valores em tep/mil da distribuição Europeia dos consumos TPES/GDP(PPP) (web site:iea)

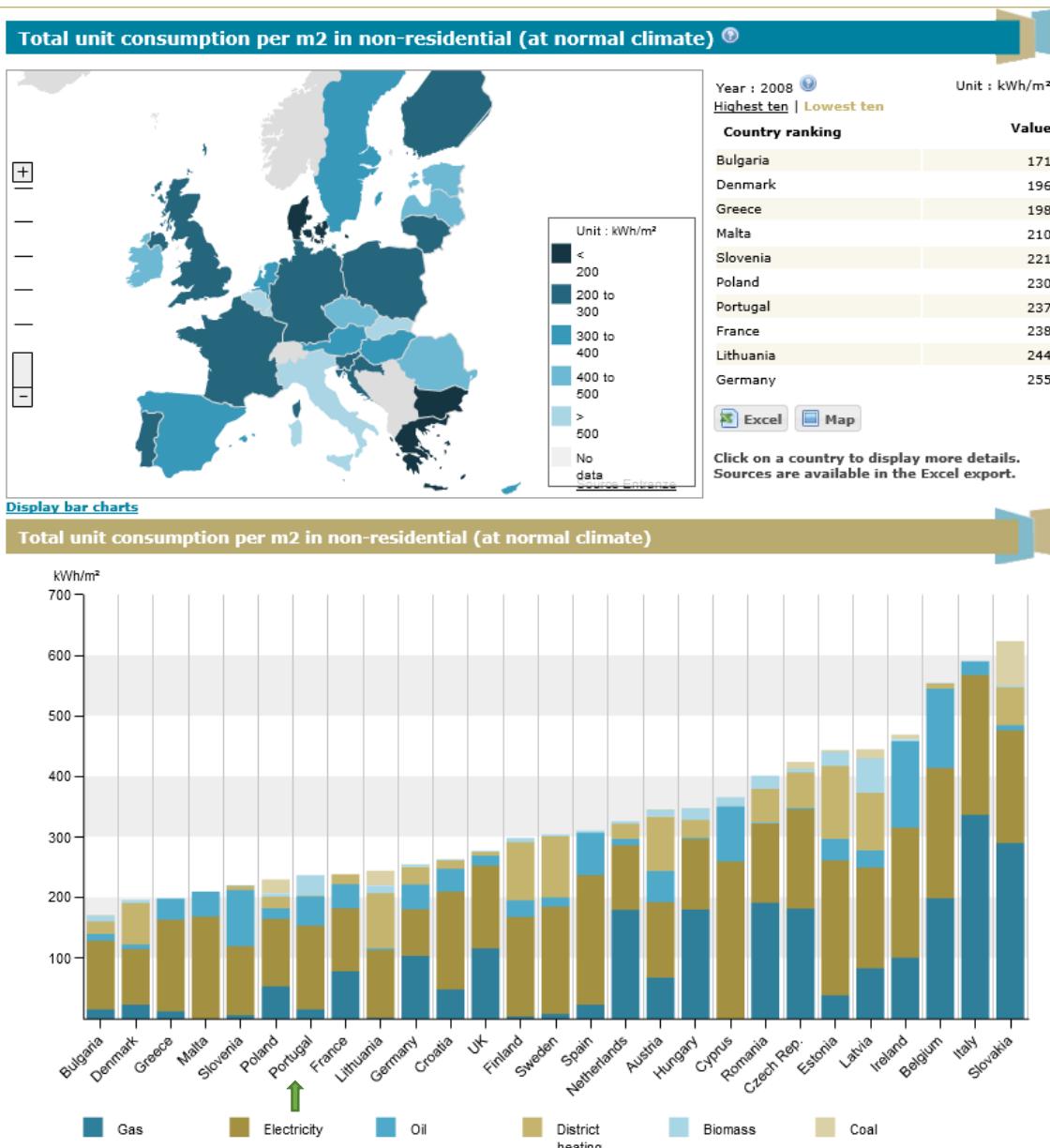


Gráfico 7 – energia consumida em kWh/m² (setor não residencial) (web site: Entranz Enerdata)
Também podemos verificar que Portugal se encontra na 7^a posição dos países com consumo mais baixo por metro quadrado no setor não residencial.

Setor escolhido: Serviços ano de 2012:

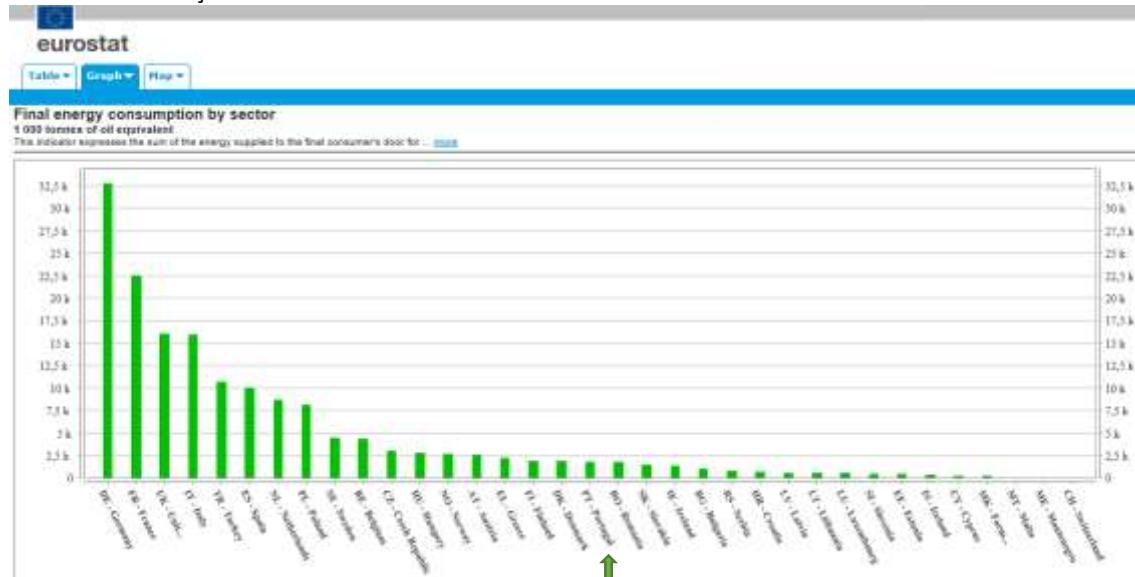


Gráfico 8 – Energia consumida por setor de serviços, em 1000 toneladas equivalentes de petróleo (website: eurostat)

Este indicador expressa a soma da energia fornecida, em 1000 toneladas equivalentes de petróleo, à porta do consumidor final para todos os usos de energia.

Neste gráfico, podemos observar que Portugal se encontra na 18^a posição dos maiores consumidores de energia final em 1000 toneladas de petróleo equivalente.

Da análise dos gráficos anteriores, podemos dizer que Portugal não se encontra entre os países que mais energia consomem.

Consumo de energia elétrica por habitante: total e no setor de atividade económica, não-doméstico.

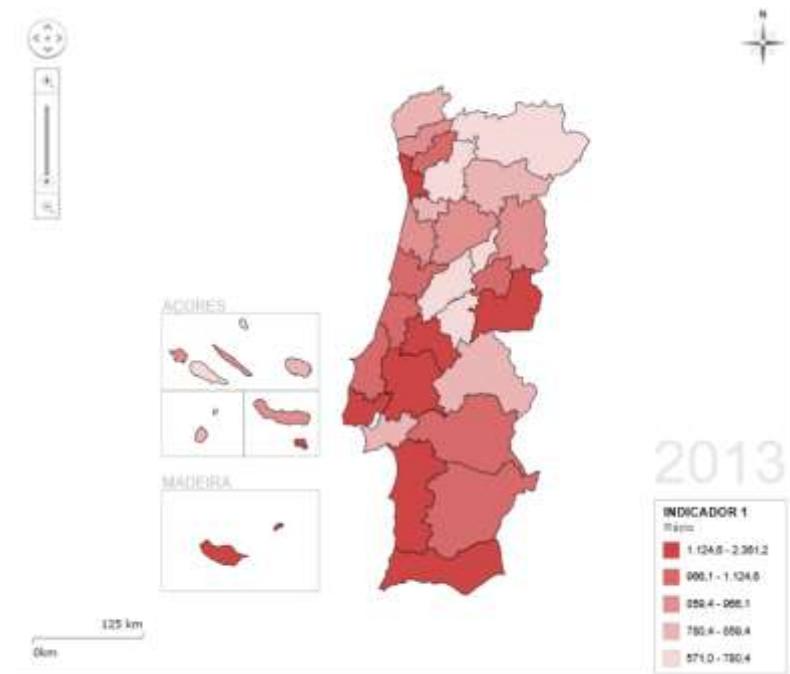


Figura 3 – Panorama Português do consumo de energia em kWh por habitante por NUTS III (web site:Pordata)

Consumo de energia elétrica: total e no setor de atividade económica, restauração e alojamento.

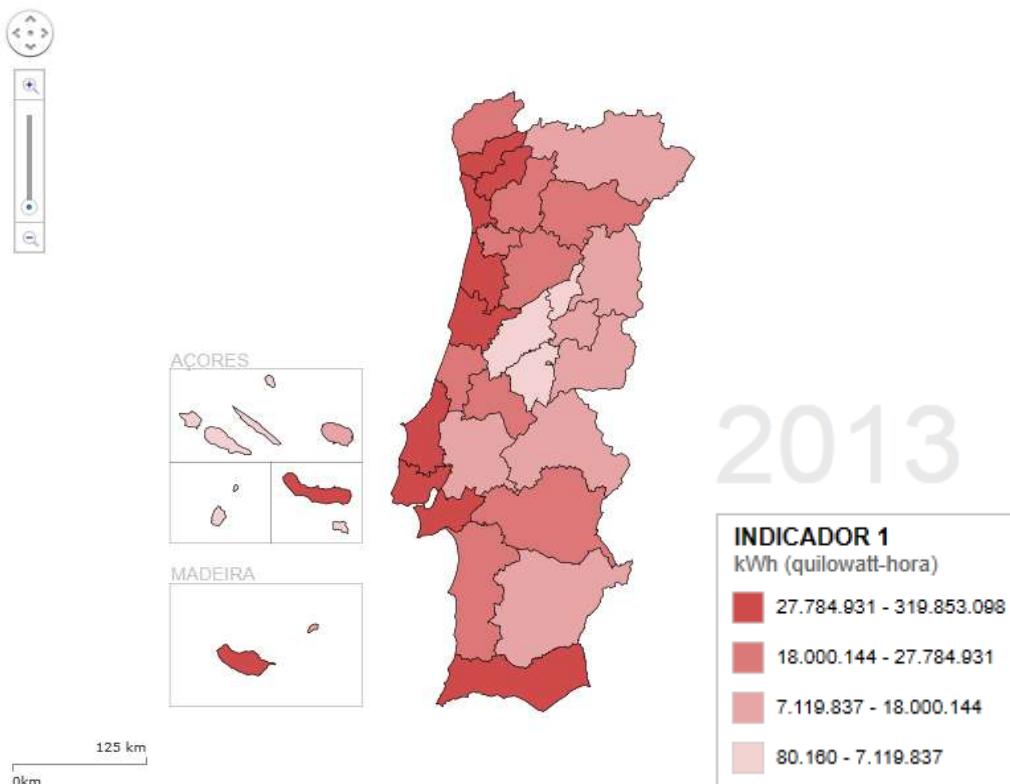


Figura 4 – Panorama Português do consumo de energia em kWh por NUTS III (web site:Pordata)

Consumo de energia elétrica: total e por setor de atividade económica, restauração e alojamento.

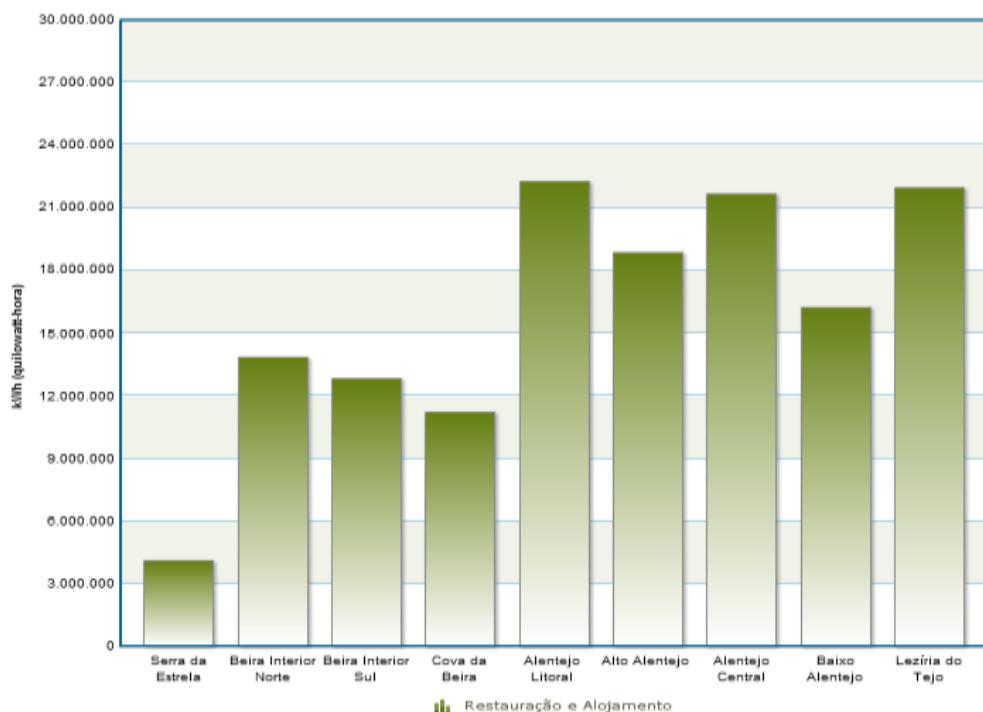


Gráfico 9 – Consumo de energia elétrica: total e por setor de atividade económica, restauração e alojamento (web site:Pordata)

A nível Europeu, podemos verificar no grafico em baixo que o setor do Turismo tem crescido nos últimos anos.

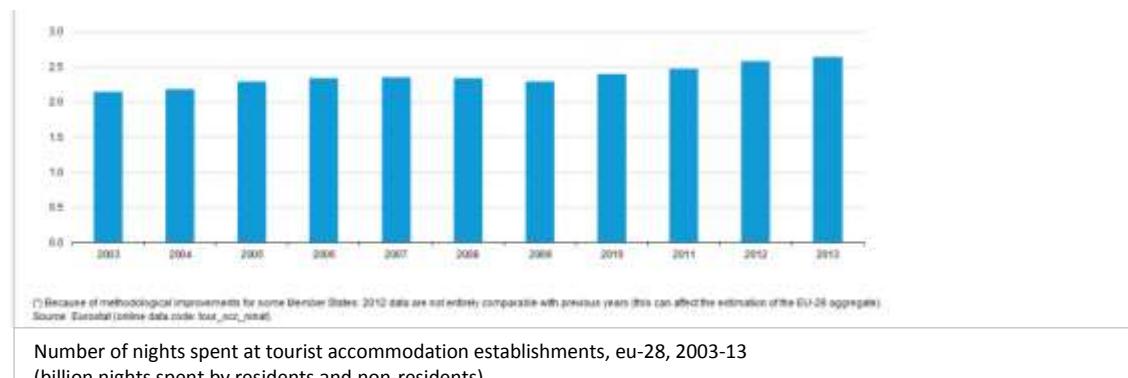


Gráfico 10 – Número de noites passadas em estabelecimentos de alojamento turístico Europeu (web site: eurostat)

Podemos também verificar que Portugal se encontra entre os 10 primeiros destinos turísticos. Espanha, “aqui ao lado”, é o primeiro dos destinos turísticos.

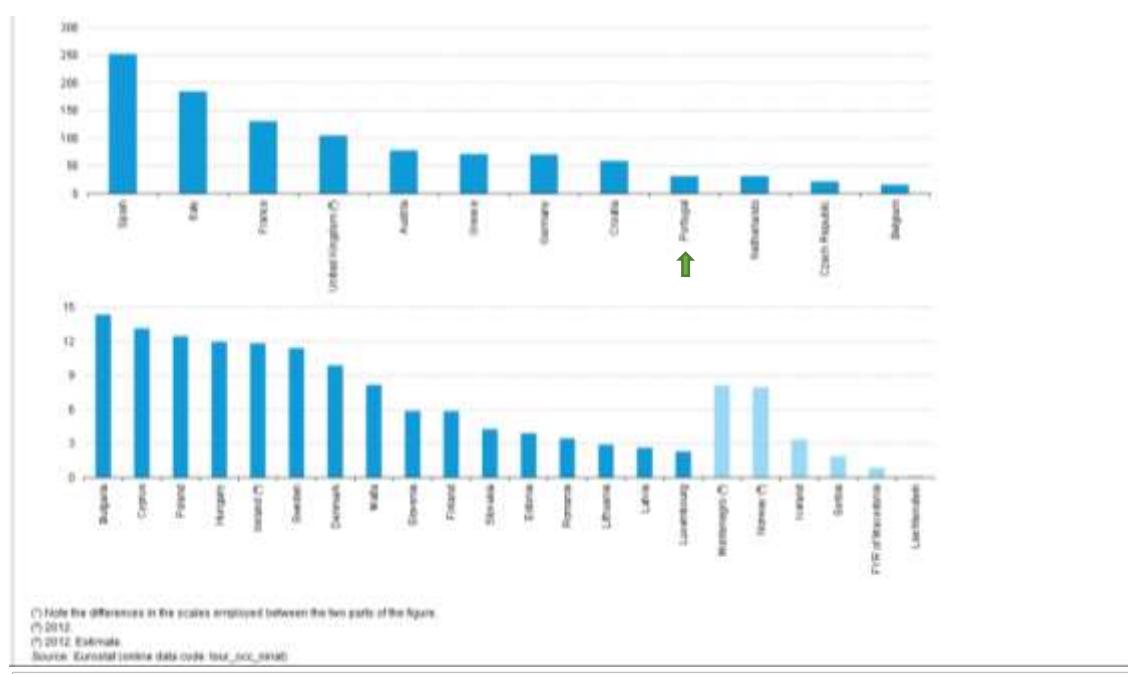


Gráfico 11 – Destinos turísticos - dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico (web site: eurostat)

Quando comparado com Espanha, Portugal apresenta menores consumos por m² e também números inferiores de turistas.

Podemos dizer que Portugal está em boas condições para ter um crescimento significativo de turistas nos próximos anos, visto poder ter uma oferta competitiva devido aos consumos reduzidos com energia.

3.8. Indicadores de consumos de Hotéis de 4 e 5 estrelas em Portugal

Com base em estudos de caso de 10 hotéis (metade com classificação de 5 estrelas e a outra metade de 4 estrelas), e tendo em conta índices de ocupação e consumos reais, apresentam-se nas proximas tabelas os seguintes indicadores de referência (Luz, 2015):

Rating Estrelas	Parâmetros climáticos		ENERGIA TOTAL (kWh _{total})				ÁGUA (m ³)				EMISSÕES (CO ₂)					
	Concelho	GDA RECS	kWh _{total} /m ² .ano	Wh _{total} /m ² .C.ano - clima	kWh _{total} /quarto.ano	kWh _{total} /cliente.ano	kWh/kg roupa.ano	m ³ /m ² .ano	m ³ /quarto.ano	m ³ /cliente.ano	m ³ /refeição.ano	m ³ /kg _{roupa} .ano	kgCO ₂ /quarto.ano	kgCO ₂ /cliente.ano	kgCO ₂ /refeição.ano	kgCO ₂ /kg _{roupa} .ano
5	Lisboa	1136	207	183	61	40		1.61	0.3	0.20	0.02		67.57	19.83	12.83	0.51
5	Porto	1220	198	164	75	52		0.74	0.28	0.19	0.04		59.73	22.44	15.55	0.32
5	Lisboa	1136	165	145	177	107	2.69	0.66	0.68	0.41	0.03	0.019	50.86	53.20	32.14	0.59
5	Lisboa	1063	188	177	133	91		0.52	0.35	0.24			54.57	40.28	27.57	
5	Lisboa	1018	217	213	60	41		1.67	0.47	0.32			64.15	17.96	12.32	1.37
4	Fundão	1600	48	30	32	21							15.61	10.58	7.03	
4	Covilhã	2537	151	60	70								47.39	20.81		
4	Covilhã	3049	189	62	132								147.67	103.21		
4	Lisboa	1071	193	181	77	44		0.76	0.29	0.17			58.09	22.52	13.02	
4	Lisboa	1071	164	154	34	20		0.96	0.19	0.12	0.01		50.45	10.46	6.3	

Tabela 15 – Consumos médios de hotéis de 4 e 5 estrelas – casos reais

Rating Estrelas	Parâmetros climáticos		ENERGIA TOTAL (kWh _{total})				ÁGUA (m ³)				EMISSÕES (CO ₂)					
	Concelho	GDA RECS	kWh _{total} /m ² .ano	Wh _{total} /m ² .C.ano - clima	kWh _{total} /quarto.ano	kWh _{total} /cliente.ano	kWh/kg roupa.ano	m ³ /m ² .ano	m ³ /quarto.ano	m ³ /cliente.ano	m ³ /refeição.ano	m ³ /kg _{roupa} .ano	kgCO ₂ /quarto.ano	kgCO ₂ /cliente.ano	kgCO ₂ /refeição.ano	kgCO ₂ /kg _{roupa} .ano
5	Média	195.0	176.4	101.2	66.20	2.69	1.04	0.42	0.27	0.03	0.02		59.38	30.74	20.08	0.70
	Mediana	198.0	177.0	75.00	52.00	2.69	0.74	0.35	0.24	0.03	0.02		59.73	22.44	15.55	0.55
	Desvio Padrão	17.81	22.46	46.38	27.58	0.00	0.50	0.15	0.08	0.01	0.00		6.09	13.76	8.18	0.40
	Coef. Variação	9%	13%	46%	42%	0%	48%	35%	30%	27%	0%		10%	45%	41%	57% 0%
	Máximo	217.0	213.0	177.0	107.0	2.69	1.67	0.68	0.41	0.04	0.02		67.57	53.20	32.14	1.37
	Mínimo	165.0	145.0	60.00	40.00	2.69	0.52	0.28	0.19	0.02	0.02		50.86	17.96	12.32	0.32
4	Média	139.0	106.2	53.25	28.33		0.86	0.24	0.15	0.01			42.89	16.09	8.78	
	Mediana	157.5	107.0	52.00	21.00		0.86	0.24	0.15	0.01			48.92	15.70	7.03	
	Desvio Padrão	54.69	62.89	20.41	11.09		0.10	0.05	0.02	0.00			16.22	5.61	3.01	
	Coef. Variação	39%	59%	38%	39%		12%	21%	17%	0%			38%	35%	34%	
	Máximo	193.0	181.0	77.00	44.00		0.96	0.29	0.17	0.01			58.09	22.52	13.02	
	Mínimo	48.00	30.00	32.00	20.00		0.76	0.19	0.12	0.01			15.61	10.46	6.30	

Tabela 16 – Estatística de consumos médios de hotéis de 4 e 5 estrelas – casos reais

Indicadores de consumo energético por área e clima

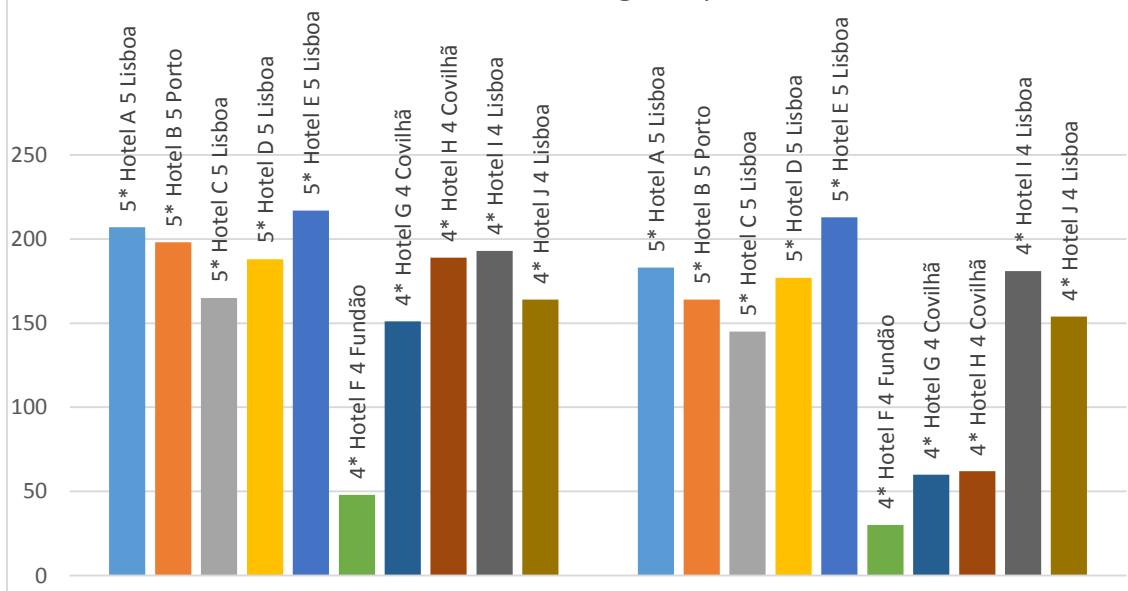


Gráfico 12 – Indicadores de consumo específico por área e normalizados em função do clima

Indicadores de consumo energético por cliente e quarto ocupado

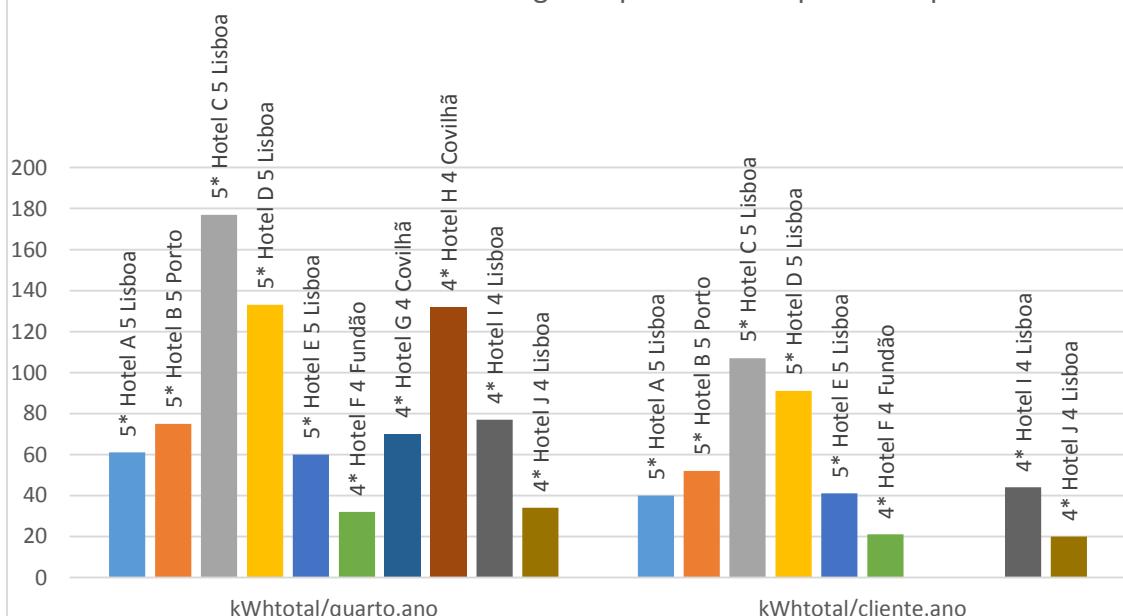


Gráfico 13 – Indicadores de consumo específico por cliente e quarto ocupado

Notas:

- GDA – graus.dia por ano; representam a severidade do clima de inverno (quanto maior o valor mais severo o Inverno).
- Os indicadores “por quarto” são referidos à ocupação real das instalações; ou seja: por noite de quarto ocupado.
- Os indicadores “por cliente” são referidos, de um modo geral, a estadias; ou seja: por dormida.

Análise:

Apesar de se tratar de uma amostra bastante reduzida, é possível tecer algumas considerações interessantes sobre os dados estatísticos apurados. Nomeadamente:

- No conjunto dos hotéis analisados verifica-se, como seria expectável, que os consumos específicos dos hotéis de 5 estrelas são, em média superiores aos dos hotéis de 4 estrelas;
- Nos hotéis de 5 estrelas estudados, todos localizados na zona da Grande Lisboa e Grande Porto, os consumos médios por m², normalizados ou não em função do clima (GDA), apresentam um baixo coeficiente de variação;
 - Assim, o consumo total por m² apresenta-se, numa primeira análise, como um parâmetro com potencialidades para benchmarking;
- Já nos hotéis de 4 estrelas, cuja localização abrange zonas climáticas muito diferentes, verifica-se que:
 - O coeficiente de variação é elevado para qualquer um dos indicadores estatísticos estudados;
 - Numa análise mais aprofundada, verifica-se que esta variação resulta, em grande parte, do facto de:
 - os hotéis localizados no interior do País apresentarem consumos específicos, por área, semelhantes ou inferiores aos dos hotéis localizados no litoral;
 - apesar de, reconhecidamente, se debaterem com necessidades de climatização superiores, o que se reflete no facto de o consumo específico, normalizado em função do clima, ser bastante inferior nestas unidades do interior do País;
 - Pelo que os consumos específicos (por área, por cliente/dormida, ou por quarto ocupado), normalizados em função do clima, representam um indicador muito interessante para benchmarking.

Ressalta especialmente, desta análise:

- **O notável esforço das unidades hoteleiras localizadas no interior do País para, certamente por necessidade de se manterem competitivas, controlarem e reduzirem os seus consumos energéticos para valores globais comparáveis ou inferiores aos das unidades localizadas em climas amenos, apesar das condições mais exigentes a nível de climatização;**
- **onde resulta que, ou estas unidades operam com maior eficiência energética, ou têm necessidade de comprometer as condições de conforto em função dos custos energéticos de operação.**

4. Soluções tecnológicas e melhorias

4.1. Soluções Passivas

O desempenho térmico e consumo energético dos hotéis, à semelhança de outros edifícios, depende, entre outros fatores, das soluções passivas utilizadas na sua construção, nomeadamente:

- Arquitetura
- Orientação solar
- Envolvente opaca
- Envolvente envidraçada

E da sua localização, representada geralmente por:

- Graus.Dia por Ano (GDA), para uma base, normalmente, de 18 a 20°C
 - Que representa um balanço, para toda a estação de aquecimento, da diferença entre a temperatura exterior e a temperatura interior de conforto (de 18 a 20°C);
○ Ou seja, quanto mais frio o clima, maior o valor de GDA;
- Zona climática de Inverno:
 - I1, I2 ou I3, consoante o clima é mais ameno ou mais agreste, respetivamente;
- Zona climática de Verão:
 - V1, V2 ou V3, consoante o clima é mais ameno ou mais agreste, respetivamente;

Bem como de fatores humanos que interagem com estas soluções, como p.e.:

- na utilização de proteções solares reguláveis (abertura/fecho de estores ou cortinas, p.e.);
- na abertura de janelas e portas, que afetam a ventilação e custos associados;
- nos níveis de ocupação e utilização de equipamentos e iluminação.

Na Erro! A origem da referência não foi encontrada. e na Erro! A origem da referência não foi encontrada., identificam-se as zonas climáticas de referência utilizadas no estudo.

Para extrapolação de resultados a outras localizações, bastará identificar o concelho e altitude, de modo a obter a zona climática e gama de GDA aplicável, procurando depois o exemplo representativo para essa zona climática.

Concelho	Altitude	Altitude referência	Zona Climática		Graus-Dia	Tmédia Verão
			Inverno	Verão		
SELECIONAR	INTRODUIR				°C.Dia	°C

Concelho	Altitude	Altitude referência	Zona Climática		Graus-Dia	Tmédia Verão
			Inverno	Verão		
Funchal	450	380	I1	V1	923	19.8
Lisboa	109	109	I1	V2	1071	21.7
Porto	94	94	I1	V2	1250	20.9
Faro	20	145	I1	V3	762	23.1
Évora	221	221	I1	V3	1150	24.3
Pombal	200	126	I2	V1	1464	20.0
Coimbra	50	50	I2	V2	1337	20.6
Castelo Branco	400	328	I2	V3	1404	24.8
Covilhã	1100	507	I3	V1	2517	18.9
Guarda	717	717	I3	V2	1924	21.7

Tabela 17 – Caracterização de zonas climáticas de referência utilizadas na análise de soluções passivas

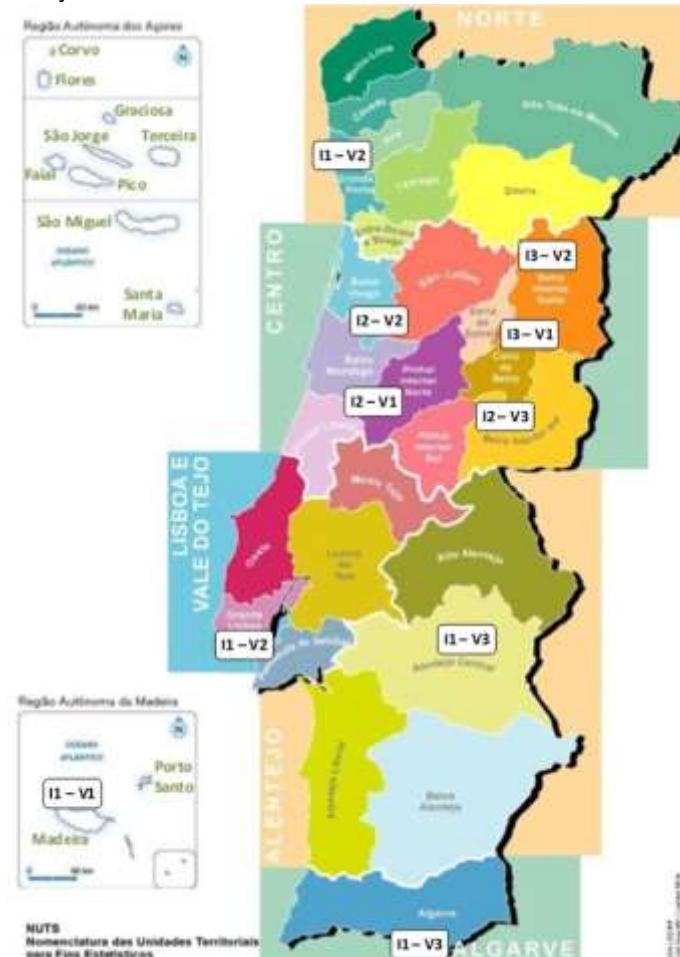


Figura 5 – Identificação geográfica das zonas climáticas utilizadas na análise de soluções pasivas
No que diz respeito às características da envolvente, foi utilizado o modelo de um “Hotel-Tipo” para testar os vários cenários de análise.

Este modelo foi criado com base nos dados disponibilizados pela ADENE, referentes aos certificados energéticos de edifícios de hotelaria. De um total de 209 hotéis analisados, desde pequenos estabelecimentos a hotéis de cinco estrelas, obteve-se uma média ponderada de área útil de pavimento de, aproximadamente, 6 400 m². Também foi possível traçar uma média das características da envolvente (tipo de soluções construtivas e fator solar dos vidros).

Com base nestas informações, foi possível “construir” um edifício de três pisos com a mesma tipologia de um hotel “standard”: com sala multiusos, sala de refeições, receção, escritórios, cozinha, lavandaria, zona de convívio e 80 quartos com WC privativa. Considerou-se que o edifício “construído” teria a maior fachada envidraçada na orientação sul, no entanto, também se irá analisar os consumos associados aos diferentes sistemas técnicos caso esta fachada estivesse virada a Este/Oeste. Os perfis de ocupação e de utilização dos equipamentos foram, maioritariamente, assumidos com base nas condições de referência do anterior regulamento energético de edifícios (RSECE). Para as condições interiores de conforto, assumiu-se uma temperatura para a estação de aquecimento de 20°C e para a estação de arrefecimento de 25°C.

4.1.1. Caracterização da situação atual

4.1.1.1. Envolvente Opaca

Define-se como envolvente opaca todos os elementos da construção que delimitam os espaços climatizados do exterior ou de outros espaços não climatizados, e que são essencialmente opacos à passagem da radiação solar diretamente para o interior do edifício.

Incluem-se na envolvente opaca:

- Paredes
- Coberturas
- Pavimentos
- Outros elementos, como portas opacas

Para efeitos de análise térmica e de consumos energéticos, estes elementos são essencialmente caracterizados pelo:

- Coeficiente de Transmissão Térmica: U (W/m².°C)
 - Que representa as perdas térmicas ou a passagem de calor por cada m² de superfície (parede, cobertura, pavimento ou outro), para uma diferença de temperatura de 1°C;
 - Como tal, quanto maior o valor deste coeficiente, mais perdas têm os elementos construtivos;
 - Ao aumentar-se o nível de isolamento, consegue-se reduzir o coeficiente de transmissão térmica, ou seja: reduzem-se as perdas térmicas e melhora-se a qualidade térmica da envolvente opaca.

De seguida caracterizam-se – em situações e intervalos tipificados, de forma a tornar a análise mais simples e clara – os principais elementos da envolvente, com base nos dados estatísticos do Sistema de Certificação Energética, no que diz respeito, especificamente, ao parque existente (e certificado) de edifícios de hotelaria.

Com base nestes dados, são posteriormente propostas e analisadas medidas de melhoria, quantificando o seu impacto a nível económico e ambiental e caracterizando as condições em que os respetivos investimentos podem revelar-se interessantes (Ponto Erro! A origem da referência não foi encontrada.).

4.1.1.1.1. Paredes

As paredes que influenciam de forma mais significativa o desempenho térmico de um edifício, podem-se classificar como:

- Exteriores – quando separam diretamente espaços climatizados do exterior;
- Interiores – quando separam espaços climatizados de outros espaços não climatizados, como sejam áreas técnicas, estacionamentos, armazéns ou similares.

A experiência e uma análise inicial permitem identificar que as fachadas exteriores são as que têm um papel determinante no comportamento térmico e nos consumos energéticos do edifício, tendo as paredes interiores um peso relativamente pequeno.

Assim, a análise que se segue irá centrar-se nas paredes exteriores.

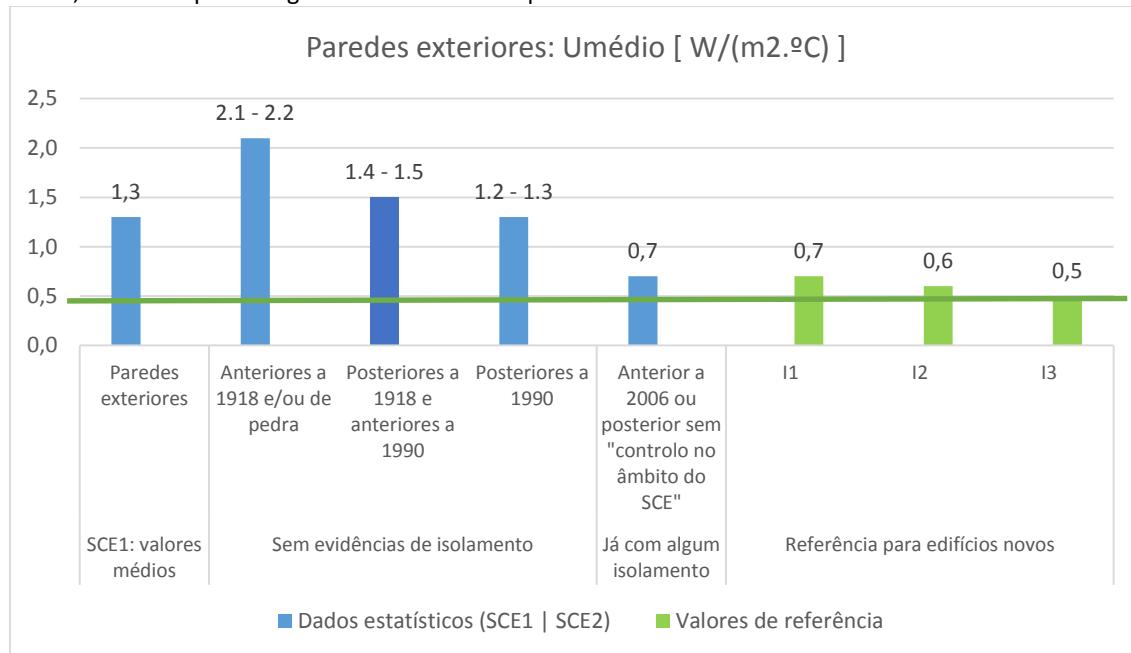


Gráfico 14 – Paredes exteriores (parque existente): Coeficiente de transmissão térmica tipificado

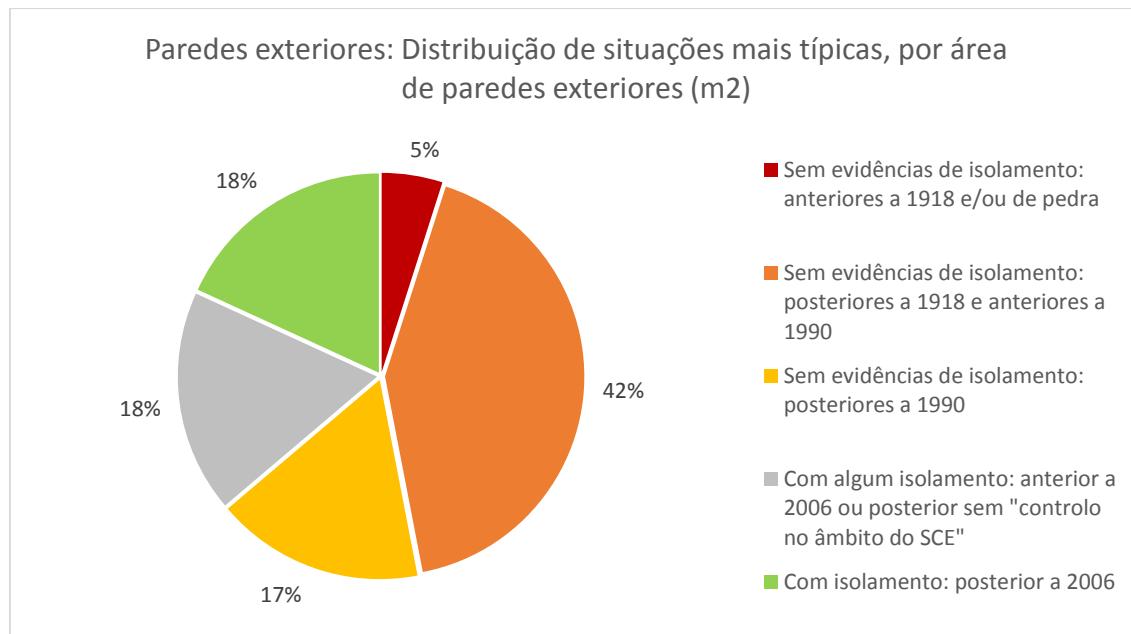


Gráfico 15 – Paredes exteriores (parque existente): Distribuição tipificada por ano e tipo de construção

1^a Análise:

32/190

Se o parque de edifícios de turismo

Certificados (cerca de 11%) for representativo do parque hoteleiro edificado:

- No parque construído predominam (42%) as paredes construídas entre 1918 e 1990, sem evidências de isolamento térmico;
- Em pelo menos 64% das fachadas de edifícios de hotelaria (fração de fachadas sem isolamento) poderá justificar-se uma análise de viabilidade para melhoria do isolamento de fachadas;

A análise de melhorias do capítulo seguinte permitirá avaliar com mais precisão quais as situações em que o investimento em isolamento de paredes de fachada é efetivamente interessante, do ponto de vista dos benefícios económicos e ambientais.

4.1.1.1.2. Coberturas

A nível de coberturas, identificam-se:

- Coberturas exteriores – como aquelas que separam diretamente espaços climatizados do exterior (terraços ou coberturas inclinadas “visíveis” do interior);
- Coberturas interiores – como aquelas que separam espaços climatizados de espaços não climatizados, como desvãos (ventilados ou não), sótãos ou zonas técnicas (p.e., lajes de esteira, lajes sob arrumos ou espaços técnicos no sótão)

A experiência e uma análise inicial permitem indicar que as coberturas são um dos pontos críticos a nível de perdas e ganhos térmicos, tendo um papel decisivo no desempenho energético de um edifício.

De realçar que, em valores absolutos, as coberturas terão naturalmente um impacto maior num edifício de poucos andares e grande área de implantação, do que num edifício construído em altura. No entanto, o impacto relativo do investimento e retorno, por área de cobertura, é por norma significativo, quer num caso quer noutra.

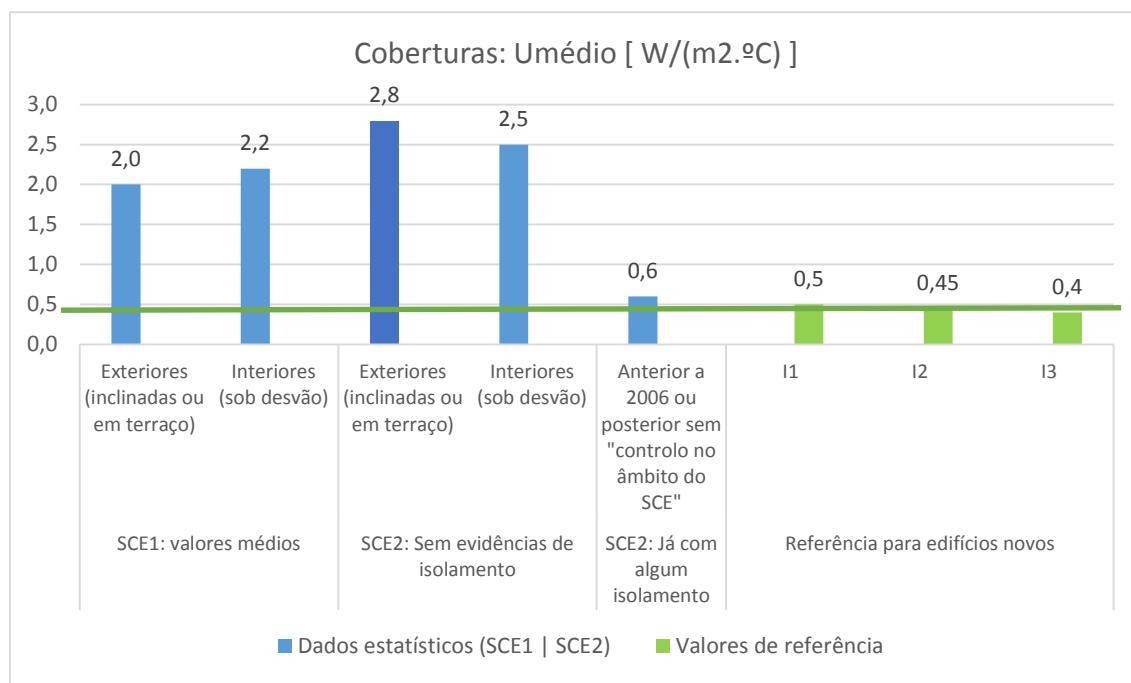


Gráfico 16 – Coberturas (parque existente): Coeficiente de transmissão térmica tipificado

Coberturas: Distribuição de situações mais típicas, por área de coberturas (m²)

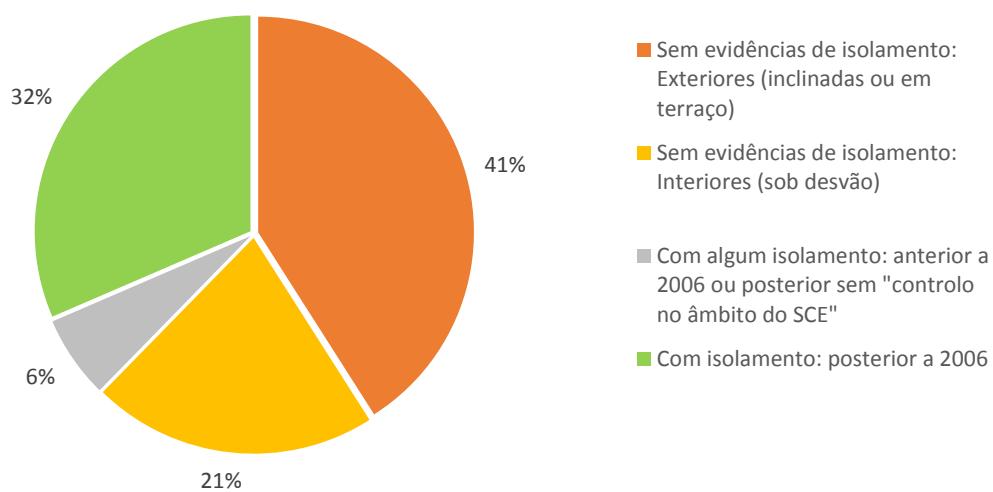


Gráfico 17 – Coberturas (parque existente): Distribuição tipificada por tipo de construção e envolvente

1ª Análise:

Se o parque de edifícios de turismo Certificados for considerado representativo do parque hoteleiro edificado:

- No parque construído predominam (41%) as coberturas exteriores sem evidências de isolamento, sendo que as coberturas interiores representam metade da área de coberturas exteriores;
- Em pelo menos 62% das coberturas de edifícios de hotelaria (fração de coberturas sem isolamento) poderá justificar-se uma análise de viabilidade para melhoria do isolamento de coberturas;

- A conscientização sobre a importância das coberturas no comportamento térmico dos edifícios revela-se numa maior fração de coberturas que já possuem isolamento térmico (32%), quando comparada com a situação das paredes.

A análise de melhorias do capítulo seguinte permitirá avaliar com mais precisão quais as situações em que o investimento em isolamento de coberturas é efetivamente interessante, do ponto de vista dos benefícios económicos e ambientais.

4.1.1.1.3. Pavimentos

Os pavimentos podem ser resumidamente identificados como:

- Enterrados – quando se encontram abaixo do nível do terreno exterior;
- Térreos – quando estão em contacto com o solo, e aproximadamente ao nível do terreno exterior;
- Exteriores – quando estão diretamente sobre o exterior (tipicamente, secções “em balanço” sobre o exterior);
- Interiores – quando separam espaço climatizados sobre espaços não climatizados, como estacionamentos, zonas técnicas ou desvãos (ventilados ou não).

A experiência e uma análise inicial permitem centrar a análise nos pavimentos exteriores e interiores, uma vez que:

- Por um lado, o solo é um bom isolante, reduzindo as perdas térmicas pelos pavimentos térreos e enterrados;
- Por outro lado, a nível de intervenções de reabilitação, estas são, de um modo geral, mais facilmente exequíveis em pavimentos exteriores ou interiores, em que o isolamento pode ser aplicado pelo lado inferior do pavimento.

De realçar que, embora em valores absolutos, os pavimentos exteriores tenham por norma um baixo impacto no comportamento global do edifício, por se resumirem a pequenas áreas, o impacto relativo do investimento e retorno, por área de pavimento, poderá ser significativo, pelo que serão igualmente analisados.

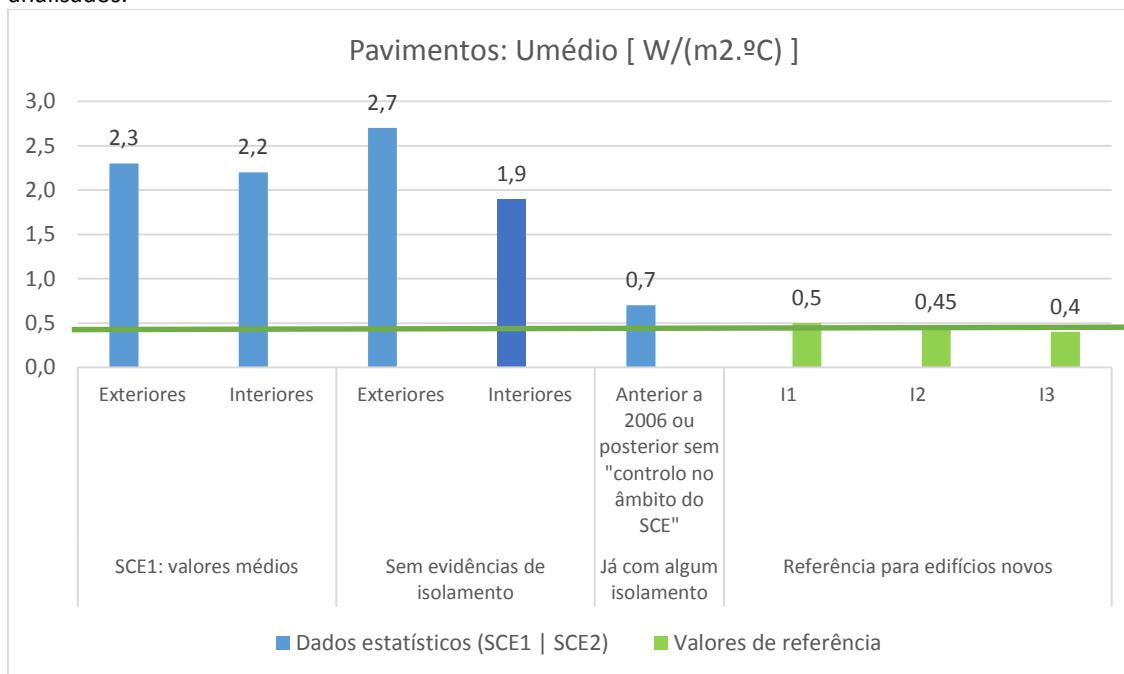


Gráfico 18 – Pavimentos (parque existente): Coeficiente de transmissão térmica tipificado

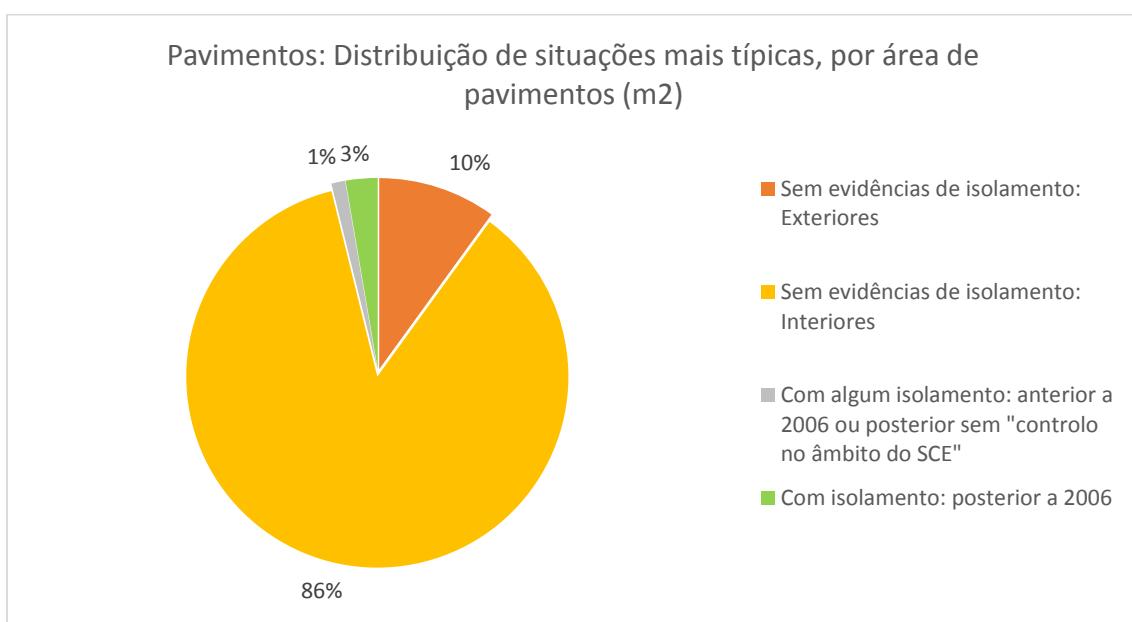


Gráfico 19 – Pavimentos (parque existente): Distribuição tipificada por tipo de construção e envolvente

1ª Análise:

Admitindo que o parque de edifícios de turismo Certificados é representativo do parque hoteleiro edificado:

- No parque construído predominam (87%), como seria de esperar, os pavimentos interiores, uma vez que os pavimentos exteriores se resumem geralmente a pequenas secções “em balanço”, salientes do alinhamento das fachadas exteriores, ou correspondentes a secções recuadas no piso inferior;
- Em pelo menos 97% das áreas de pavimento da envolvente, em edifícios de hotelaria (fração de pavimentos sem isolamento) poderá justificar-se uma análise de viabilidade para melhoria do isolamento de pavimentos.

A análise de melhorias do capítulo seguinte permitirá avaliar com mais precisão quais as situações em que o investimento em isolamento de pavimentos é efetivamente interessante, do ponto de vista dos benefícios económicos e ambientais.

4.1.1.2. Envolvente Envidraçada

Define-se como envolvente envidraçada o conjunto dos elementos de caixilharia e vidro (ou outro elemento transparente ou translúcido) que delimitam os espaços climatizados do exterior ou de outros espaços não climatizados e que permitem a passagem da radiação solar diretamente para o interior do edifício.

O desempenho dos vãos envidraçados depende essencialmente da combinação dos seguintes fatores:

- Coeficiente de transmissão térmica do vão (*window*) – U_w (W/m².°C) –, que caracteriza as perdas térmicas e caracteriza, essencialmente, o desempenho na estação de Inverno; depende de:
 - Caixilharia – U_f (de frame)
 - Vidro – U_g (de glass)
- Fator solar do envidraçado: g
 - Que representa a fração de radiação solar que efetivamente atravessa para o interior do edifício e que vai gerar ganhos térmicos (benéficos no Inverno, prejudiciais no Verão)
- Proteções solares:
 - Fixas: palas, arquitetura do próprio edifício;
 - Reguláveis:
 - Exteriores: persianas, estores, portadas
 - Interiores: persianas, estores, portadas, cortinas, cortinados ou blackouts
 - Entre vidros: estores de lâminas delgadas
- Infiltrações:
 - Que nas janelas certificadas são caracterizadas por uma classe de permeabilidade ao ar (quanto mais elevado a classe, melhor vedada está a janela e menos infiltrações terá);

De seguida caracterizam-se – em situações e intervalos tipificados, de forma a tornar a análise mais simples e clara – os principais elementos da envolvente, com base nos dados estatísticos do Sistema de Certificação Energética, no que diz respeito, especificamente, ao parque existente (e certificado) de edifícios de hotelaria.

Com base nestes dados, são posteriormente propostas e analisadas medidas de melhoria, quantificando o seu impacto a nível económico e ambiental e caracterizando as condições em que os respetivos investimentos podem revelar-se interessantes.

Os envidraçados podem ser:

- Exteriores – quando separam espaços climatizados diretamente do exterior; p.e. janelas, portas envidraçadas ou fachadas envidraçadas, ou ainda claraboias ou secções envidraçadas em coberturas exteriores;
- Interiores – quando separam espaços climatizados de espaços não climatizados, como sejam áreas técnicas, estacionamentos, armazéns ou similares.

A experiência e uma análise inicial permitem identificar os envidraçados exteriores como sendo, claramente, os que maior impacto têm no desempenho energético de um edifício, pelo que toda a análise subsequente se irá centrar nos envidraçados exteriores.

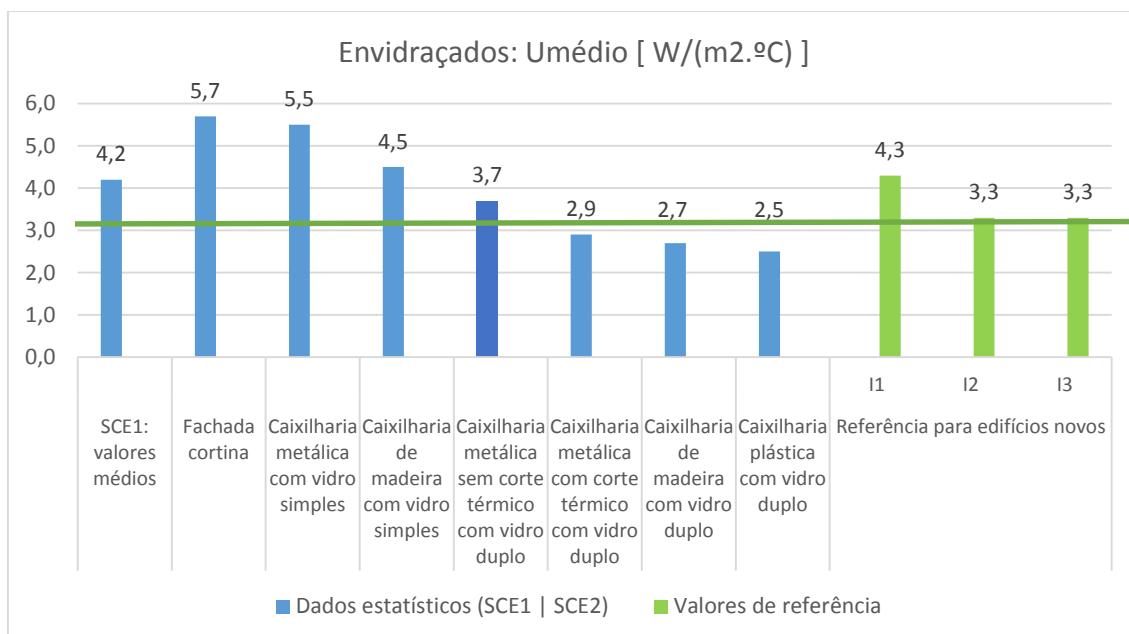


Gráfico 20 – Envidraçados (parque existente): Coeficiente de transmissão térmica tipificado

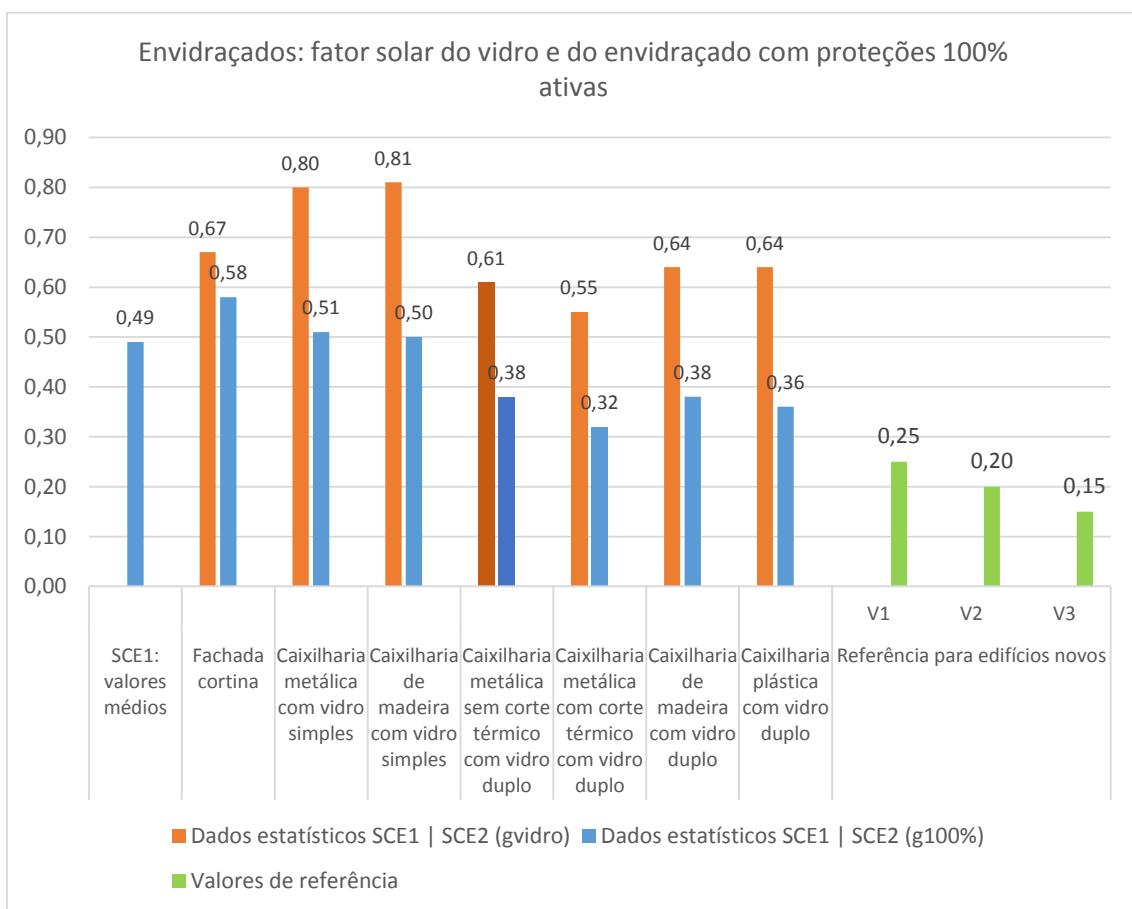


Gráfico 21 – Envidraçados (parque existente): Fator solar do vidro e do envidraçado com proteções 100% ativas

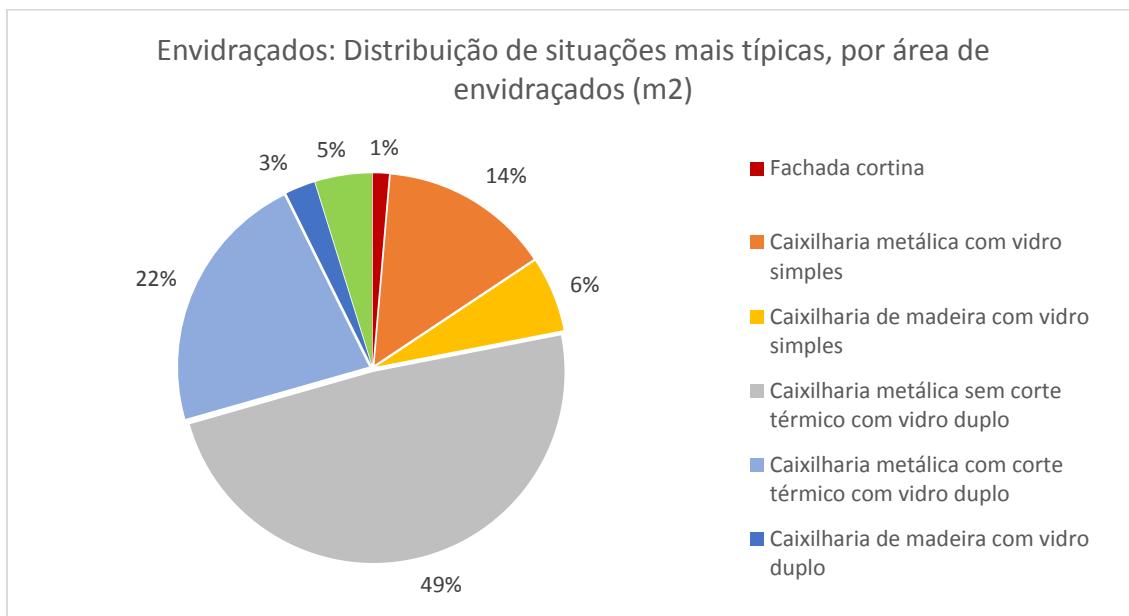


Gráfico 22 – Envidraçados (parque existente): Distribuição tipificada por tipo de construção e envolvente

1ª Análise:

Admitindo que o parque de edifícios de turismo Certificados é representativo do parque hoteleiro edificado:

- No parque construído predominam (49%) os envidraçados de caixilharia metálica sem evidências de corte térmico e com vidro duplo;
- Estas soluções de envidraçados (quase metade do parque certificado), terão que ser analisadas em maior detalhe para determinar se existem benefícios económicos e/ou ambientais que justifiquem intervenções de melhoria, uma vez que as características térmicas já são próximas das de referência, no que diz respeito ao coeficiente de transmissão térmica;
- Em pelo menos 20% dos envidraçados, no setor da hotelaria (fração de envidraçados ainda com vidro simples), deverá justificar-se uma análise de viabilidade de substituição de janelas ou aplicação de uma segunda caixilharia;
- No que diz respeito ao fator solar dos envidraçados, e em especial ao efeito das proteções solares, poderão muito provavelmente identificar-se melhorias na maioria dos casos, uma vez que o fator solar médio das soluções identificadas no parque existente é superior, em todos os casos, ao valor de referência.

A análise de melhorias do capítulo seguinte permitirá avaliar com mais precisão quais as situações em que o investimento em isolamento de pavimentos é efetivamente interessante, do ponto de vista dos benefícios económicos e ambientais.

4.1.2. Análise de melhorias

A análise de potenciais melhorias de cada elemento da envolvente será realizada fazendo variar as características desse elemento, e mantendo as características “médias” de todos os outros elementos.

Embora a influência relativa de cada elemento da envolvente (paredes, coberturas, pavimentos, envidraçados) possa variar significativamente com a arquitetura de cada hotel, uma vez que tanto o investimento como os benefícios associados estão fortemente associados à área do elemento a intervir (área de parede, área de envidraçados, etc.), pressupõe-se que se mantenha, no essencial, a relação entre investimento e benefícios esperados, para as diferentes tipologias arquitetónicas.

Assim, na análise de soluções e melhorias a nível da envolvente passiva, serão tidos em conta vários cenários tendo em conta, entre os outros, os seguintes fatores:

- Localização | zona climática (analisadas 10 zonas climáticas diferentes)
- Características térmicas da envolvente
- Características das melhorias propostas

E serão ainda realizadas análises de sensibilidade, apenas em alguns cenários de referência, quanto à influência de fatores como:

- Orientação solar das principais fachadas;
- Nível de ventilação/infiltrações;
- Inércia e influência do isolamento pelo interior ou pelo exterior;

Outros pressupostos de cálculo:

- Uma vez que, para intervenções em edifícios existentes, o custo do isolamento térmico propriamente dito é, de um modo geral, uma pequena parcela do custo da intervenção, que tem que contemplar, consoante aplicável, mão-de-obra, meios de elevação, trabalhos preparatórios, revestimentos, etc.;
- Para simplificar a análise, considerou-se, em todos os casos, a aplicação de isolamento de modo a conseguir melhorar o coeficiente de transmissão térmica dos elementos opacos, pelo menos, para o valor de referência atual para a zona climática mais exigente;
- Nos cenários analisados, considera-se que os principais espaços (quartos, espaços, comuns) são climatizados em contínuo; se os espaços apenas forem climatizados parte do tempo, deverá ter-se em atenção a respetiva correção na estimativa de benefícios e retorno do investimento;
 - Como primeira aproximação, p.e., se os espaços apenas forem climatizados metade do tempo, poderá considerar-se que o período para retorno do investimento duplicará;
- Estima-se que os custos de investimento em medidas de melhoria da envolvente, para instalações de menor dimensão (aprox. até 2000 m²) poderá ser superior, em cerca de 15%, ao custo de intervenções em unidades de média a grande dimensão, como a considerada no estudo, com o aumento proporcional do período de retorno das medidas;
- Deverá ainda ter-se em conta que os valores de investimento considerados são valores médios aproximados, podendo variar significativamente com:
 - Dimensão do edifício
 - Acessibilidades | Localização do edifício
 - Construção em altura | Necessidade de meios de elevação
 - Qualidade da mão-de-obra
 - Qualidade dos materiais
- Por fim, chama-se a atenção para o facto de tanto o período de retorno como o resultado líquido a 25 anos são cálculos simplificados, que não têm em consideração:
 - Correção pela inflação;
 - Custos financeiros / de indisponibilidade associados ao investimento;
 - Possibilidade de reinvestimento das poupanças;

- De notar, ainda em relação a este ponto, que o facto de os custos de energia aumentarem, tendencialmente, acima da inflação média, favorece, a prazo, o retorno dos investimentos em eficiência energética.
- Considerando que, de um modo geral, as unidades hoteleiras possuem contabilidade empresarial, realizando balanço de IVA, todos os valores referidos na análise de melhorias são valores sem IVA;
- Para análise das medidas de melhoria propostas, consideram-se os seguintes valores médios de referência:

Fonte de energia	Custo Energia final [€/kWh]	Rendimento médio de sistemas de climatização		Custo médio da energia útil [€/kWh]		Conversão energia primária (kWh _{EP} / kWh)	Emissões CO ₂ [kgCO ₂ / kWh _{EP}]
		Aquecimento	Arrefecimento	Aquecimento	Arrefecimento		
Eletricidade	0.100	3.15	2.7	0.033	0.053	2.5	0.144
GN	0.056	0.84		0.070			0.202
Gás Propano	0.127	0.86	-	0.154	-	1	0.170
Gasóleo	0.128	0.86		0.157			0.267
Biomassa	0.040	0.73		0.057			0.000

Tabela 18 – Valores de referência para análise de medidas de melhoria

Na análise que se segue considera-se que, sendo a intervenção na envolvente uma medida que, se bem realizada, tem um longo período de vida útil, estas medidas poderão ser viáveis se apresentarem período de retorno simples até cerca de 20 anos.

No entanto, apresentam-se os principais dados de todos os cenários analisados, caso se pretenda avaliar as medidas propostas com base noutras critérios.

4.1.2.1.1. Paredes

Ao nível de fachadas exteriores, identifica-se como principal melhoria a equacionar:

- **A colocação de isolamento térmico – pelo interior ou pelo exterior – de modo a reduzir o coeficiente de transmissão térmica, ou seja, reduzir as perdas térmicas.**

Pressupostos de cálculo:

- Considerou-se, em todos os casos, a aplicação de isolamento de modo a conseguir melhorar o coeficiente de transmissão térmica das fachadas, pelo menos, para o valor de referência atual para a zona climática mais exigente:
 - $U = 0,5 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
- Embora na análise se refira, para mais fácil leitura, o tipo e período de construção das paredes existentes, os cálculos baseiam-se em valores médios do coeficiente de transmissão térmica previamente determinados;
 - Assim, existindo informação mais detalhada sobre a constituição das paredes, deverá ser utilizada esta informação como ponto de partida, e não apenas o ano de construção;
- Consideraram-se os seguintes custos médios de investimento:
 - Para paredes inicialmente sem isolamento:
 - Aplicação de 50 a 60mm de espessura de isolamento:
 - com condutibilidade não superior a $0,037 \text{ W/m.°C}$, pelo interior
 - com condutibilidade não superior a $0,040 \text{ W/m.°C}$, pelo exterior
 - Com um custo estimado de:
 - 20 €/m^2 (de parede, descontando vãos) para isolamento pelo interior
 - 35 €/m^2 (de parede, descontando vãos) para isolamento pelo exterior
 - Para paredes inicialmente já com algum isolamento:
 - Aplicação de 30mm de espessura de isolamento
 - com condutibilidade não superior a $0,040 \text{ W/m.°C}$
 - Com um custo estimado de:
 - 18 €/m^2 (de parede, descontando vãos) para isolamento pelo interior
 - 30 €/m^2 (de parede, descontando vãos) para isolamento pelo exterior
- Nas tabelas e gráficos de análise de resultados, apresenta-se apenas a solução de isolamento pelo interior;
 - Em função da análise de sensibilidade realizada ao facto de o isolamento ser colocado pelo interior ou pelo exterior, e em função dos diferentes valores de investimento, poderá considerar-se, genericamente, que:
 - as soluções de isolamento pelo exterior poderão ter um período de retorno mais longo que as soluções de isolamento pelo interior, em cerca de 40% a 55%, como primeira aproximação;

“Caderno de Encargos” da Medida de Melhoria:

- A medida de melhoria deverá ter como objetivo melhorar o coeficiente de transmissão térmica para, pelo menos, o valor de referência na zona climática em causa,
 - Salvo devidamente justificado por simulação dinâmica, com todos os parâmetros claramente identificados, que um coeficiente de transmissão térmica intermédio possa conduzir a melhor desempenho que o de referência;
- Quer se trate de isolamento pelo interior quer se trate de isolamento pelo exterior, deverá ser garantida a correção das pontes térmicas, isolando necessariamente pilares e vigas em qualquer processo de reabilitação que envolva a aplicação de isolamento térmico na envolvente;
 - Esta correção vai contribuir para que, para além de se evitarem patologias típicas, como pontos de condensação e desenvolvimento de fungos, o retorno das medidas de aplicação de isolamento seja idêntico ou melhor que o estimado.

43/190

- As soluções de isolamento a considerar não deverão se comparadas com base apenas na espessura de isolamento, mas sim com base no Coeficiente de Transmissão Térmica da Solução final, devidamente justificado;
 - Para tal, todas as alternativas deverão considerar a mesma solução existente, com o mesmo coeficiente de transmissão térmica de base;
 - Cada alternativa poderá, adicionalmente, listar as vantagens e desvantagens da solução proposta, para análise pelo Dono de Obra de outros eventuais critérios (p.e., ocupação ou não de espaço interior útil, necessidade de interromper a utilização dos espaços interiores para realizar a intervenção, efeitos sobre a inércia ou correção de pontes térmicas lineares);

Investimento considerado para o “Hotel-Tipo” em estudo:

	Área aprox. de paredes exteriores (descontando vãos) (m ²)	Custo unitário (isolamento pelo interior) (€/m ²)	Custo unitário (isolamento pelo exterior) (€/m ²)	Investimento global estimado (isolamento pelo interior) (€)	Investimento global estimado (isolamento pelo exterior) (€)
Paredes sem isolamento	2130	20	35	42 600	74 550
Paredes já com algum isolamento	2130	18	30	38 350	63 900

Tabela 19 – Investimento estimado em medidas de isolamento de fachadas exteriores
Resumem-se de seguida os principais resultados, em tabela e em gráfico, para alguns cenários representativos. De notar que, por ser o parâmetro que revelou maior correlação com os resultados, se agrupam os cenários por gamas de GDA da respetiva localização. Em anexo poderão encontrar-se dados mais completos.

Parede existente	GDA (graus.dia/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Anterior a 1918 ou pedra	< 1000	11 519	-2 099	NA	79	25	-35 800 €	-27 000 €	-650 €
	1000 - 1100	28 990	-734	46	24	10	-19 400 €	2 600 €	69 100 €
	1100 - 1800	34 979	5 038	31	17	7	-6 740 €	19 840 €	100 040 €
	> 1800	73 141	1 017	17	9	4	19 700 €	75 300 €	242 900 €
Pós 1918; Anterior a 1990	< 1000	9 401	889	>100	69	28	-33 550 €	-26 450 €	-4 900 €
	1000 - 1100	18 894	1 261	61	33	14	-25 200 €	-10 800 €	32 500 €
	1100 - 1800	22 675	4 156	45	26	11	-18 140 €	-920 €	51 020 €
	> 1800	44 840	1 604	27	15	6	-3 100 €	31 000 €	133 750 €
Pós 1990; Anterior a 2006	< 1000	7 128	267	>100	96	38	-36 300 €	-30 900 €	-14 550 €
	1000 - 1100	14 723	645	81	44	18	-29 500 €	-18 300 €	15 500 €
	1100 - 1800	17 678	2 919	59	34	15	-23 980 €	-10 540 €	29 980 €
	> 1800	11 631	-889	35	19	8	-11 900 €	15 000 €	96 000 €
Já com algum isolamento	< 1000	1 278	-1 544	NA	NA	>100	-39 300 €	-38 350 €	-35 400 €
	1000 - 1100	4 246	-1 154	>100	>100	64	-36 300 €	-33 100 €	-23 400 €
	1100 - 1800	5 122	-382	>100	>100	50	-34 580 €	-30 700 €	-18 960 €
	> 1800	11 631	-889	>100	55	22	-29 850 €	-21 000 €	5 700 €

Tabela 20 - Retorno económico de medidas de isolamento de fachadas exteriores

Poupança anual em custos energéticos para climatização (€): Situação de partida - Parede com U=1,4 W/m².°C

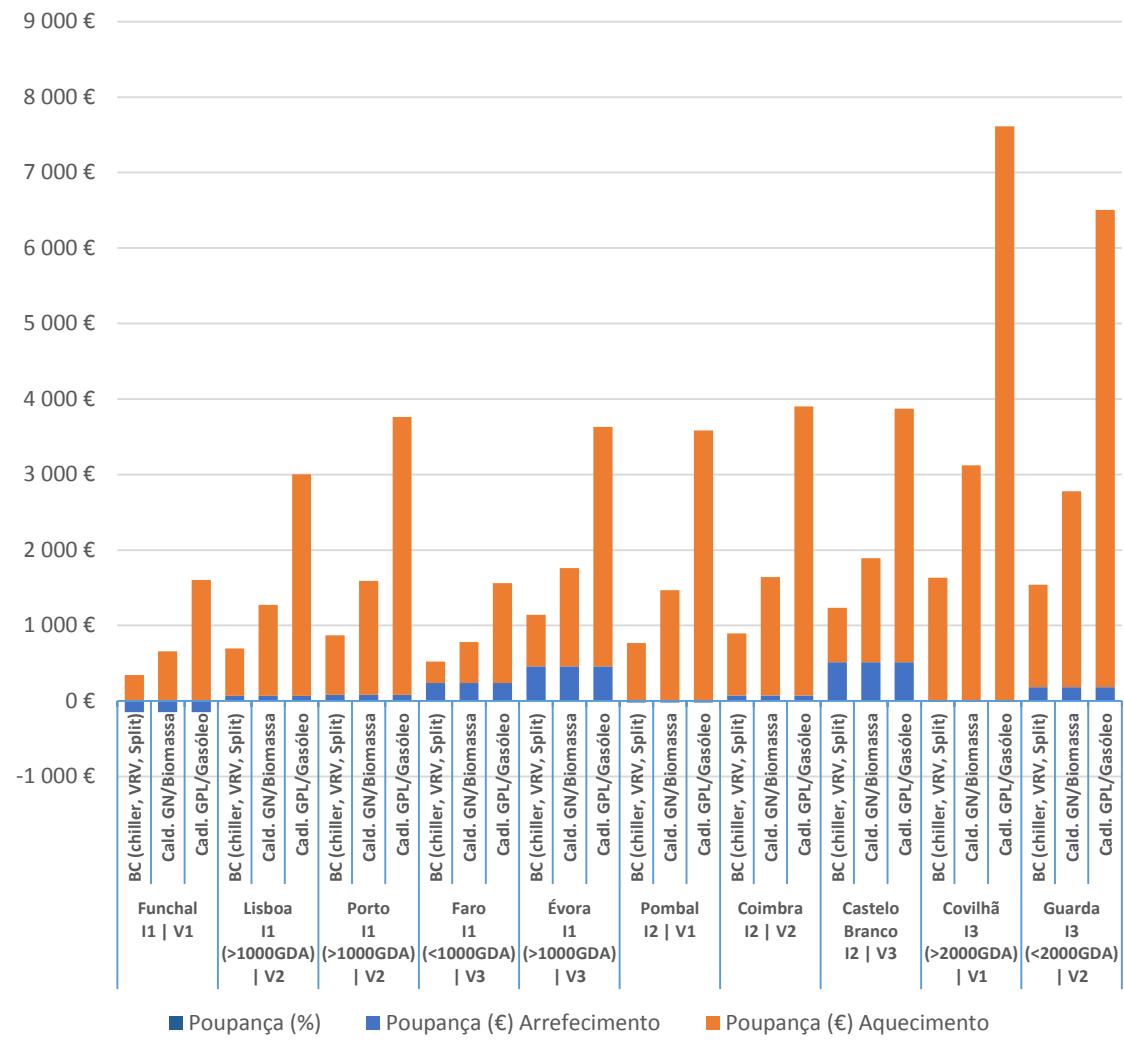


Gráfico 23 – Poupança anual estimada para isolamento de paredes nas diferentes zonas climáticas e com recurso a diferentes sistemas de climatização, para situação inicial predominante no parque existente (Construção entre 1918 e 1990)

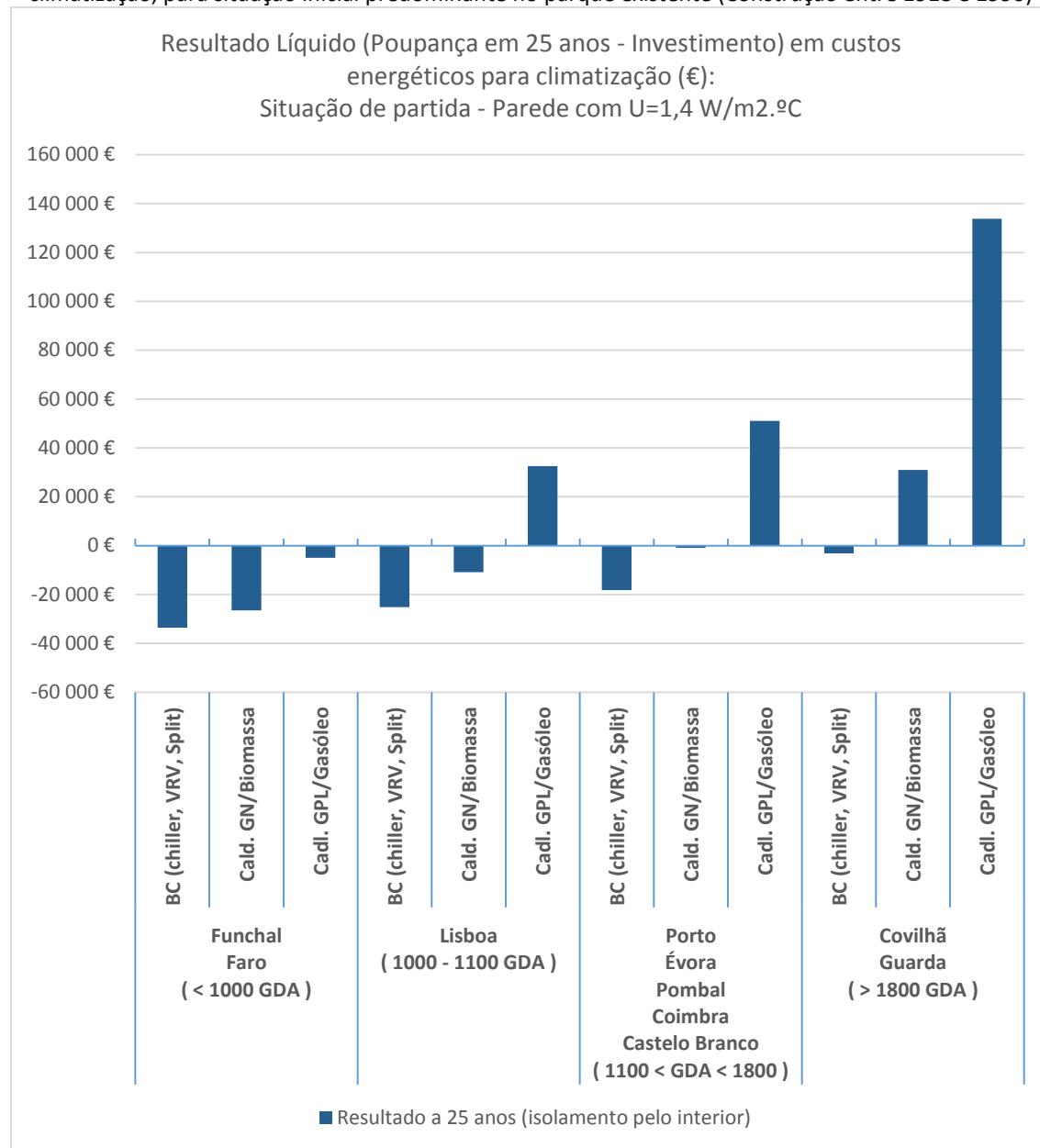


Gráfico 24 – Resultado líquido estimado em 25 anos, para isolamento de paredes nas diferentes zonas climáticas e com recurso a diferentes sistemas de climatização, para situação inicial predominante no parque existente (Construção entre 1918 e 1990)

Período de retorno de isolamento de paredes pelo interior (anos):
Situação de partida - Parede com $U=1,4 \text{ W/m}^2.\text{°C}$

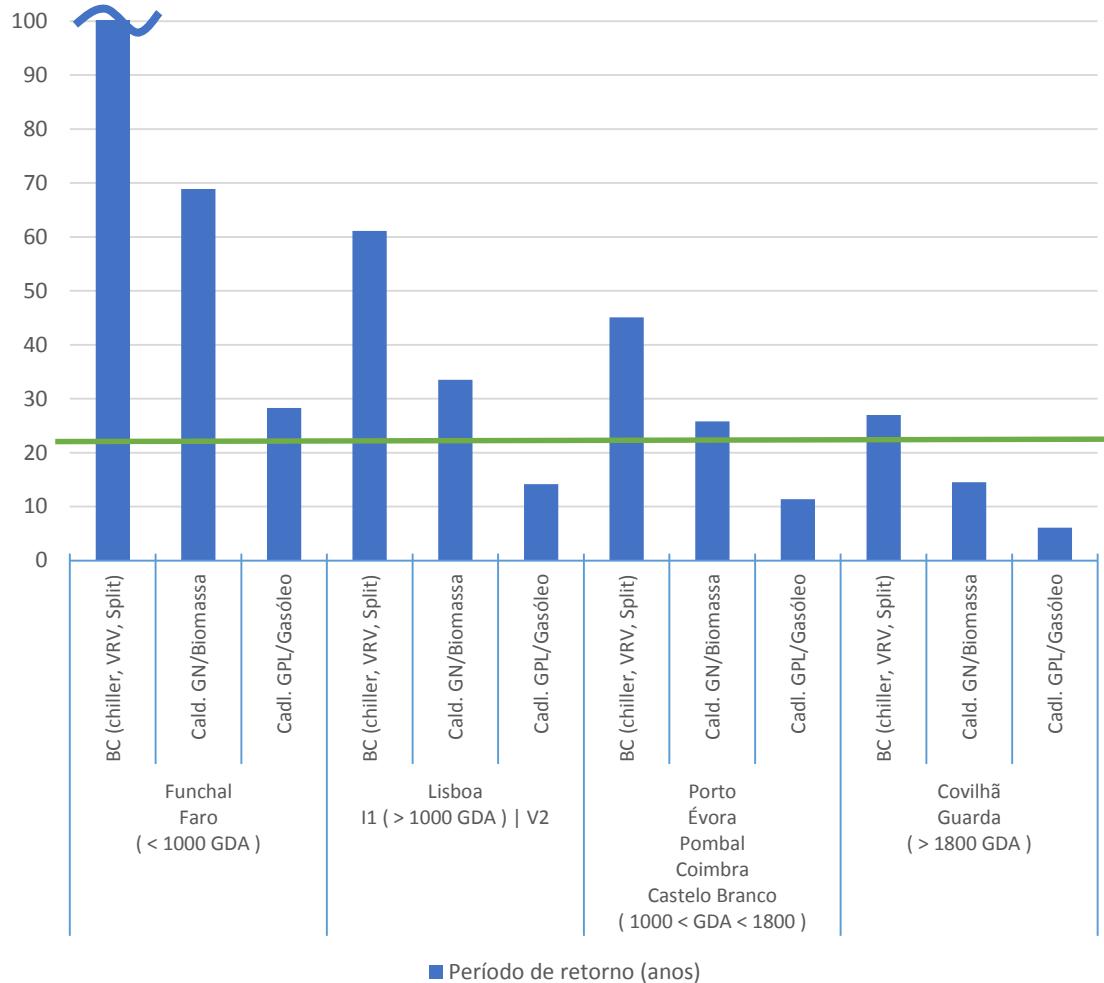


Gráfico 25 – Período de retorno simples,
para isolamento de paredes nas diferentes zonas climáticas e com recurso a diferentes sistemas de
climatização, para situação inicial predominante no parque existente (Construção entre 1918 e 1990)

Tomando como exemplo as zonas de Lisboa e da Guarda, apresentam-se de seguida gráficos comparativos
da medida de isolamento de paredes, em função das diferentes soluções iniciais e das diferentes soluções
de climatização.

Poupança anual em custos energéticos para climatização (€): Lisboa

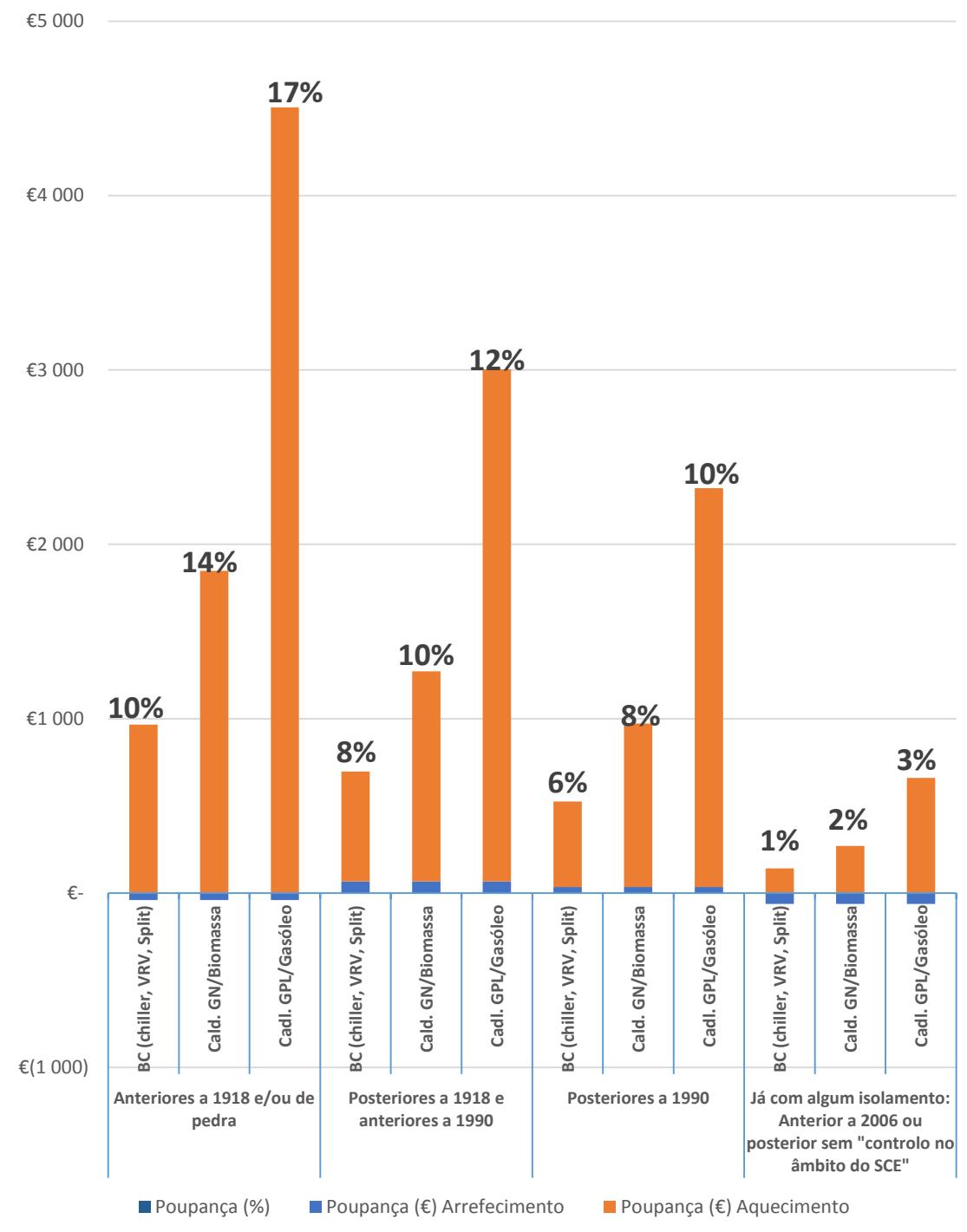


Gráfico 26 – Poupança anual estimada para isolamento de paredes com as diferentes soluções iniciais e diferentes soluções de climatização, em Lisboa

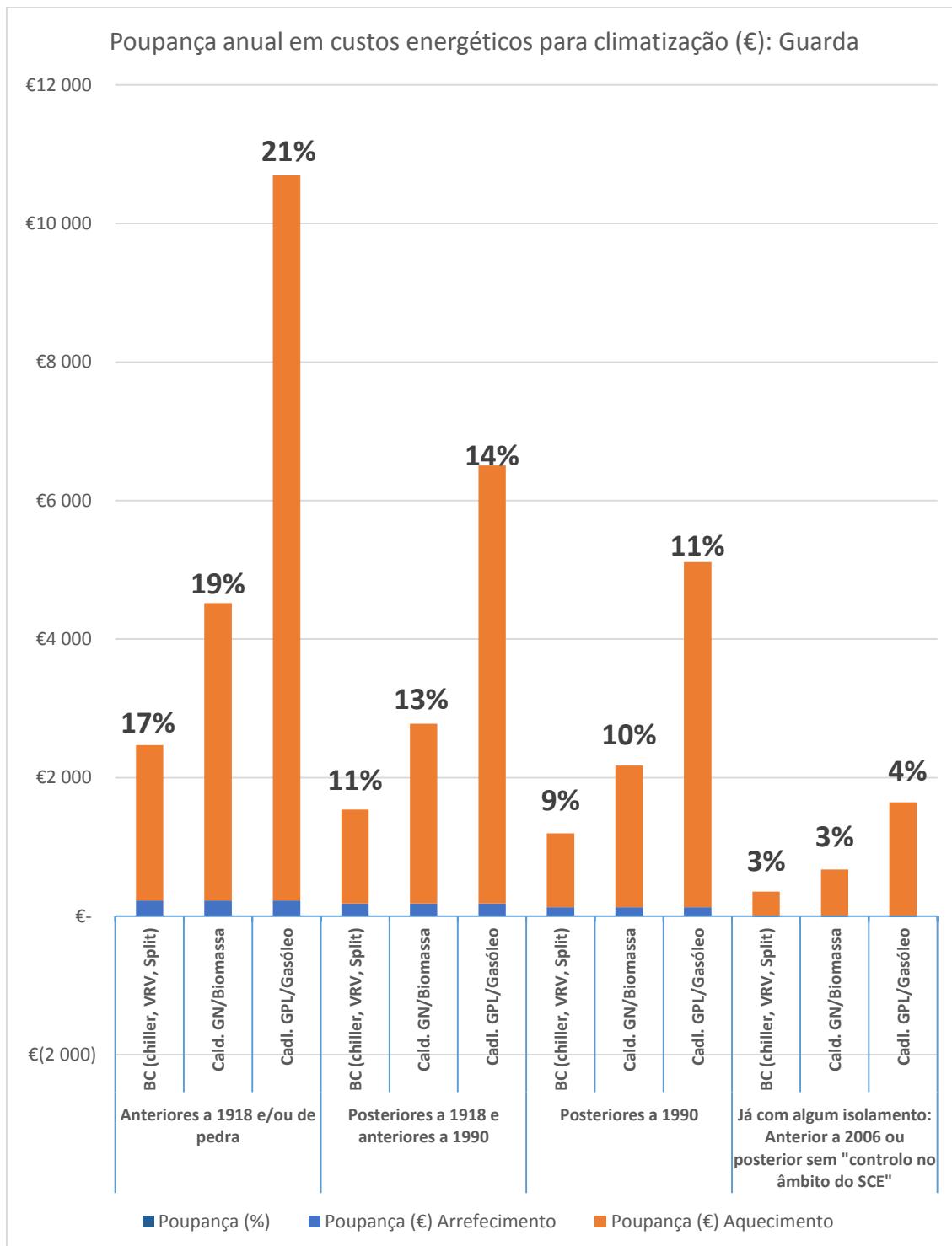


Gráfico 27 – Poupança anual estimada para isolamento de paredes com as diferentes soluções iniciais e diferentes soluções de climatização, na Guarda

Resultado Líquido (Poupança em 25 anos - Investimento) em custos energéticos para climatização (€)

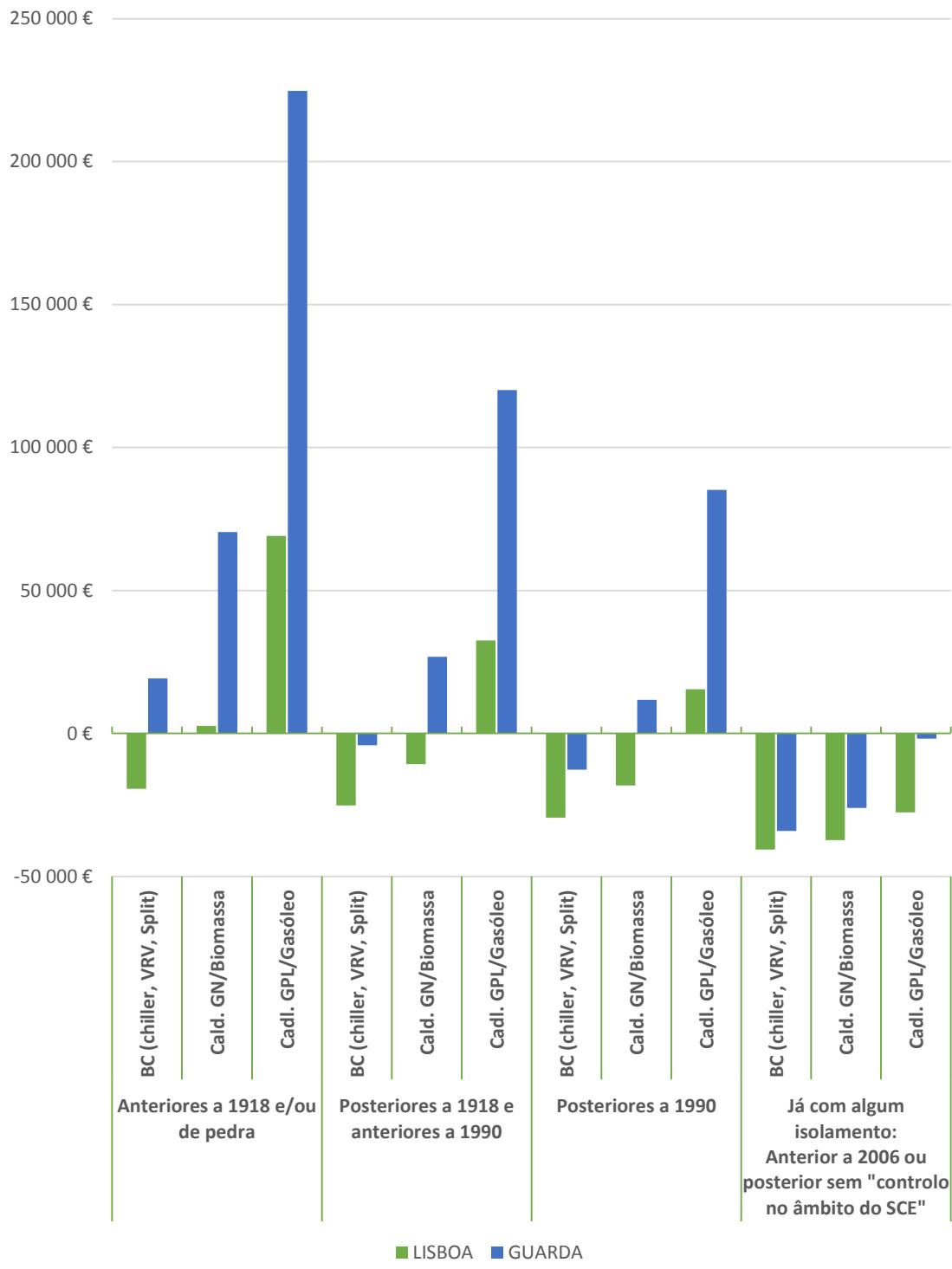


Gráfico 28 – Resultado líquido estimado em 25 anos, para isolamento de paredes com as diferentes soluções iniciais e diferentes soluções de climatização, em duas localizações representativas

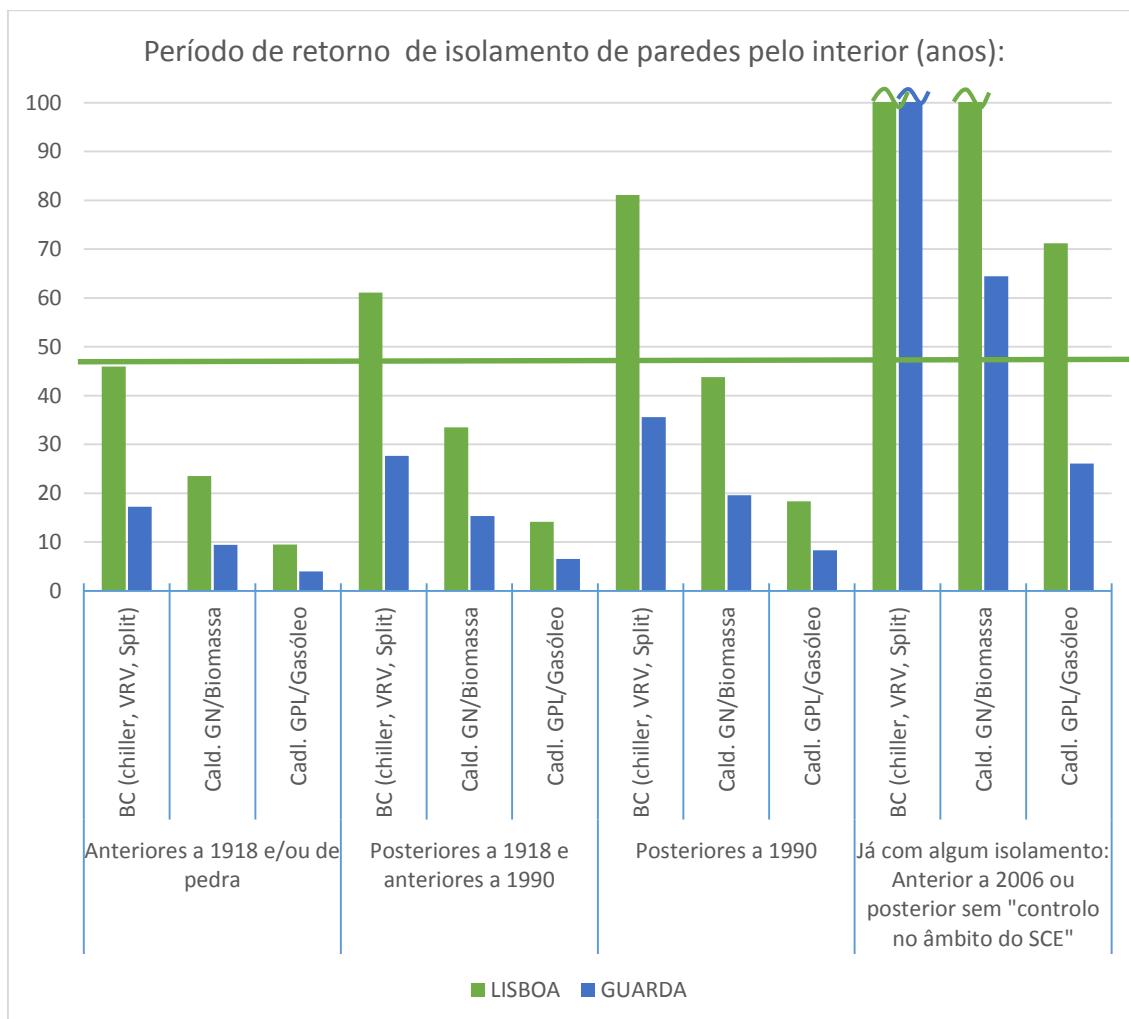


Gráfico 29 – Período de retorno simples, para isolamento de paredes com as diferentes soluções iniciais e diferentes soluções de climatização, em duas localizações representativas

4.1.2.1.1.1. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais

Aplicação de isolamento na fachada pelo exterior aos exemplos de Lisboa, Faro e Guarda. Teve-se em consideração para cálculo um sistema de climatização do ambiente a GPL / Gasóleo para aquecimento e um sistema bomba de calor para arrefecimento.

		Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Redução energia primária	Redução emissões CO2 (kWh EP)
Tipo de parede	Concelho	Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	(kWh EP)	(kg CO2/ano)
Anterior a 1918 ou pedra	Lisboa	28 990	-734	33 227	8 872
Anterior a 1918 ou pedra	Faro	9 886	4 125	15 382	4 107
Anterior a 1918 ou pedra	Guarda	67 347	4 252	82 705	22 082

Tabela 21 – Impactos ambientais: Aplicação de isolamento na fachada pelo exterior

4.1.2.1.1.2. Investimento e retorno

		Poupança total anual	Investimento	Retorno	Ao fim de 25 anos
Tipo de parede	Concelho	(€)	(€)	(anos)	(€)
Anterior a 1918 ou pedra	Lisboa	4 466	42 600	9.5	69 061
Anterior a 1918 ou pedra	Faro	1 756	42 600	24.3	1 312
Anterior a 1918 ou pedra	Guarda	10 693	42 600	4.0	224 743

Tabela 22 – Investimento e retorno: Aplicação de isolamento na fachada pelo exterior

Análise e Conclusões:

- A viabilidade económica de medidas de isolamento de fachadas depende fortemente:
 - das características das paredes existentes;
 - das características do sistema de climatização utilizado;
 - da severidade do Inverno na zona climática em causa (nº de GDA);
- Em zonas com menos de 1000 GDA, não é economicamente interessante investir no isolamento de paredes;
- Para paredes já com algum nível de isolamento, não é economicamente interessante investir no reforço de isolamento;
- Nas restantes situações, deverá ser verificada caso a caso a viabilidade do investimento, tendo em conta os fatores já enumerados e, preferencialmente, realizando uma auditoria e uma simulação específica para o edifício em causa;
- Embora se identifiquem variações nas cargas e custos com aquecimento/arrefecimento, no balanço global, as zonas com 1100 a 1800 GDA apresentam um retorno idêntico no que diz respeito ao isolamento de fachadas.

4.1.2.1.1.3. Análise de sensibilidade

Diversos fatores podem influenciar o desempenho energético dos edifícios e, como tal, o benefício das medidas de melhoria.

Na impossibilidade de se testarem todas as combinações de parâmetros possíveis, são testadas algumas variações adicionais, apenas para uma das Zonas Climáticas de referência (I2 | V3), o que já permite, no entanto, ter uma ideia aproximada do efeito de outros parâmetros, nomeadamente:

- Nível de ventilação
- Orientação de fachadas
- Isolamento pelo interior vs. isolamento pelo exterior

Nível de ventilação:

Para as simulações de referência, foi considerado um nível de ventilação equivalente a 0,6 renovações por hora (rph).

De seguida ilustra-se o efeito, nas necessidades de energia útil para aquecimento e arrefecimento, da variação do nível de ventilação, respetivamente, para 0,4 rph e para 0,8 rph.

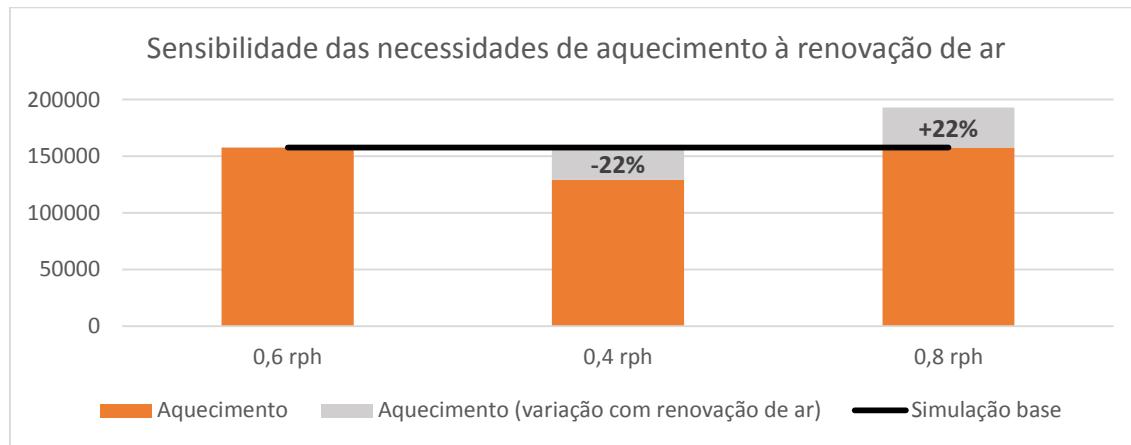


Gráfico 30 – Variação das necessidades de aquecimento com o nível de renovação de ar

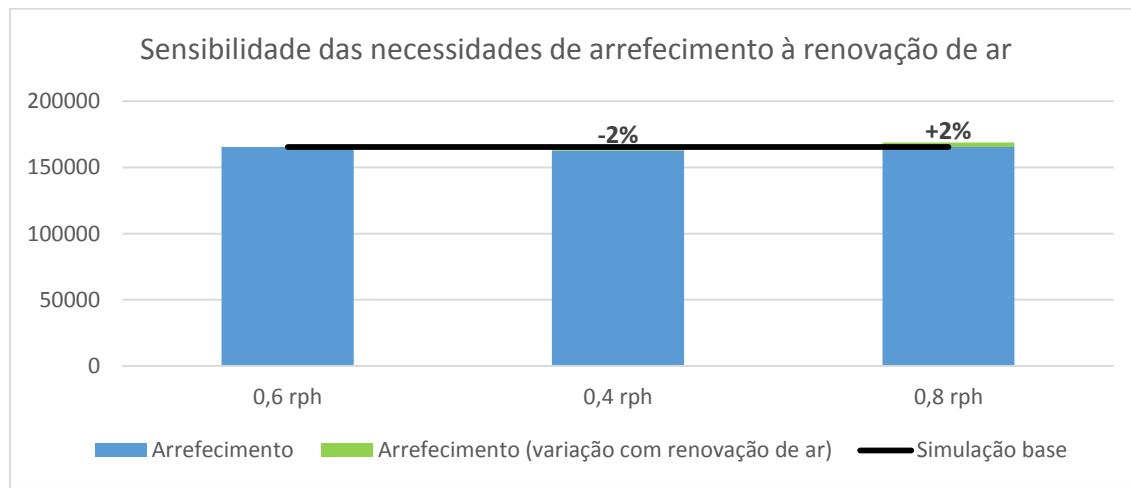


Gráfico 31 – Variação das necessidades de arrefecimento com o nível de renovação de ar

Verifica-se que o nível de ventilação afeta, principalmente, as necessidades de aquecimento, cujo valor absoluto pode variar significativamente com este parâmetro.

No entanto, como se pode observar nos gráficos seguintes, em termos relativos, o resultado obtido com a melhoria do isolamento de fachadas não é significativamente afetado por este parâmetro.

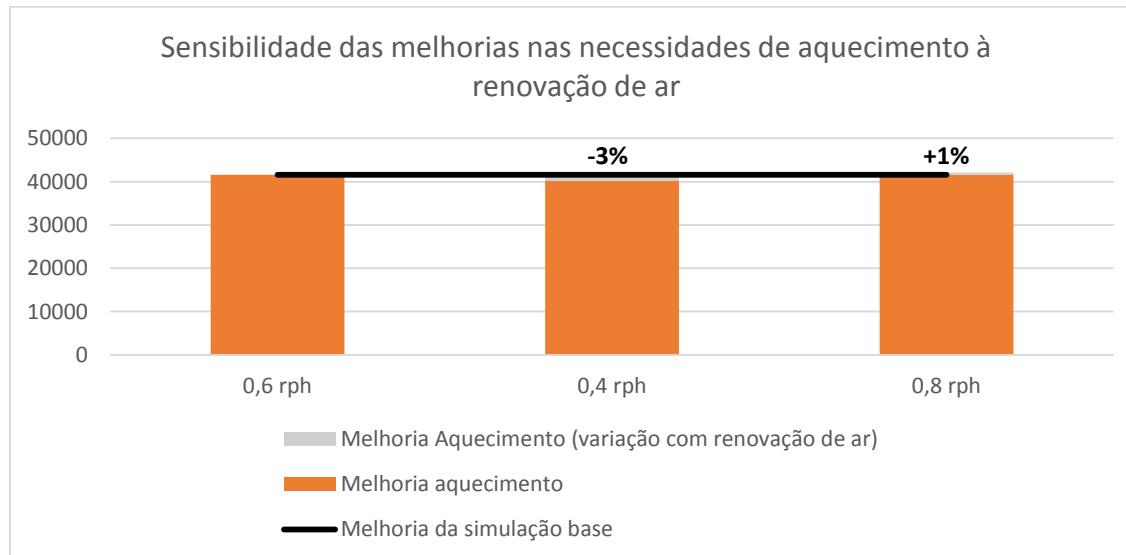


Gráfico 32 – Variação da melhoria nas necessidades de aquecimento com o nível de renovação de ar

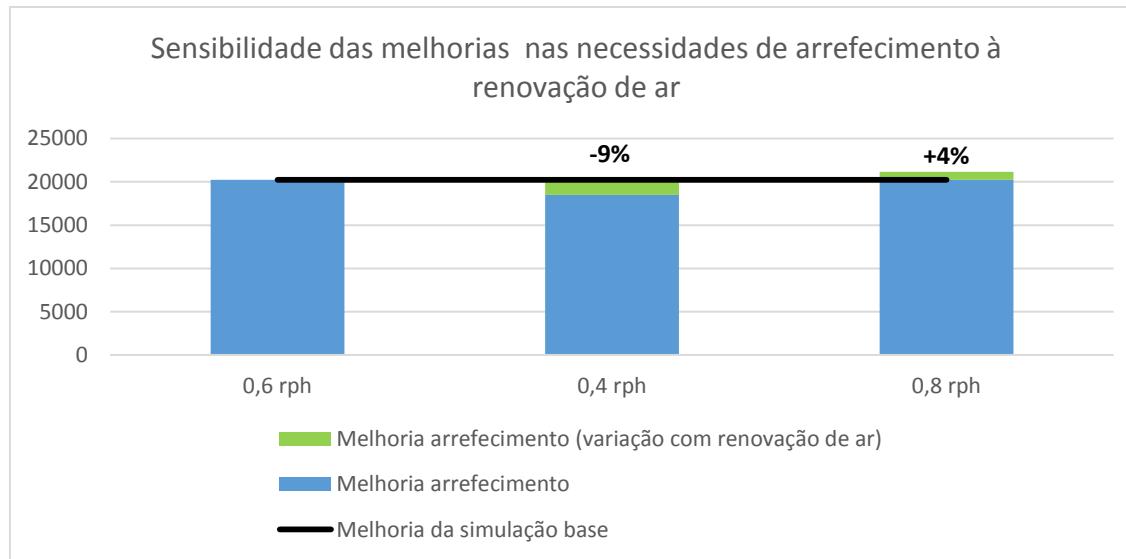


Gráfico 33 – Variação da melhoria nas necessidades de arrefecimento com o nível de renovação de ar

Orientação de fachadas:

Para as simulações de referência, foi considerado um Hotel-Tipo com orientação da maior área de fachadas a Sul/Norte.

De seguida, ilustra-se o efeito (em termos médios), nas necessidades de energia útil para aquecimento e arrefecimento, de se considerar um Hotel com características em tudo idênticas, mas com a maior área de fachadas orientada a Nascente/Poente.

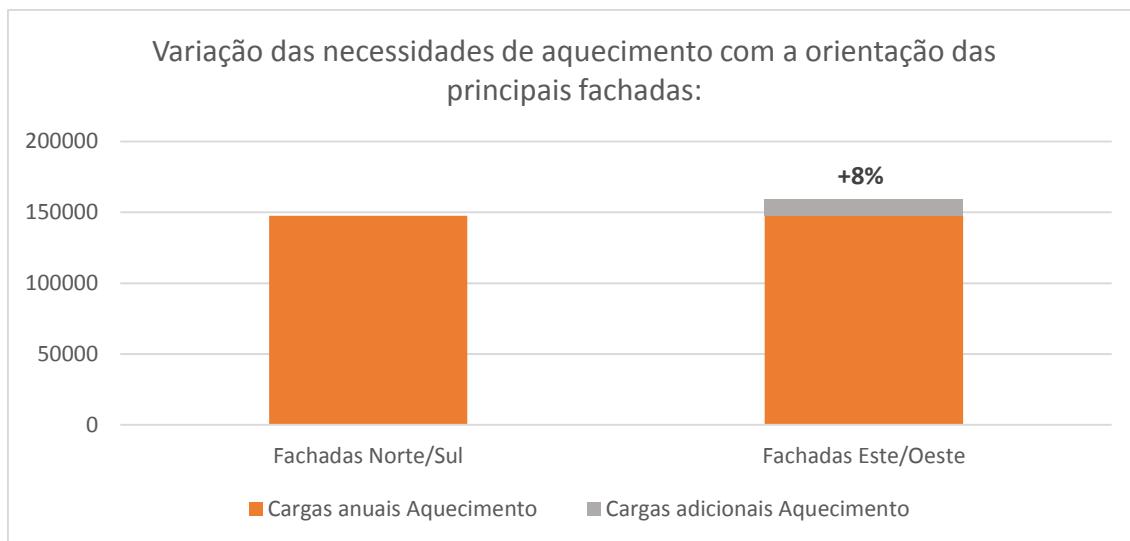


Gráfico 34 – Variação das necessidades de aquecimento com a orientação das principais fachadas

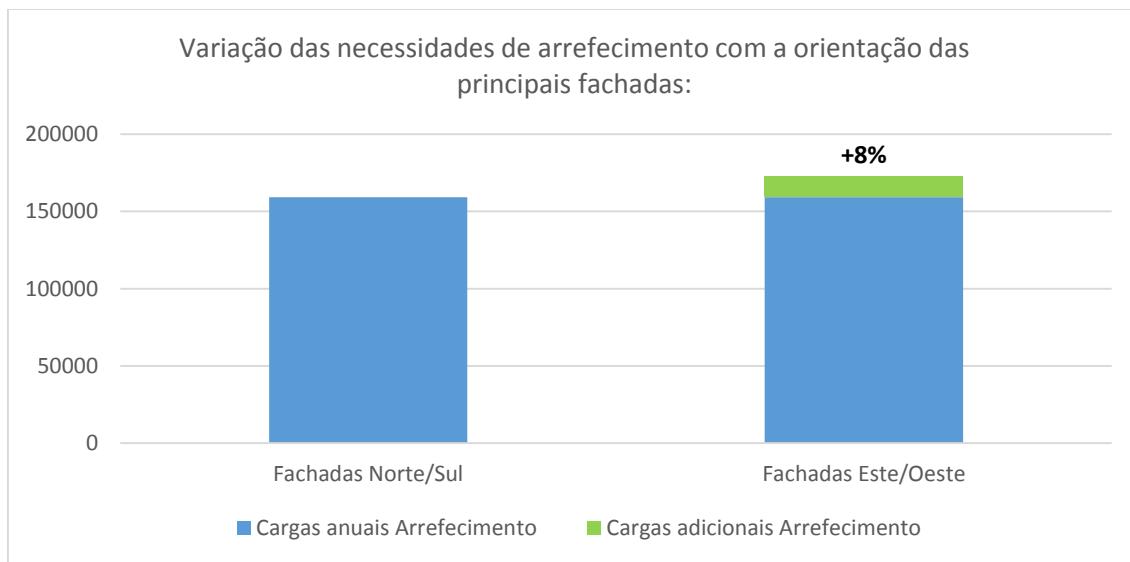


Gráfico 35 – Variação das necessidades de arrefecimento com a orientação das principais fachadas

Confirmado um princípio básico da arquitetura bioclimática, verifica-se que as menores necessidades de climatização, tanto de aquecimento como de arrefecimento, se conseguem em edifícios com as principais fachadas orientadas a Sul.

O nível de agravamento resultante de ter o edifício orientado a Nascente/Poente (solução mais típica na zona turística da costa Oeste, onde é privilegiada a vista mar), será tanto maior quanto maior for a área de enviraçados e menos eficientes forem as proteções solares.

Como se pode ver nos gráficos seguintes, sendo as necessidades de arrefecimento tipicamente menores que as de aquecimento, o efeito da orientação do edifício na redução das necessidades de arrefecimento pode ser, em termos relativos, bastante mais significativo.

Em resumo, a melhoria do nível de isolamento de paredes terá um retorno ligeiramente mais rápido em edifícios cujas fachadas principais estejam orientadas a Nascente/Poente.

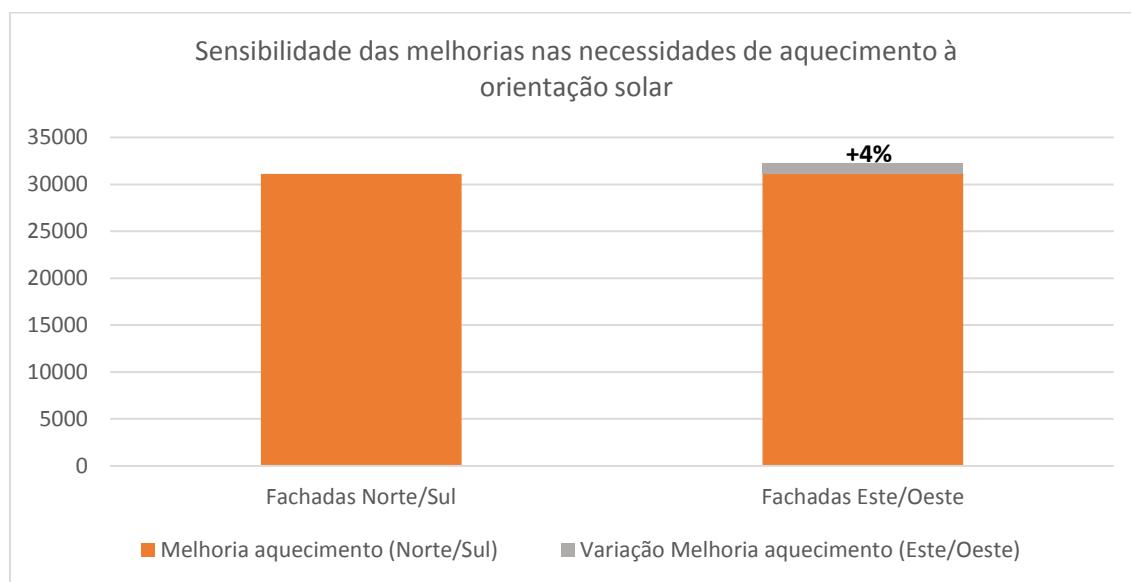


Gráfico 36 – Variação da melhoria nas necessidades de aquecimento com a orientação das fachadas

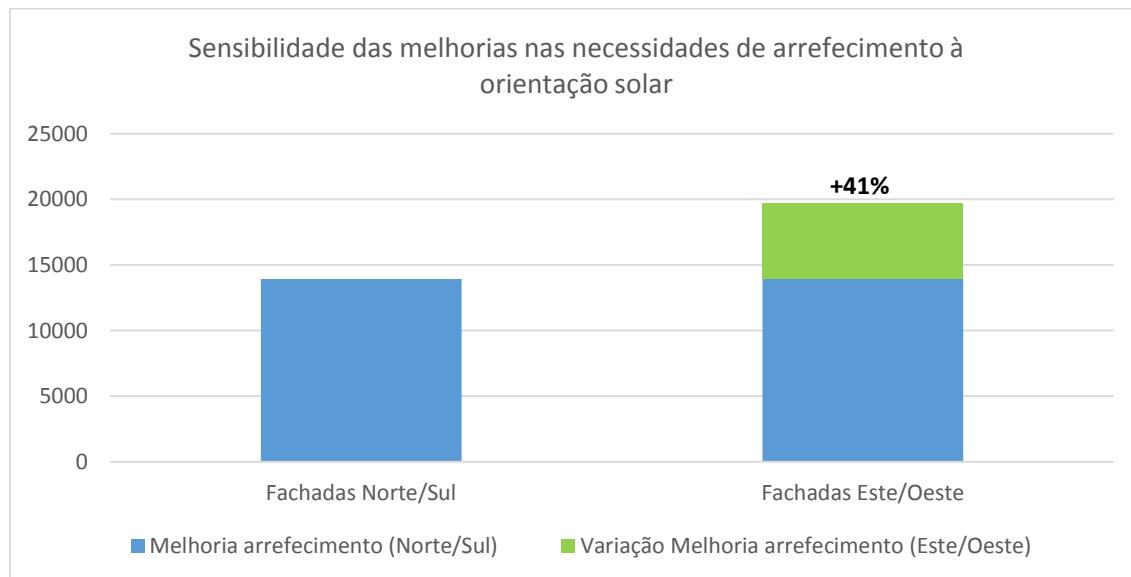


Gráfico 37 – Variação da melhoria nas necessidades de arrefecimento com a orientação das fachadas

Isolamento pelo interior vs. Isolamento pelo exterior:

O papel da inércia térmica e as vantagens e desvantagens do isolamento pelo interior ou pelo exterior são um tema de análise comum.

A fim de obter algumas respostas objetivas, comparam-se de seguida as seguintes opções, para uma zona climática de referência I2 | V3:

- Parede de alvenaria de granito (inércia térmica elevada):
 - Isolamento pelo interior vs. Isolamento pelo exterior
- Parede dupla de alvenaria tijolo furado (inércia térmica média):
 - Isolamento pelo interior vs. Isolamento pelo exterior

De seguida, ilustra-se o efeito (em termos médios), nas necessidades de energia útil para aquecimento e arrefecimento, de se considerar um Hotel com características em tudo idênticas, mas com a maior área de fachadas orientada a Nascente/Poente.

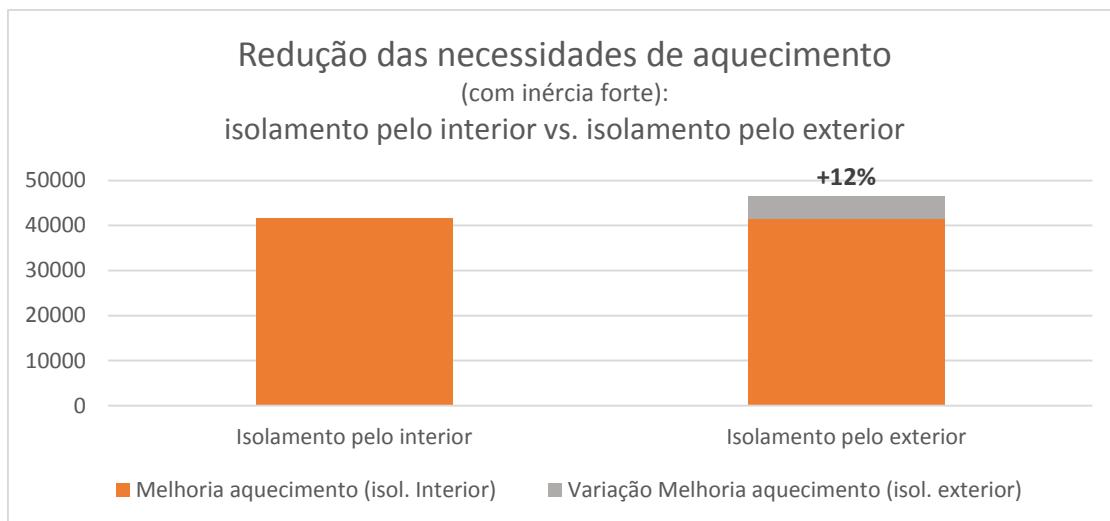


Gráfico 38 – Variação das necessidades de aquecimento em edifícios com inércia forte, em função da solução de isolamento (interior vs. exterior)

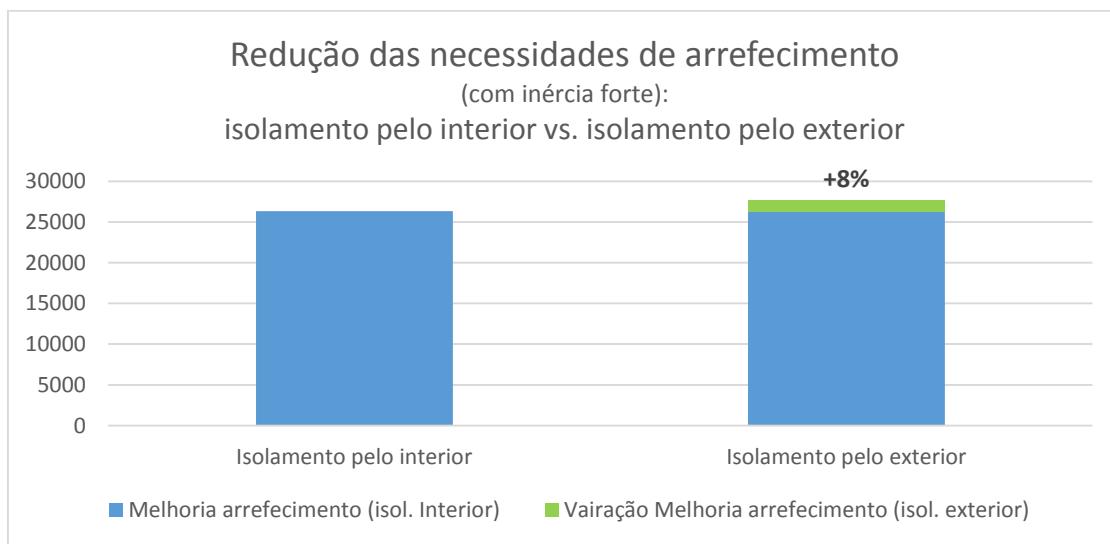


Gráfico 39 – Variação das necessidades de aquecimento em edifícios com inércia forte, em função da solução de isolamento (interior vs. exterior)

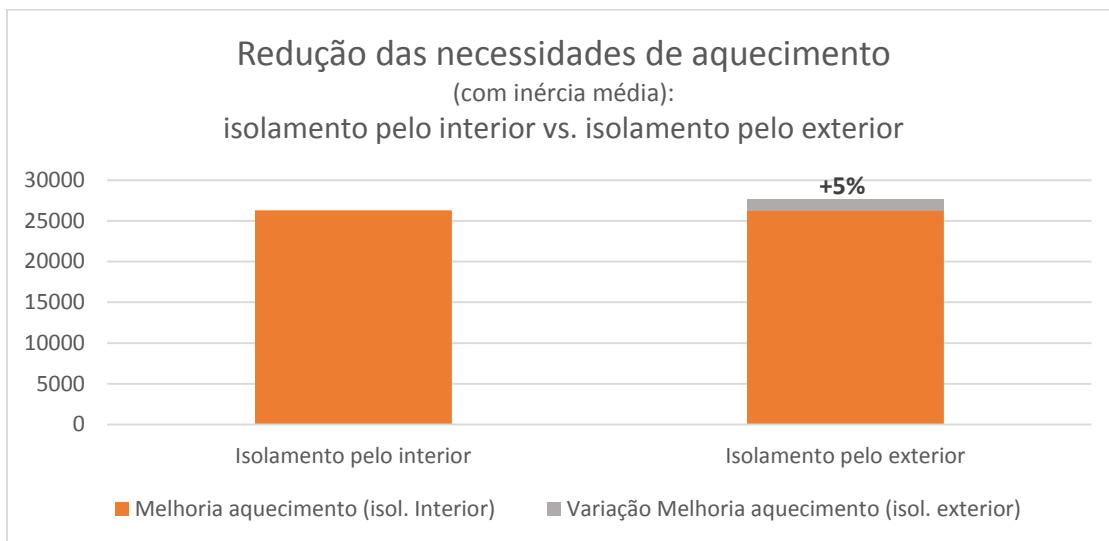


Gráfico 40 – Variação das necessidades de aquecimento em edifícios com inércia média, em função da solução de isolamento (interior vs. exterior)

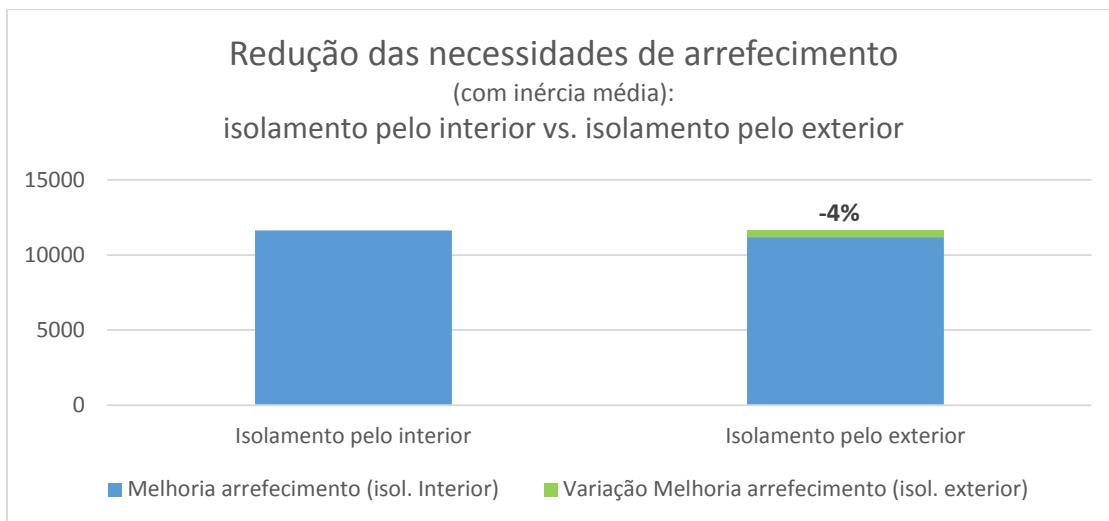


Gráfico 41 – Variação das necessidades de aquecimento em edifícios com inércia média, em função da solução de isolamento (interior vs. exterior)

Pode-se verificar, com base neste exemplo em concreto, que:

- No caso de paredes com inércia térmica elevada (e tendo em conta um perfil de climatização permanente):
 - A redução das necessidades de climatização é mais significativa com isolamento pelo exterior do que com isolamento pelo interior, tanto em aquecimento (cerca de 12%) como em arrefecimento (cerca de 8%);
 - A esta melhoria poderá acrescer, na maior parte dos casos, uma ligeira melhoria devido a melhor correção de pontes térmicas lineares;
- No caso de paredes com inércia térmica média (e tendo em conta um perfil de climatização permanente):

- A um desempenho ligeiramente melhor (cerca de 5%) em aquecimento, contrapõe-se um desempenho ligeiramente pior em arrefecimento (cerca de 4%), embora, de um modo geral, as necessidades de aquecimento sejam predominantes;
- A esta melhoria poderá acrescer, na maior parte dos casos, uma ligeira melhoria devido a melhor correção de pontes térmicas lineares;

Para análise global do custo-benefício das duas opções – isolamento pelo interior vs. isolamento pelo exterior – deverá ainda ser tido em que o isolamento pelo exterior representa, frequentemente, um investimento mais elevado, bem como outros fatores (p.e., o isolamento pelo exterior não reduz a área interior útil, ao contrário do isolamento pelo interior).

4.1.2.1.2. Coberturas

No que diz respeito a coberturas, identificam-se as seguintes possibilidade de melhoria:

- **Coberturas exteriores sem isolamento:**
 - Aplicação de isolamento sobre a laje, seja plana (terraço) ou inclinada.
- **Coberturas interiores sem isolamento:**
 - Aplicação de isolamento sobre a cobertura interior (laje de esteira ou equivalente);
 - Aplicação de isolamento na face exterior (tipicamente, vertentes inclinadas de sótão ou equivalente).

Dado que as coberturas que já possuem algum nível de isolamento apresentam um coeficiente de transmissão térmica médio já próximo do valor de referência, e tendo em conta os elevados períodos de retorno já identificados, no caso de fachadas, em situação idêntica, não serão analisadas melhorias em relação a estas situações.

Pressupostos de cálculo:

- Considerou-se, em todos os casos, a aplicação de isolamento de modo a conseguir melhorar o coeficiente de transmissão térmica das coberturas, pelo menos, para o valor de referência atual para a zona climática mais exigente:
 - $U = 0,4 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
- Embora na análise se refira, para mais fácil leitura, o tipo e localização das coberturas existentes, os cálculos baseiam-se em valores médios do coeficiente de transmissão térmica previamente determinados;
 - Assim, existindo informação mais detalhada sobre a constituição das coberturas, deverá ser utilizada esta informação como ponto de partida;
- Consideraram-se os seguintes custos médios de investimento:
 - Para coberturas inicialmente sem isolamento:
 - Aplicação de 80mm de espessura de isolamento:
 - com condutibilidade não superior a $0,037 \text{ W/m.°C}$, sobre a laje
 - e com reposição ou aplicação das devidas proteções mecânicas e impermeabilizações, quando em coberturas exteriores/expostas;
 - Com um custo estimado de:
 - 30 €/m^2 (de cobertura, descontando eventuais vãos) para isolamento de coberturas exteriores ou isolamento de vertentes exteriores sobre coberturas interiores;
 - 12 €/m^2 (de cobertura) para isolamento de coberturas interiores, com aplicação de isolamento sobre laje de esteira ou equivalente;

- As coberturas exteriores também poderão, em muitos casos, ser isoladas pelo interior, com aplicação de teto falso, e com um custo estimado em cerca de 23 €/m²;
 - Nestes casos, o período de retorno para isolamento térmico de coberturas exteriores pode melhorar em cerca de 20% a 25%.

“Caderno de Encargos” da Medida de Melhoria:

- A medida de melhoria deverá ter como objetivo melhorar o coeficiente de transmissão térmica para, pelo menos, o valor de referência na zona climática em causa,
 - Salvo devidamente justificado por simulação dinâmica, com todos os parâmetros claramente identificados, que um coeficiente de transmissão térmica intermédio possa conduzir a melhor desempenho que o de referência;
- Deverá ser garantida a correção de eventuais pontes térmicas;
 - Esta correção vai contribuir para que, para além de se evitarem patologias típicas, como pontos de condensação e desenvolvimento de fungos, o retorno das medidas de aplicação de isolamento seja idêntico ou melhor que o estimado.
- Deverá ser considerado e garantido:
 - No caso de coberturas exteriores, a impermeabilização e proteção mecânica do isolamento térmico, sempre que necessário;
 - No caso de coberturas interiores, a eventual necessidade de as mesmas serem transitáveis e, como tal, possuírem proteção mecânica adequada ao uso pretendido;
- As soluções de isolamento a considerar não deverão se comparadas com base apenas na espessura de isolamento, mas sim com base no Coeficiente de Transmissão Térmica da Solução final, devidamente justificado;
 - Para tal, todas as alternativas deverão considerar a mesma solução existente, com o mesmo coeficiente de transmissão térmica de base;
 - Cada alternativa poderá, adicionalmente, listar as vantagens e desvantagens da solução proposta, para análise pelo Dono de Obra de outros eventuais critérios (p.e., ocupação ou não de espaço interior útil, necessidade de interromper a utilização dos espaços interiores para realizar a intervenção, efeitos sobre a inércia ou correção de pontes térmicas lineares);

Investimento considerado para o “Hotel-Tipo” em estudo:

	Área aprox. de cobertura (m ²)	Custo unitário (isolamento pelo interior) (€/m ²)	Custo unitário (isolamento pelo exterior) (€/m ²)	Investimento global estimado (isolamento pelo interior) (€)	Investimento global estimado (isolamento pelo exterior) (€)
Coberturas exteriores	2210	-	30	-	66 300
Coberturas interiores - laje interior	1260	12		15 100	-
Coberturas interiores - vertente exterior	1390		30	-	41 700

Tabela 23 – Investimento estimado em medidas de isolamento de coberturas

Antes mesmo de passar à análise de melhorias, salienta-se que:

- As situações de coberturas interiores (mesmo sem isolamento) têm claramente benefícios, nas necessidades de climatização, em relação às coberturas exteriores.

Estes benefícios refletem-se nas necessidades de aquecimento (2% a 5% menos do que com coberturas exteriores), mas principalmente nas necessidades de arrefecimento (13% a 23% menos do que no caso de coberturas exteriores) e, consequentemente, nos custos com climatização.

Chama-se ainda a atenção para o facto de estes valores poderem variar com o nível de ventilação do desvão, no caso de coberturas interiores, e como sistema de climatização utilizado. No gráfico seguinte

representa-se a situação de aquecimento e arrefecimento supridos por sistemas do tipo bomba de calor com rendimentos médios.

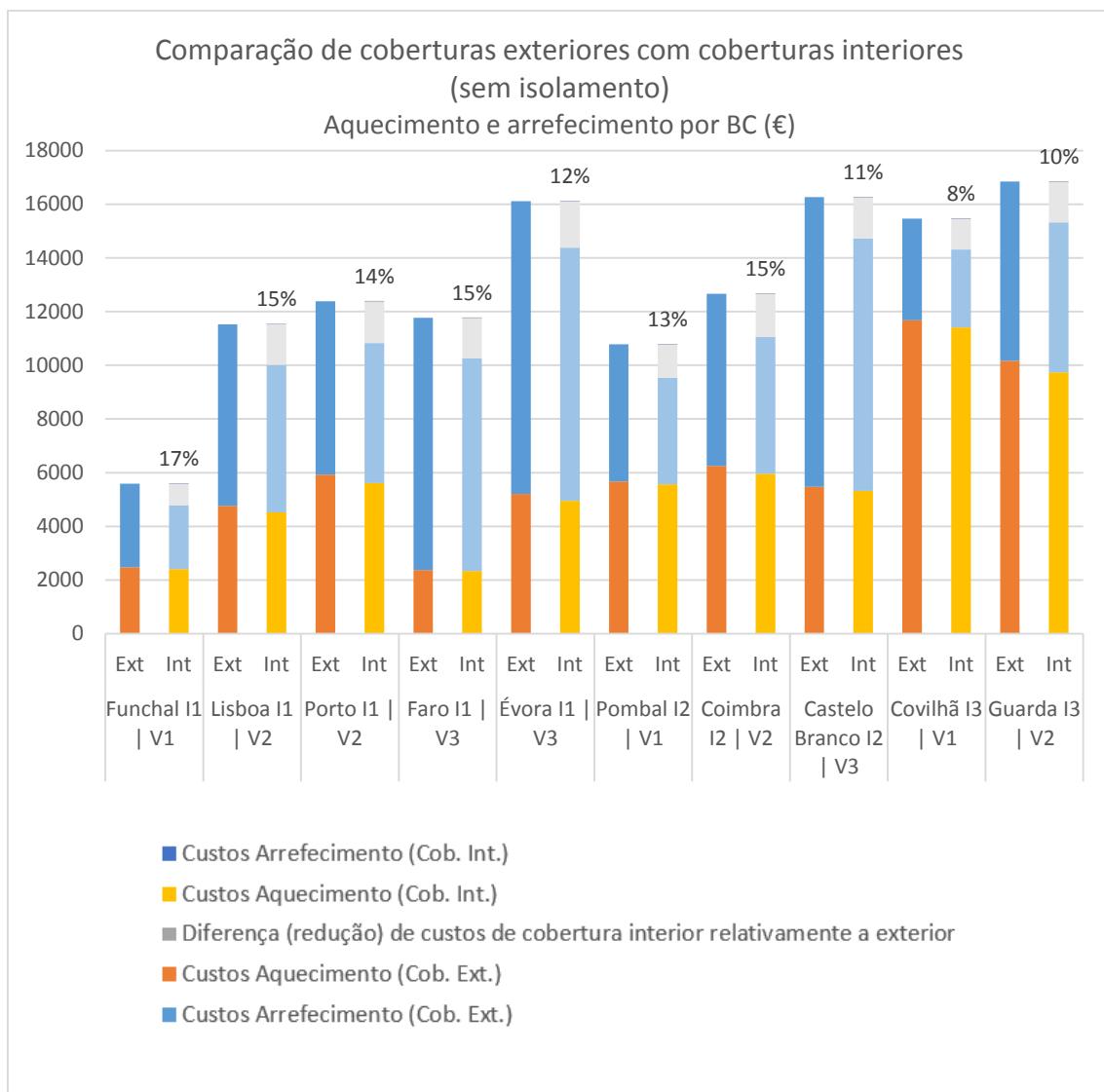


Gráfico 42 – Comparação de custos de climatização com coberturas exteriores vs. interiores

Resumem-se de seguida os principais resultados, em tabela e em gráfico, para alguns cenários representativos.

De notar que, no caso de isolamento de coberturas, já é significativo o efeito, tanto nas necessidades de aquecimento, como de arrefecimento, pelo que numa primeira análise se mantém a análise de resultados para cada zona climática, avaliando o efeito de Inverno e de Verão (ver em anexo).

Após uma primeira análise dos dados verifica-se, no entanto, que a principal correlação é, de facto, com a severidade da estação de aquecimento (nº de GDA).

Em anexo poderão também encontrar-se dados mais completos, nomeadamente no que diz respeito ao impacto ambiental das medidas analisadas.

Solução existente - Melhoria	GDA (graus.dia/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Cobertura exterior - Isolamento exterior	< 1000	22 225	35 292	29	22	13	-700 €	16 200 €	67 100 €
	1000 - 1100	18 568	2 378	18	13	7	25 800 €	61 200 €	167 600 €
	1100 - 1800	52 760	47 787	16	11	6	41 380 €	81 480 €	202 420 €
	> 1800	94 517	34 502	13	8	4	58 450 €	130 350 €	346 950 €
Cobertura interior - Isolamento interior	< 1000	9 428	1 638	46	23	10	-5 050 €	2 100 €	23 750 €
	1000 - 1100	18 568	2 378	20	12	5	3 500 €	17 700 €	60 200 €
	1100 - 1800	22 333	5 636	15	9	4	11 020 €	28 000 €	79 200 €
	> 1800	41 972	3 191	10	5	2	24 100 €	56 050 €	152 200 €
Cobertura interior - Isolamento exterior	< 1000	9 673	2 662	>100	58	26	-30 050 €	-22 750 €	-550 €
	1000 - 1100	18 536	3 301	53	31	14	-21 900 €	-7 800 €	34 700 €
	1100 - 1800	22 262	6 639	39	24	11	-14 280 €	2 660 €	53 640 €
	> 1800	41 588	3 913	26	15	6	-1 800 €	29 800 €	125 100 €

Tabela 24 - Retorno económico de medidas de isolamento de coberturas

De notar que, no caso de coberturas interiores:

- A redução de cargas térmicas é menor, porque à partida o desempenho das coberturas interiores já é superior;
- Na prática, uma cobertura interior isolada continua a apresentar melhor desempenho que uma cobertura exterior isolada.
- O facto de o isolamento ser aplicado na laje interior ou nas vertentes exteriores não altera significativamente as poupanças alcançadas, pelo que a opção por uma outra solução dependerá essencialmente dos custos em cada situação;
- Na abordagem aqui efetuada, e como generalização, considerou-se que:
 - o isolamento interior pode, na maioria dos casos, ser aplicado simplesmente colocando o isolamento sobre a laje interior, sem significativos custos de fixação ou acabamentos;
 - E por isso com um custo, de um modo geral, bastante reduzido;
 - o isolamento exterior implicará o levantamento e reposição de telhas/revestimentos exteriores, e/ou a aplicação de revestimentos adicionais para assegurar a proteção mecânica e impermeabilização do isolamento.
 - E por isso com um custo, de um modo geral, superior.

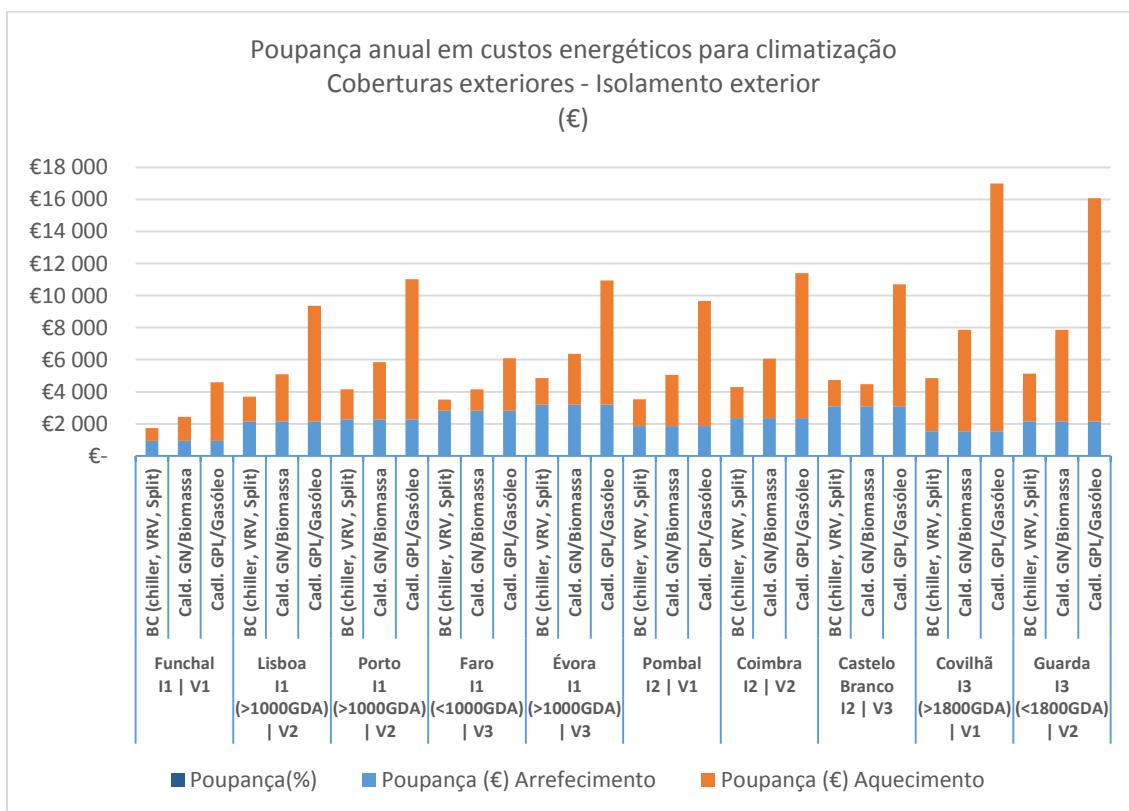


Gráfico 43 – Poupança anual estimada para isolamento de coberturas exteriores nas diferentes zonas climáticas e com recurso a diferentes sistemas de climatização

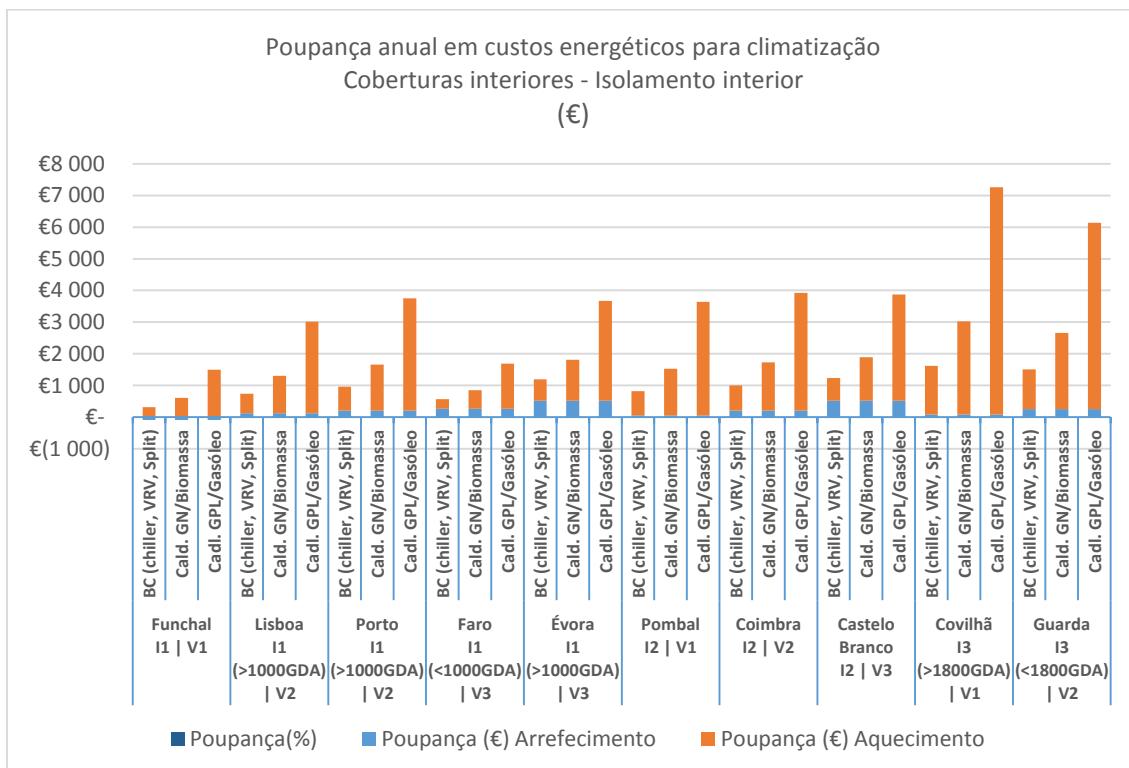


Gráfico 44 – Poupança anual estimada para isolamento de coberturas interiores nas diferentes zonas climáticas e com recurso a diferentes sistemas de climatização

Resultado Líquido (Poupança em 25 anos - Investimento) em custos energéticos para climatização (€)

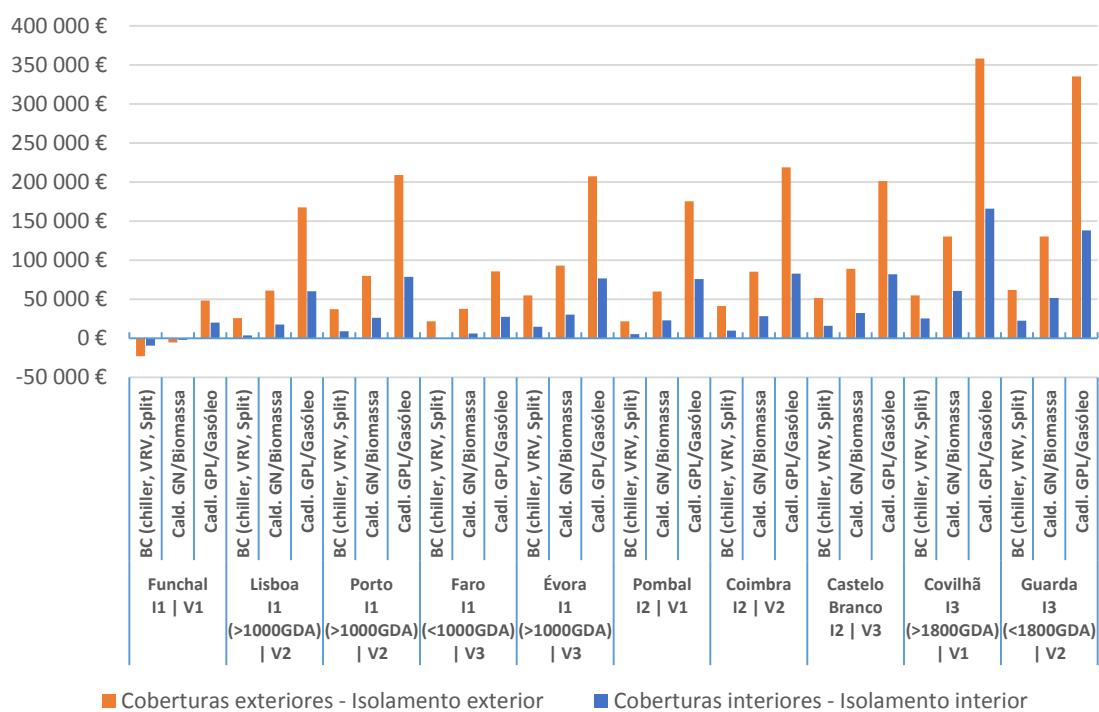


Gráfico 45 – Resultado líquido estimado em 25 anos, para isolamento de coberturas

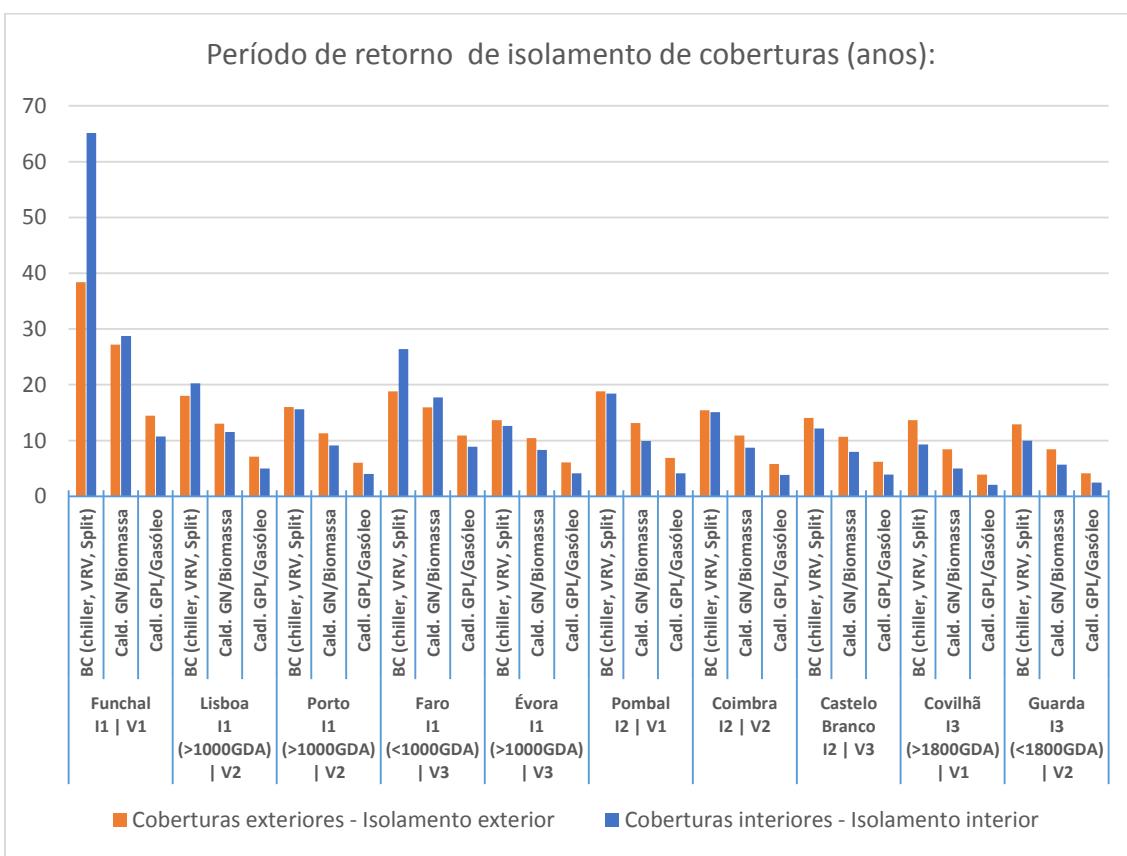


Gráfico 46 – Período de retorno simples, para isolamento de coberturas

4.1.2.1.2.1. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais

Aplicação de isolamento na cobertura exterior pelo exterior aos exemplos de Lisboa, Faro e Guarda. Teve-se em consideração para cálculo um sistema de climatização do ambiente a GPL / Gasóleo para aquecimento e um sistema bomba de calor para arrefecimento.

		Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Redução energia primária	Redução emissões CO2 (kWh EP)
Tipo cobertura	Concelho	Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	(kWh EP)	(kg CO2/ano)
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Lisboa	46 451	40 067	91 428	24 411
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Faro	21 003	52 868	73 517	19 629
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Guarda	89 601	40 248	142 063	37 931

Tabela 25 – Impactos ambientais: aplicação de isolamento na cobertura exterior pelo exterior

4.1.2.1.2.2. Investimento e retorno

		Poupança total anual	Investimento	Retorno	Ao fim de 25 anos
Tipo cobertura	Concelho	(€)	(€)	(anos)	(€)
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Lisboa	9 356	66 300	7.1	167 606
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Faro	6 084	66 300	10.9	85 797
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Guarda	16 072	66 300	4.1	335 505

Tabela 26 – Investimento e retorno: aplicação de isolamento na cobertura exterior pelo exterior

Análise e Conclusões:

- A viabilidade económica de medidas de isolamento de coberturas depende fortemente:
 - do tipo de cobertura existente;
 - do tipo de solução de isolamento a aplicar e respetivo custo;
 - das características do sistema de climatização utilizado;
 - da localização e respetivo clima,
 - em especial da severidade do Inverno na zona climática em causa (nº de GDA);
- O isolamento térmico de coberturas apresenta, de um modo geral, retorno mais rápido e maior impacto ambiental (por área intervencionada e por valor investido) que o isolamento de paredes;
- Em zonas com menos de 1000 GDA, só é economicamente interessante investir no isolamento de coberturas se não for possível optar por sistemas de aquecimento mais económicos do que caldeira a GPL ou gasóleo;
- Nas restantes zonas, o isolamento de coberturas, tanto exteriores como interiores, poderá ser compensatório na maioria dos casos, embora com significativas variações no período de retorno, em função da zona climática e sistemas de climatização utilizados;
- Para coberturas já com algum nível de isolamento térmico, a viabilidade de reforço do isolamento deverá ser avaliada caso a caso;
- Embora a redução de cargas térmicas seja idêntica, colocando o isolamento no interior ou nas vertentes exteriores, o investimento necessário é por norma menor para isolar a laje interior, pelo que o retorno desta solução é conseguido mais rapidamente;
- Em média, e devido à diferença de investimento que pode estar envolvida, a solução de isolamento pelo exterior (de coberturas interiores) poderá ter um retorno na ordem de 2,5 vezes mais lento do que a solução de isolamento pelo interior;
- Por outro lado, para coberturas exteriores, a possibilidade de isolamento pelo interior (aplicação de teto falso e isolamento térmico no teto falso) poderá reduzir o período de retorno para cerca de 75% a 70% do período de retorno apresentado.

4.1.2.1.3. Pavimentos

Relativamente a pavimentos que delimitam espaços climatizados, identificam-se as seguintes possibilidades de melhoria:

- **Pavimentos exteriores sem isolamento:**
 - Aplicação de isolamento sob a laje, com acabamento resistente à intempéries;
- **Pavimentos interiores sem isolamento:**
 - Aplicação de isolamento sob o pavimento, com revestimento, sempre que necessário.

Dado que os pavimentos que já possuem algum nível de isolamento apresentam um coeficiente de transmissão térmica médio já próximo do valor de referência, e tendo em conta os elevados períodos de retorno já identificados, no caso de fachadas, em situação idêntica, não serão analisadas melhorias em relação a estas situações.

Pressupostos de cálculo:

- Considerou-se, em todos os casos, a aplicação de isolamento de modo a conseguir melhorar o coeficiente de transmissão térmica dos pavimentos, pelo menos, para o valor de referência atual para a zona climática mais exigente:
 - $U = 0,4 \text{ W/m}^2 \cdot ^\circ\text{C}$
- Embora na análise se refira, para mais fácil leitura, o tipo e localização dos pavimentos existentes, os cálculos baseiam-se em valores médios do coeficiente de transmissão térmica previamente determinados;
 - Assim, existindo informação mais detalhada sobre a constituição dos pavimentos, deverá ser utilizada esta informação como ponto de partida;
- Consideraram-se os seguintes custos médios de investimento:
 - Para pavimentos inicialmente sem isolamento:
 - Aplicação de 80mm de espessura de isolamento:
 - com condutibilidade não superior a $0,037 \text{ W/m} \cdot ^\circ\text{C}$, sobre a laje
 - sob a laje, com revestimento adequado:
 - resistente à intempéries, no caso de pavimentos exteriores;
 - teto falso, se necessário, no caso de pavimentos interiores;
 - Com um custo estimado de:
 - 35 €/m^2 (de pavimento) para isolamento de pavimentos exteriores;
 - 22 €/m^2 (de pavimento) para isolamento de pavimentos interiores;

“Caderno de Encargos” da Medida de Melhoria:

- A medida de melhoria deverá ter como objetivo melhorar o coeficiente de transmissão térmica para, pelo menos, o valor de referência na zona climática em causa,
 - Salvo devidamente justificado por simulação dinâmica, com todos os parâmetros claramente identificados, que um coeficiente de transmissão térmica intermédio possa conduzir a melhor desempenho que o de referência;
- Deverá ser garantida a correção de eventuais pontes térmicas;
 - Esta correção vai contribuir para que, para além de se evitarem patologias típicas, como pontos de condensação e desenvolvimento de fungos, o retorno das medidas de aplicação de isolamento seja idêntico ou melhor que o estimado.
- As soluções de isolamento a considerar não deverão se comparadas com base apenas na espessura de isolamento, mas sim com base no Coeficiente de Transmissão Térmica da Solução final, devidamente justificado;
 - Para tal, todas as alternativas deverão considerar a mesma solução existente, com o mesmo coeficiente de transmissão térmica de base;

- Cada alternativa poderá, adicionalmente, listar as vantagens e desvantagens da solução proposta, para análise pelo Dono de Obra de outros eventuais critérios (p.e., ocupação ou não de espaço interior útil, necessidade de interromper a utilização dos espaços interiores para realizar a intervenção, efeitos sobre a inércia ou correção de pontes térmicas lineares);

Investimento considerado para o “Hotel-Tipo” em estudo:

	Área aprox. de pavimento (m ²)	Custo unitário (€/m ²)	Investimento global estimado (€)
Pavimentos exteriores	172	35	6 000
Pavimentos interiores	415	23	9 550

Tabela 27 – Investimento estimado em medidas de isolamento de pavimentos

Resumem-se de seguida os principais resultados, em tabela e em gráfico, para alguns cenários representativos.

Em anexo poderão encontrar-se dados mais completos, nomeadamente no que diz respeito ao impacto ambiental das medidas analisadas.

Pavimento existente	GDA (graus.dia/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples			Resultado ao fim de 25 anos:		
					Arrefecimento: sistemas BC	Aquecimento: diferentes soluções (anos)	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Pavimento exterior	< 1000	4 059	-1 852	>100	38	11	-5 100 €	-2 000 €	7 300 €	
	1000 - 1100	693	-21 421	67	22	7.2	-3 700 €	900 €	15 000 €	
	1100 - 1800	7 407	-1 559	38	16	5.6	-1 920 €	3 720 €	20 700 €	
	> 1800	13 439	-1 478	17	7.9	3.0	3 250 €	13 450 €	44 200 €	
Pavimento interior	< 1000	-5 358	-22 822	NA	NA	NA	-44 400 €	-48 500 €	-60 800 €	
	1000 - 1100	693	-21 421	NA	NA	NA	-37 500 €	-37 000 €	-35 400 €	
	1100 - 1800	2 533	-20 487	NA	NA	NA	-34 760 €	-32 840 €	-27 020 €	
	> 1800	11 225	-14 081	NA	NA	11	-18 950 €	-10 400 €	15 300 €	

Tabela 28 - Retorno económico de medidas de isolamento de pavimentos

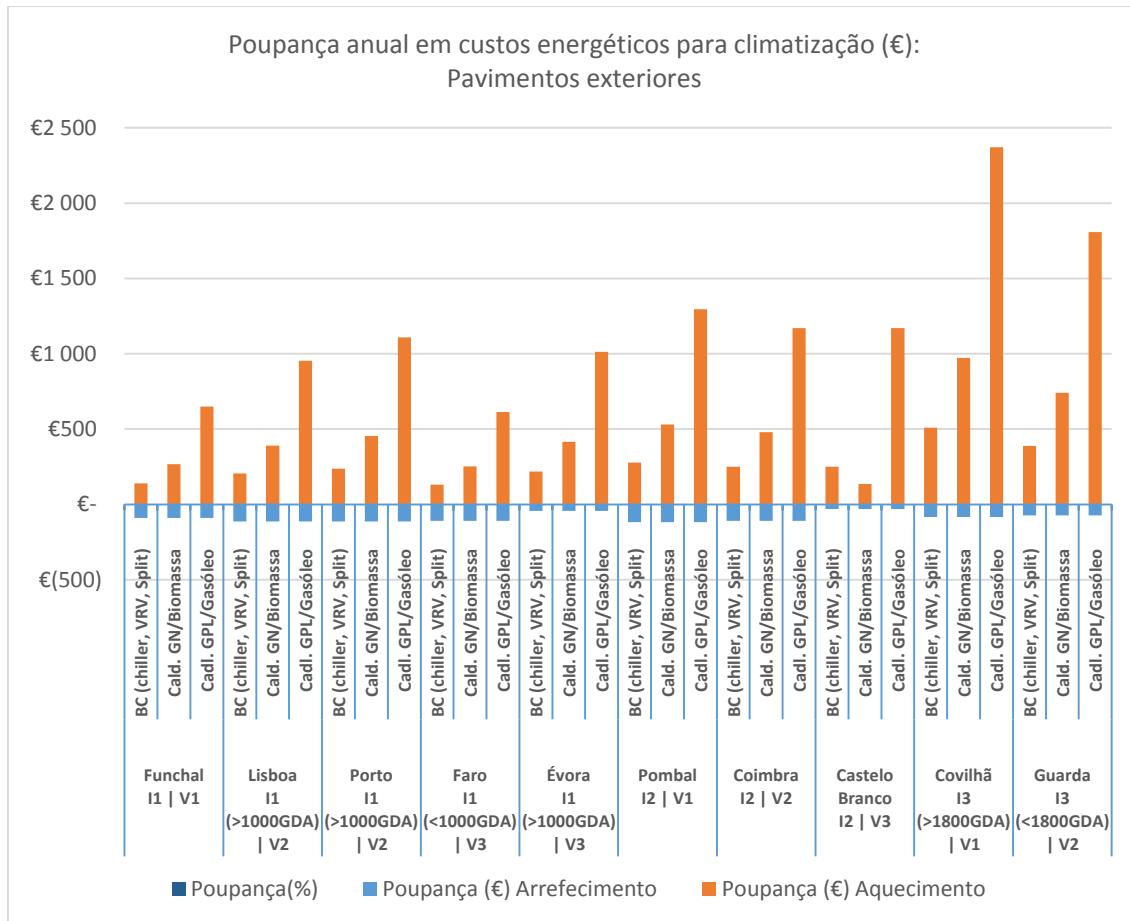


Gráfico 47 – Poupança anual estimada para isolamento de pavimentos exteriores nas diferentes zonas climáticas e com recurso a diferentes sistemas de climatização

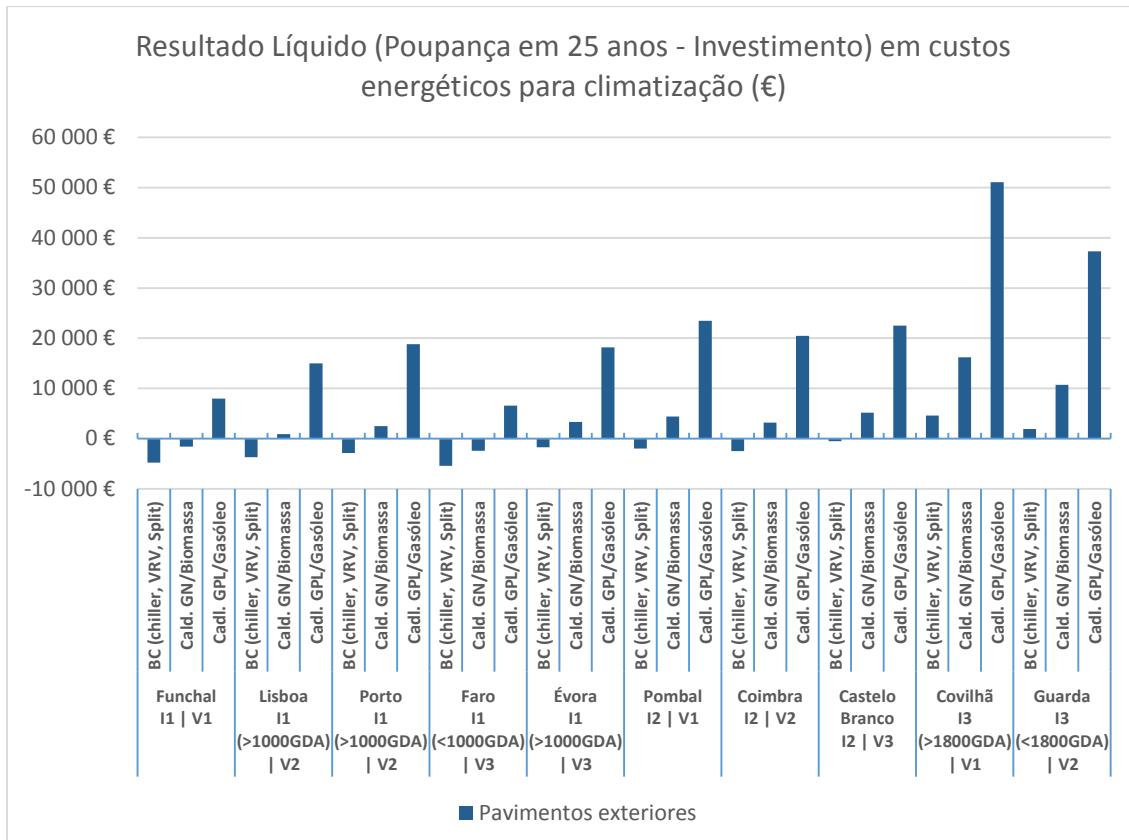


Gráfico 48 – Resultado líquido estimado em 25 anos, para isolamento de pavimentos

~ ~

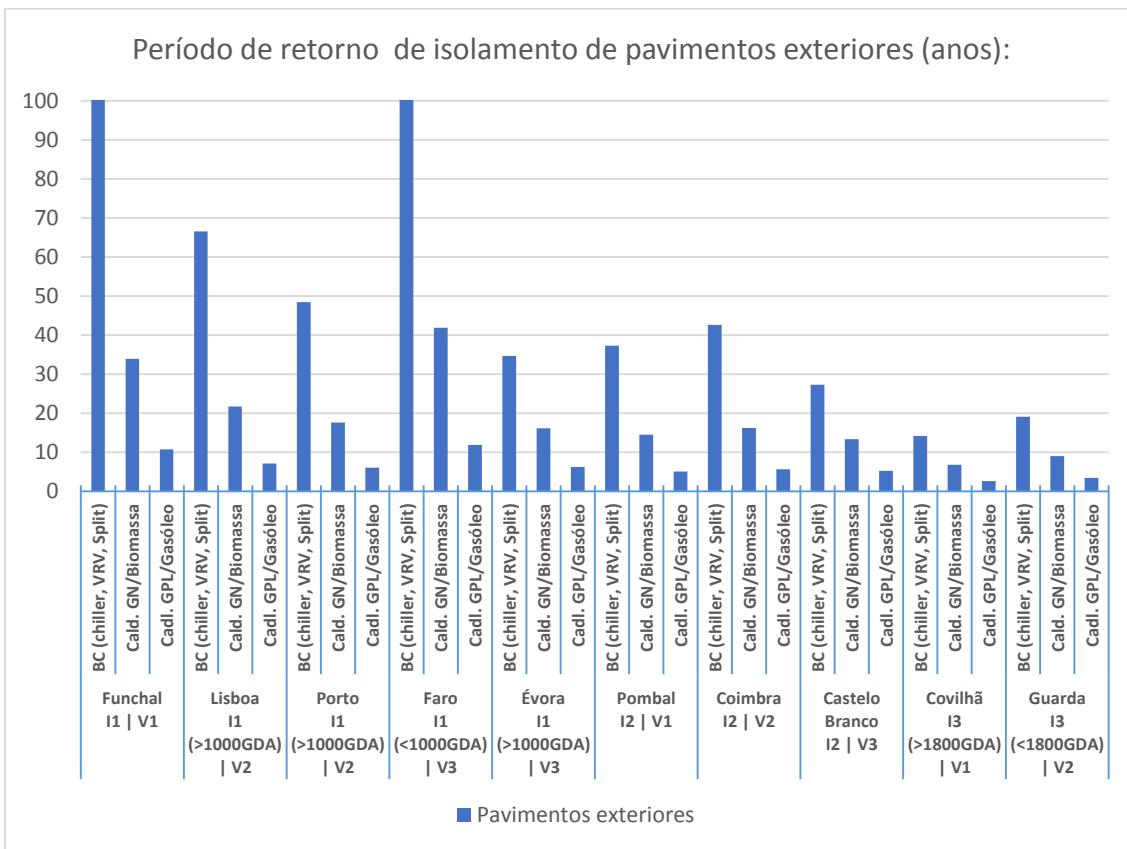


Gráfico 49 – Período de retorno simples, para isolamento de pavimentos
4.1.2.1.3.1. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais

Aplicação de isolamento no pavimento exterior aos exemplos de Lisboa, Faro e Guarda. Foi considerado para cálculo um sistema de climatização do ambiente a GPL / Gasóleo para aquecimento e um sistema bomba de calor para arrefecimento.

		Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Redução energia primária	Redução emissões CO2 (kWh EP)
Tipo de pavimento	Concelho	Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	(kWh EP)	(kg CO2/ano)
Pavimento exterior	Lisboa	6 130	-2 141	5 187	1 385
Pavimento exterior	Faro	3 943	-2 029	2 733	730
Pavimento exterior	Guarda	11 625	-1 370	12 328	3 292

Tabela 29 – Impactos ambientais: Aplicação de isolamento no pavimento exterior

4.1.2.1.3.2. Investimento e retorno

		Poupança total anual	Investimento	Retorno	Ao fim de 25 anos
Tipo de pavimento	Concelho	(€)	(€)	(anos)	(€)
Pavimento exterior	Lisboa	839	6 020	7.2	14 943
Pavimento exterior	Faro	505	6 020	11.9	6 596
Pavimento exterior	Guarda	1 734	6 020	3.5	37 322

Tabela 30 – Investimento e retorno: Aplicação de isolamento no pavimento exterior

Análise e Conclusões:

- A viabilidade económica de medidas de isolamento de pavimentos depende fortemente:
 - de se tratar de um pavimento exterior ou interior;
 - das características do sistema de climatização utilizado;
 - da localização e respetivo clima,
 - em especial da severidade do Inverno na zona climática em causa (nº de GDA);
- O isolamento térmico de pavimentos interiores, ainda que sobre espaços não climatizados, não é, de um modo geral e salvo raras exceções, economicamente interessante;
- O isolamento de pavimentos exteriores (sem qualquer isolamento), pelo contrário, pode, em muitos casos, e em especial nas zonas mais frias, ter um período de retorno interessante;
- Em zonas com menos de 1100 GDA, no entanto, só é economicamente interessante investir no isolamento de pavimentos se não for possível optar por sistemas de aquecimento mais económicos do que caldeira a GPL ou gasóleo;
- Para pavimentos já com algum nível de isolamento térmico, a viabilidade de reforço do isolamento deverá ser avaliada caso a caso;
- A poupança efetiva irá variar muito, naturalmente, com a área de pavimento exterior que o Hotel possuir; tratando-se geralmente de áreas relativamente reduzidas, o resultado líquido de isolar as secções de pavimento exterior terá frequentemente um impacto global reduzido, quando comparado com o isolamento de coberturas;

4.1.2.1.4. Envidraçados

Relativamente a envidraçados, podem ser identificadas diferentes medidas de melhoria, quer intervindo nas próprias caixilharias e vidros, a fim de reduzir as perdas térmicas, quer intervindo a nível de proteções solares ou redução do fator solar dos vidros, a fim de limitar sobreaquecimentos devido a ganhos solares.

Com base numa análise de sensibilidade inicial, considera-se que – salvo existência de patologias ou degradação dos envidraçados:

- **Apenas será economicamente interessante investir na substituição de janelas ou aplicação de 2^a caixilharia no caso de os envidraçados existentes possuírem vidro simples, o que corresponde a cerca de 20% das situações identificadas em certificados.**

Assim, propõe-se a análise das seguintes medidas de melhoria:

- **Envidraçados com vidro simples:**
 - Aplicação de proteções exteriores reguláveis;
 - Aplicação de 2^a caixilharia com vidro simples, sem remoção das existentes, nos casos em que seja viável;
 - Substituição integral de envidraçados por novas caixilharias com vidro duplo corrente;
 - Substituição integral de envidraçados por novas caixilharias com vidro duplo de fator solar reduzido;
 - Substituição integral de envidraçados por novas caixilharias com vidro duplo de baixa emissividade;

Pressupostos de cálculo:

- Proteções solares reguláveis:
 - Considera-se que as proteções solares são abertas/fechadas de modo a maximizar o aproveitamento dos ganhos solares no Inverno e de modo a limitar o sobreaquecimento no Verão;
- Solução existente: Caixilharia com vidro simples
 - Coeficiente de perdas térmicas (conjunto caixilharia + vidro): $U_w \leq 5,2 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
 - Fator solar do vidro: $g \approx 0,85$
 - Infiltrações de ar: aproximadamente 0,7 rph
 - Proteções solares: manutenção de proteções solares interiores reguláveis
- No caso de envidraçados, os custos podem variar muito significativamente com o tipo de envidraçados, caixilharias, dimensões e condicionantes de montagem; regista-se uma variação mais acentuada, nestes casos, comparativamente com o isolamento de envolvente opaca.
- No entanto, para efeitos de uma análise comparativa, apresentam-se de seguida as características técnicas e custos médios de investimento considerados para cada opção:
- Considerou-se, nos casos de aplicação de proteções solares exteriores reguláveis (lâminas móveis/orientáveis, portadas, persianas, ou outros), mantendo os envidraçados existentes:
 - Coeficiente de perdas térmicas (conjunto caixilharia + vidro): $U_w \leq 5,2 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
 - Fator solar do vidro: $g \approx 0,75$
 - Manutenção de infiltrações não controladas de ar em 0,7 rph
 - Proteções solares: substituição de proteções solares interiores por exteriores
 - Com um custo estimado de 30€/m² de envidraçado (incluindo caixilharia e vidro)
- Considerou-se, nos casos de aplicação de uma 2^a caixilharia, mantendo os envidraçados existentes, valores típicos para caixilharias metálicas sem corte térmico:
 - Coeficiente de perdas térmicas (conjunto caixilharia + vidro): $U_w \leq 3,1 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
 - Fator solar do vidro: $g \approx 0,72$
 - Redução de infiltrações não controladas de ar de 0,7 rph para 0,6 rph

- Proteções solares:
manutenção de proteções solares interiores reguláveis
 - Com um custo estimado de 100€/m² de envidraçado (incluindo caixilharia e vidro)
- Considerou-se, nos casos de substituição integral dos envidraçados por novas caixilharias com vidros duplos, a aplicação de soluções com coeficiente de perdas igual ou inferior ao valor de referência mais exigente:
 - Coeficiente de perdas térmicas (conjunto caixilharia + vidro): $U_w \leq 3,3 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
 - Fator solar do vidro: $g \approx 0,75$
 - Redução de infiltrações não controladas de ar de 0,7 rph para 0,6 rph
 - Proteções solares: manutenção de proteções solares interiores reguláveis
 - Com um custo estimado de 150€/m² de envidraçado (incluindo caixilharia e vidro)
- Considerou-se, nos casos de substituição integral dos envidraçados por novas caixilharias com vidros duplos de fator solar reduzido, a aplicação de soluções com fator solar igual ao valor de referência mais exigente:
 - Coeficiente de perdas térmicas (conjunto caixilharia + vidro): $U_w \leq 3,3 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
 - Fator solar do vidro: $g \approx 0,15$
 - Redução de infiltrações não controladas de ar de 0,7 rph para 0,6 rph
 - Proteções solares: manutenção de proteções solares interiores reguláveis
 - Com um custo estimado de 175€/m² de envidraçado (incluindo caixilharia e vidro)
- Considerou-se, nos casos de substituição integral dos envidraçados por novas caixilharias com vidros duplos de baixa emissividade:
 - Coeficiente de perdas térmicas (conjunto caixilharia + vidro): $U_w \leq 2,5 \text{ W/m}^2.\text{°C}$
 - Fator solar do vidro: $g \approx 0,60$
 - Redução de infiltrações não controladas de ar de 0,7 rph para 0,6 rph
 - Proteções solares: manutenção de proteções solares interiores reguláveis
 - Com um custo estimado de 175€/m² de envidraçado (incluindo caixilharia e vidro)
- Embora na análise se refira, para mais fácil leitura, uma descrição simplificada dos envidraçados e proteções solares, os cálculos baseiam-se em valores médios do coeficiente de transmissão térmica e fator solar dos vidros e proteções;
 - Assim, existindo informação mais detalhada sobre a constituição dos envidraçados e sobre as alternativas propostas, deverá ser utilizada esta informação como ponto de partida;

“Caderno de Encargos” da Medida de Melhoria:

- A medida de melhoria deverá ter como objetivo melhorar o coeficiente de transmissão térmica para, pelo menos, o valor de referência na zona climática em causa,
 - Salvo devidamente justificado por simulação dinâmica, com todos os parâmetros claramente identificados, que um coeficiente de transmissão térmica intermédio possa conduzir a melhor desempenho que o de referência;
- E, sempre que possível, melhorar o fator solar (com as proteções 100% ativas), também para o valor de referência na zona climática em causa;
- Deverá ainda ser considerado o impacto sobre a renovação do ar, nomeadamente:
 - Corrigindo excessos de infiltrações não controladas que se possam verificar com os envidraçados existentes;
 - Considerando a possibilidade de integração de ventilação auto-regulável (em função das diferenças de pressão) na aplicação de novas janelas, em especial em espaços sem outros meios de ventilação;
- As soluções de melhorias a considerar deverão ser comparadas com base em:
 - Coeficiente de transmissão térmica da janela/envidraçado – U_w (W/m².°C)
 - Inclui a contribuição da caixilharia e dos vidros, e difere dos valores individuais
 - Do coeficiente de transmissão térmica dos vidros – U_g (W/m².°C)
 - Do coeficiente de transmissão térmica da caixilharia – U_f (W/m².°C)
 - Fator solar dos vidros – g_v

78/190

- Fator solar estimado do envidraçado com as proteções solares 100% ativas – gT
- Possibilidade de otimização dos ganhos solares em função de as proteções solares serem ou não reguláveis

Investimento considerado para o “Hotel-Tipo” em estudo:

	Área aprox. de envidraçados (m ²)	Custo unitário estimado da intervenção (€/m ²)	Investimento global estimado (€)
Aplicação de proteções solares exteriores	582	30	17 500
Aplicação de 2 ^a caixilharia com vidro simples	582	100	58 200
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo corrente	582	150	87 300
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo de fator solar reduzido	582	175	101 900
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo de baixa emissividade	582	175	101 900
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo corrente e proteções solares exteriores	582	180	104 800

Tabela 31 – Investimento estimado em medidas de intervenção em envidraçados

Antes mesmo de passar à análise de melhorias, salienta-se que:

- As proteções solares exteriores, sempre que tenham a possibilidade de ser reguláveis (lâminas reguláveis, persianas, estores, portadas), não afetam significativamente as necessidades de aquecimento, no Inverno, e apresentam desempenho claramente melhor no controlo dos ganhos solares, no Verão, do que as proteções interiores (cortinas, blackouts, estores, portadas), em qualquer das zonas climáticas estudadas.
- Estes benefícios refletem-se em necessidades de arrefecimento significativamente menores (13% a 30% menos) quando consideradas proteções exteriores, relativamente a situações idênticas, mas com proteções interiores;
- Nos custos globais com climatização (aquecimento e arrefecimento ambiente), esta opção pode refletir-se em poupanças de 3% a 15%, anualmente.

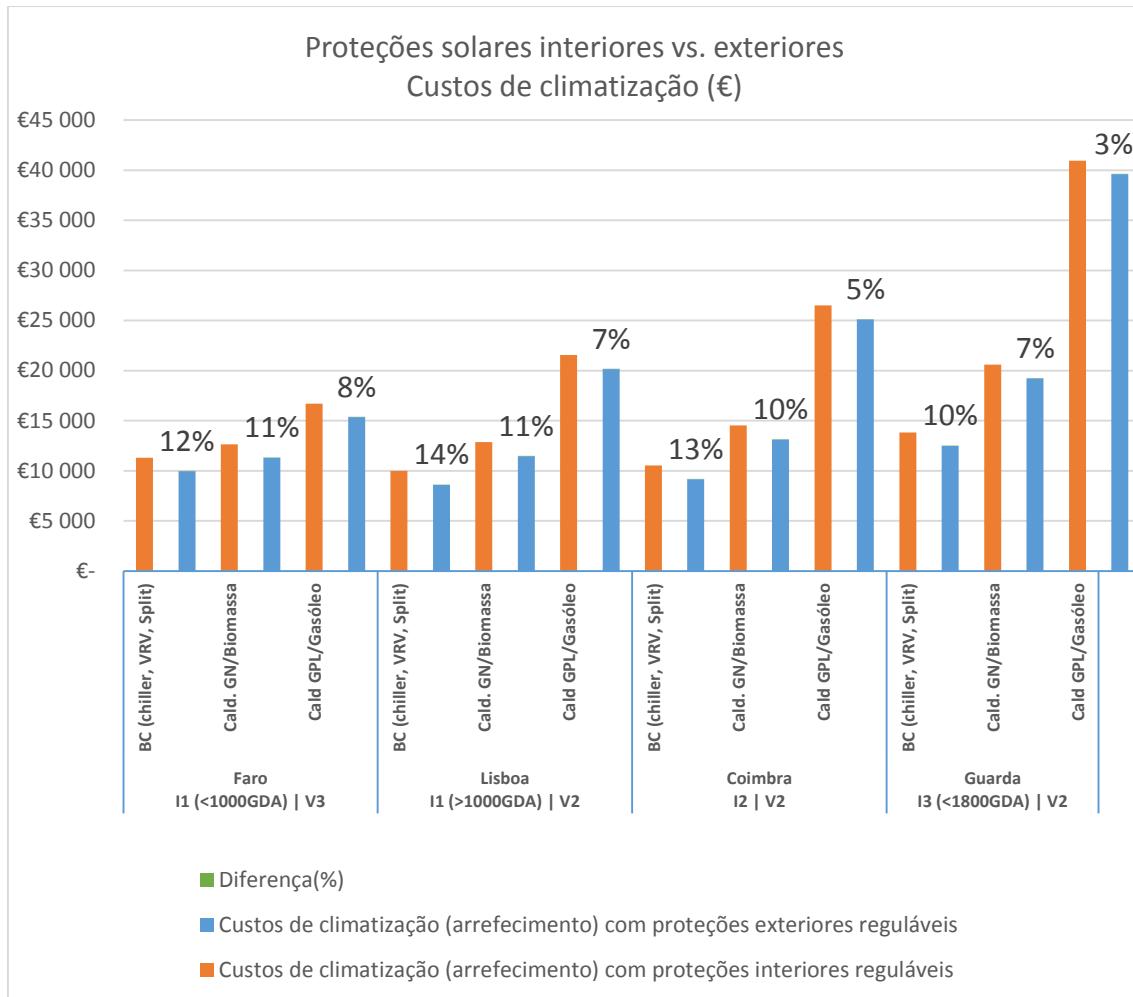


Gráfico 50 – Comparação de custos de
climatização com proteções solares exteriores vs. interiores

Resumem-se de seguida os principais resultados, em tabela e em gráfico, para alguns cenários representativos.

Em anexo poderão também encontrar-se dados mais completos, nomeadamente no que diz respeito ao impacto ambiental das medidas analisadas.

Melhoria Proposta	Concelho	I	V	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
				Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Aplicação de proteções solares exteriores reguláveis	Funchal	I1	V1	-19	9 811	33	34	34	-4 400 €	-4 400 €	-4 500 €
	Lisboa	I1	V2	-6	27 278	12	12	12	18 900 €	18 900 €	18 800 €
	Porto	I1	V2	-16	26 968	12	12	12	18 400 €	18 400 €	18 400 €
	Faro	I1	V3	-3	26 559	12	12	12	17 900 €	17 900 €	17 900 €
	Évora	I1	V3	-3	28 961	11	11	11	21 100 €	21 100 €	21 100 €
	Pombal	I2	V1	-50	24 711	13	13	13	15 400 €	15 400 €	15 300 €
	Coimbra	I2	V2	-23	26 650	12	12	12	18 000 €	18 000 €	17 900 €
	Castelo Branco	I2	V3	0	27 438	12	12	12	19 100 €	19 100 €	19 100 €
	Covilhã	I3	V1	-259	20 595	16	16	17	9 700 €	9 500 €	9 000 €
	Guarda	I3	V2	-31	26 078	13	13	13	17 200 €	17 200 €	17 100 €

Tabela 32 - Retorno económico de medidas intervenção nas proteções solares

Melhoria Proposta	GDA (graus.dia/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Aplicação de 2ª caixilharia com vidro simples	< 1000	9 385	5 113	>100	73	34	-43 550	-36 450	-14 900
	1000 - 1100	17 062	3 657	76	45	20	-39 100	-26 100	13 000
	1100 - 1800	20 760	6 046	59	36	16	-32 840	-17 060	30 520
	> 1800	37 044	2 130	43	24	10	-24 500	3 650	88 600
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo corrente	< 1000	9 385	5 113	>100	>100	51	-72 650	-65 550	-44 000
	1000 - 1100	17 062	3 657	>100	68	31	-68 200	-55 200	-16 100
	1100 - 1800	20 760	6 046	89	54	25	-61 940	-46 160	1 420
	> 1800	37 044	2 130	65	35	15	-53 600	-25 450	59 500
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo de fator solar	< 1000	-19 324	63 291	49	72	NA	-33 600	-48 300	-92 550
	1000 - 1100	-20 761	60 946	40	53	>100	-37 900	-53 700	-101 300
	1100 - 1800	-22 904	63 753	41	63	>100	-36 000	-53 400	-105 900
	> 1800	-29 127	43 748	>100	NA	NA	-67 850	-89 950	-156 750
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo e proteções novas com vidro duplo de baixa emissividade	< 1000	5 988	24 016	84	71	50	-64 900	-60 300	-46 650
	1000 - 1100	13 143	21 108	65	52	32	-62 800	-52 800	-22 700
	1100 - 1800	16 425	24 307	57	44	27	-55 800	-43 300	-5 660
	> 1800	31 364	14 751	56	37	18	-56 100	-32 250	39 650
Substituição de envidraçados por novos com vidro duplo e proteções novas com vidro duplo e proteções exteriores duplo de baixa emissividade	< 1000	9 376	22 599	86	67	42	-66 850	-59 750	-38 250
	1000 - 1100	17 057	30 180	48	39	25	-50 300	-37 400	1 700
	1100 - 1800	20 744	32 032	44	35	21	-44 820	-29 020	18 480
	> 1800	36 919	25 001	41	28	15	-40 700	-12 600	72 000

Tabela 33 - Retorno económico de medidas intervenção nos envidraçados

Poupança anual em custos energéticos para climatização (€):

Substituição de janelas por caixilharia nova e vidro duplo, mantendo proteções interiores reguláveis:

$$U=3,3W/(m^2 \cdot ^\circ C) \quad g=0,75$$

ou

Aplicação de 2ª caixilharia com vidro simples, mantendo proteções int

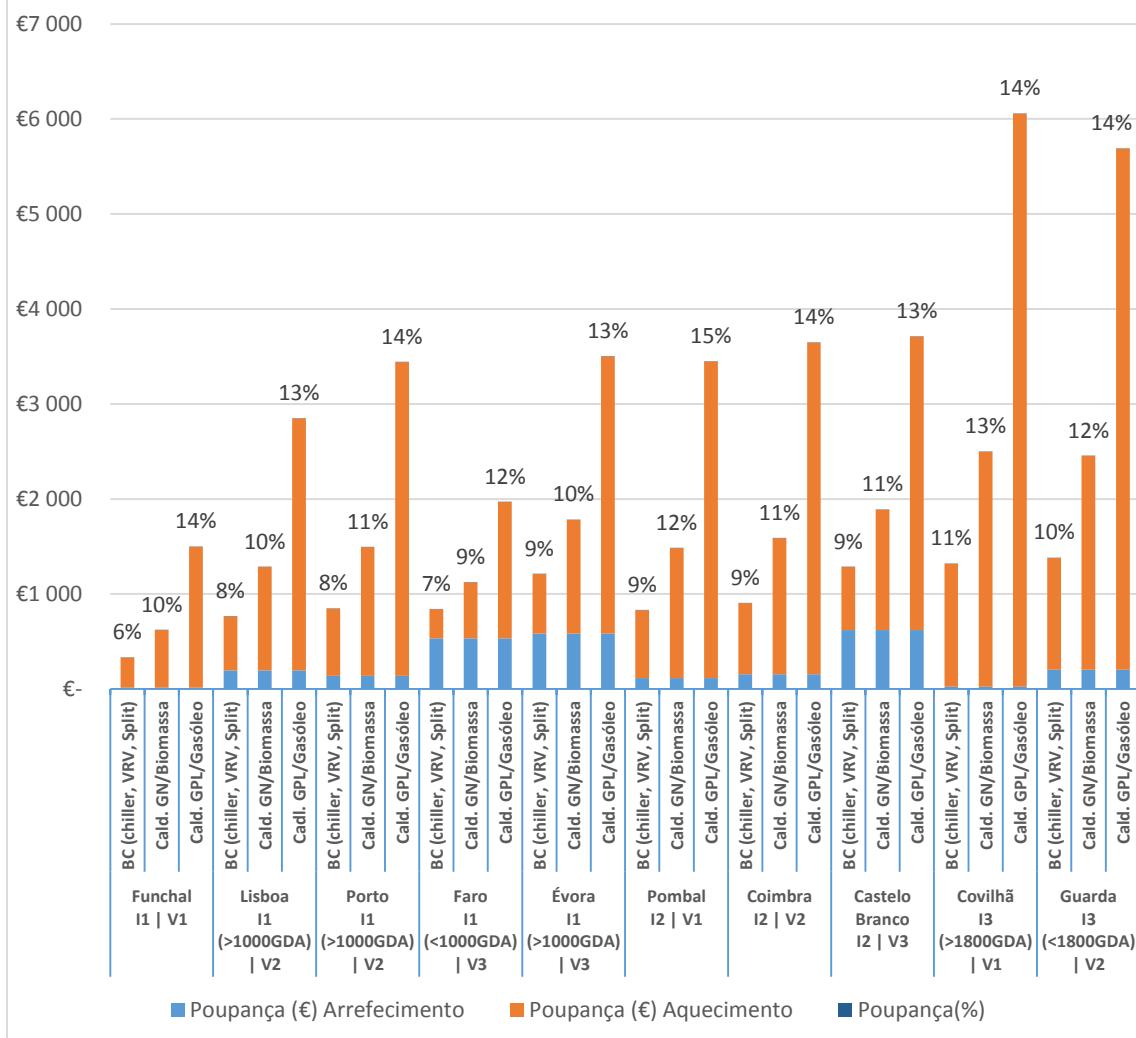


Gráfico 51 – Poupança anual estimada para substituição de envidraçados ou aplicação de 2^a caixilharia

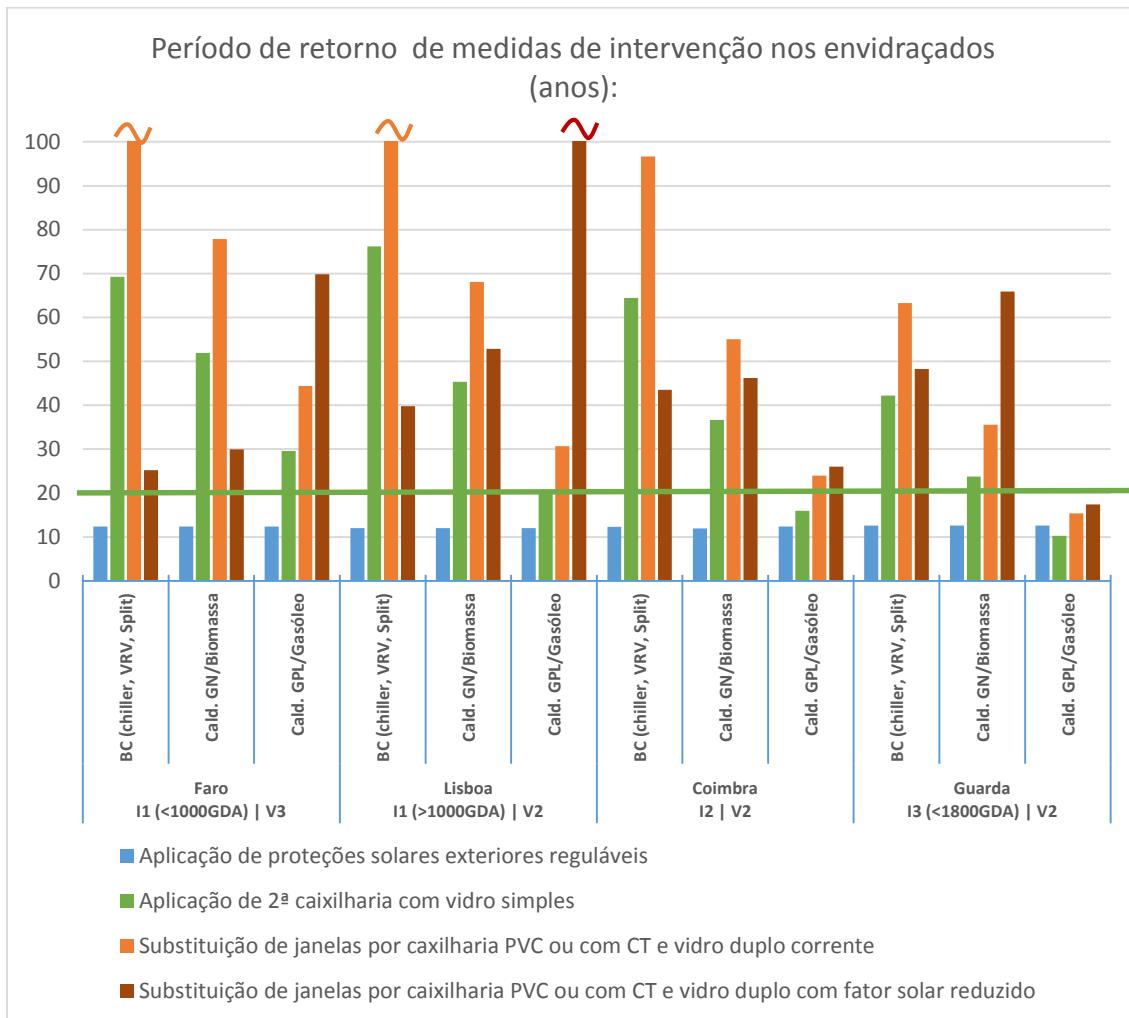


Gráfico 52 – Período de retorno simples, para intervenções em envidraçados, em zonas de referência

4.1.2.1.4.1. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais

Aplicação de proteções solares exteriores e 2^a caixilharia com vidro simples aos exemplos de Lisboa, Faro e Guarda. Foi considerado para cálculo um sistema de climatização do ambiente a GPL / Gasóleo para aquecimento e um sistema bomba de calor para arrefecimento.

		Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Redução energia primária (kWh EP)	Redução emissões CO2 (kWh EP)
Envidraçado	Concelho	Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	(kgep/ano)	(kg CO2/ano)
Proteções solares exteriores	Lisboa	-6	27 278	25 251	6 742
Proteções solares exteriores	Faro	-3	26 559	24 589	6 565
Proteções solares exteriores	Guarda	-31	26 078	24 110	6 437
2 ^a caixilharia com vidro simples	Lisboa	17 062	3 657	23 342	6 232
2 ^a caixilharia com vidro simples	Faro	9 225	9 989	20 039	5 350
2 ^a caixilharia com vidro simples	Guarda	35 281	3 814	44 796	11 960

Tabela 34 – Impactos ambientais: aplicação de proteções solares exteriores e 2^a caixilharia

4.1.2.1.4.2. Investimento e retorno

		Poupança total anual	Investimento	Retorno	Ao fim de 25 anos
Envidraçado	Concelho	(€)	(€)	(anos)	(€)
Proteções solares exteriores	Lisboa	1 454	17 500	12.0	18 849
Proteções solares exteriores	Faro	1 416	17 500	12.4	17 901
Proteções solares exteriores	Guarda	1 386	17 500	12.6	17 150
2 ^a caixilharia com vidro simples	Lisboa	2 847	58 200	20.4	12 971
2 ^a caixilharia com vidro simples	Faro	1 967	58 200	29.6	-9 036
2 ^a caixilharia com vidro simples	Guarda	5 687	58 200	10.2	83 967

Tabela 35 – Investimento e retorno: aplicação de proteções solares exteriores e 2^a caixilharia

Análise e Conclusões:

- A viabilidade económica de medidas de intervenção nas proteções solares depende fortemente:
 - da zona climática de Verão;
 - da opção por proteções exteriores ou interiores
- A viabilidade económica de medidas de intervenção nos envidraçados (caixilharias e vidros), depende fortemente de:
 - das características do sistema de climatização utilizado;
 - da localização e respetivo clima,
 - em especial da severidade do Inverno na zona climática em causa (nº de GDA);
- A medida com retorno mais rápido é a aplicação de proteções solares exteriores, que pode reduzir as necessidades de arrefecimento em 13% a 30%, com a consequente redução nos custos de funcionamento, dependendo da localização e sistemas de climatização instalados;
 - Em zonas climáticas I1 | V1, o período de retorno é superior a 30 anos;
 - Em zonas climáticas I3 | V1, o período de retorno é de cerca de 16 a 17 anos;
 - Nas restantes zonas climáticas, esta medida apresenta período de retorno na ordem dos 11 a 13 anos;
- As medidas de intervenção nas próprios envidraçados e caixilharias poderão ter um impacto bastante superior ao estimado se os envidraçados existentes tiverem muitas infiltrações;
- Destas medidas:
 - Estima-se que a aplicação de uma segunda caixilharia, sem remoção das existentes (se apresentarem condições adequadas), ou a substituição por novas caixilharias com coeficiente de transmissão térmica igual à referência, tenha resultados idênticos a nível de melhoria do desempenho térmico;
 - No entanto, se for possível – como por norma será – aplicar uma 2ª caixilharia com menor investimento do que a substituição integral dos envidraçados, a opção de uma 2ª caixilharia apresentará retorno mais rápido;
 - Uma vez que os vidros de baixa emissividade também apresentam, regra geral, fator solar inferior aos vidros correntes, apesar de reduzirem as perdas térmicas, também reduzem os ganhos solares úteis, no Inverno, verificando-se que, por norma, não apresentam vantagem significativa em relação aos vidros duplos correntes, para as localizações e climas de referência estudados;
 - Ressalva-se a possibilidade de os vidros de baixa emissividade apresentarem uma melhoria de desempenho a ter em conta, quando se trate de envidraçados orientados a Norte ou que, pela própria arquitetura, já não beneficiem significativamente dos ganhos solares no Inverno;
 - Nestes casos, em que não será significativa a redução de ganhos solares úteis para aquecimento, no Inverno, a redução das perdas térmicas através dos envidraçados poderá justificar uma análise específica para o edifício em causa;
 - Quanto à opção por vidros com fator solar reduzido (próximo dos valores de referência), que poderá também ser conseguida com vidros de baixa emissividade (alguns dos quais apresentam fator solar bastante reduzido):
 - Poderá ser interessante, face à opção de vidros correntes, quando os custos com arrefecimento ambiente forem predominantes face aos custos com aquecimento;
 - Mas não nas situações em que o aquecimento represente o principal custo de climatização.

4.2.Soluções Ativas

4.2.1. Equipamentos de climatização e AQS

Foi possível averiguar os equipamentos mais utilizados para climatização e AQS no parque existente dos hotéis em Portugal. Sendo esses equipamentos um dos principais consumidores de energia neste tipo de edifícios, torna-se portanto relevante o seu correto dimensionamento e funcionamento, sendo também importante a opção pelo sistema técnico mais económico e eficaz do ponto de vista energético. Neste sentido, será analisado qual poderá ser o sistema técnico mais vantajoso do ponto de vista económico-ambiental, entre os sistemas técnicos mais utilizados na atualidade.

Radiadores e convetores elétricos: O equipamento mais comum do mercado e com preços de aquisição extremamente baixos. Constituído por resistências elétricas, o seu consumo de 1 para 1 faz com que a sua instalação seja quase proibitiva quer em termos energéticos quer económicos. (web site: thermowatt)

Sistemas split e multi-split: os aparelhos de ar condicionado utilizam o ar como fluido de trabalho e são constituídas por duas partes distintas: a condensadora e a evaporadora, estando ambas ligadas por uma tubagem em cobre por onde circula gás refrigerante. Têm como função: arrefecimento, desumidificação do ar, ventilação e aquecimento. Este tipo de aparelhos permite arrefecimentos e aquecimentos rápidos e é de colocação individual em cada divisão, podendo ter ligação à unidade exterior em sistema mono (1 + 1) ou multi (a partir de 2 unidades interiores).

O sistema split é habitualmente utilizado em habitações pequenas, escritórios, lojas, onde apenas se deseja climatização de uma divisão. Para grandes edifícios como, hospitais e hotéis, este tipo de sistema “provoca” alguns problemas, isto porque a instalação da tubagem entre o condensador e o evaporador excede os limites aconselhados ao bom funcionamento do mesmo. Numa situação em que se deseja climatizar mais do que uma divisão será indicado um sistema multisplit, pois o sistema split torna-se mais dispendioso. O sistema Multi-split é muito semelhante ao sistema split, com a diferença de que o multi-split está preparado para várias divisões no interior e é um sistema de qualidade superior que funciona com temperaturas e velocidades de ventilação diferentes. Este é constituído por uma unidade exterior (compressor), sendo que a este é possível ligar até 5 unidades interiores. As unidades interiores são facilmente controláveis por um controlo remoto individual. Em contrapartida, a temperatura destas unidades é necessariamente igual para todo o sistema, por apenas existir uma unidade exterior e o circuito do fluido funcionar em linha. (Sist. AC)

Vantagens	Desvantagens
O condensador fica no exterior, o que evita ruído dentro da habitação;	Serviço técnico de instalação caro; O preço da instalação pode ser tão elevado como o próprio equipamento;
A perfuração da parede para as tubagens é pequena, o que não danifica a parede interior.	Capacidade limitada de unidades interiores.

Tabela 36 – Análise do Split

Vantagens	Desvantagens
Não altera a fachada pois tem um único equipamento exterior;	Capacidade Limitada de aparelhos interiores;
Todas as unidades interiores são controladas individualmente;	Necessidade de procedimento de vácuo e carga de campo.
Podem ser instaladas ou desinstaladas unidades interiores sempre que se desejar.	Não permite temperaturas diferentes em simultâneo.

Tabela 37 – Análise do Multi-Split

VRV (Volume de Refrigerante Variável): O VRV é um sistema de ar condicionado central do tipo multisplit. Este sistema foi especialmente desenvolvido para edifícios de médio e grande porte. Tal como o sistema

multisplit possui apenas uma unidade externa ligada a múltiplas unidades internas trabalhando individualmente por ambiente, este ao contrário do multisplit pode chegar até 64 equipamentos. É um sistema em que o fluxo de gás refrigerante pode variar, permitindo que o ar refrigerado seja direcionado para os locais onde a necessidade de refrigeração é maior, através de um equipamento próprio que pode ser controlado por computadores. A funcionalidade deste equipamento é muito idêntica ao multisplit mas com uma maior capacidade, funcionando através de um equipamento central de unidade externa, que posteriormente distribui a refrigeração por unidades internas individuais. Neste sistema é possível controlar a temperatura de cada unidade interior permitindo haver divisões com temperaturas distintas. Esta é a grande diferença do sistema VRV para o multisplit.

O ciclo de refrigeração é composto por diversos componentes, aos quais proporcionam uma condição de funcionamento que permite retorno desse fluido refrigerante para a condição inicial do ciclo. O grande diferencial neste sistema VRV é simplesmente a combinação de tecnologia eletrônica com sistemas de controlo microprocessados, aliados à combinação de múltiplas unidades internas num só ciclo de refrigeração, além de que é de fácil instalação e pode ainda manter a arquitetura dos edifícios sem terem que alterar as suas características, gerando um baixo nível de ruído e baixo consumo elétrico, que permite grande facilidade de adaptação em edifícios já existentes. (Sist. AC)

Vantagens	Desvantagens
Não necessita de bomba de circulação;	Limitação de acrescentar ou retirar uma unidade interior, pois funcionam com coeficiente de simultaneidade;
Inverte o ciclo (frio - quente) sem restrição e com elevada simplicidade.	Dificuldade de deteção de uma fuga nas instalações.
Mais aparelhos que permitem trabalhar com temperaturas diferenciadas.	

Tabela 38 – Análise do VRV

Bomba-de-calor e Chiller: São sistemas frigoríficos de aquecimento e arrefecimento, do tipo ar-ar ou ar-água ou água-água (menos habitual). Genericamente, são equipamentos centralizados de funcionamento elétrico mas de alta eficiência que permitem a distribuição de água quente ou fria aos equipamentos difusores do interior dos edifícios, e que permitem produzir em média três vezes mais potência do que a consumida, dependendo do fabricante e das suas características. Sendo um sistema frigorífico, a sua potência está condicionada fortemente pelas temperaturas exteriores e humidade relativa do ar onde o equipamento se encontra instalado. É necessário ter em atenção o ruído provocado pelo seu funcionamento, bem como a instalação elétrica do edifício em termos de potência instalada bem como o número de fases. Estes equipamentos também podem produzir águas quentes sanitárias, instalando um termoacumulador dimensionado e sempre com resistência elétrica para apoio. Têm também a possibilidade de uma extensão considerável de tubagem, devidamente isolada, sem compromisso de insucesso do sistema, podendo-se assim reunir num único sistema, várias necessidades de um edifício poupando custos e economizando espaços.

Os chillers são constituídos pelo mesmo sistema base de compressor, condensador e evaporador. São ideais para situações em que haja necessidade de arrefecimento no verão, em que neste caso, os elementos interiores deverão ser do tipo ventilo-convetores. A evaporação ocorre numa área de troca de calor por onde passa um circuito de água que libera o seu calor e arrefece, sendo que circulará pelos espaços e climatizará o ambiente. Pode também associar-se este sistema a uma ventilação centralizada onde o ar é condicionado e o circuito da água vai retirando todo o calor existente no ar, deixando assim que o ar já refrigerado seja distribuído para grandes áreas. Sendo um sistema geralmente integrado na arquitetura, as unidades interiores normalmente só se revelam pelas grelhas de saída de ar. Embora seja aplicado em áreas mais gerais, também possibilita a utilização em espaços mais pequenos com pequenas unidades interiores de regularização individual da temperatura. Estas unidades interiores podem englobar também sistemas de filtragem do ar e desumidificação. (Sist. AC)

Vantagens	Desvantagens
-----------	--------------

Baixo custo;	Alto custo para o “empreendedor”;
Fan-coil produzido para atender carga térmica específica;	Dificuldade de poupança de energia eléctrica referente ao uso do ar condicionado:
Excelente controlo de temperatura;	Sistema de dois tubos: ou tudo arrefece ou tudo aquece.
Permite o uso de termoacumulação.	

Tabela 39 – Análise do Chiller

Caldeiras: Dividem-se quanto ao tipo de combustível, quanto à sua utilização e quanto à sua tecnologia. As caldeiras de água quente (água até uma temperatura de 110°C) utilizam-se para aquecimento ambiente e AQS em habitações, hotéis, piscinas, infra-estruturas desportivas e ainda na indústria. A grande diferença entre as caldeiras relativamente ao tipo de combustível consiste na fornalha e respetivo queimador, assim como no equipamento auxiliar.

Devido ao preço atual do **gasóleo** e o mesmo estar indexado à cotação do petróleo, a caldeira a gasóleo tornou-se um equipamento menos interessante e pouco procurado atualmente. Porém, poderá em situações específicas e especiais ser um equipamento a considerar. Sendo um equipamento altamente poluente poderá no futuro tornar-se um equipamento obsoleto.

No caso de estar disponível o **gás natural**, a caldeira deste combustível é dos sistemas de aquecimento central menos poluentes, de fácil instalação, o mais seguro na gama de produtos a combustão, de baixa manutenção e com uma vida útil elevada. A somar a estas vantagens é a introdução no mercado da gama com tecnologia de condensação, que permite reaproveitar grande parte da energia que nas caldeiras tradicionais se perde sob a forma de vapor de água, reduzindo assim o consumo de gás natural na ordem dos 20-30%. Com custos de aquisição mais elevados, as caldeiras a **biomassa** têm como vantagem o baixo custo do combustível. No entanto, estes equipamentos são, normalmente, só para aquecimento ambiente, sendo necessário um acumulador e um kit de adaptação para a produção de águas quentes sanitárias. Uma das principais desvantagens é a sua elevada manutenção e limpeza. No caso de caldeiras a pellets, ter em atenção à qualidade das mesmas, sendo que os fabricantes indicam uma norma que deverá respeitar que define a composição destas caldeiras, bem como o seu grau de humidade. O uso de pellets não certificadas e sem qualidade pode provocar um mau funcionamento da caldeira e uma acumulação excessiva de resíduos. Não menos importante é o tamanho do depósito, incorporado na caldeira ou em anexo (*dependente do modelo e marca*), pois o mesmo irá determinar a autonomia da mesma em termos de horas de funcionamento sem carregar. Existem atualmente equipamentos muito evoluídos que possuem limpeza automática dos seus componentes principais, porém é sempre necessário uma verificação para ver o seu correto funcionamento, mantendo-se constante o esvaziamento do acumulador de cinzas. (Sist. AC)

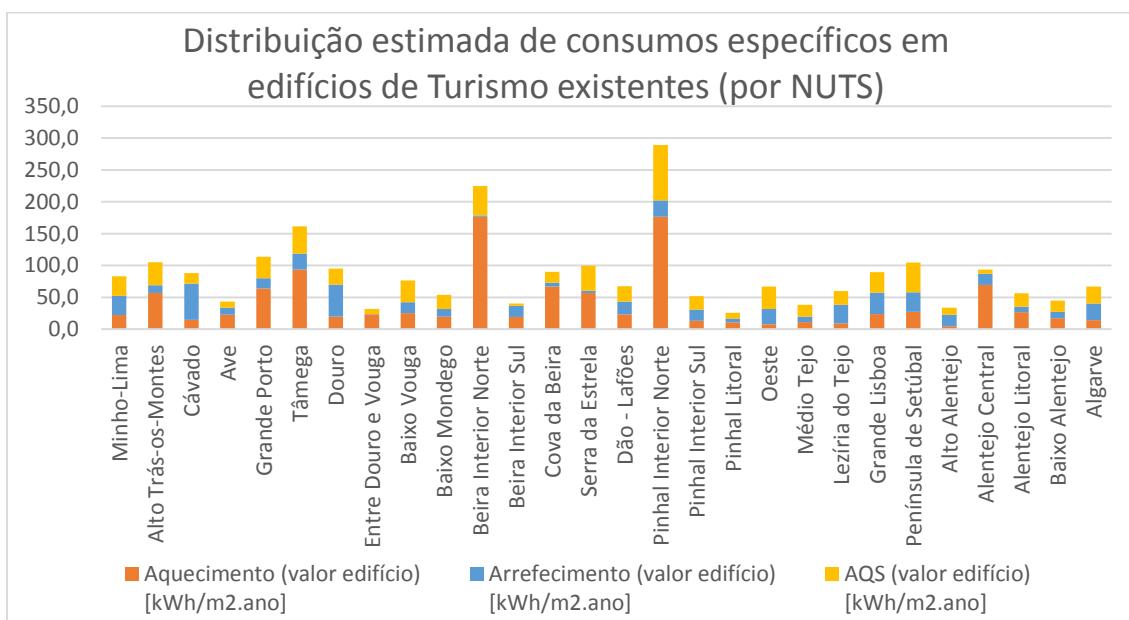


Gráfico 53 – Consumos específicos de climatização e AQS em kWh/m².ano (ADENE, posterior a 12/2013)

No panorama nacional, os edifícios do setor hoteleiro encontram-se abrangidos pelo regulamento de desempenho energético dos edifícios de comércio e serviços (RECS). Através dos dados disponibilizados pela ADENE, referentes a alguns certificados energéticos realizados a partir da legislação em vigor (pós Dezembro 2013) no âmbito do RECS, foi possível traçar uma média de consumos e de considerações do parque existente de Hotéis. De um total de 209 hotéis analisados, desde pequenos estabelecimentos a Hotéis de cinco estrelas, obteve-se uma média ponderada de área útil de pavimento de, aproximadamente, 6 400 m². Também foi possível traçar uma média das características da envolvente (tipo de soluções construtivas, fator solar dos vidros) e o tipo de equipamentos mais usados para sistemas de climatização e de AQS, como referido anteriormente.

4.2.1.1. Aplicabilidade.

Com base nestas informações, foi possível “construir” um edifício de três pisos com a mesma tipologia de um Hotel “standard”: com sala multiusos, sala de refeições, receção, escritórios, cozinha, lavandaria, zona

de convívio e 80 quartos com WC privativa. Considerou-se que o edifício “construído” teria a maior fachada envidraçada na orientação sul, no entanto, também serão analisados os consumos associados aos diferentes sistemas técnicos, caso esta fachada estivesse virada Este/Oeste. Os perfis de ocupação e de utilização dos equipamentos foram, maioritariamente, assumidos com base nas condições de referência do anterior regulamento energético de edifícios (RSECE). Para as condições interiores de conforto, assumiu-se uma temperatura para a estação de aquecimento de 20°C e para a estação de arrefecimento 25°C. Desta forma, foi possível prever as cargas térmicas de um edifício com estas características em três localizações diferentes de modo a representar diferentes zonas climáticas existentes em Portugal: Guarda (I3/V2), Lisboa (I1/V2) e Faro (I1/V3).

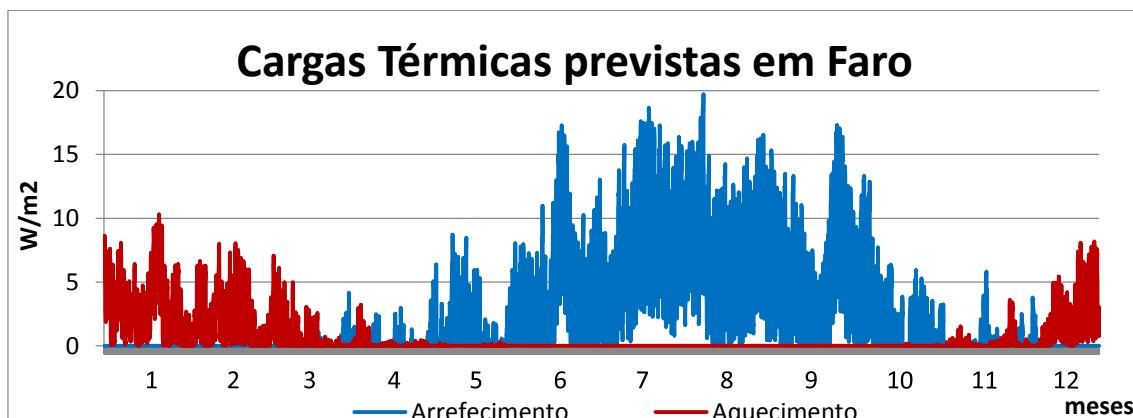


Gráfico 54 – Cargas térmicas previstas para Faro

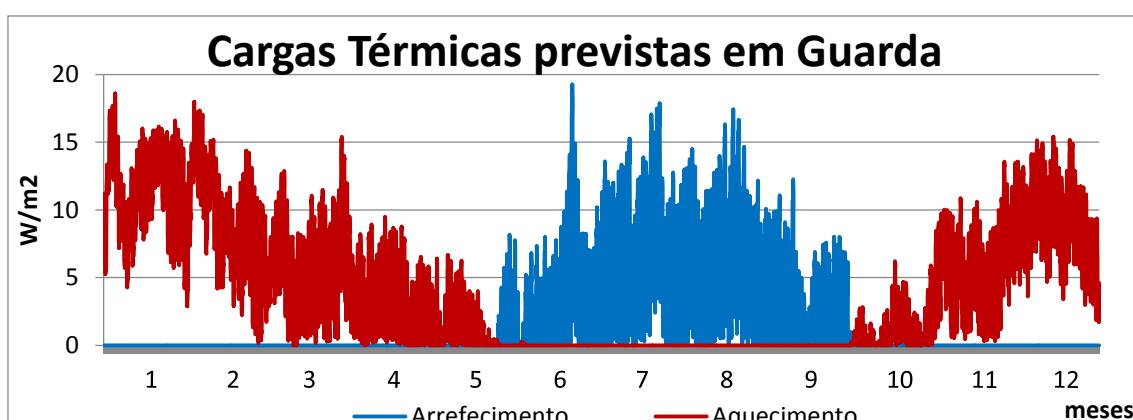
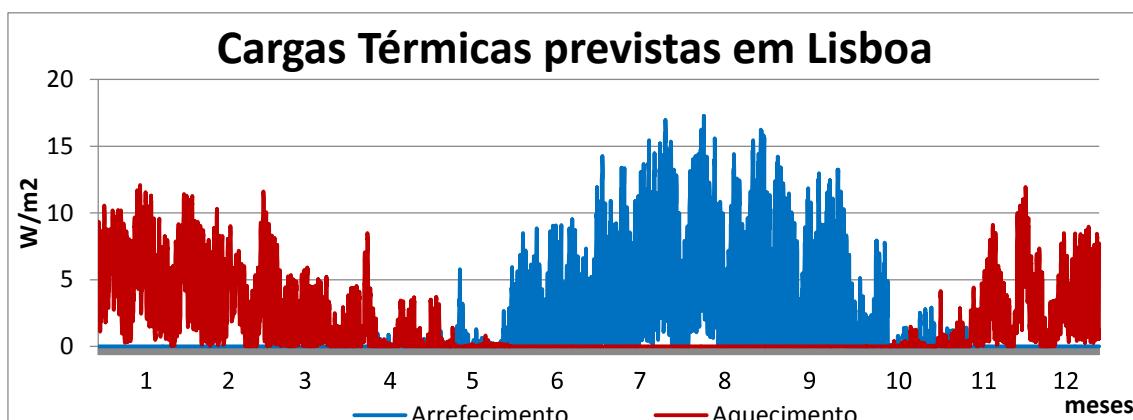


Gráfico 55 – Cargas térmicas previstas para a Guarda



91/190

Gráfico 56 – Cargas térmicas previstas

para Lisboa

Com base nas cargas térmicas de cada cenário, estamos em condições de determinar os respetivos consumos energéticos associados a cada equipamento. Em primeiro lugar, irão ser identificados, para as 3 zonas climáticas assumidas, os consumos relativos a cada uso final de energia: aquecimento, arrefecimento e AQS e, posteriormente, será feita uma análise global dos consumos de energia do edifício, simulando a combinação de diferentes equipamentos.

4.2.1.2. Potencial de redução de custo e/ou impactos ambientais

Com base nos sistemas mais utilizados para os diferentes tipos de energia final, foi possível prever o sistema mais “sustentável” do ponto de vista económico-ambiental nas três zonas climáticas analisadas. De referir que o sistema “split” não foi tido em conta nesta análise, uma vez que tem uma funcionalidade individual/específica (para uma dada sala ou escritório) e não centralizada. O investimento associado a cada instalação/sistema não inclui a rede de tubagem necessária, no entanto, estima-se que, genericamente, as tubagens a água tenham o dobro do custo das de fluido frigorigéneo. Salienta-se também que os investimentos considerados foram baseados em diversos catálogos técnicos de sistemas de climatização, tendo sempre em conta o tipo de equipamento e as respetivas características.

○ Aquecimento

A gama de temperatura considerada foi de 60/40°C e as unidades interiores selecionadas, em conjunto com as caldeiras, eram do tipo ventiloconvectores. Nos cenários com caldeira, o preço de depósitos de inércia não está incluído no investimento, uma vez que estes equipamentos não foram considerados na simulação/previsão de consumos. O consumo elétrico associado às caldeiras inclui o consumo dos ventiladores das unidades terminais interiores e das bombas de distribuição de água.

As soluções de aquecimento com acumuladores térmicos elétricos, quando comparadas com um sistema centralizado de caldeira a gasóleo ou GPL, podem revelar-se mais económicas, uma vez que o preço atual do kWh de eletricidade é inferior ao desses combustíveis. Contudo, antes de se avançar para um sistema que utilize exclusivamente equipamentos elétricos para aquecimento, é necessário ter em consideração outros fatores para além do consumo, nomeadamente, o acréscimo de potência necessário para alimentar todo o sistema. Nos Hotéis com grandes necessidades de aquecimento (como o exemplo da Guarda), facilmente se atingem potências térmicas superiores a 150kW. Uma potência elétrica desta ordem, quando somada à potência necessária para alimentar os restantes equipamentos, pode obrigar à instalação de um Posto de Transformação, que poderia ser dispensado caso se optasse por outro tipo de aquecimento, nomeadamente, caldeiras ou sistemas a frigorigéneo. Se ao custo do Posto de Transformação, somarmos o custo da restante instalação elétrica (quadros elétricos e cabos) e o acréscimo das taxas da potência contratada a mais, facilmente se pode concluir que a solução do acréscimo com acumuladores térmicos pode exigir um custo inicial bastante elevado, acabando por se revelar uma solução pouco eficaz. Sendo assim, o cenário onde o aquecimento ambiente era realizado exclusivamente a partir de sistemas com resistência elétrica não foi contabilizado para a análise comparativa entre os vários sistemas técnicos.

Guarda

	Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Sistema	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Caldeira de fundição a gasóleo	10000	261400	286400	73394	34459
Caldeira de condensação a Gás Natural	10000	240000	265000	52080	14392
Caldeira automática a pellets	10000	261400	286400	3600	11456
Multisplit	84600	-	211500	30456	8460
VRV	76600	-	191500	27576	7660

Tabela 40 – Consumos de energia para aquecimento na Guarda

Guarda

	Poupança Eletricidade	Poupança Combustível	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Sistema	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Caldeira de fundição a gasóleo	-	-	-	37920	-
Caldeira de condensação a Gás Natural	0	20067	20067	39000	1.9
Caldeira automática a pellets	0	23003	23003	45000	2.0
Multisplit	-7460	33459	25999	79200	3.0
VRV	-6660	33459	26799	75790	2.8

Tabela 41 – Poupança em euros para aquecimento na Guarda

Caso a fachada com maior área de envidraçados esteja orientada a E/W, há um aumento no consumo elétrico dos sistemas VRV e multisplit de, aproximadamente, 5%. No sistema a água (caldeira) há um aumento de 5% no consumo de combustível fóssil.

Lisboa

	Consumo Eletricidade (kWh/ano)	Consumo Combustível (kWh/ano)	Energia primária (kgep)	Emissões de CO2 (kg)	Consumo total (€)
Sistema					
Caldeira de fundição a gasóleo	7500	86500	105250	25796	11822
Caldeira de condensação a Gás Natural	7500	78200	96950	18496	5114
Caldeira automática a pellets	7500	86500	105250	2700	4210
Multisplit	23350	0	58375	8406	2335
VRV	22100	0	55250	7956	2210

Tabela 42 – Consumos de energia para aquecimento em Lisboa

Lisboa

	Poupança Eletricidade (€)	Poupança Combustível (€)	Poupança total anual (€)	Investimento (€)	Retorno (anos)
Sistema					
Caldeira de fundição a gasóleo	-	-	-	25700	-
Caldeira de condensação a Gás Natural	0	6708	6708	27500	4.1
Caldeira automática a pellets	0	7612	7612	33500	4.4
Multisplit	-1585	11072	9487	49500	5.2
VRV	-1460	11072	9612	60350	6.3

Tabela 43 – Poupança em euros para aquecimento em Lisboa

Caso a fachada com maior área de envidraçados esteja orientada a E/W, há um aumento no consumo elétrico dos sistemas VRV e multisplit de, aproximadamente, 15%. No sistema a água (caldeira) há um aumento de 15% no consumo de combustível fóssil.

Faro

	Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Sistema	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Caldeira de fundição a gasóleo	8000	52500	72500	16898	7520
Caldeira de condensação a Gás Natural	8000	47300	67300	12435	3439
Caldeira automática a pellets	8000	52500	72500	2880	2900
VRV	15000	0	37500	5400	1500
Multisplit	14550	0	36375	5238	1455

Tabela 44 – Consumos de energia para aquecimento em Faro

Faro

	Poupança Eletricidade	Poupança Combustível	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Sistema	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Caldeira de fundição a gasóleo	-	-	-	25700	-
Caldeira de condensação a Gás Natural	0	4081	4081	27500	6.7
Caldeira automática a pellets	0	4620	4620	33500	7.3
VRV	-700	6720	6020	58900	9.8
Multisplit	-655	6720	6065	49500	8.2

Tabela 45 – Poupança em euros para aquecimento em Faro

Caso a fachada com maior área de envidraçados esteja orientada a E/W, há um aumento no consumo elétrico dos sistemas VRV e multisplit de, aproximadamente, 15%. No sistema a água (caldeira) há um aumento de 15% no consumo de combustível fóssil.

Podemos, de uma forma geral, verificar que o VRV e o multisplit têm valores muito próximos do ponto de vista do retorno. Tendo em conta a maior versatilidade do VRV, no que diz respeito a diferentes pontos de funcionamento (divisões diferentes podem ter diferentes temperaturas), para o exemplo estudado da zona climática da Guarda e a de Lisboa, é o mais recomendável para um investimento a longo prazo. Na zona climática de Faro o Multisplit apresenta poupanças mais atrativas para as condições da simulação criadas.

Nos hotéis em que as zonas comuns (salões, zona de lazer, receção e escritórios) tenham introdução de ar novo, sendo este tratado termicamente a partir de uma caldeira ou VRV, estima-se um aumento no consumo de energia final na ordem dos 150%.

- Arrefecimento

A gama de temperatura considerada foi de 7/12°C e as unidades interiores associadas ao chiller eram do tipo ventiloconvectores. No cenário com chiller, o preço de depósitos de inércia não está incluído no investimento, uma vez que estes equipamentos não foram considerados na simulação/previsão de consumos. O consumo elétrico associado ao chiller inclui o consumo dos ventiladores das unidades terminais interiores e das bombas de distribuição de água.

No caso em que a refrigeração de água no chiller fosse através de uma torre de arrefecimento (e não pela permuta com o ar) haveria uma redução no consumo de eletricidade na ordem dos 10%, no entanto, haveria um consumo de água de cerca de 500 m3.

Guarda

	Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Sistema	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Bomba de calor / chiller	60700	-	151750	21852	6070
Multisplit	28280	-	70700	10181	2828
VRV	20100	-	50250	7236	2010

Tabela 46 – Consumos de energia para arrefecimento na Guarda

Guarda

	Poupança Eletricidade	Poupança Combustível	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Sistema	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Bomba de calor / chiller	-	-	-	70947	-
Multisplit	3242	-	3242	84150	26.0
VRV	4060	-	4060	98250	24.2

Tabela 47 – Poupança em euros para arrefecimento na Guarda

Caso a fachada com maior área de envidraçados esteja orientada a E/W, há um aumento no consumo elétrico em todos os sistemas de, aproximadamente, 15%. Nos Hotéis em que as zonas comuns (salões, zona de lazer, receção e escritórios) tenham introdução de ar novo, sendo este tratado termicamente a partir de um chiller ou VRV, estima-se um aumento no consumo elétrico na ordem dos 150 e 200%, respetivamente.

Lisboa

	Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Sistema	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Bomba de calor / chiller	66200	-	165500	23832	6620
Multisplit	24500	-	61250	8820	2450
VRV	17600	-	44000	6336	1760

Tabela 48 – Consumos de energia para arrefecimento em Lisboa

Lisboa

	Poupança Eletricidade	Poupança Combustível	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Sistema	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Bomba de calor / chiller	-	-	-	65958	-
Multisplit	4170	-	4170	69300	16.6
VRV	4860	-	4860	89200	18.4

Tabela 49 – Poupança em euros para arrefecimento em Lisboa

Caso a fachada com maior área de envidraçados esteja orientada a E/W, há um aumento no consumo elétrico dos sistemas VRV e multisplit de, aproximadamente, 10%. No sistema a água (chiller) há um aumento de 5%. Nos Hotéis em que as zonas comuns (salões, zona de lazer, receção e escritórios) tenham introdução de ar novo, sendo este tratado termicamente a partir de um chiller ou VRV, estima-se um aumento no consumo elétrico associado à climatização na ordem dos 175% e 260%, respetivamente.

Faro

	Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Sistema	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Bomba de calor / chiller	92800	-	232000	33408	9280
Multisplit	34800	-	87000	12528	3480
VRV	27000	-	67500	9720	2700

Tabela 50 – Consumos de energia para arrefecimento em Faro

Faro

	Poupança Eletricidade	Poupança Combustível	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Sistema	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Bomba de calor / chiller	-	-	-	73422	-
Multisplit	5800	-	5800	79200	13.7
VRV	6580	-	6580	96850	14.7

Tabela 51 – Poupança em euros para arrefecimento em Faro

Caso a fachada com maior área de envidraçados esteja orientada a E/W, há um aumento no consumo elétrico dos sistemas VRV e multisplit de, aproximadamente, 10%. No sistema a água (chiller) há um aumento de 5%. Nos Hotéis em que as zonas comuns (salões, zona de lazer, receção e escritórios) tenham introdução de ar novo, sendo este tratado termicamente a partir de um chiller ou VRV, estima-se um aumento no consumo elétrico associado à climatização na ordem dos 158% e 215%, respetivamente.

o AQS

Considerando que no Hotel em análise o consumo era de 160 litros de água por quarto e que a temperatura da água de consumo era de 45ºC, estima-se que a carga anual de AQS seja de 167 827kWh, ou de 30.5 kWh/m².ano (o que coincide com a média ponderada dos GES obtida a partir dos dados ADENE).

Lisboa/Faro/Guarda

	Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Sistema	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Caldeira de fundição a gasóleo	-	186474	186474	49789	23869
Caldeira de condensação a Gás Natural	-	167827	167827	33901	9365
Caldeira automática a pellets	-	186474	186474	0	7459
Caldeira de condensação a Gás Natural com 25-30% solar térmico	-	121675	121675	24578	6789
Bomba-de calor ar-agua	55942	-	139856	20139	5594
Bomba-de calor ar-agua com 25-30% solar térmico	40558	-	101395	14601	4056
Caldeira a pellets com 50-55% solar térmico	-	88575	88575	0	3543
Bomba-de calor ar-agua com 50-55% solar térmico	26573	-	66432	9566	2657

Tabela 52 – Consumos de energia com AQS

Lisboa/Faro/Guarda

	Poupança Eletricidade	Poupança Combustível	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Sistema	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Caldeira de fundição a gasóleo	-	-	-	18960	-
Caldeira de condensação a Gás Natural	-	14504	14504	19500	1.3
Caldeira automática a pellets	-	16410	16410	26400	1.6
Caldeira de condensação a GN com 25-30% solar térmico	-	17079	17079	30125	1.8
Bomba-de calor ar-agua	-5594	23869	18274	40000	2.2
Bomba-de calor ar-agua com 25-30% solar térmico	-4056	23869	19813	50625	2.6
Caldeira a pellets com 50-55% solar térmico	-	20326	20326	84875	4.2
Bomba-de calor ar-agua com 50-55% solar térmico	-2657	23869	21211	89375	4.2

Tabela 53 – Poupança em euros com AQS

O cenário em que o AQS era realizado exclusivamente a partir de resistências elétricas não foi analisado, uma vez que este sistema não é nem habitual nem mais eficaz para edifícios com grandes cargas de AQS. Isto porque, para além do que já foi referido anteriormente sobre o aumento da potência elétrica no total do Hotel, também quando o acumulador fica sem água quente, vai necessitar de um significativo período de pré-aquecimento da água fria vinda da rede (o que poderia levar a que alguns duches ficassem sem água quente instantaneamente e, consequentemente, haveriam clientes insatisfeitos).

4.2.2. Análise de sistemas combinados de climatização e AQS

Guarda

Cooling	Heating	AQS	Solar térmico (%)	Consumo Eletricidade (kWh/ano)	Consumo Combustível (kWh/ano)	Energia primária (kgep)	Emissões de CO2 (kg)	Consumo total (€)
Chiller	Caldeira de fundição a gasóleo		0	63500	447474	606224	142336	63627
	Multisplit	Caldeira de fundição a gasóleo	0	109000	186474	458974	89029	34769
Chiller	Caldeira automática a pellets		25	63500	400856	559606	22860	22384
	VRV	Caldeira condensação GN	0	95000	167827	405327	68101	18865
	Multisplit	Caldeira automática a pellets	25	109000	139856	412356	39240	16494
	VRV	Bomba-de-calor	50	122971	-	307428	44270	12297

Tabela 54 – Consumos de energia com climatização e AQS

Guarda

Cooling	Heating	AQS	Solar térmico (%)	Poupança Eletricidade (€)	Poupança Combustível (€)	Poupança total anual (€)	Investimento (€)	Retorno (anos)
Chiller	Caldeira de fundição a gasóleo		0	-	-	-	99596	-
	Multisplit	Caldeira de fundição a gasóleo	0	-4550	33408	28858	119940	4.2
Chiller	Caldeira automática a pellets		25	0	41242	41242	122996	3.0
	VRV	Caldeira condensação GN	0	-3150	47912	44762	136620	3.1
	Multisplit	Caldeira automática a pellets	25	-4550	51682	47132	137580	2.9
	VRV	Bomba-de-calor	50	-5947	57277	51330	211380	4.1

Tabela 55 – Poupança em euros com climatização e AQS

Lisboa

Cooling	Heating	AQS	Solar térmico (%)	Consumo Eletricidade (kWh/ano)	Consumo Combustível (kWh/ano)	Energia primária (kgep)	Emissões de CO2 (kg)	Consumo total (€)
Chiller	Caldeira de fundição a gasóleo		0	68280	272874	443574	97438	41756
Multisplit	Caldeira de fundição a gasóleo		0	46000	186474	301474	66349	28469
Chiller	Caldeira automática a pellets		25	68280	226256	396956	24581	15878
VRV	Caldeira condensação GN		0	38000	167827	262827	47581	13165
Multisplit	Caldeira automática a pellets		25	46000	139856	254856	16560	10194
VRV	Bomba-de-calor		50	65971	-	164928	23750	6597

Tabela 56 – Consumos de energia com climatização e AQS

Lisboa

Cooling	Heating	AQS	Solar térmico (%)	Poupança Eletricidade (€)	Poupança Combustível (€)	Poupança total anual (€)	Investimento (€)	Retorno (anos)
Chiller	Caldeira de fundição a gasóleo		0	-	-	-	91755	-
Multisplit	Caldeira de fundição a gasóleo		0	2228	11059	13287	102120	7.7
Chiller	Caldeira automática a pellets		25	0	25878	25878	110355	4.3
VRV	Caldeira condensação GN		0	3028	25563	28591	125760	4.4
Multisplit	Caldeira automática a pellets		25	2228	29334	31562	118560	3.8
VRV	Bomba-de-calor		50	231	34928	35159	196440	5.6

Tabela 57 – Poupança em euros com climatização e AQS

Faro

				Consumo Eletricidade	Consumo Combustível	Energia primária	Emissões de CO2	Consumo total
Cooling	Heating	AQS	Solar térmico (%)	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(kgep)	(kg)	(€)
Chiller	Caldeira de fundição a gasóleo		0	95000	238474	475974	97873	40025
Multisplit	Caldeira de fundição a gasóleo		0	47500	186474	305224	66889	28619
Chiller	Caldeira automática a pellets		25	95000	191856	429356	34200	17174
VRV	Caldeira condensação GN		0	39500	167827	266577	48121	13315
Multisplit	Caldeira automática a pellets		25	47500	139856	258606	17100	10344
VRV	Bomba-de-calor		50	67471	-	168678	24290	6747

Tabela 58 – Consumos de energia com climatização e AQS

Faro

				Poupança Eletricidade	Poupança Combustivel	Poupança total anual	Investimento	Retorno
Cooling	Heating	AQS	solar térmico (%)	(€)	(€)	(€)	(€)	(anos)
Chiller	Caldeira de fundição a gasóleo		0	-	-	-	102338	-
Multisplit	Caldeira de fundição a gasóleo		0	4750	6656	11406	114000	10.0
Chiller	Caldeira automática a pellets		25	0	22850	22850	120638	5.3
VRV	Caldeira condensação GN		0	5550	21160	26710	134940	5.1
Multisplit	Caldeira automática a pellets		25	4750	24930	29680	129840	4.4
VRV	Bomba-de-calor		50	2753	30525	33278	203580	6.1

Tabela 59 – Poupança em euros com climatização e AQS

4.2.3. Iluminação eficiente

Recorrendo a exemplos práticos, com simulação, vamos procurar demonstrar os consumos associados às várias soluções possíveis. Desta forma, pretende-se, a partir de uma arquitetura representativa da construção da hotelaria portuguesa, saber qual a solução mais económica, com maior potencial de poupança e maior sustentabilidade ambiental.

A norma orientadora que serve de base ao estudo luminotécnico é EN 12464-1 “Light & Lighting – Lighting of Indoor Workplaces”.

Na tabela em baixo, verificamos que existe uma grande discrepância entre os consumos por metro quadrado praticados na hotelaria portuguesa. Podemos ainda afirmar que cerca de 40 dos estabelecimentos estudados se encontram acima da média nacional (ADENE após 2013). É interessante verificar que 35% dos mesmos estabelecimentos se encontram abaixo da metade da média (1º quartil) nacional de consumos de iluminação [kWh/m².ano], pelo que considerando a amostra representativa, podemos dizer que temos um universo de 65% dos estabelecimentos com potencial de poupança na iluminação.

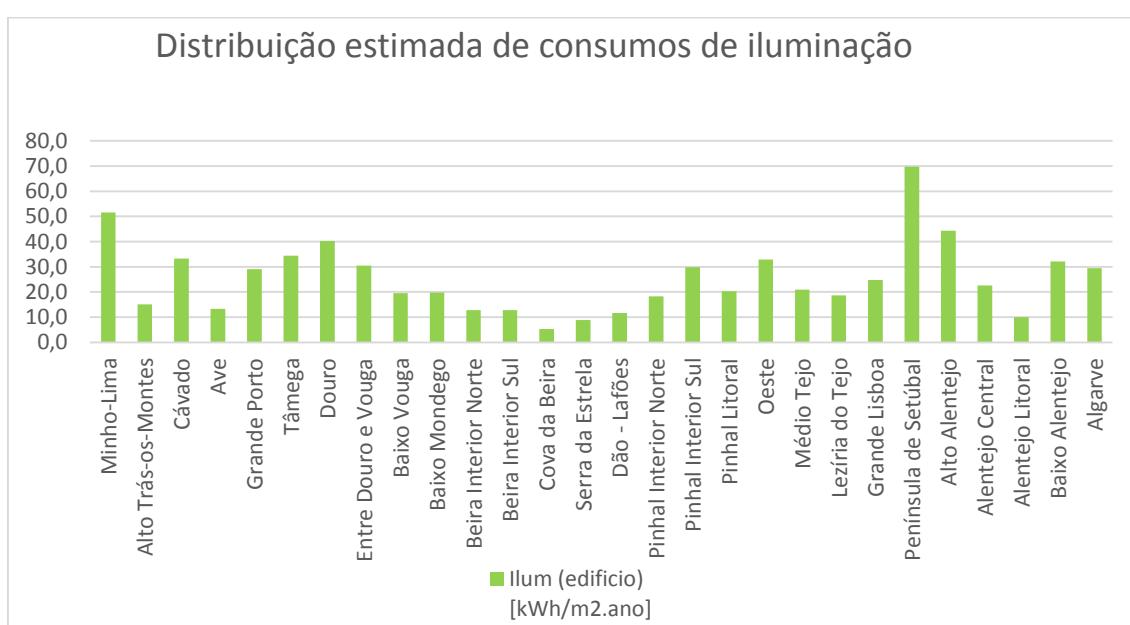


Gráfico 57 – Edifícios existentes certificados, consumos em iluminação por NUTS (ADENE, posterior a 12/2013)

4.2.3.1. Identificação e caracterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental

Como base de raciocínio, consideramos três tipos de espaços vulgarmente encontrados nas edificações turísticas portuguesas. Nestas três morfologias arquitetónicas, vamos aplicar diferentes soluções de iluminação, com a distribuição espacial que melhor proveito faz do equipamento de iluminação utilizado.

a) Quarto:

Nível de iluminação de referência para um quarto é de 100 Lux

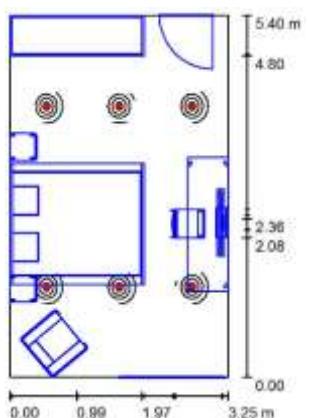


Figura 6 - Quarto

b) Circulação:

Nível de iluminação de referência para uma circulação é de 100 Lux

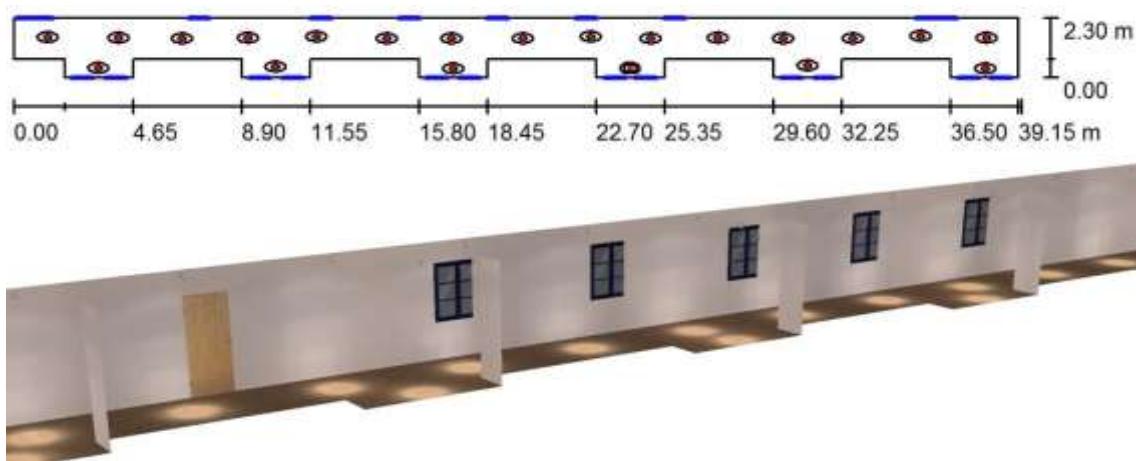


Figura 7 - Circulação

c) Sala de refeições:

Nível de iluminação de referência para uma sala de refeições é de 200 Lux

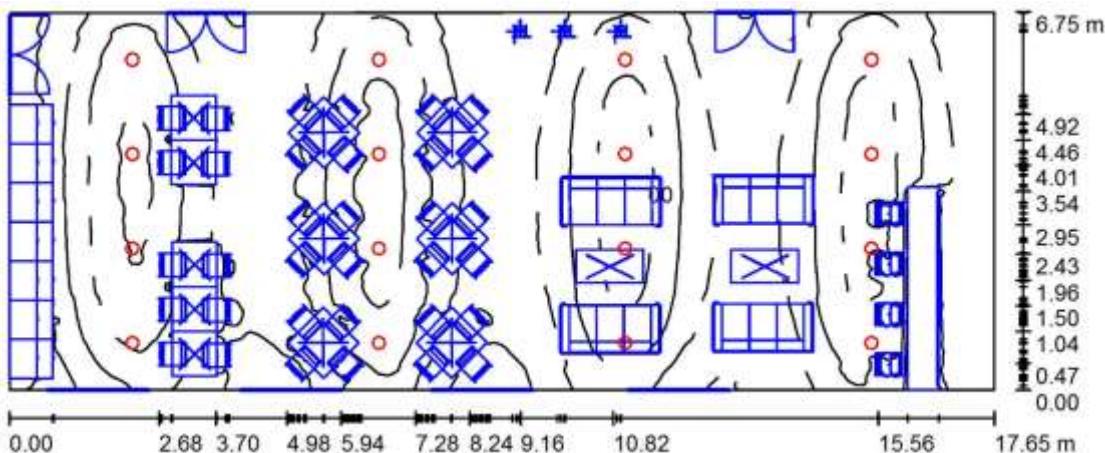


Figura 8 – Sala de refeições

4.2.3.2. Aplicabilidade

a) Quarto:

Dados do 1º sistema “Quarto Halog 50W”

27 Unid.

downlights 50W

Corrente luminosa (Luminária): 829 lm

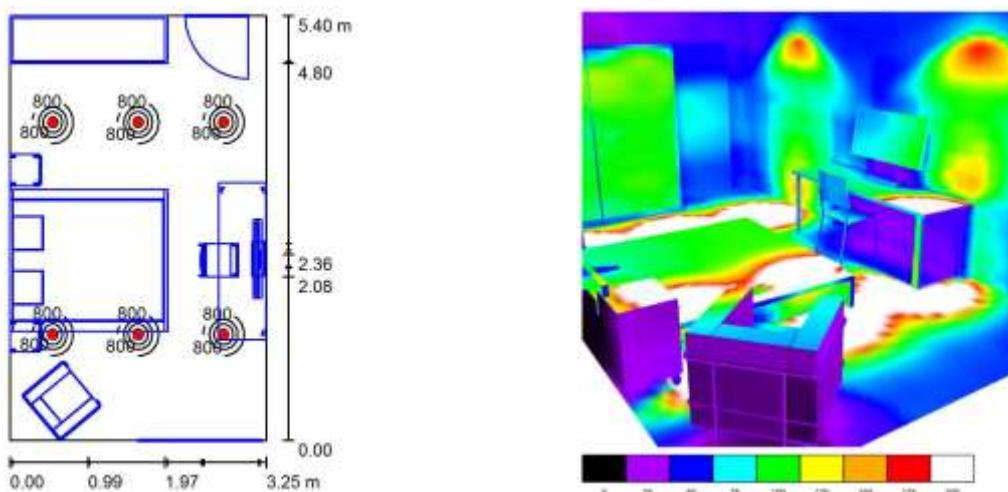
Corrente luminosa (Lâmpadas): 832 lm

Potência luminosa: 50.0 W

Classificação de luminárias conforme CIE: 100

Código de Fluxo (CIE): 87 99 100 100 100

Lâmpada (s): 1 x 1695 (Fator de correção 1.000).



Superficie	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	279	29	3847	0.103

Nº	Unid.	Denominação (Factor de correção)	Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	6	downlights 50W	829	832	50.0
		Total:	4974	4992	300.0

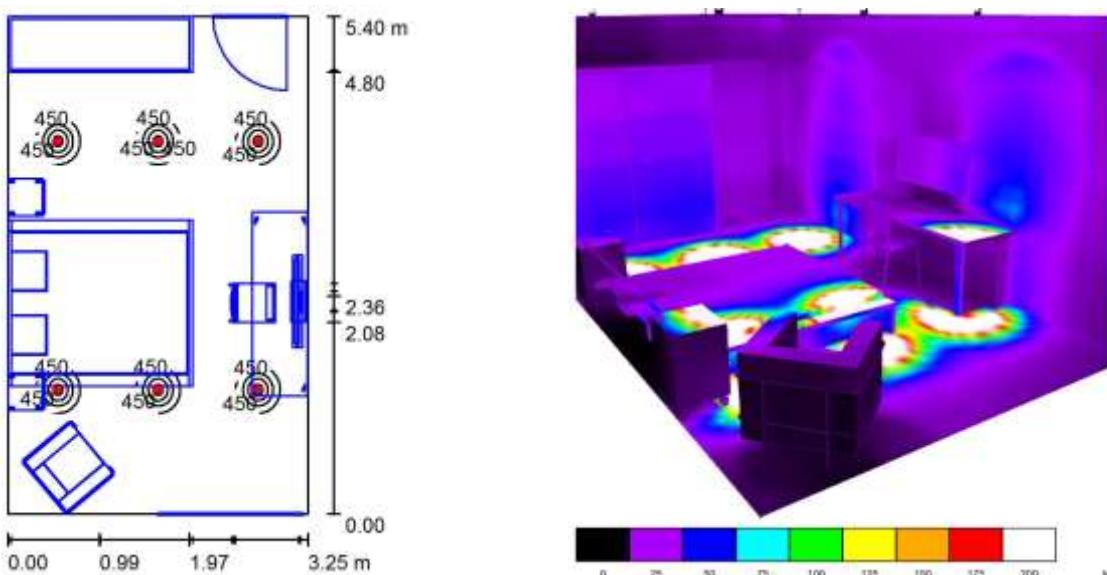
Potência específica: $17.09 \text{ W/m}^2 = 6.14 \text{ W/m}^2 / 100 \text{ lx}$ (Superfície básica: 17.55 m^2)

Figura 9 – Quarto Halogénio 50W

Dados do 2º sistema “Quarto Led”

27 Unid.

Downlights 7,7W
Corrente luminosa (Luminária): 341 lm
Corrente luminosa (Lâmpadas): 392 lm
Potência luminosa: 7.7 W
Classificação de luminárias conforme CIE: 100
Código de Fluxo (CIE): 96 99 100 100 88
Lâmpada (s): 1 x LG90 (Fator de correção 1.000).



Superficie	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	122	11	2257	0.093
Nº Unid.	Denominação (Factor de correção)		Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	6 downlights 7,7W		341	392	7.7
		Total: 2049	Total: 2352	46.2	

Potência específica: $2.63 \text{ W/m}^2 = 2.16 \text{ W/m}^2 / 100 \text{ lx}$ (Superficie básica: 17.55 m^2)

Figura 10 – Quarto Led I 7,7W

Dados do 3º sistema “Quarto Led II 10W”

Vamos também considerar um equipamento downlight LED II 10W que apresenta características luminotécnicas semelhantes, mas apesar de ter um consumo maior (10W), apresenta um custo no mercado inferior ao downlight LED I 7,7W.

b) Circulação:

Dados do 1º sistema “Circulação Halog 50W”

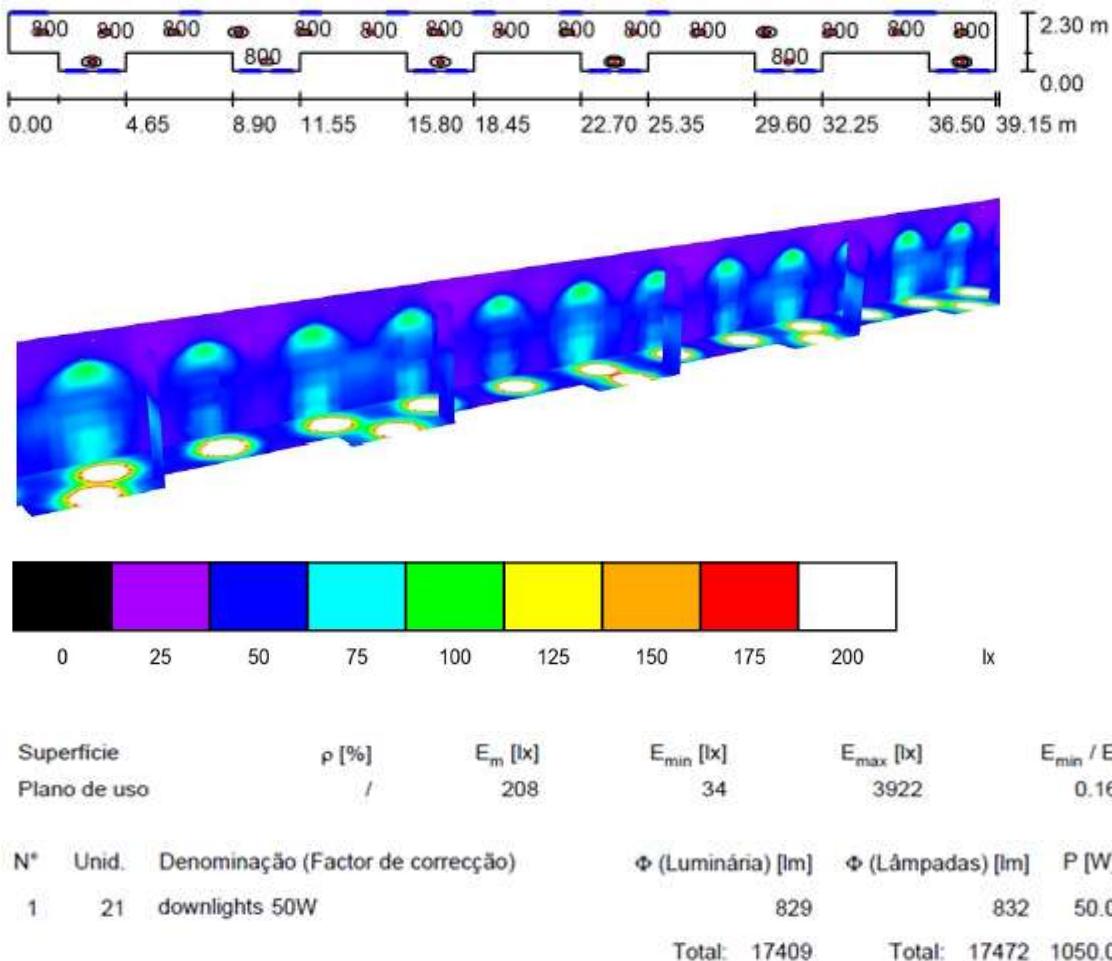
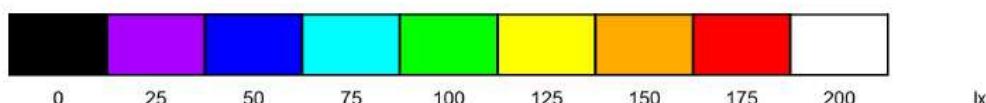
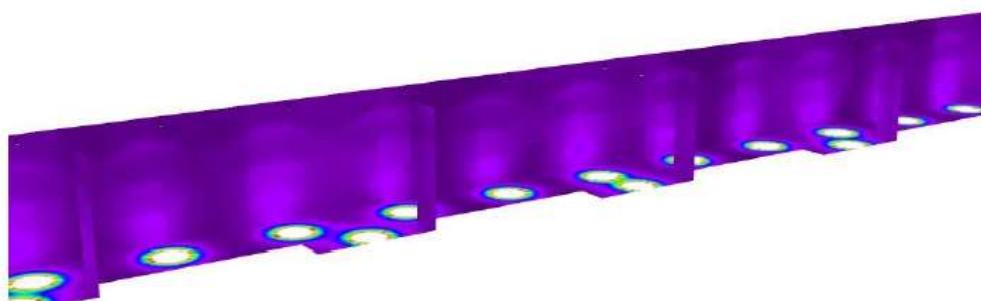
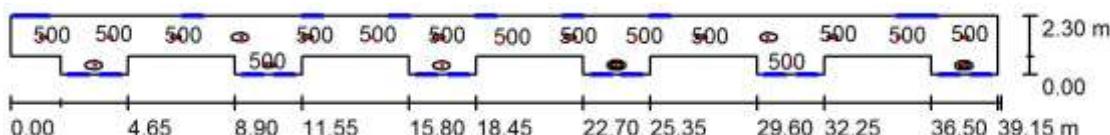


Figura 11 – Circulação Halogénio 50W

Dados do 2º sistema “Circulação Led 7.7W”



Superfície	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	92	8.21	2418	0.089

Nº	Unid.	Denominação (Factor de correção)	Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	21	downlights 7,7W	341	392	7.7
		Total:	7171	Total:	8232
					161.7

Potência específica: $2.19 \text{ W/m}^2 = 2.39 \text{ W/m}^2 / 100 \text{ lx}$ (Superficie básica: 73.77 m^2)

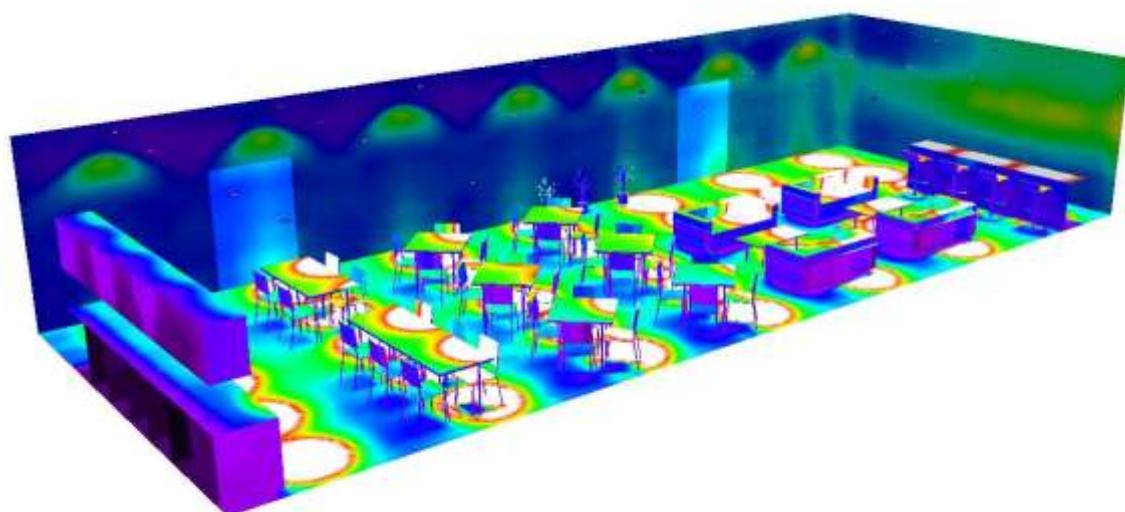
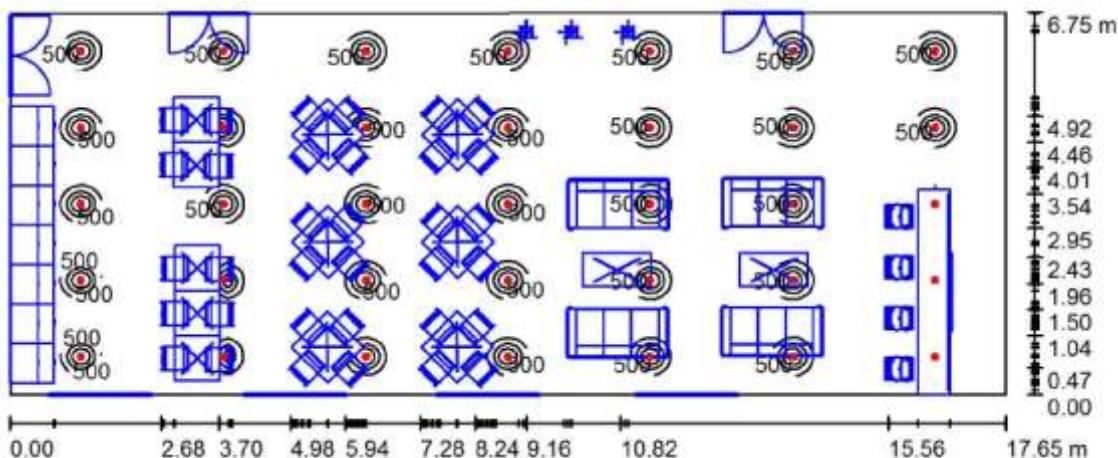
Figura 12 – Circulação Led 7.7W

Dados do 3º sistema “Circulação Led 10W”

Foi ainda considerado nos cálculos uma “Circulação Led 10W” com um downlight LED II 10W que, embora tenha uma potência de consumo um pouco maior (10W), tem um desempenho luminotécnico semelhante à “Circulação Led 7.7W”, mas com um custo consideravelmente menor e, por isso, mais interessante do ponto de vista do retorno.

c) Sala de refeições:

Dados do 1º sistema “Sala de Refeições Halog”

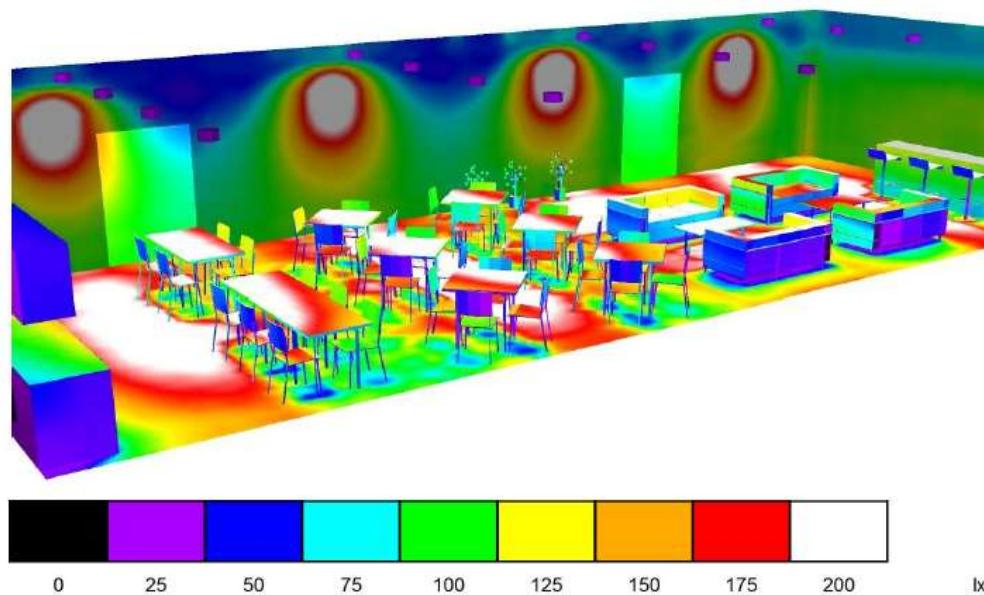
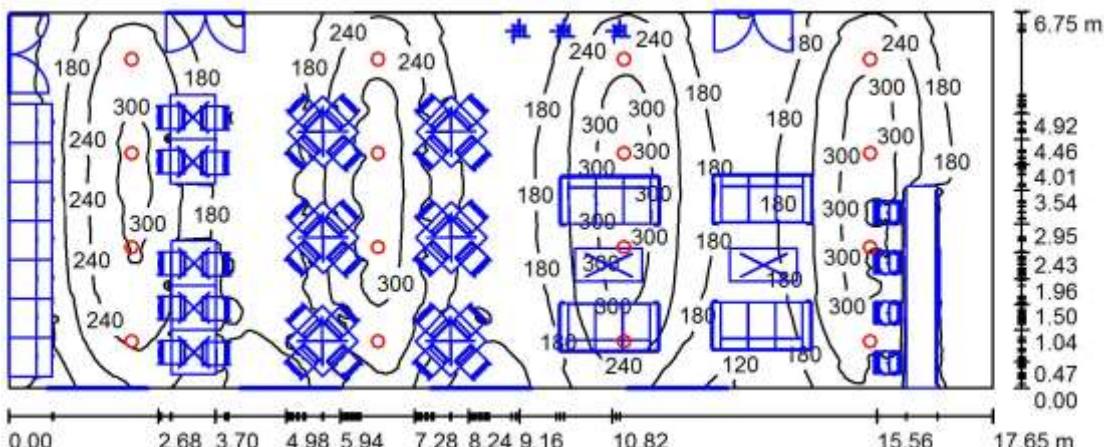


Superficie	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	250	27	2424	0.109
Nº Unid.	Denominação (Factor de correcção)		Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	35 downlights 50W		829	832	50.0
		Total: 29015		Total: 29120	1750.0

Potência específica: $14.71 \text{ W/m}^2 = 5.89 \text{ W/m}^2/100 \text{ lx}$ (Superfície básica: 118.93 m^2)

Figura 13 – Sala de Refeições Halogénio

Dados do 2º sistema “Sala de Refeições
EEE FC”



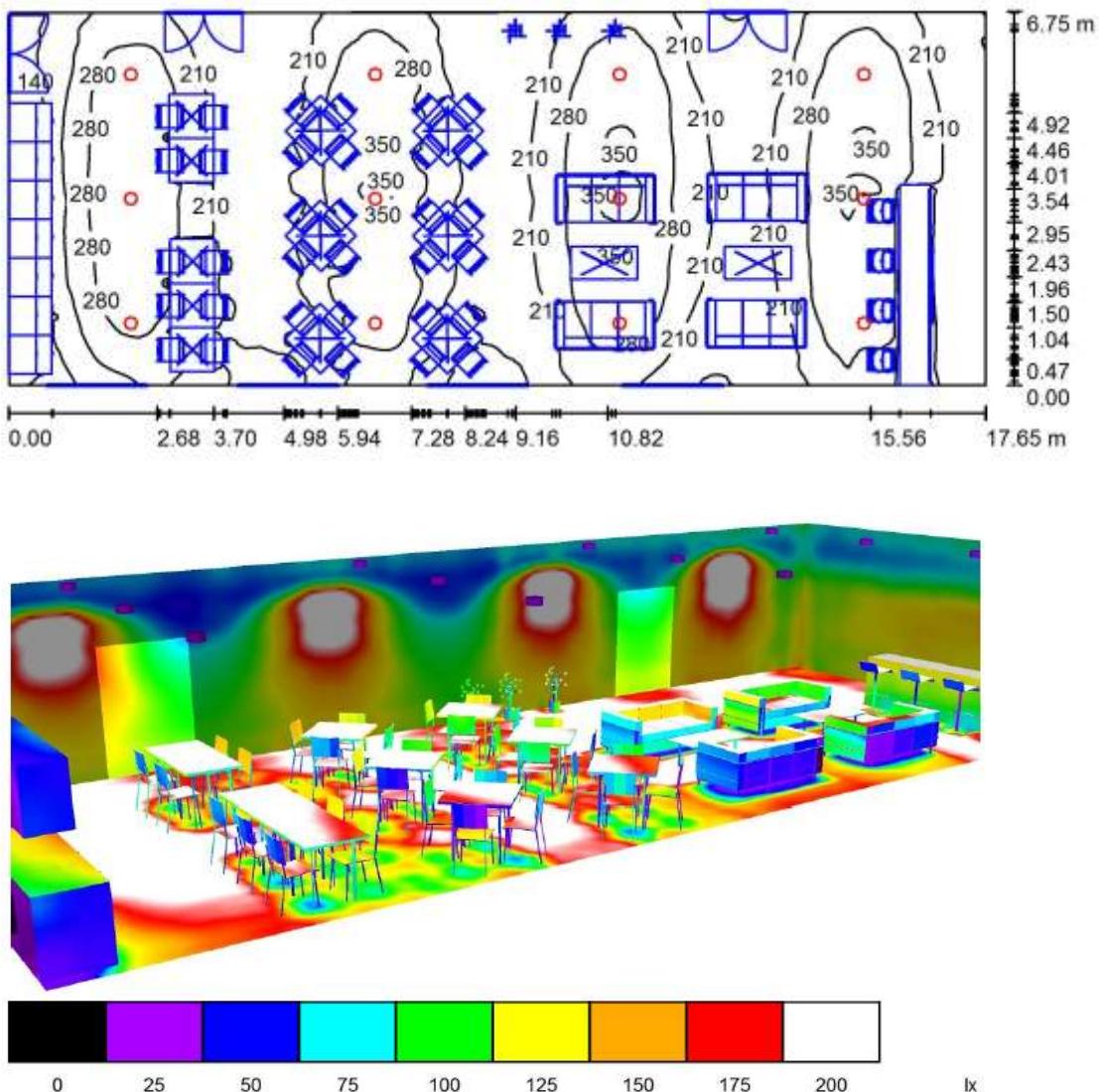
Superficie	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	210	48	332	0.226

Nº	Unid.	Denominação (Factor de correção)	Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	16	EEE 68W	1661	3600	68.0
		Total:	26572	Total: 57600	1088.0

Potência específica: $9.15 \text{ W/m}^2 = 4.35 \text{ W/m}^2/100 \text{ lx}$ (Superfície básica: 118.93 m^2)

Figura 14 – Sala de Refeições EEE FC

Dados do 3º sistema “Sala de Refeições
ETAP FC”



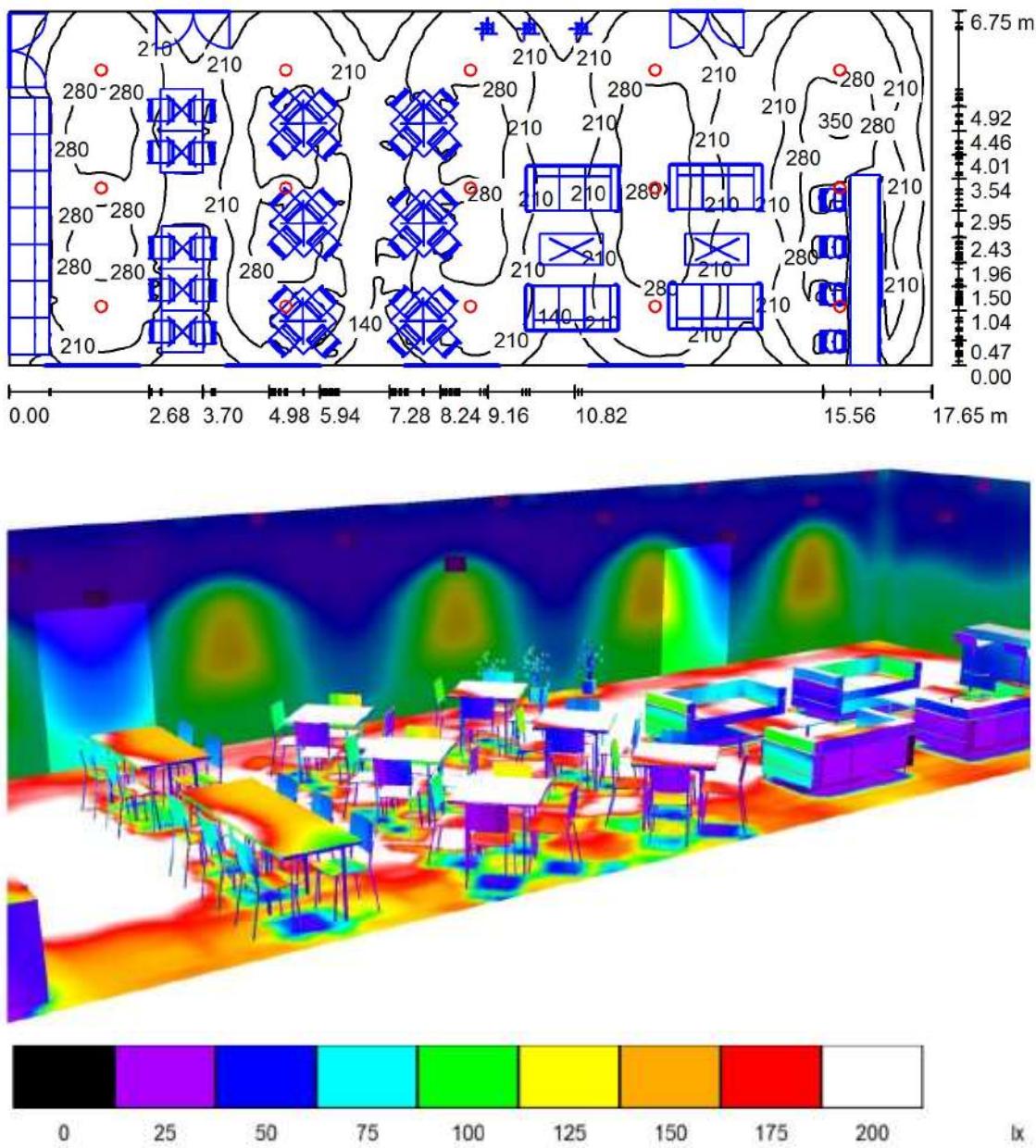
Superficie	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	240	45	368	0.189

Nº	Unid.	Denominação (Factor de correção)	Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	12	ETAP 53W	2499	3450	53.0
		Total:	29994	Total: 41400	636.0

Potência específica: $5.35 \text{ W/m}^2 = 2.23 \text{ W/m}^2 / 100 \text{ lx}$ (Superfície básica: 118.93 m^2)

Figura 15 – Sala de Refeições ETAP FC

Dados do 4º sistema “Sala de refeições
ETAP Led”

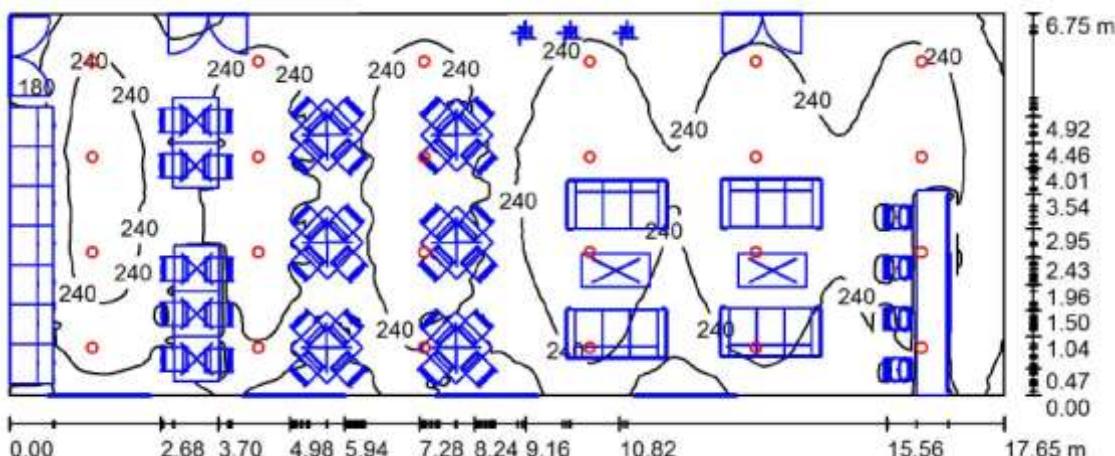


Nº	Unid.	Denominação (Factor de correção)	Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	15	ETAP 26W	1782	1780	26.0
		Total:	26732	Total: 26700	390.0

Potência específica: $3.28 \text{ W/m}^2 = 1.46 \text{ W/m}^2/100 \text{ lx}$ (Superfície básica: 118.93 m^2)

Figura 16 – Sala de refeições ETAP Led

Dados do 5º sistema “Sala de Refeições OM Led”



Superficie	ρ [%]	E_m [lx]	E_{min} [lx]	E_{max} [lx]	E_{min} / E_m
Plano de uso	/	236	49	299	0.207

Nº	Unid.	Denominação (Factor de correção)	Φ (Luminária) [lm]	Φ (Lâmpadas) [lm]	P [W]
1	24	LED 13W	1250	1250	130
		Total:	30001	Total:	30000

Potência específica: $2.62 \text{ W/m}^2 = 1.11 \text{ W/m}^2/100 \text{ lx}$ (Superfície básica: 118.93 m^2)

Figura 17 – Sala de refeições OM Led

4.2.3.3. Impactos ambientais
e Potencial de redução de custos

a) Quarto:

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por hora	Poupança funcionamento contínuo	Poupança por hora	Poupança por ano funcionamento contínuo
Tipo de iluminação	(kgep /ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh /ano)	(kWh)	(kWh/ano)	(€)	(€/ano)
Quarto Halog 50W	6 480	933	2 592	-	-	-	-
Quarto Led I 7,7W	998	144	399	0,25	2 193	0,03	219,28
Quarto Led II 10W	1 296	187	518	0,24	2 074	0,02	207,36

Tabela 60 – Quarto: Impactos ambientais

Verifica-se um potencial de poupança de 83%.

b) Circulação:

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por hora	Poupança funcionamento contínuo	Poupança por hora	Poupança por ano funcionamento contínuo
Tipo de iluminação	(kgep /ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh /ano)	(kWh)	(kWh/ano)	(€)	(€/ano)
Circulação Halog 50W	22 680	3 266	9 072	-	-	-	-
Circulação Led I 7,7W	3 493	503	1 397	0,89	7 674,91	0,09	767,49
Circulação Led II 10W	4 536	653	1 814	0,84	7 257,60	0,08	725,76

Tabela 61 – Circulação: Impactos ambientais

Verifica-se um potencial de poupança de 85%.

c) Sala de refeições:

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por hora	Poupança funcionamento 8h/dia	Poupança por hora	Poupança por ano funcionamento 8h/dia
Tipo de iluminação	(kgep/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh /ano)	(kWh)	(kWh/ano)	(€)	(€/ano)
Sala de refeições Halog	37 800	5 443	15 120	-	-	-	-
Sala de refeições EEE FC	23 501	3 384	9 400	0,66	1 906,56	0,07	190,66
Sala de refeições ETAP FC	13 738	1 978	5 495	1,11	3 208,32	0,11	320,83
Sala de refeições ETAP Led	0.98	0.14	0,39	1,36	3 916,80	0,14	391,68
Sala de Refeições OM Led	0.78	0.11	0,31	1,44	4 141,44	0,14	414,14

Tabela 62 – Sala de refeições: Impactos ambientais

Verifica-se um potencial de poupança de 82%.

4.2.3.4. Investimento e retorno

a) Quarto:

	Energia Final Por hora	Investimento	Retorno em horas de funcionamento contínuo	Retorno em anos de funcionamento contínuo
Tipo de iluminação	(kWh)	(€)	(h)	(anos)
Quarto Halog 50W	0,30	234,00	-	-
Quarto Led I 7,7W	0,05	623,40	24 563	2,84
Quarto Led II 10W	0,06	222,00	9 250	1,07

Tabela 63 – Quarto: Investimento e retorno

Concluímos que a solução “Quarto Led I 7,7W” é a que tem uma poupança mais atrativa. No entanto, dada a diferença de preço para a solução “Quarto Led II 10W”, esta segunda solução tem um retorno num período de tempo mais curto, logo preferível.

b) Circulação:

	Energia Final Por hora	Investimento	Retorno em horas de funcionamento contínuo	Retorno em anos de funcionamento contínuo
Tipo de iluminação	(kWh)	(€)	(h)	(anos)
Circulação Halog 50W	1,05	819,00	-	-
Circulação Led I 7,7W	0,16	2 181,90	24 563	2,84
Circulação Led II 10W	0,21	777,00	9 250	1,07

Tabela 64 – Circulação: Investimento e retorno

Concluímos que a solução “Circulação Led I 7,7W” é a que tem uma poupança mais atrativa. No entanto, dada a diferença de preço para a solução “Circulação Led II 10W”, esta segunda solução apresenta um retorno num período de tempo mais curto, logo preferível.

d) Sala de refeições:

	Energia Final Por hora	Investimento	Retorno em horas de funcionamento contínuo	Retorno em anos de funcionamento 8h/dia
Tipo de iluminação	(kWh)	(€)	(h)	(anos)
Sala de Refeições Halog	1,75	-	-	-
Sala de refeições EEE FC	1,09	1 387,20	20 955	7,28
Sala de refeições ETAP FC	0,64	1 327,20	11 914	4,14
Sala de refeições ETAP Led	0,39	2 740,35	20 150	7,00
Sala de Refeições OM Led	0,31	3 840,00	26 704	9,27

Tabela 65 – Sala de refeições: Investimento e retorno

Concluímos que a solução “Sala de Refeições OM Led” é a que tem uma poupança mais atrativa. No entanto, dada a diferença de preço para a solução “Sala de refeições ETAP FC”, esta segunda solução apresenta um retorno num período de tempo mais curto, logo preferível, ficando com um potencial de poupança de 38%, mas correspondendo a um número de horas de funcionamento mais razoável.

4.2.4. Equipamentos de controlo de iluminação

4.2.4.1. Identificação e caracterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental: Detetor de presença e de movimentos:

No que toca a dispositivos de corte automático do circuito de iluminação, temos vários modelos no mercado, a vários preços, para várias potências e com diferentes princípios mais ou menos inteligentes. No entanto, todos eles têm como objetivo desligar o circuito de iluminação sempre que não está a ser solicitado. Uma maneira fácil de percebermos a eficiência da aplicação ou o retorno do investimento de um equipamento destes, é pelo tempo em que efetivamente o dispositivo permite desligar o circuito de iluminação, permitindo que desta forma se possa poupar a energia que sem o acionamento automático estaria a ser consumida.

4.2.4.2. Aplicabilidade

Para exemplo demonstrativo escolhemos dois modelos (EE804 e EE810) que aplicámos no exemplo da circulação tipo, usada na demonstração do ponto anterior. Um detetor de movimentos e um detetor de presença.

a)

Detector mov. 360º IP21 saliente



EE804

Características técnicas

Angular range of detection:	360
Diameter of the detection area over the ground:	6 m

Figura 18 – detetor de movimentos

Como a circulação tem 39,15 metro de comprimento, para que se possa ter uma cobertura de toda a área, temos que considerar 7 sensores visto apenas alcançarem 6 metros de diâmetro cada um. No exemplo em análise os sensores estarão em paralelo, o que permitirá que qualquer um, de forma independente, acione o circuito que ilumina toda a circulação.

b)

Detector pres. 360º saliente 1 canal



EE810

Características técnicas



Ângulo de detecção: 360

Diâmetro da área de detecção sobre o solo: 12 m

Figura 19 – detetor de presença

Como a circulação tem 39,15 metro de comprimento, para que se possa ter uma cobertura de toda a área temos que considerar 3 sensores visto apenas alcançarem 12 metros de diâmetro cada um. No exemplo em análise os sensores estarão em paralelo, o que permitirá que qualquer um, de forma independente, acione o circuito que ilumina toda a circulação.

Circulação:

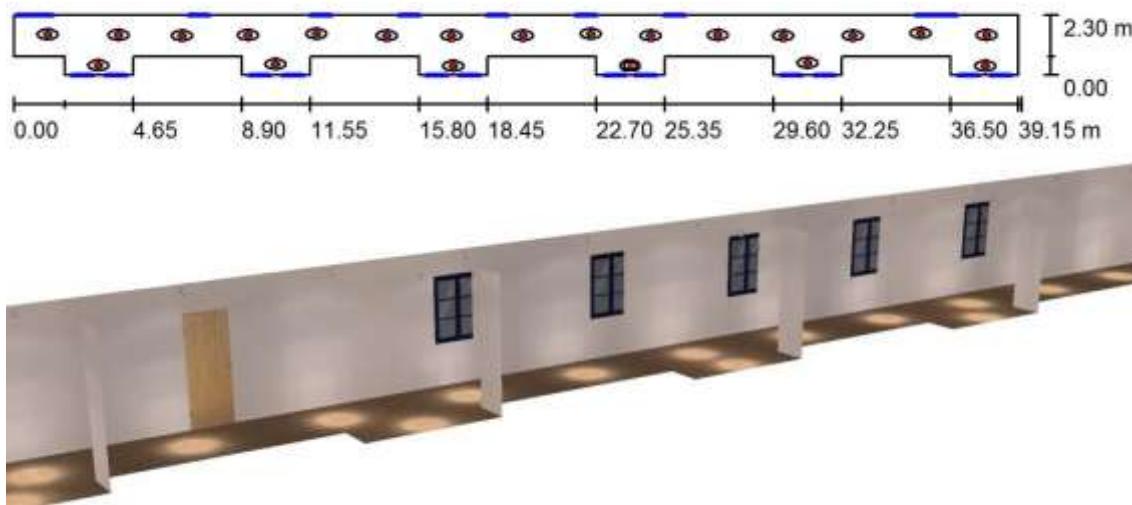


Figura 20 – Circulação: dimensões

4.2.4.3. Potencial de
redução de custos e/ou impactos ambientais

	Energia primária Poupara	Emissões Poupara	Energia Final Poupara	Poupança por hora
Tipo circuito com sensor	(kgep/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh /ano)	(€)
Circulação Halog 50W + EE804	22 680	3 266	9 072	0.105
Circulação Led I 7,7W + EE804	3 493	503	1 397	0.016
Circulação Led II 10W + EE804	4 536	653	1 814	0.021
Circulação Halog 50W + EE810	22 680	3 266	9 072	0.105
Circulação Led I 7,7W + EE810	3 493	503	1 397	0.016
Circulação Led II 10W + EE810	4 536	653	1 814	0.021

Tabela 66 – Sensor: Impactos ambientais

Uma vez que o detetor evita o consumo do circuito de iluminação em que está inserido, quando este se encontra acionado, poupa exatamente a mesma potência que o circuito (interrompido) estaria a consumir.

4.2.4.4. Investimento e retorno

	Energia Final poupada por hora	Investimento	Retorno em horas de funcionamento	Retorno em 4 anos com atuação mínima	Retorno em 4 anos com atuação mínima	Retorno com 50% do tempo em atuação
Tipo circuito com sensor	(kWh)	(€)	(h)	(%/dia)	(h/dia)	(anos)
Circulação Halog 50W + a) EE804	1,05	320,67 €	3 054	9%	2,1	0,7
Circulação Led I 7,7W + a) EE804	0,16	320,67 €	19 831	57%	13,8	4,6
Circulação Led II 10W + a) EE804	0,21	320,67 €	15 270	44%	10,6	3,5
Circulação Halog 50W + b) EE810	1,05	518,46 €	4 938	14%	3,4	1,1
Circulação Led I 7,7W + b) EE810	0,16	518,46 €	32 063	93%	22,3	7,4
Circulação Led II 10W + b) EE810	0,21	518,46 €	24 689	71%	17,1	5,7

Tabela 67 – Sensor: Investimento e retorno

Tendo como exemplo a “Circulação Halog 50W + a) EE804” para se obter um retorno em 4 anos, o atuador terá que retirar carga do circuito (apagar a luz) em pelo menos 9% do dia, o que se reflete em 2,1 horas por dia. O custo da energia evitada devido à atuação do sensor é que permite um retorno em 4 anos.

Desta forma, quanto mais eficiente for a luminária ou o circuito de iluminação atuado, menos rentável é o conjunto circuito – sensor.

4.2.4.5. Identificação e caracterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental: Cartão chave:

Outro exemplo que tem uma aplicação eficiente são os cartões chave que permitem cortar/desligar os circuitos de iluminação e tomadas nos quartos.

Segundo os fabricantes podem poupar até 50% da energia consumida nos quartos.

Para efeitos de cálculo, vamos considerar o exemplo de iluminação do quarto e considerar por defeito que apenas o circuito de iluminação é acionado por este sistema. Vulgarmente também se pode encontrar o circuito de tomadas controlado por estes dispositivos, o que pode melhorar os consumos evitados, visto que literalmente desliga os elementos consumidores de todos os circuitos que dependem deste acionamento dependem.

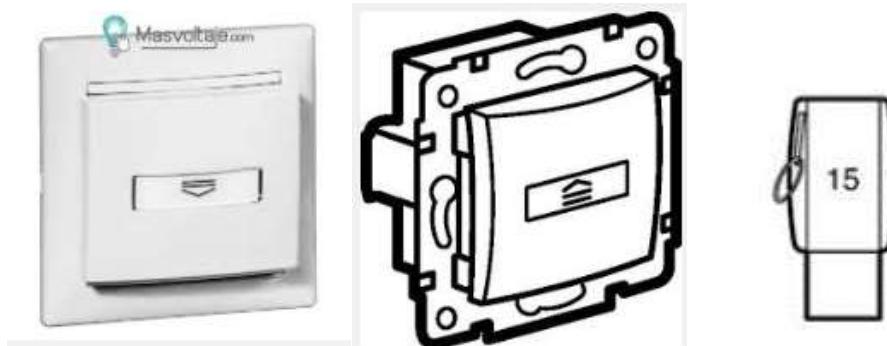


Figura 21 – Cartão chave:

4.2.4.6. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais

	Energia primária Poupada	Emissões Poupada	Energia Final Poupada	Poupança por hora	Poupança por hora
Tipo circuito	(kgEP/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh /ano)	(kWh)	(€)
Quarto Halog 50W	6 480	933	2 592	0.30	0.030
Quarto Led I 7,7W	998	144	399	0.05	0.005
Quarto Led II 10W	1 296	187	518	0.06	0.006

Tabela 68 – Cartão chave: impactos ambientais

Uma vez que o “Cartão chave” evita o consumo do circuito de iluminação em que está inserido, quando este se encontra acionado, poupa exatamente a mesma potência que o circuito (interrompido) estaria a consumir.

4.2.4.7. Investimento e retorno

	Energia Final poupada por hora	Investimento	Retorno em horas de funcionamento	Retorno num ano com atuação mínima	Retorno num ano com atuação mínima	Retorno com 50% do tempo em atuação
Tipo circuito	(kWh)	(€)	(h)	(%/dia)	(h/dia)	(anos)
Quarto Halog 50W	0,30	33,10	1 103	13%	3,1	0,3
Quarto Led I 7,7W	0,05	33,10	7 165	83%	19,9	1,7
Quarto Led II 10W	0,06	33,10	5 517	64%	15,3	1,3

Tabela 69 – Cartão chave: Investimento e retorno

Verifica-se que quanto mais eficiente for o circuito acionado, maior é o tempo de retorno. No entanto, o investimento envolvido na aquisição deste equipamento é baixo, o que permite que os tempos de retorno sejam atrativos quando os sensores são bem aplicados.

4.2.5. VEV nos motores

Vamos procurar mostrar os benefícios da utilização de um variador eletrónico de velocidade, num qualquer motor elétrico que esteja sujeito a variações de solicitação de carga ou onde a carga possa ter diferentes escalões de potência ao longo do tempo. A aplicação de um controlo de velocidade em função de um gradiente de temperatura ou de pressão, traz poupanças consideráveis nos consumos dos motores e, consequentemente, um aumento na sua longevidade.

Tipicamente a 80% do fluxo de água, o consumo de energia diminui em 50%, utilizando um variador de velocidade. A poupança de energia conseguida poderá ser maior, otimizando os fluxos de água em qualquer aplicação.

4.2.5.1. Identificação e caracterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental

Recorrendo a exemplos práticos, fictícios, vamos procurar demonstrar poupanças possíveis nos consumos dos motores associados às várias soluções possíveis. Desta forma pretende-se, a partir de uma arquitetura representativa das soluções usadas pela hotelaria portuguesa, saber qual a solução mais económica com maior potencial de poupança e maior sustentabilidade ambiental, para acionamento de bombas e motores. Procuramos também perceber que com o motor e o VEV adequado, obtemos uma poupança proporcional à sua potência e é tanto maior quando mais equiparada for a potência disponibilizada vs. a potência pedida pelo sistema acionado. O consumo de um determinado motor elétrico acoplado a uma bomba ou ventilador que não tem que funcionar sempre a plena carga pode, desta forma, ser facilmente ajustado e evitar desperdícios de potência ou arranques repetitivos, que provocam danos prematuros nos equipamentos.

Poderá verificar-se que a poupança na aplicação devida de um variador eletrónico de velocidade (VEV) é tanto maior quanto maior for a potência dos motores controlados. Embora a poupança que se verifica seja relevante (com as devidas ressalvas da dependência da demanda a satisfazer), para potências pequenas (inferiores a 2 – 3 kW) pode por si só não justificar uma substituição do equipamento existente.

4.2.5.2. Aplicabilidade

4.2.5.2.1. Sistema de produção de AQS: Circulação de Águas Quentes

No exemplo seguinte pretende-se controlar um circuito que disponibiliza água quente nas torneiras, de forma a aumentar o conforto.

Para este exemplo, vamos considerar como padrão algumas grandezas, embora possam variar por estabelecimento, por sazonalidade, forma como é feita a montagem dos equipamento e/ou temperatura do fluido de trabalho.

Para exemplo de variação de caudal do sistema usaremos:

100%	Caudal durante	33% das horas
80%	Caudal durante	33% das horas
60%	Caudal durante	33% das horas

Tabela 70 – variação de caudal

- a) Bomba de velocidade fixa de 400 W

Com a seguinte representação esquemática e com o funcionamento motor do exemplo representado em baixo:

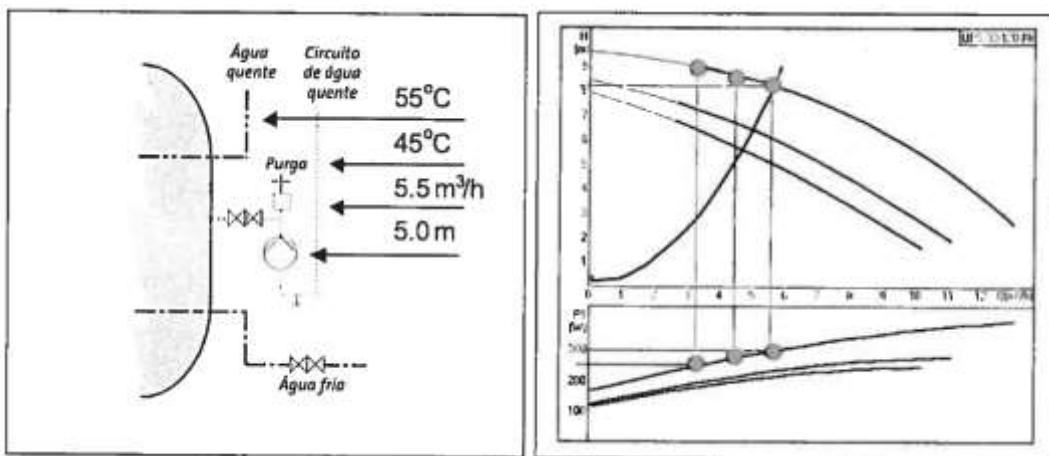


Figura 22 – Esquema do motor:

Podemos esquematizar a distribuição das potências consumidas e dos consumos na seguinte tabela:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [W]	Energia [kWh]
100%	33%	2920	295	861
80%	33%	2920	277	809
60%	33%	2920	253	739
Total		8760	Total	2 409

Tabela 71 – Energia consumida

- b) Bomba com variação de velocidade de 370 W

Com a seguinte representação esquemática e com o funcionamento motor do exemplo representado em baixo:

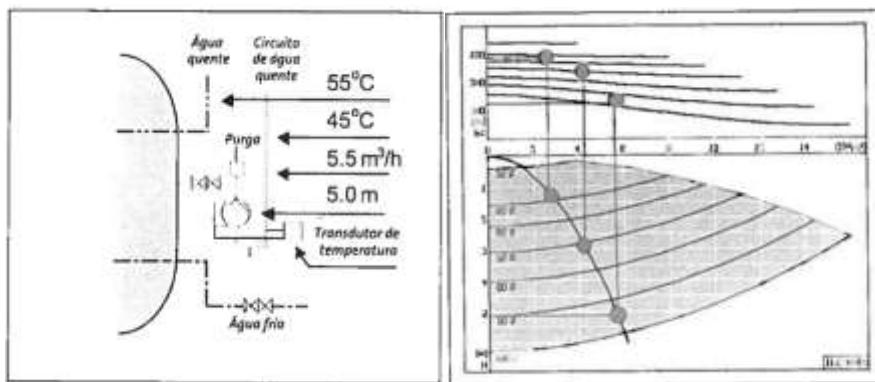


Figura 23 – Esquema do motor:

Podemos esquematizar a distribuição das potências consumidas e dos consumos na seguinte tabela:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [W]	Energia [kWh]
100%	33%	2920	260	760
80%	33%	2920	185	540
60%	33%	2920	126	368
Total		8760	Total	1 668

Tabela 72 – Energia consumida

4.2.5.2.2. Impactos ambientais e potencial de redução de custos

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por hora	Poupança	Poupança por ano funcionamento contínuo
Sistema	(kgep/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh /ano)	(KWh/h)	(€/h)	(€/ano)
a) Bomba de velocidade fixa de 400 W	6 023	867	2 409	-	-	-
b) Bombas de velocidade variável de 370 W	4 168	600	1 667	0.08	0.01	73.15

Tabela 73 – Sistema de produção de AQS: Circulação de Águas Quentes: impactos ambientais

Da análise dos consumos podemos verificar poupança da ordem dos 30% em relação à instalação com motor de velocidade fixa.

4.2.5.2.3. Investimento e retorno

	Energia Final Por hora	Investimento	Retorno por hora de funcionamento	Retorno em anos de funcionamento 24h/dia
Sistema	(KWh)	(€)	(h)	(ano)
a) Bomba de velocidade fixa de 400 W	0.28	1 611.00	-	-
b) Bomba de velocidade variável de 370 W	0.19	1 630.00	192 519.69	22.28

Tabela 74 – Sistema de produção de AQS: Circulação de Águas Quentes: investimento e retorno

Neste exemplo, podemos verificar que em caso de troca, a poupança não é significativa para compensar o investimento. No entanto, em caso de avaria ou de compra novo, por um valor muito similar, pode verificar-se um consumo 30% mais baixo e um retorno da diferença do custo em cerca de 3 meses, ao optar por um motor de velocidade variável.

4.2.5.3. Aplicabilidade

4.2.5.3.1. Sistema de aquecimento: Bombas principais

Para este exemplo vamos considerar como padrão algumas grandezas, embora possam variar por NUTS, por sazonalidade, forma como é feita a montagem dos equipamento e/ou temperatura do fluido de trabalho.

Para exemplo de variação de caudal do sistema usaremos:

100%	Caudal durante	5% das horas
75%	Caudal durante	10% das horas
50%	Caudal durante	35% das horas
25%	Caudal durante	50% das horas

Tabela 75 – variação de caudal

Vamos considerar um sistema de aquecimento e uma rede de distribuição até ao ponto de consumo. Considerando que temos um anel de circulação, temos um funcionamento permanente das bombas. Por isso, consideramos para cálculo 8760 horas de funcionamento por ano. Temos como referência as mesmas condições de trabalho como satisfação do mesmo caudal ($129 \text{ m}^3/\text{h}$) com a satisfação da mesma elevação (18m) e as mesmas condições de temperatura de ambiente e de fluido de trabalho.

As eventuais recomendações de boas práticas na montagem dos equipamentos não são abordadas, muito embora devam ser cumpridas. A título de exemplo, a montagem da bomba deve ser feita com caudal no sentido ascendente, para evitar a falta de pressão ou o trabalhar em vazio, fenómenos que reduzem muito o tempo de vida dos equipamentos.

- c) Bomba de velocidade fixa de 11 kW

Consideremos a seguinte representação esquemática e com o funcionamento motor do exemplo representado em baixo:

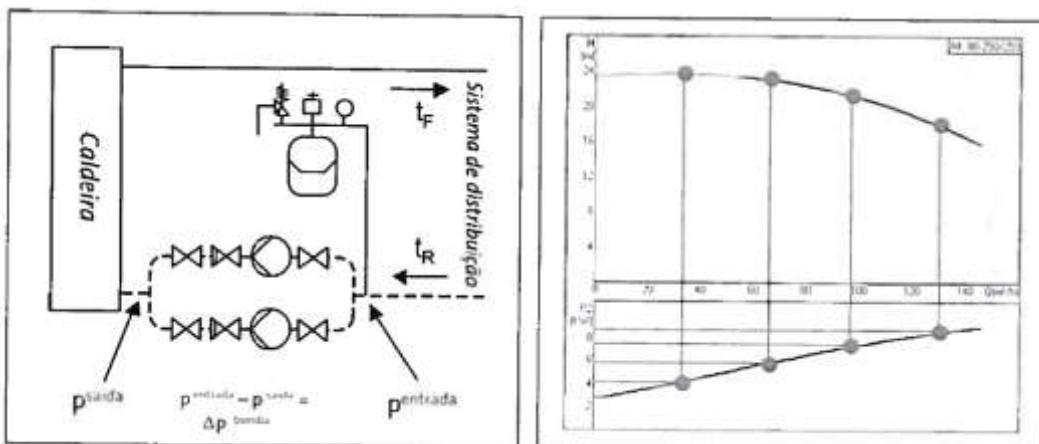


Figura 24 – Esquema do motor:

Podemos esquematizar a distribuição das potências consumidas e dos consumos na seguinte tabela:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	5%	438	9,8	4 292,40
75%	10%	876	8,3	7 270,80
50%	35%	3066	6,6	20 235,60
25%	50%	4380	4,8	21 024,00
Total		8760	Total	52 822,80

Tabela 76 – Energia consumida

- d) 2 Bombas de velocidade variável
de 5.5 kW

Consideremos a seguinte representação esquemática e com o funcionamento motor do exemplo representado em baixo:

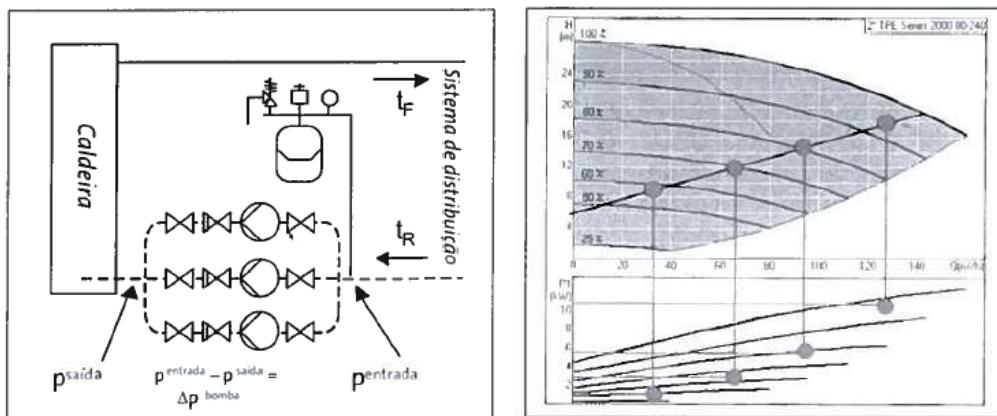


Figura 25 – Esquema do motor:

Podemos esquematizar a distribuição das potências consumidas e dos consumos na seguinte tabela:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	5%	438	10,3	4 511,40
75%	10%	876	5,9	5 168,40
50%	35%	3066	3,62	11 098,92
25%	50%	4380	1,31	5 737,80
Total		8760	Total	26 516,52

Tabela 77 – Energia consumida

4.2.5.3.2. Impactos
ambientais e potencial de redução de custos

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por hora	Poupança por hora	Poupança por ano funcionamento contínuo
Sistema	(kgep/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh/ano)	(kWh)	(€)	(€/ano)
a) Bomba de veloc. fixa de 11 kW	132 057	19 016	52 823	-	-	-
b) 2 Bombas de veloc. variável de 5.5 kW	66 291	9 546	26 517	3,00	0,30	2 594,59

Tabela 78 – Sistema de aquecimento: Bombas principais: impactos ambientais

Da análise dos consumos, podemos verificar que optar por velocidade variável nos motores reflete-se numa poupança da ordem dos 50% em relação à instalação com motor de velocidade fixa.

4.2.5.3.3. Investimento e retorno

	Energia Final Por hora	Investimento	Retorno por hora de funcionamento	Retorno em anos de funcionamento 24h/dia
Sistema	(kWh)	(€)	(h)	(anos)
a) Bomba de velocidade fixa de 11 kW	6,03	5 069.00	-	-
b) 2 Bombas de velocidade variável de 5.5 kW	3,03	5 780.00*2	38 494.84	4.46

Tabela 79 – Sistema de aquecimento: Bombas principais: Investimento e retorno

Como se pode verificar, a poupança que a opção b) permite obter reflete-se em um retorno de 4.5 anos de funcionamento. Desta perspetiva, deve considerar-se a troca do motor existente por dois de velocidade variável.

4.2.5.3.4. Sistema de Ar Condicionado: Bombas principais

Para este exemplo, vamos ponderar um sistema de ar condicionado com uma rede de distribuição até ao ponto de consumo, considerando que temos um funcionamento permanente das bombas para que se obtenha retorno do fluido de trabalho. Para o efeito, consideramos para cálculo 1930 horas de funcionamento por ano tendo como referência as mesmas condições de trabalho como satisfação do mesmo caudal ($2150 \text{ m}^3/\text{h}$) com a satisfação da mesma elevação (45m) e as mesmas condições de temperatura de ambiente e de fluido de trabalho.

- a) 2 Bomba de velocidade fixa de 200 kW e válvulas de 3 vias

O sistema é montado com válvulas de 3 vias que possibilitarão um caudal constante. As bombas param quando a necessidade de arrefecimento é baixa. O que requer 1930 horas de funcionamento anuais.

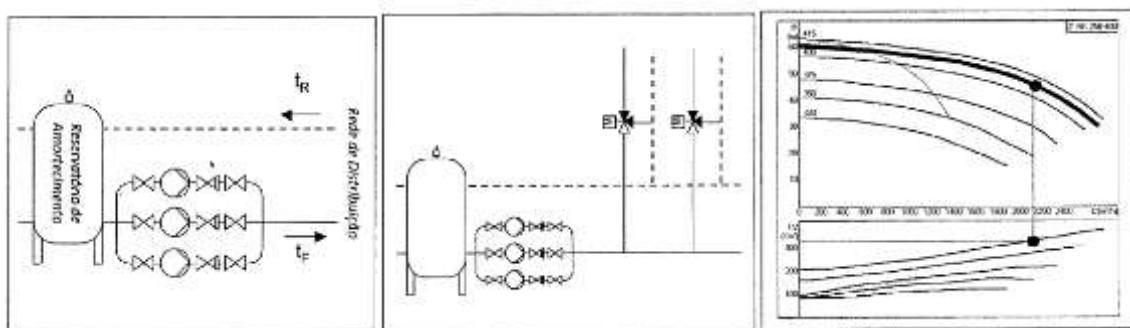


Figura 26 – Esquema do motor:

Caudal [%]	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	1930	342	660060
Total	1930	Total	660060

Tabela 80 – Energia consumida

- b) 2 Bombas com regulação de velocidade de 200 kW e válvulas de 3 vias

O sistema é montado com válvulas de 3 vias que possibilitarão um caudal constante. As bombas são controladas pela temperatura. A redução das necessidades de arrefecimento, (por “bypass” nas Válvulas de 3 vias), irá baixar a temperatura do retorno. Quando a temperatura diminui, a velocidade da bomba também diminui, o que requer 2930 horas de funcionamento anuais.

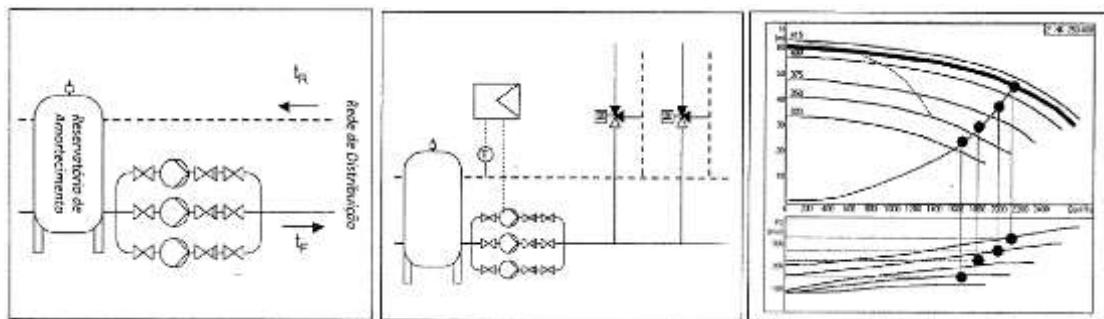


Figura 27 – Esquema do motor:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	5%	144	342	49 248
91%	10%	288	267	76 896
83%	36%	1056	191	201 696
75%	49%	1442	139	200 438
Total	100%	2930	Total	528 278

Tabela 81 – Energia consumida

- c) 2 Bombas de velocidade fixa de 200 kW e válvulas de 2 vias

O sistema é montado com válvulas de 2 vias, que possibilitarão um caudal variável, o que requer 2930 horas de funcionamento anuais.

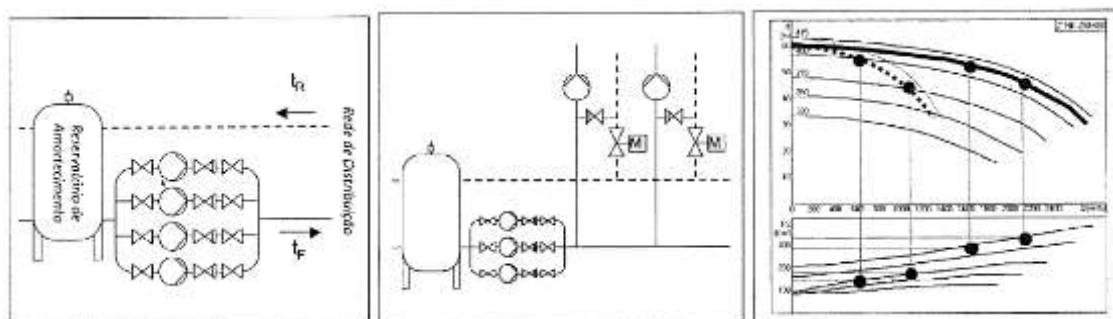


Figura 28 – Esquema do motor:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	5%	144	342	49 248
75%	10%	288	388	111 744
50%	36%	1056	187	197 472
30%	49%	1442	164	236 488
Total	100%	2930	Total	594 952

Tabela 82 – Energia consumida

- d) 3 Bomba com regulação de velocidade de 132 kW e válvulas de 2 vias

Sistema montado com válvulas de duas vias, o que possibilitará um caudal variável a pressão constante.

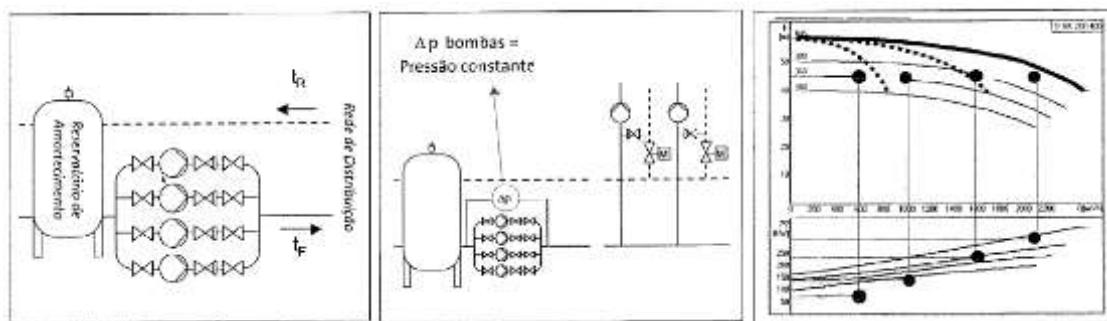


Figura 29 – Esquema do motor:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	5%	144	349	50 256
75%	10%	288	260	74 880
50%	36%	1056	178	187 968
30%	49%	1442	100	144 200
Total	100%	2930	Total	457 304

Tabela 83 – Energia consumida

- e) 3 Bombas com regulação de velocidade de 132 kW e válvulas de 2 vias

Sistema montado com válvulas de duas vias, o que possibilitará um caudal variável e pressão proporcional, tendo em conta o ponto sensível do circuito.

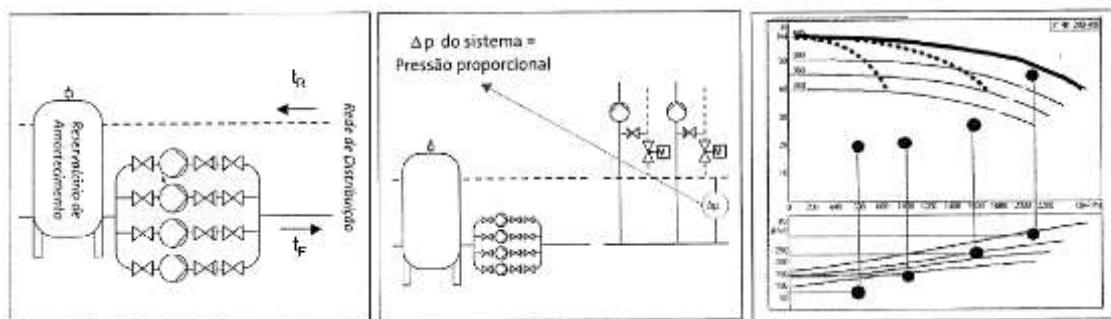


Figura 30 – Esquema do motor:

Caudal [%]	% de horas solicitadas	Horas [h]	Potência [kW]	Energia [kWh]
100%	5%	144	342	50 256
75%	10%	288	388	38 880
50%	36%	1056	187	83 424
30%	49%	1442	164	67 774
Total	100%	2930	Total	240 334

Tabela 84 – Energia consumida

4.2.5.3.5. Impactos ambientais e potencial de redução de custos

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por hora	Poupança por ano
Sistema	(kgep/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh/ano)	(€)	(€)
a) 2 Bombas de veloc. fixa de 200 kW e válvulas de 3 vias	1 650 150	237 622	660 060	-	-
b) 2 Bombas com regulação de veloc. de 200 kW e válvulas de 3 vias	1 320 695	190 180	528 278	1,50	12 998
c) 2 Bombas de veloc. fixa de 200 kW e válvulas de 2 vias	1 487 380	214 183	594 952	0,74	6 422
d) 3 Bombas com regulação de veloc. de 132 kW e válvulas de 2 vias	1 143 260	164 629	457 304	2,31	19 998
e) 3 Bombas com regulação de veloc. de 132 kW e válvulas de 2 vias (pressão proporcional)	600 835	86 520	240 334	4,79	41 398

Tabela 85 – Sistema de Ar Condicionado: Bombas principais: impactos ambientais

Da análise dos consumos, podemos verificar poupança da ordem dos 64% em relação à instalação com motores de velocidade fixa.

4.2.5.3.6. Investimento e Retorno

	Energia Final Por hora	Investimento	Retorno por hora de funcionamento	Retorno em anos de funcionamento 24h/dia
Sistema	(kWh)	(€)	(h)	(anos)
a) 2 Bombas de veloc. fixa de 200 kW e válvulas de 3 vias	75,35	50 887.20	-	-
b) 2 Bombas com regulação de veloc. de 200 kW e válvulas de 3 vias	60,31	73 169.20	4 864	0.56
c) 2 Bombas de veloc. fixa de 200 kW e válvulas de 2 vias	67,92	50 887.20	6 847	0.79
d) 3 Bombas com regulação de veloc. de 132 kW e válvulas de 2 vias	52,20	78 515.16	3 392	0.39
e) 3 Bombas com regulação de veloc. de 132 kW e válvulas de 2 vias (pressão proporcional)	27,44	78 515.16	1 639	0.19

Tabela 86 – Sistema de Ar Condicionado: Bombas principais: Investimento e retorno

4.2.6. Retificação de fator de potência

4.2.6.1. Identificação e caracterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental:

É vulgar encontrar-se nas faturas do comercializador de energia custos com energia reativa consumida.

Detalhe da Factura:								
	Tipo Leitura	Período facturado	Quantidade	Preço Unitário	Taxa de IVA	Valorização (Euros)		
		Inicio Fim	Unid					
Energia – Reactiva – Escala 1 – Cons. Fora do Vazio		01-03-2014 30-03-2014	KVAh x €/KVAh	15.447,00 KVAh	0,02810	23%	129,12	
Energia – Reactiva – Escala 2 – Cons. Fora do Vazio		01-03-2014 30-03-2014	KVAh x €/KVAh	10.447,00 KVAh	0,02460	23%	389,08	
Energia – Reactiva – Escala 3 – Cons. Fora do Vazio		01-03-2014 30-03-2014	KVAh x €/KVAh	16.002,00 KVAh	0,07390	23%	1.180,96	

Figura 31 – Exemplo de fatura:

A energia reativa resulta da existência de equipamentos que usam magnetismo nos seus acionamentos, como os motores presentes nos ventiladores e nas bombas. Estes equipamentos provocam um desfasamento (“ruído”) que é contabilizado e cobrado pelas distribuidoras de energia elétrica.

A sua retificação através da instalação de baterias de condensadores, convenientemente dimensionados, pode resolver este problema. A bateria de condensadores é um equipamento que anula/retifica o desfasamento (“ruído”) provocado pelos elementos indutivos (motores), introduzindo elementos capacitivos (condensadores). Desta forma, é possível reduzir praticamente a zero o gasto desnecessário todos os meses com este tipo de energia.

4.2.6.2. Aplicabilidade

Estes consumos que resultam do tipo de equipamento utilizado geram defeitos na instalação que podem representar perigo real para a instalação e equipamentos, como risco de incêndio e vulgarmente avarias precoces.

4.2.6.3. Potencial de redução de custos e/ou impactos ambientais

A título de exemplo, no caso apresentado em acima, o valor somado dos 3 escalões 1686€ é o valor pago neste mês. Se este consumo for semelhante ao longo do ano, significa uma poupança aproximada de 20 200€

4.2.6.4. Investimento e retorno

Estamos a falar de um investimento vulgarmente com retorno no primeiro ano.

É portanto um investimento incontornável, com reflexo direto na disponibilidade de potência na instalação de distribuição e na qualidade da energia utilizada.

4.2.7. Contribuição de

Fontes Renováveis de Energia Elétrica para o melhoramento do índice de eficiência energética.

4.2.7.1. Solar fotovoltaico

4.2.7.1.1. Identificação e caracterização de medidas de eficiência e sustentabilidade ambiental.

Pretende-se, com o próximo exercício demonstrar a possibilidade de satisfazer uma demanda de consumo de eletricidade de uma unidade hoteleira.

Para o efeito, vamos estudar 3 perfis de consumo que se podem encontrar do interior, litoral e sul do País.

VERÃO - Exposição/Produção Solar: 07:00h-20:00h



INVERNO - Exposição/Produção Solar: 08:00h-17:00h



Figura 32 – Esquema tarifário vs exposição solar

Como se pode verificar pela representação em cima, as horas de exposição solar não coincidem com os períodos horários da tarifa da energia elétrica disponibilizada pela rede, razão pela qual teremos de proceder a ajustamentos de forma a coincidirem os consumos a satisfazer com os períodos de exposição solar. Desta forma, podemos dimensionar a potência solar fotovoltaica a instalar para a sua melhor rentabilidade.

4.2.7.1.2. Aplicabilidade: Exemplo de uma unidade hoteleira do interior do país

Mês do Ano	Total Consumido na instalação Ponta+Cheia+Vazio (*)	Total Consumido na instalação durante a exposição solar	Produção de 360 Módulos (90 kWp)
	(kWh)	(kWh)	(kWh)
Jan	44 654	27 851	8 124
Fev	44 797	28 136	9 126
Mar	51 894	32 117	12 810
Abr	34 763	21 629	14 070
Mai	26 104	16 189	15 564
Jun	25 940	15 844	16 632
Jul	27 997	17 388	18 360
Ago	32 201	20 076	17 160
Set	28 278	17 543	14 892
Out	30 996	19 477	10 890
Nov	35 243	22 071	8 394
Dez	49 052	30 521	6 672
TOTAIS	431 918	268 842	152 694

Tabela 87 - distribuição de consumos no período de exposição solar

(*) Não se consideraram os consumos em s/vazio devido a não haver exposição solar durante este período do dia.

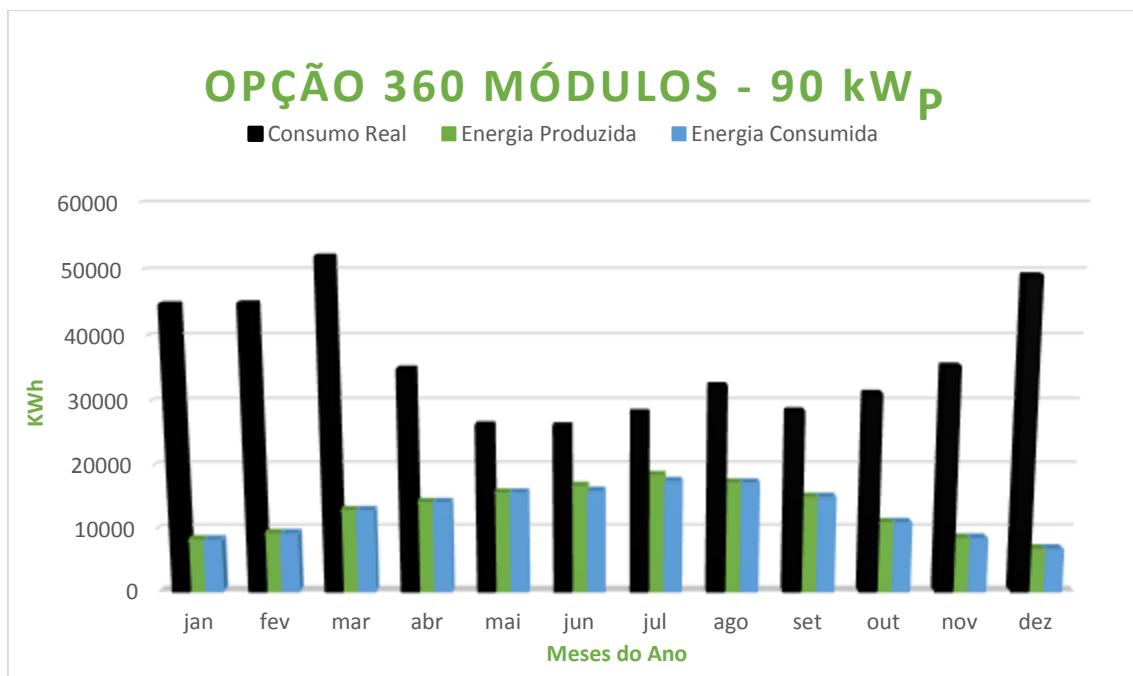


Gráfico 58 – Consumo vs. produção

Mês do Ano	Consumo Real (kWh)	Energia Produzida (kWh)	Energia Consumida (kWh)	Excesso de Energia (kWh)	Poupança Estimada	% Consumida Sobre Produzida	Poupança %
Jan	44654	8124	8124	0	812 €	100%	18%
Fev	44797	9126	9126	0	913 €	100%	20%
Mar	51894	12810	12810	0	1 281 €	100%	25%
Abr	34763	14070	14070	0	1 407 €	100%	40%
Mai	26104	15564	15564	0	1 556 €	100%	60%
Jun	25940	16632	15844	788	1 624 €	95%	64%
Jul	27997	18360	17388	972	1 787 €	95%	66%
Ago	32201	17160	17160	0	1 716 €	100%	53%
Set	28278	14892	14892	0	1 489 €	100%	53%
Out	30996	10890	10890	0	1 089 €	100%	35%
Nov	35243	8394	8394	0	839 €	100%	24%
Dez	49052	6672	6672	0	667 €	100%	14%
TOTAIS	431918	152694	150935	1759	15 181 €	99%	39%

Tabela 88 – Estimativa de poupança ao longo do ano

OPÇÃO 360 Módulos - 90 kWp

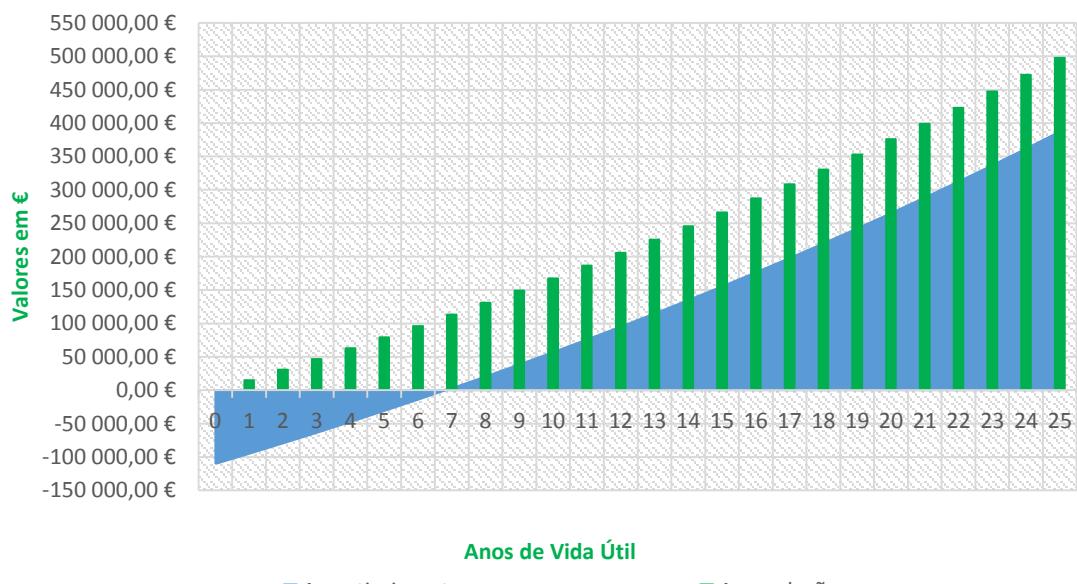


Gráfico 59 – Poupança acumulada

Taxa de Rentabilidade	13,9%
Payback - Retorno do Investimento em anos	6,76
Total das Receitas Anuais em 25 anos (*)	490 200,11 €

Tabela 89 – Payback

(*) Valor calculado considerando tarifa para o 1º ano de 0,1€/kWh, atualizada 3% ao ano e considerando uma perda de eficiência nos módulos para os 25 anos de 20% (0,8%/ano)

4.2.7.1.3. Aplicabilidade: Exemplo de uma unidade hoteleira no litoral Oeste do país

Mês do Ano	Total Consumido Ponta+Cheia+Vazio (*) (kWh)	Total Consumido durante a exposição solar (kWh)	Produção 2520 Módulos (630 kWp)
			(kWh)
Jan	109 768	63 794	56 868
Fev	133 754	77 168	63 882
Mar	147 168	85 520	89 670
Abr	147 762	80 718	98 490
Mai	157 049	89 860	108 948
Jun	170 477	98 587	116 424
Jul	188 498	107 316	128 520
Ago	189 647	108 676	120 120
Set	181 324	104 203	104 244
Out	162 700	93 469	76 230
Nov	136 234	78 631	58 758
Dez	109 768	63 794	46 704
TOTAIS	1 068 858	1 051 737	1 068 858

Tabela 90 – distribuição de consumos no período de exposição solar

(*) Não se consideraram os consumos em s/vazio devido a não haver exposição solar durante este período do dia.

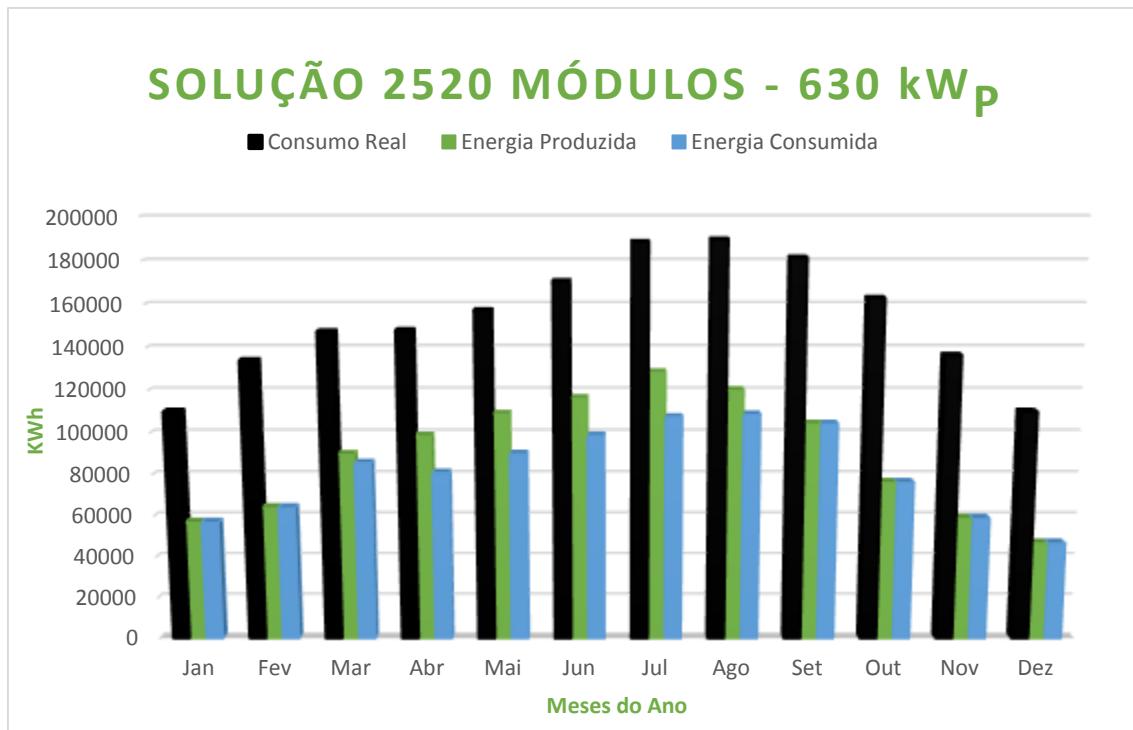


Gráfico 60 – Consumo vs. produção

Mês do Ano	Consumo Real (kW)	Energia Produzida (kW)	Energia Consumida (kW)	Excesso de Energia (kW)	Poupança Estimada	% Consumida Sobre Produzida	Poupança %
Jan	109768	56868	56868	0	5 687 €	100%	52%
Fev	133754	63882	63882	0	6 388 €	100%	48%
Mar	147168	89670	85520	4150	8 776 €	95%	61%
Abr	147762	98490	80718	17772	9 031 €	82%	67%
Mai	157049	108948	89860	19088	10 017 €	82%	69%
Jun	170477	116424	98587	17837	10 822 €	85%	68%
Jul	188498	128520	107316	21204	11 877 €	84%	68%
Ago	189647	120120	108676	11444	11 486 €	90%	63%
Set	181324	104244	104203	41	10 423 €	100%	57%
Out	162700	76230	76230	0	7 623 €	100%	47%
Nov	136234	58758	58758	0	5 876 €	100%	43%
Dez	109768	46704	46704	0	4 670 €	100%	43%
Total	1834149	1068858	977323	91535	102 675 €	93%	57%

Tabela 91 – Estimativa de poupança ao longo do ano

Solução 2520 Módulos - 630 kWp

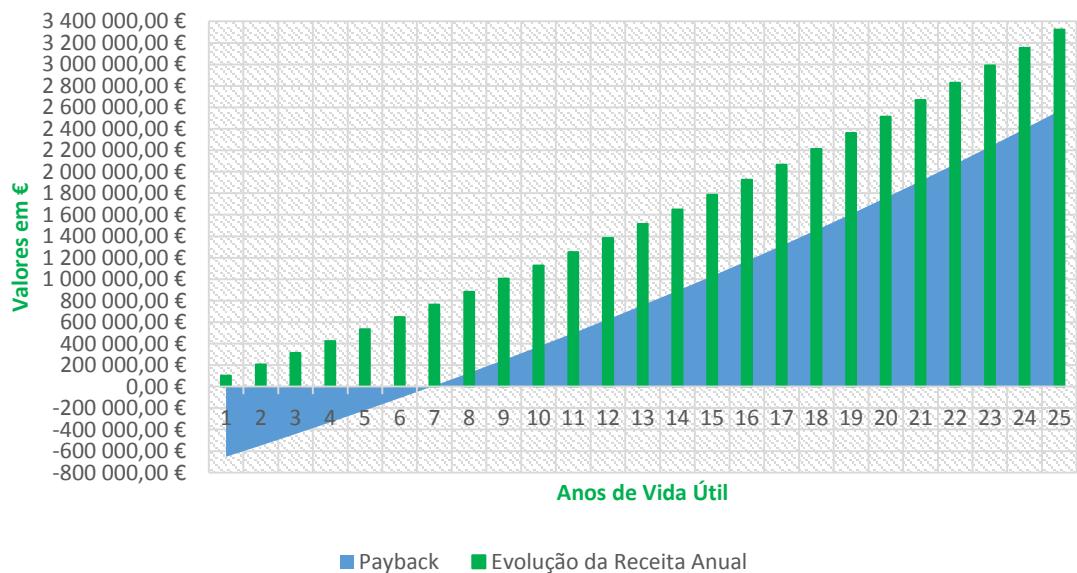


Gráfico 61 – Poupança acumulada

Taxa de Rentabilidade	12,3%
Payback - Retorno do Investimento em anos	6,92
Total das Receitas Anuais em 25 anos (*)	3 324 017,19 €

Tabela 92 – Payback

(*) Valor calculado considerando tarifa para o 1º ano de 0,1€/kWh, atualizada 3% ao ano e considerando uma perda de eficiência nos módulos para os 25 anos de 20% (0,8%/ano)

4.2.7.1.4. Aplicabilidade: Exemplo de uma unidade hoteleira do sul do país

Mês do Ano	Total Consumido Ponta+Cheia+Vazio (*) (kWh)	Total Consumido durante a exposição solar (kWh)	Produção 600 Módulos (150 kWp) (kWh)
Jan	11 922	6 914	16 248
Fev	21 335	12 670	18 252
Mar	56 225	33 719	25 620
Abr	51 477	30 831	28 140
Mai	59 168	35 547	31 128
Jun	65 672	39 419	33 264
Jul	42 386	25 442	36 720
Ago	74 105	44 359	34 320
Set	64 504	38 859	29 784
Out	59 789	35 969	21 780
Nov	39 060	23 224	16 788
Dez	9 494	5 525	13 344
TOTAIS	555 137	332 479	305 388

Tabela 93 – distribuição de consumos no período de exposição solar

(*) Não se consideraram os consumos em s/vazio devido a não haver exposição solar durante este período do dia.

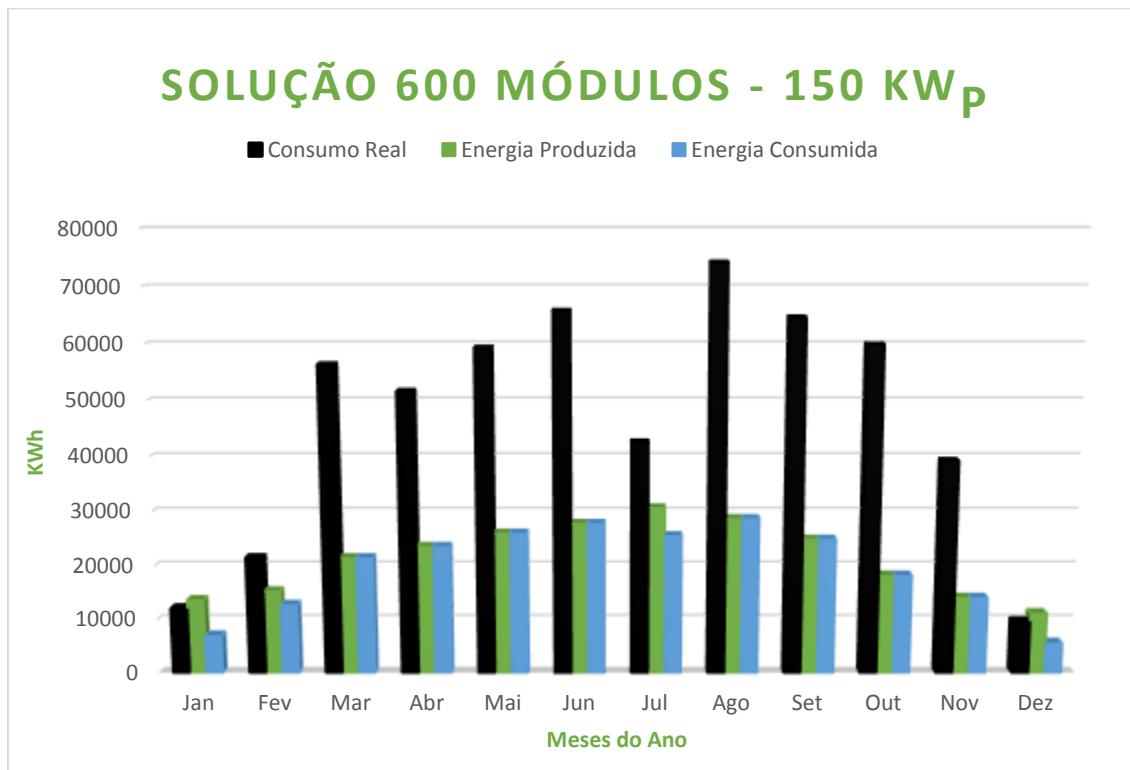


Gráfico 62 – Consumo vs. produção

Mês do Ano	Consumo Real (kW)	Energia Produzida (kW)	Energia Consumida (kW)	Excesso de Energia (kW)	Poupança Estimada	% Consumida Sobre Produzida	Poupança %
Jan	11922	13540	6914	6626	1 049.22 €	51%	114%
Fev	21335	15210	12670	2540	1 404.18 €	83%	71%
Mar	56225	21350	21350	0	2 135.00 €	100%	38%
Abr	51477	23450	23450	0	2 345.00 €	100%	46%
Mai	59168	25940	25940	0	2 594.00 €	100%	44%
Jun	65672	27720	27720	0	2 772.00 €	100%	42%
Jul	42386	30600	25442	5158	2 822.73 €	83%	72%
Ago	74105	28600	28600	0	2 860.00 €	100%	39%
Set	64504	24820	24820	0	2 482.00 €	100%	38%
Out	59789	18150	18150	0	1 815.00 €	100%	30%
Nov	39060	13990	13990	0	1 399.00 €	100%	36%
Dez	9494	11120	5525	5595	854.61 €	50%	117%
Total	555137	254490	234571	19919	24 533 €	89%	55%

Tabela 94 – Estimativa de poupança ao longo do ano

Solução 600 Módulos - 150 kWp

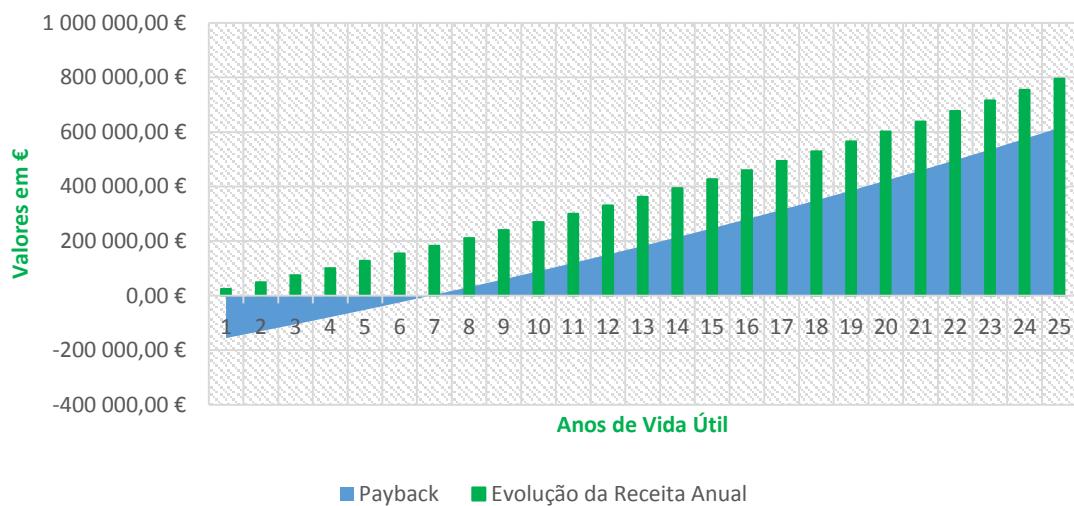


Gráfico 63 – Poupança acumulada

Taxa de Rentabilidade	13,6%
Payback - Retorno do Investimento em anos	6,90
Total das Receitas Anuais em 25 anos (*)	795 292,74 €

Tabela 95 – Payback

(*) Valor calculado considerando tarifa para o 1º ano de 0,1€/kWh, atualizada 3% ao ano e considerando uma perda de eficiência nos módulos para os 25 anos de 20% (0,8%/ano)

4.2.7.1.5. Impactos
ambientais e potencial de redução de custos

	Energia primária	Emissões	Energia Final	Poupança por ano	Poupança por ano
Sistema	(kgep/ano)	(kg CO2 eq /ano)	(kWh/ano)	(kWh/ano)	(€/ano)
Interior 360 Módulos	32 829.21	71 766.18	152 694.00	147 071.19	15 011 €
Litoral 2520 Módulos	229 804.47	502 363.26	1 068 858.00	977 322.77	102 675 €
Sul 600 Módulos	54 715.35	119 610.30	254 490.00	234 571.43	24 532.7 €

Tabela 96 – Sistema solar fotovoltaico: impactos ambientais

4.2.7.1.6. Investimento e retorno;

	Energia Poupada (KWh/ano)	Investimento (€)	Período de retorno simples (anos)	Poupança em 25 anos (€)
Sistema	(KWh/ano)	(€)	(anos)	(€)
Interior 360 Módulos	147 071	108 000.00 €	6.76	382 200.11 €
Litoral 2520 Módulos	977 323	756 000.00 €	6.92	2 568 017.19 €
Sul 600 Módulos	234 571	180 000.00 €	6.90	615 292.74 €

Tabela 97 – Sistema solar fotovoltaico: Investimento e retorno

5. Boas práticas

5.1. Escolha de equipamentos eficientes

Frigoríficos e arcas de classe energética A+, A++ ou A+++ proporcionam uma poupança de cerca de 20%, 40% e 60%, em comparação com os de classe A.

Preferir os ecrãs de LCD ou LED aos de Plasma

Comprar sempre equipamento com a etiqueta Energy Star e verificar também se tem a etiqueta ECO ou etiquetagem energética. Escolher sempre equipamentos da classe de eficiência mais elevada

Evitar o uso de aquecedores (radiadores) elétricos. Bombas de calor eficientes são mais caras, mas reduzem o consumo de eletricidade entre 65% a 80%;

Se possível, combinar o termoacumulador com a instalação de painéis solares térmicos, que podem garantir entre 60% a 80% da energia necessária ao aquecimento de águas;

5.2.Utilização eficiente da água

A Captação própria de água é uma técnica usada por 20% dos empreendimentos turísticos. Destes, cerca de 94% recorrem a águas Subterrâneas.

Esta técnica que requer bombas com potências elevadas, embora seja uma poupança significativa em água, pode ter um peso relevante em eletricidade.

No entanto, recorrendo a bombas alimentadas a energia solar (bombas solares) e fazer a elevação da água para depósitos a cotas mais elevadas, desde que devidamente dimensionados, estes custos podem ser praticamente eliminados.

Conselhos Para Poupar Água

O autoclismo

Devem-se evitar descargas supérfluas, uma vez que cada descarga consome cerca de 10l de água; Alguns autoclismos permitem interromper a descarga completa, permitindo a poupança de metade do volume do autoclismo;

Já existe uma variedade de dispositivos que permitem a poupança de água no autoclismo: sistemas de regulação de volumes ou contrapesos, que se introduzem dentro do autoclismo, sem interferir com os sistemas de descarga;

Também já se encontram disponíveis no mercado alguns modelos de autoclismo de dupla descarga, que permitem fazer descargas diferenciadas: uma menor, para fezes líquidas, e outra maior, para fezes sólidas.

O banho

Poupe água quando se lava. Tome um duche e não um banho de imersão, ou tome banho em conjunto. O duche é melhor do que o banho de imersão: enquanto que uma banheira cheia consome cerca de 300l de água, um duche de 5 minutos gasta entre 50 a 60l, desde que se fechem as torneiras enquanto nos ensaboamos;

Podemos substituir a cabeça do chuveiro por um outro de baixo caudal (com arejador), que mistura ar à água, mantendo a pressão e o conforto. Assim podemos poupar até 50% da água gasta;

Com uma torneira misturadora também é possível diminuir o fluxo, pois é mais fácil controlar a temperatura da água.

Os lavatórios

As torneiras abertas podem gastar até 12l/minuto;

Instalar arejadores ou economizadores nas torneiras pode reduzir o fluxo do caudal da água, limitando-o até apenas 6l/minuto.

Fugas de água: Uma torneira a perder uma gota/segundo representa um consumo até 1.000l/mês;

A máquina de lavar roupa

Deve-se encher a máquina de lavar roupa na sua carga máxima, antes de a pôr a funcionar e selecionar o programa adequado, bem como a temperatura da lavagem, em função do tipo de roupa e do seu grau de sujidade;

A máquina de lavar louça

A máquina de lavar louça só deve ser posta a trabalhar quando estiver completamente cheia: assim, poupa-se até 25% de água; As máquinas de lavar louça modernas, de baixo consumo, gastam apenas entre 11 a 14l por lavagem.

Que mais poderemos fazer para poupar água?

Para reduzir o consumo de água potável, é possível planear a utilização de água não apta para consumo humano, mas apta para outros usos, como a utilização de água depurada, que pode ser utilizada para regar os jardins. Aproveitamento de águas pluviais, ou a reutilização de “água cinzentas”, técnicas estas que se começam agora a introduzir.

Aproveitar as águas pluviais

A reutilização de águas pluviais baseia-se na recolha das águas dos telhados, ou dos terraços, em reservatórios (que poderão até ser enterrados); esta água serve para regar os jardins exteriores. Em alguns países do Centro da Europa também já se utilizam estas águas para encher os autoclismos.

Reutilização das “água cinzentas”

As “água cinzentas” são aquelas que sobram dos banhos, das máquinas de lavar roupa, das máquinas de lavar louça, dos lavatórios, e que depois de uma depuração simples podem ser reutilizadas por exemplo nos autoclismos. A dificuldade desta medida reside na necessidade de se instalar um sistema secundário de canalização, independente do sistema que abastece as máquinas e as torneiras.

As sanitas e os lava-louças não são um caixote do lixo!

Um dos males que podemos evitar é a utilização das sanitas ou lava-louças como escorredouro de lixos diversos (pontas de cigarros, restos de comida, guardanapos de papel, cotonetes).

Usem produtos de limpeza mais amigos do ambiente!

Na limpeza da casa, utilizamos um conjunto de produtos de limpeza com um elevado grau de toxicidade, tanto para a saúde humana, como para os sistemas naturais. Para substituir estes produtos, já se vendem outros que respeitam o meio ambiente, com reduzido teor de fosfatos e outros químicos poluentes, responsáveis por contaminar rios e lagos. Observem bem as etiquetas, e escolham os detergentes que tenham o mais baixo teor de fosfatos.

Além disso, é muito importante utilizar os detergentes apenas nas quantidades necessárias, não excedendo as doses recomendadas pelos fabricantes.

Vamos escrever em papel reciclado!

A produção de papel reciclado utiliza muito menos água e elimina menos contaminantes para as águas residuais do que quando se fabrica papel novo. (cm-alvaiazere)

5.3. Intervenções informadas e Técnicos qualificados

Um resultado incontornável deste estudo é o caráter profundamente técnico do tipo de intervenções que podem contribuir para a eficiência no setor do Turismo e, em particular, nas instalações hoteleiras.

A fim de assegurar os resultados pretendidos com essas intervenções e optimizar o retorno dos investimentos, é da maior importância que todas as fases do processo sejam conduzidas por técnicos devidamente qualificados e suportadas em análises rigorosas do potencial de melhoria de cada intervenção. Assim:

- A análise e caracterização das medidas a implementar, deve ser realizada por técnicos habilitados para o efeito (Técnicos reconhecidos para a realização de auditorias, Peritos Qualificados);
- E ser suportada em Relatórios de Auditoria e/ou Certificados Energéticos devidamente documentados;
 - Para além de a Certificação Energética assumir caráter obrigatório, no caso de muitas instalações hoteleiras, a generalização deste Sistema de Certificação permitirá apurar gradualmente dados mais concretos e fiáveis sobre o parque edificado,
 - contribuindo para futuras ações a nível nacional;
 - e assumindo-se como um instrumento de valorização dos próprios empreendimentos hoteleiros;
- Sempre que aplicável – por exemplo, no caso de intervenções em centrais térmicas ou sistemas de AVAC – as intervenções devem ser alvo de projeto de execução; Com estes projetos pretende-se:
 - Acautelar o bom funcionamento e os resultados esperados com as alterações introduzidas;
 - Muitas intervenções que pretendem melhorar a eficiência, ao substituir ou acrescentar equipamentos, não têm os resultados esperados porque a interligação e princípio de funcionamento da nova solução não foram claramente pensados e concebidos;
 - Mas também a existência de estimativas orçamentais que permitam balizar os investimentos de forma realista, limitando “derrapagens” de custos em obra;
- Por outro lado, as intervenções e obras, propriamente ditas, devem ser realizadas, no terreno, por técnicos e empresas idóneos, de forma a assegurar uma correta implementação e um funcionamento adequado;
 - A garantia de qualidade em obra é tão importante como a garantia de qualidade nas fases de análise e projeto.

5.4. Monitorização e Gestão de Recursos

A identificação dos principais focos e formas de consumo (de energia, água, ou outros recursos) é o primeiro passo – indispensável – de um longo caminho para a utilização eficiente desses recursos.

No entanto, se uma auditoria pode ser considerada uma “fotografia” da utilização de recursos num dado momento, e como tal um ponto de partida para potenciais melhorias, o ideal é dispor de um “filme”, que permita visualizar e compreender como esses recursos são utilizados ao longo do tempo.

Nesse sentido, a monitorização e gestão de recursos – de energia, de água, de papel, de resíduos, ou qualquer outro recurso relevante – assume-se como uma ferramenta muito poderosa para otimizar investimentos, quer antes, quer após a implementação de medidas de melhoria.

Um sistema de monitorização de energia, por exemplo, pode permitir:

- Detetar consumos em períodos desnecessários, eliminando-os, com as consequentes poupanças;
- Visualizar variações de perfil que podem conduzir à identificação, em pouco tempo, de falhas ou avarias que, de outra forma, poderiam não ser detetadas durante muito tempo;
- Ou apontar parâmetros suscetíveis de otimização em sistemas complexos, como sistemas centralizados de climatização e ventilação, sistemas com domótica integrada, p.e., a nível de proteções solares reguláveis, e muitos outros;

A existência de um sistema de monitorização não assegura, por si só, qualquer retorno económico. Os resultados que se poderão alcançar irão depender da situação de partida, da forma como são geridos os aspetos comportamentais dos utilizadores, e da existência de pessoas dedicadas à análise e atuação sobre os dados disponibilizados pelo sistema.

No entanto, vários estudos apontam para que, em média, a implementação de sistemas de monitorização, possa contribuir para reduzir em 5% a 15% os consumos energéticos de uma instalação, o que pode representar poupanças consideráveis.

6. Casos de estudo.

6.1. A auditoria energética realizada a um hotel em Lisboa

"

A auditoria energética realizada ao hotel em Lisboa deu origem à substituição do equipamento existente por um mais eficiente do ponto de vista energético.

A situação

Dos dados fornecidos pelo cliente, o consumo médio de água na unidade, tendo em conta os últimos 3 anos de exploração é de 77 m³/dia, o que perfaz 28.105 m³ ao final do ano. A solução instalada era constituída por 3 grupos multicelulares de eixo vertical de marca reconhecida no mercado. Estando os colectores da central no fim do seu Ciclo de Vida e levantando-se questões relacionadas com a sua substituição, a empresa auditora propôs a realização de uma auditoria energética, de modo a não colocar em risco o abastecimento de água do Hotel.

A solução

Foi analisado e registado entre as 16h44 do dia 4 de Agosto de 2009 e as 10h50 do dia seguinte, o consumo elétrico da instalação, assim como o volume de água bombeado. Esta análise foi efetuada através de uma ferramenta de aquisição de dados apropriada. A ocupação da unidade, que possui 221 quartos, era na altura de 90%. Dos dados obtidos com a ferramenta e das necessidades referenciadas pelo cliente, foi selecionada a central com variação de velocidade e um depósito de 200 litros.

O resultado

"Com o equipamento anterior para elevar 1 m³ de água o consumo era de 3,25 kW/h. Agora para a mesma quantidade consumimos 0,66 kW/h", afirma o Responsável pela Manutenção do Hotel, em Lisboa, referindo-se ao valor médio de Abril a Novembro de 2010. Em relação às vantagens do novo equipamento com variação de velocidade, afirma que não tem dúvidas em salientar a redução substancial do consumo de energia. "A antiga central da mesma marca assegurava o desempenho necessário para as exigências do Hotel, mas a um custo energético extremamente elevado", aponta.

" (CASE STORY 1)

6.2. Hotel de Lisboa

AÇÕES DESENVOLVIDAS

CONSUMOS DE ÁGUA

- Contagens setoriais
- Redutores de caudal
- Medições de caudal
- Reutilização de toalhas e lençóis

QUALIDADE DA ÁGUA

- Análises a águas
- Limpeza dos depósitos

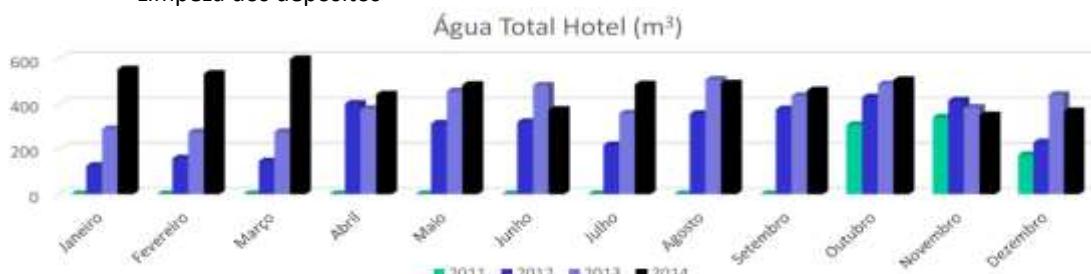


Gráfico 64 – Consumos de água ao longo do ano

CONSUMOS DE ENERGIA

- Energia solar
- 85% de LEDs
- Contagens setoriais
- Corte de energia nos quartos
- Sistema Gestão Técnica do Edifício (Domótica);
- Isolamento térmico do edifício;
- Sistema de Ar condicionado – VRV (baixo consumo);
- Sensores de movimento, em torneiras e para iluminação
- Formação



Gráfico 65 – Consumos de eletricidade ao longo do ano

	2012	2013	2014
Total consumido kWh	387832	399987	390674
Consumido kWh/m ²	153.78	158.60	154.91

Tabela 98 – Consumos de eletricidade por ano
(Sustainability has another meaning, 2015)

6.3.Hotel de Lisboa 2

O Hotel de Lisboa em estudo investe em estratégias sustentáveis e infraestruturas tecnológicas diferenciadoras, serviços e operações dos seus hotéis de forma a minimizar o impacto ambiental das suas ações, funcionários e clientes.

Energia

- Energia 100% de fontes renováveis;
- Painéis solares termoacumuladores;
- Iluminação LED e de baixo consumo energético;
- Equipamentos Energy Star;
- Sensores de movimento;
- Economizadores de energia nos quartos / Sistemas de chave RFID;
- Isolamento lá de rocha;
- Vidros duplos em todos os quartos;
- Película solar refletora;
- Quartos com chão de cortiça – o que reduz o consumo de energia pelas suas características térmicas
- Programa de compensação de emissões de CO2
- Gestão Técnica Centralizada.

	kWh consumidos	Total clientes	kWh por cliente
Consumo em 2012	1014789	85142	11.92
Consumo em 2013	948307	83676	11.33
Consumo em 2014	910844	99393	9.16

Tabela 99 – Consumos em kWh de eletricidade

Água

- Sistemas de limpeza com mopas;
- Produtos de limpeza e amenities ecolabel e biodegradáveis;
- Redutores de caudal / Torneiras com sensor;
- Sistemas de dosagem de detergentes;
- Autoclismos dupla descarga.

Água	m³ consumidos	Total clientes	m³ por cliente
Consumo em 2012	8310	85142	0.1
Consumo em 2013	8460	83676	0.1
Consumo em 2014	8424	99393	0.08

Tabela 100 – Consumos em m³ da água

Gás	m³ consumidos	Total clientes	m³ por cliente
Consumo em 2012	61406	85142	0.72
Consumo em 2013	59637	83676	0.71
Consumo em 2014	53536	99393	0.54

Tabela 101 – Consumos em m³ da Gás

Evolução x/clientes

153/190

	2012	2013	2014	2012-2013	2013-2014	2012-2014
Gás m3 / cliente	0.72	0.71	0.54	1.18%	24.43%	25.32%
Energia KWH / cliente	11.92	11.33	9.16	4.91%	19.14%	23.11%
Água m3 / cliente	0.10	0.10	0.08	-3.59%	16.17%	13.16%

Tabela 102 – Evolução dos consumos/poupanças com a aplicação das medidas de melhoria

	2012	2013	2014
Total kWh	1 014 789	948307	948307
kWh/m2	199.92	186.82	186.82
Gás m3	61406	59637	53536
Gás m3/m2	12.10	11.75	10.55
Água m3	8310	8460	8310
Água m3/m2	1.64	1.67	1.64

Tabela 103 – Consumos por área

(inspira, 2014)

6.4.Hotel de Vendas Novas

Eficiência Energética

Fatura Eletricidade

- Fornecedor
- Potência contratada/necessária
- Ciclo horário
- Energia reativa

Corte Geral de Energia (quartos)

- Acendem 2 lâmpadas

Sensores de Movimento nos Corredores

- Sensibilidade / tempo

Lâmpadas de Baixo Consumo (2006) – micro LEDs (Fev/11)

Redução de Iluminação nos Corredores

- Eliminação de 85 lâmpadas (4.468 kWh/ano)
- Inversão de fases

Substituição de 404 Lâmpadas Dicroicas por LED's (20.055 kWh/ano = 4%)

Manutenção preventiva dos equipamentos

- limpeza de filtros: Ar Condicionado
- limpeza dos motores: Armários/Câmaras Frigoríficas

Gestão dos pisos/áreas na distribuição dos clientes

Máquinas com Carga Máxima

Computadores configurados para desligar o monitor

Sensibilização do Staff

- gestão de pisos
- horas de ponta (Verão/Inverno): rega, piscina, lavandaria
- "lightbuster's"

Iluminação exterior comandada por células fotoelétricas

- após encerramento dos serviços: redução ao mínimo

Redução nas iluminárias de Natal (Dez/10)

Ecube nas câmaras e armários frigoríficos (Jan/11)

Arrefecedores de garrafas desligados (Fev/11)

Valores por quarto ocupado	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001 SET
Água (m³)	1,81 a)	0,61	0,59	0,50 c)	0,52 e) f) g)	0,51	0,47	0,48	0,4
Eletricidade (kWh)	50,57	32,81	37,49	33,99 d)	29,16	25,96 h)	30,59	29,64	21,07 h) j) k) l)
Gás (kg)	4,36	2,69 b)	2,48	2,32	1,75	1,59	1,81 i)	1,75	1,47
Quartos Ocupados	6.461	12.764	11.812	12.666	14.051	16.006	13.19	13.567	14.816

a) Enchimento das piscinas (1º ano)

b) Implementação dos painéis solares

c) Autoclismos dupla descarga

d) Substituição das lâmpadas incandescentes por baixo consumo

e) Enchimento da piscina (Março)

f) Redutores de caudal (Maio)

g) Fuga de água estimada em 400 m³ (Setembro);

h) Lâmpadas dícróicas por LEDs (Dezembro);

- i) Avaria nos painéis solares
- j) Ecube nas câmaras e armários frigoríficos (Janeiro)
- k) Substituição de lâmpadas de baixo consumo por micro LED (Fevereiro)
- l) Arrefecedores de garrafas desligados (Fevereiro)

Tabela 104 – Evolução dos consumos/poupanças com a aplicação das medidas de melhoria



Gráfico 66 – Evolução dos consumos ao longo dos anos

(vilapark, 2011)

6.5.Hotel Lisboa 3

Foram utilizadas torneiras com redutor e autoclismos com dupla descarga.

Foi implementado um sistema de climatização ativo, com possibilidade de acionamento central ou local, de modo a ser mantida uma temperatura no interior de acordo com as necessidades específicas de cada utilizador e, em simultâneo, possibilitar a monitorização de modo a evitar consumos de energia desnecessários.

A iluminação artificial encontra-se adequadamente distribuída, tendo havido especial cuidado na escolha dos mecanismos de comando para serem intuitivos e de fácil acesso.

6.6. Análise custo-benefício de medidas de eficiência energética

Este estudo sintetiza um conjunto de medidas e propostas de soluções encontradas na literatura, para a redução de consumos e melhoria da eficiência energética em 10 unidades hoteleiras em Portugal. A contribuição destas medidas foi caracterizada de uma forma simplificada em termos de redução do consumo por unidade energética anual (kWh), redução percentual, poupança monetária anual e payback simplificado.

As seguintes 5 unidades analisadas referem-se a grandes unidades hoteleiras. Os resultados das medidas encontradas na literatura encontram-se sistematizados nas Tabelas. O preenchimento destes campos foi condicionado pelo detalhe de informação encontrado na literatura.

Hotel A				
	Redução do Consumo [kWh/ano]	% Redução Energética	Poupança monetária [€/ano]	Payback [anos]
Instalação de um Sistema Solar Térmico	161.857	17,9%	14.475	8,7
Isolamento da Central Térmica	40.189	3,6%	2.974	-
Instalação de Caldeiras de Condensação	510.616	45%	26.118	-
Sistema LumiSmart no parque de estacionamento	32.862	40%	2.519	2,8
Alteração da iluminação nas escadas de emergência (T8-36W para LED T5-28W)	14.826	0,4%	1.616	4,4
Substituição integral da iluminação dos quartos para LED	133.337	3,2%	15.608	2,2

Tabela 105 – Medidas de melhoria propostas para o Hotel A

Hotel B				
	Redução do Consumo [kWh/ano]	% Redução Energética	Poupança monetária [€/ano]	Payback [anos]
Implementação do sistema Cheetah na ventilação e extração da Cozinha e Pastelaria	26.253	+- 50%	2.284	3,06
Alteração das misturadoras na Copa, Refeitório e Planche	2.802 m3 água 128.276 kWh_GN	26% de redução de consumo de água	6.445	0,22
Alteração de iluminação em zonas técnicas e zonas públicas do Hotel, Foyer e zonas de administração	153.859	-	13.385	1,24

Tabela 106 – Medidas de melhoria propostas para o Hotel B

Hotel C				
	Redução do Consumo [kWh/ano]	% Redução Energética	Poupança monetária [€/ano]	Payback [anos]
Recuperação da energia de condensação dos chillers para AQS	236.704	2,5%	10.971	-
Recuperação da energia de condensação dos chillers para Piscinas	118.911	1,3%	5.512	-
Instalação Sistema Solar Térmico	48.854	0,5%	2.264	-
Substituição de iluminação para LED	143.801	1,5%	10.966	-
Substituição dos Chillers existentes e introdução de variadores de frequência nas bombas das linhas de condensação	374.5	4,0%	28.559	-
Montagem de variadores de frequência nas bombas de distribuição de água refrigerada	33.5	0,4%	2.845	-

Tabela 107 – Medidas de melhoria propostas para o Hotel C

Hotel D				
	Redução do Consumo [kWh/ano]	% Redução Energética	Poupança monetária [€/ano]	Payback [anos]
Cobertura para piscina exterior aquecida	153.091	3,8%	1.183	6,9
Substituição de dois chillers	13.276	-	22.442	3,85
Instalação Sistema Solar para AQS	65.7	-	1.738	6,9

Tabela 108 – Medidas de melhoria propostas para o Hotel D

Hotel E			
	Poupança monetária [€/ano]	Custo estimado investimento [€/ano]	Payback
Modificação do fluido refrigerante dos Chillers para melhoria do desempenho do sistema de climatização	Mais de 10.000	Mais de 50.000 €	Entre 5 e 10 anos
Instalação de sondas de CO2 nos ventiladores das UTA's	Entre 1.000 e 4.999	Entre 2.000 e 9.999 €	Inferior a 5 anos
Instalação de Sistema Solar Térmico	Mais de 10.000	Mais de 50.000 €	Entre 10 e 15 anos

Tabela 109 – Medidas de melhoria propostas para o Hotel E

As seguintes 5 unidades consideradas no estudo são de pequena dimensão. Para estas, foi feita uma análise mais detalhada relativamente à implementação de sistemas solares térmicos para geração de águas quentes sanitárias

Projetos Solar Térmico				
	Hotel F	Hotel G	Hotel H	Hotel I
Área instalação/Número de unidades	200 m2 / 84 unidades	100 m2 / 42 unidades	100 m2 / 42 unidades	100 m2 / 42 unidades
% Redução gás natural	40%	34%	46%	14,4%
Poupança monetária [€/ano]	9.781	5.014	4.702	4.622
Payback [anos]	13	14	15	15
TIR	15,4%	15,7%	14,6%	14,2%
VAL [€]	29.108	15.454	12.609	11.874

(Nota: Taxa de atualização considerada de 9%)

Tabela 110 – Medidas de melhoria propostas para os hotéis de pequena dimensão
(Carlos S., 2015)

7. Portugal 2020,

As melhorias apresentadas nos capítulos anteriores são propostas que podem ser consideradas como eventuais referenciais para a análise de projetos que apresentem soluções técnicas de eficiência energética e de sustentabilidade. Assim, no presente capítulo destacamos de forma sucinta a legislação referente aos fundos comunitários que, nos parece, podem vir a enquadrar o financiamento do investimento em algumas das soluções de melhoria apontadas nos capítulos anteriores.

A este propósito sinalizamos desde já que o processo conducente à melhoria em matéria de eficiência energética se for considerada por etapas – do estudo ou do projeto, passando pela etapa investimento em equipamento e por fim a etapa de obras de adaptação ou instalação, - poderá vir a enquadrar-se em diferentes tipologias de investimento traduzindo-se em benefícios para o promotor.

7.1. Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização

Portaria n.º 57-A/2015 - D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27

SECÇÃO I

Inovação empresarial e empreendedorismo

Artigo 19.º

Objeto

1- A tipologia de investimento inovação empresarial e empreendedorismo estrutura-se em três áreas com o respetivo enquadramento nas prioridades de investimento e objetivos temáticos dos programas operacionais financiadores:

a) Inovação produtiva Não PME, enquadrado na prioridade de investimento 1.2. "Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros e investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral", do objetivo temático 1;

Artigo 28.º

Beneficiários

1- São beneficiários as empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

2- No caso da inovação produtiva Não PME são beneficiários apenas as Não PME.

3- Na inovação produtiva PME, empreendedorismo qualificado e criativo e vale empreendedorismo são beneficiários apenas as PME.

Artigo 30.º

Forma, montante e limites dos incentivos

1- Os incentivos a conceder no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo revestem a forma reembolsável, exceto no caso dos incentivos previstos para as despesas elegíveis referidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 32.º e dos atribuídos aos projetos no âmbito do vale empreendedorismo, os quais constituem a forma de incentivo não reembolsável.

2- O plano de reembolso do incentivo obedece às seguintes condições:

a) Pela utilização do incentivo reembolsável, não são cobrados ou devidos juros ou quaisquer outros encargos;

b) O prazo total de reembolso é de oito anos, constituído por um período de carência de dois anos e por um período de reembolso de seis anos, à exceção de projetos de criação de novos estabelecimentos hoteleiros e conjuntos turísticos em que o plano total de reembolso é de 10 anos, constituído por um período de carência de três anos e por um período de reembolso de sete anos;

c) Os reembolsos são efetuados, por princípio, com uma periodicidade semestral, em montantes iguais e sucessivos;

d) O prazo de reembolso inicia-se no primeiro dia do mês seguinte ao do primeiro pagamento do incentivo, ou no primeiro dia do sétimo mês após a data do termo de aceitação ou do contrato, consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

Artigo 32.º

Despesas elegíveis

1- À exceção do vale empreendedorismo, consideram-se elegíveis as seguintes despesas, desde que diretamente relacionadas com o desenvolvimento do projeto:

a) Ativos corpóreos constituídos por:

i) Custos de aquisição de máquinas e equipamentos, custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar;

ii) Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o *software* necessário ao seu funcionamento.

(...)

c) Outras despesas de investimento, até ao limite de 20%, ou 35% no caso dos projetos do empreendedorismo, do total das despesas elegíveis do projeto:

(...)

ii) Serviços de engenharia relacionados com a implementação do projeto;

iii) Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de *marketing* e projetos de arquitetura e de engenharia, associados ao projeto de investimento.

e) Aquisição de serviços de execução de cadastro predial do prédio ou prédios em que incide a operação ou o projeto, incluindo aluguer de equipamento.

(Portaria n.º 57-A/2015)

Nota:

“O conceito de ecoinnovação remete para todas as formas de inovação, tecnológica ou não, que criam oportunidades de negócio e beneficiam o ambiente, evitando ou reduzindo o impacto ambiental ou otimizando a utilização dos recursos. A ecoinnovação está estreitamente relacionada com o modo de utilização dos recursos naturais e os padrões de produção e consumo, e também com os conceitos de «ecoeficiência» e «ecoindústria». A ecoinnovação encoraja as empresas transformadoras a passarem de soluções de «fim de linha» para abordagens «em circuito fechado», que minimizam os fluxos de materiais e de energia através da mudança dos produtos e dos métodos de produção, proporcionando assim vantagens a muitas empresas e setores.” (<http://ec.europa.eu/environment>)

Podemos dizer que todas as propostas de melhoria deste trabalho se enquadram no conceito de eco inovação, reduzem o impacto ambiental, otimizam a utilização de recursos e reduzem o impacto ambiental.

Nesta secção, parece-nos possível submeter a eventuais candidaturas os equipamentos que vão ao encontro dos princípios da eco inovação, passando pela aquisição ou substituição de equipamentos mais eficientes que se traduzam em processos que garantam os princípios da eco inovação. São também financiáveis os serviços de engenharia como as auditorias e projetos associados aos investimentos.

Disposição legal:	Interpretação ENFORCE	Soluções identificadas
Artigo 32 nº 1 a) i)	Aquisição e instalação de equipamentos.	Ponto 4.2 Soluções ativas.
Artigo 32 nº 1 a) ii)	Software e hardware de controlo de equipamento. Software e hardware de monitorização de equipamento.	Estes Softwares e hardwares permitem o melhor ajuste das soluções ativas.
Artigo 32 nº 1 c) ii)	Estudos de especialidade de projeto de engenharia.	Projeto elétrico, projeto de iluminação. Ponto 4.2.3
Artigo 32 nº 1 c) iii)	Estudos de diagnóstico de consumos de energia, auditorias das necessidades particulares de cada estabelecimento.	Identificar as melhorias que o estabelecimento tem interesse em fazer primeiro.

Tabela 111 – Enquadramento das soluções identificadas

São financiamentos com prazos de reembolso, logo, as melhorias que se candidatem a este financiamento devem, sempre que possível, ter em conta no cálculo do período de retorno do investimento, a recuperação do valor do reembolso antes de este ocorrer.

SECÇÃO II

Qualificação e internacionalização das PME

Artigo 40.º

Objeto

1- A tipologia de investimento qualificação e internacionalização das PME estrutura-se em duas áreas com o respetivo enquadramento nas prioridades de investimento e objetivos temáticos dos programas operacionais financiadores:

a) Internacionalização das PME, enquadrado na prioridade de investimento 3.2. “Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização”, do objetivo temático 3;

b) Qualificação das PME, enquadrado na prioridade de investimento 3.3. “Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços”, do objetivo temático 3.

2- Às áreas definidas no número anterior podem estar associadas componentes de formação, ou de contratação de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, as quais se enquadram na prioridade de investimento 8.5. “Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” do objetivo temático 8.

Artigo 42.º

Tipologia de projetos

1- No âmbito da área de investimento internacionalização das PME são suscetíveis de financiamento os projetos de promoção da internacionalização que visem:

(...)

2- Na área de investimento qualificação das PME são apoiados projetos de qualificação das estratégias de PME que concorrem para o aumento da sua competitividade, flexibilidade e capacidade de resposta ao mercado global, nos seguintes domínios imateriais de competitividade:

(...)

i) Ecoinovação – incorporação nas empresas dos princípios da ecoeficiência e da economia circular, com vista a promover uma utilização mais eficiente dos recursos, incentivar a redução e reutilização de desperdícios e minimizar a extração e o recurso a matérias-primas. Inclui a certificações de sistemas, serviços e produtos na área do ambiente, obtenção do Rótulo Ecológico e sistema de ecogestão e auditoria (EMAS);

(...)

162/190

Artigo 47.º

Beneficiários

1- São beneficiários as PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

Artigo 49.º

Forma, montante e limites do incentivo

- 1- Os incentivos a conceder aos projetos no âmbito da qualificação das PME e internacionalização das PME revestem a forma não reembolsável.
- 2- Aos projetos referidos no número anterior são aplicados os seguintes limites de incentivo de acordo com as modalidades de candidatura:
(...)

Artigo 51.º

Despesas elegíveis

- 1- No âmbito das áreas de investimento qualificação das PME e internacionalização das PME, consideram-se elegíveis as seguintes despesas desde que diretamente relacionadas com o desenvolvimento do projeto:

(...)

- c) Serviços de consultoria especializados, prestados por consultores externos, relacionados com:
 - (...)
 - v) Assistência técnica, estudos, diagnósticos e auditorias;
 - vi) Custos com a entidade certificadora e com a realização de testes e ensaios em laboratórios acreditados;
- (Portaria n.º 57-A/2015)

Nesta secção deverá ser possível candidatar os serviços de consultoria com auditorias e estudos técnicos especializados desde que sejam integrados num projeto de internacionalização.

Disposição legal:	Interpretação ENFORCE	Soluções identificadas
Artigo 51 nº 1 c) v)	Custos com trabalhos de diagnóstico e auditorias são financiados	Aconselhamento técnico fundamental para priorizar as melhorias é incentivado
Artigo 51 nº 1 c) vi)	Custos com entidades certificadoras dos projetos são financiados.	Despesas com certificação de projeto elétrico, ponto 4.2.3.

Tabela 112 – Enquadramento das soluções identificadas

7.2.Regulamento

Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Portaria n.º 57-B/2015 – D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27

SECÇÃO 2

Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas

Artigo 21.º

Objetivos Específicos

Os apoios têm como objetivo específico a implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo nas empresas, contribuindo assim para a promoção da eficiência energética das empresas e para o aumento da competitividade da economia através da redução da fatura energética.

Artigo 22.º

Tipologias das operações

As operações abrangidas são as que se revelem indispensáveis para a prossecução da Prioridade de Investimento «Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas», podendo assumir as seguintes tipologias:

1 — Intervenção nos processos produtivos das empresas que se encontrem previstas na auditoria ou estudo de eficiência energética e que demonstrem os respetivos ganhos financeiros líquidos, sendo nomeadamente as seguintes:

a) Otimização e instalação de tecnologias e sistemas energeticamente eficientes ao nível dos processos produtivos;

b) Otimização e instalação de tecnologias e sistemas energeticamente eficientes ao nível de sistemas de suporte aos processos produtivos, entre os quais se salientam as centrais de ar comprimido, geradores de vapor, caldeiras, instalações frigoríficas, iluminação, entre outros;

c) Intervenções na envolvente opaca de edifícios climatizados ou refrigerados, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos e coberturas, e assim potenciar reduções do consumo de energia;

d) Intervenções na envolvente envidraçada de edifícios climatizados ou refrigerados, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento;

e) Intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética;

f) Intervenções ao nível da implementação de sistemas de gestão técnica de energia, enquanto ferramentas de gestão operacional capazes de induzir economias de energia nos equipamentos por estes monitorizados e geridos;

(...)

2 — Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nas empresas para autoconsumo, desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética nas quais se inclui:

a) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

b) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

3 — Auditórios, diagnósticos e outros estudos e trabalhos necessários à realização do investimento, desde que não sejam obrigatórios por lei, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

Artigo 23.º

164/190

Beneficiários

Para os efeitos previstos na presente secção são beneficiários os seguintes tipos de entidades:

- a) As instituições particulares de solidariedade social;
- b) As empresas de qualquer dimensão e setor de atividade;
- (...)

Artigo 24.º

Critérios Específicos de Elegibilidade das Operações

(...)

b) O investimento a realizar deve estar suportado em auditoria ou diagnóstico energético, que demonstre os ganhos financeiros líquidos resultantes das respetivas operações;

(...)

Artigo 25.º

Despesas Elegíveis

1 — Para além das despesas referidas no artigo 7.º do presente Regulamento Específico, as operações a que se refere a presente secção devem ainda satisfazer os seguintes critérios:

(...)

c) A despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis está limitada a 20 % do montante de investimento total da candidatura, não considerando o montante de investimento em produção de energia em fontes de energia renováveis;

d) Todos os estudos, planos e auditorias só podem ser cofinanciados desde que se concretizem as respetivas operações de eficiência energética, não sendo apoiadas as auditorias obrigatórias por lei;

e) Só serão apoiados projetos com produção de energia a partir de fontes de energias renováveis para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem maioritariamente a eficiência energética;

f) As despesas com estudos, diagnóstico e auditorias energéticas estão limitadas a 5 % do valor do investimento elegível e apenas são elegíveis caso o investimento seja concretizado.

2 — Não são elegíveis as seguintes despesas:

a) Investimentos em produção de energia para venda;

c) Despesas associadas a outras intervenções em edifícios que não se encontrem relacionadas com o aumento do desempenho energético, como sejam:

i) Pintura, exceto nos casos em que seja promovida a instalação de isolamento térmico pelo exterior da fachada;

ii) Reforço estrutural;

iii) Intervenções nas redes elétricas, de abastecimento de água, de saneamento, de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED), ou outras;

iv) Outras pequenas reparações.

Artigo 27.º

Taxas de financiamento das despesas elegíveis

1 — As taxas máximas de financiamento sobre o investimento elegível são as seguintes, desde que observados os limites de intensidade de auxílio em caso de Ajudas de Estado:

- a) POR Norte — 70 %;
- b) POR Centro — 70 %;
- c) POR Alentejo — 70 %;
- d) POR Lisboa — 50 %;
- e) POR Algarve — 70 %.

2 — No apoio às ESE enquanto veículos promotores da eficiência energética a taxa máxima de cofinanciamento sobre o investimento elegível é de 45 %.

(Portaria n.º 57-B/2015)

Nesta secção será possível candidatar os equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energias renováveis para autoconsumo. São também financiáveis os serviços de engenharia como os estudos de eficiência energética e auditorias não obrigatórias por lei.

Disposição legal:	Interpretação ENFORCE	Soluções identificadas
Artigo 22 nº 1 a)	Instalação de sistemas energeticamente eficientes nos processos produtivos	Ponto 4.2.1 - Ponto 4.2.5
Artigo 22 nº 1 b)	Instalação sistemas de suporte ao processo produtivo	Ponto 4.2.3 - Ponto 4.2.6
Artigo 22 nº 1 c)	Intervenções na envolvente opaca	Ponto 4.1.1.1
Artigo 22 nº 1 d)	Intervenções na envolvente envidraçada	Ponto 4.1.1.2
Artigo 22 nº 1 e)	Substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência	Ponto 4.2.1 - Ponto 4.2.5 - Ponto 4.2.6
Artigo 22 nº 1 f)	Sistemas de gestão técnica de energia	Equipamentos de monitorização e controlo
Artigo 22 nº 2 a)	Painéis solares térmicos	Ponto 4.2.1
Artigo 22 nº 2 b)	Sistema de produção de energia para autoconsumo	Ponto 4.2.7.1
Artigo 22 nº 3	Auditorias necessários à realização do investimento	Auditorias energéticas

Tabela 113 – Enquadramento das soluções identificadas

Artigo 7.º

Elegibilidade das despesas

- a) Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação, incluindo a elaboração da Análise Custo-Benefício, quando aplicável;
 - b) Aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, bem como eventuais indemnizações a arrendatários, de acordo com os limites e condições fixados nos n.ºs 2, 3 e 4 do presente artigo;
 - c) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;
 - d) Aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos, material e software;
 - e) Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica;
 - f) Testes e ensaios;
- (Portaria n.º 57-B/2015)

8. Conclusões

Conseguem-se identificar os focos de consumo menos eficientes ou com maior potencial de redução de consumos. É possível concluir quais as medidas de melhoria que devem merecer mais atenção. Deve-se considerar também as boas práticas que, embora com impacto menor, têm também tipicamente investimentos menores e/ou devem ser tidos em conta na hora de planejar os investimentos. No entanto, é claro que o parque instalado é muito diversificado e as medidas de maior retorno estão diretamente relacionadas com a arquitetura, localização e/ou ocupação.

É evidente que para se poder ter uma atuação adequada é fundamental ter conhecimento dos consumos do estabelecimento em particular. Logo, uma melhoria significativa é a integração de um sistema de aquisição de dados detalhados dos consumos. Um sistema de monitorização e controlo, embora com impacto de forma indireta, permite identificar desperdícios e potenciais poupanças na operação diária que, de outra forma, passam despercebidas. Permite ainda detetar erros e falhas em espaços de tempo mais reduzidos (como fugas de água ou consumos desnecessários) e, com isso, impedir que as despesas se acumulem.

É portanto fundamental que, antes de cada investimento, seja feito um estudo técnico, auditoria, pormenorizada com foco na melhoria pretendida.

As medidas identificadas ao longo do relatório são resumidas no quadro seguinte:

Descrição medida	Potencial de poupança por ano				Investimento (€)	Período retorno (anos)	Poupança %
	(kWh) Elét./ Comb	(€)	(kgep)	(kg eq CO2)			
Envolvente opaca	69168	9 356	91 428	24 411	66 300	7.1	-
Envolvente envidraçada	31310	2 847	23 342	6 232	58 200	20.4	-
Iluminação	7600	760	19000	2736	2180	2.9	85
Controlo de iluminação (50%)	4500	450	11250	1620	320	0.7	50
VEV (5-11kW)	25500	2550	63750	9180	11560	4.5	50
Retificação do fator de potência	-	20200	-	-	20000	1	-
Climatização aquecimento	-66600 +261400	26799	94900	45818	75790	2.8	78
Climatização arrefecimento	65800	6580	164500	23688	96850	14.7	70
AQS	-26573 +186474	21211	120043	40223	89375	4.2	90
Sistema combinado de climatização e AQS	-59471 +447474	51330	298797	98066	211380	4.1	80
Produção de energia elétrica em auto consumo	234571	24532	54 715	119 610	180000	6.9	30
Sistema de monitorização de consumos					2500		30

Tabela 114 – Resumo de medidas de melhoria

Verificamos que o setor do Turismo em

Portugal está sensibilizado para a utilização racional da energia e, desta forma, ter um contributo para o aumento da sua competitividade a nível Europeu. A opção por lâmpadas mais eficientes, assim como o recurso a tecnologias de controlo e de corte geral dos consumos desnecessários, são bons exemplos que já se podem encontrar na oferta existente. É também possível verificar que a utilização de iluminação eficiente não é uma prática alargada em Portugal, nem generalizada dentro dos estabelecimentos. É portanto recomendável incentivar o investimento informado em tecnologias de poupança de consumos energético em iluminação.

Os motores com solicitações variáveis, como bombas e ventiladores, devem ser alvo de atenção. Têm um potencial de poupança normalmente acima de 30% para potências superiores a 3kWh na aplicação de um variador eletrónico de velocidade (VEV). Por norma, uma redução para 80% no ponto de funcionamento traduz-se numa redução de 50% nos consumos.

A combinação de bombas de elevação de água com a produção de energia fotovoltaica é uma solução que pode ser economicamente vantajosa. Com aplicação em sistemas de captação própria, usado por 28% dos empreendimentos ou em sistemas de reservatórios elevados, onde se pode regular horários de funcionamento em função da dimensão dos reservatórios. Posteriormente, usufruindo da gravidade, a mesma água pode ficar disponível nos vários pontos de consumo.

Podemos concluir que a substituição de sistemas de climatização para efeitos exclusivamente de refrigeração não apresentam tempos de retorno atrativos. No entanto, quando se combina vários tipos de funcionalidade e tecnologias, como é o exemplo de usar um Multisplit para aquecimento e arrefecimento, combinado com painéis solares térmicos e com apoio de uma caldeira a pellets, os retornos tornam-se muito mais interessantes.

Um ponto sensível na alteração dos sistemas de climatização podem ser as alterações construtivas/estruturais envolvidas nas mudanças de tecnologia e respetivas adaptações. Estas alterações podem elevar consideravelmente o investimento, dependendo da especificidade de cada caso. Neste ponto, foi também possível verificar que eventuais alterações de especialidade de engenharia, projetos e construções (despesas de instalação), são financiáveis. Desta forma, investimentos específicos que não configuram uma melhoria na eficiência, quando integradas num projeto de eficiência energética, são apoiados.

As melhorias das características passivas têm tempos de retorno mais alargados, mas também são caracterizadas por tempos de vida (com desempenho eficiente) mais alargados. Estas medidas com impacto de longo prazo e retornos mais tardios podem ser menos interessantes do ponto de vista económico. São ainda medidas que, do ponto de vista da operação, podem representar um incómodo significativo, com reflexo na disponibilidade da oferta e na estética da mesma, durante o período de intervenção. Considerando o seu impacto de longo prazo, entendemos que se deve ter especial atenção em tornar os incentivos das medidas passivas atrativos, possibilitando que os investimentos possam ter retornos igualmente interessantes às restantes melhorias.

A principal conclusão a que se chega é que a diversidade de soluções de melhorias existentes no mercado é grande. Existe também um leque alargado de necessidades ou prioridades que variam com a localização geográfica, orientação, contexto estrutural, equipamento existente ou com a oferta do estabelecimento em estudo. A complexidade da decisão de como se deve priorizar um investimento, de forma a maximizar a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental, é muito elevada. Por esta razão é fundamental recorrer-se a apoio especializado nas várias áreas de especialidade, incentivar a procura informada de aconselhamento para se fazer investimentos sustentáveis. Para o efeito, são financiadas as medidas de eficiência energética e sustentabilidade ambiental que estão devidamente documentadas e sustentadas nas auditorias da especialidade.

Recordemos sempre que a verdadeira sustentabilidade resulta do conjunto da aplicação de todas as medidas de eficiência e redução de consumos, bem como na procura constante da eliminação dos desperdícios ou dos consumos evitáveis.

Recomendações:

No que concerne ao Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), designadamente na Seção 2 – Promoção de Eficiência Energética e da Utilização das Energias Renováveis nas Empresas, suscitam-se as seguintes dúvidas e recomendações:

1. A delimitação em aviso de abertura da elegibilidade quer das atividades quer das despesas, a candidatar a Seção 2 – Promoção de Eficiência Energética e da Utilização das Energias Renováveis nas Empresas, condiciona o planeamento dos investimentos no médio/ longo prazo;
2. Tratando-se de apoios do tipo reembolsável, não está claro no regulamento o período de reembolso.
3. Períodos de reembolso inferiores aos períodos de retorno médio, resultante das medidas enunciadas no presente estudo, não se revelam adequados;
4. Não existe uma correspondência entre as Tipologias das operações (artigo 22º) e as despesas Elegíveis (artigo 25º), nomeadamente, intervenções com a envolvente opaca e envidraçada dos edifícios;
5. Na alínea b) do artigo 25º (Despesas Elegíveis), estão previstas intervenções com sistemas tipificáveis, que se desconhece ao que aludem;
6. A limitação de 20%, prevista na alínea c) do artigo 25º (Despesas Elegíveis), como montante admissível sobre o investimento total da candidatura no âmbito da Seção 2 – Promoção de Eficiência Energética e da Utilização das Energias Renováveis nas Empresas, é manifestamente desajustada. A produção de energia para autoconsumo tem níveis de eficiência energética inalcançáveis por outras tecnologias, pelo que se entende que esta é uma área onde não deveria existir quaisquer limitações ao investimento.

Covilhã, 31 de Março de 2015

9. Bibliografia

ADENE Histórico de certificados submetidos [Relatório]. - posterior a 12/2013.

Carlos S. Eficiência Energética no Setor da Hotelaria [Relatório]. - EnergyIN, pólo de competitividade e tecnologia de energia : Carlos A. Santos Silva, Instituto Superior Técnico, 2015.

CASE STORY 1 GRUNDFOS CASE STORY [Online] // pt.grundfos.com. - http://pt.grundfos.com/obras/find-case/Hotel_Radisson_Blu.pdf.

cm-alvaiazere Conselhos Para Poupar Água [Online] // cm-alvaiazere. - 2015. - <http://www.cm-alvaiazere.pt/default.aspx?module=ArtigoDisplay&ID=263>.

http://ec.europa.eu/environment http://ec.europa.eu/ [Online] // Comissão Europeia. - 04 de 2015. - <http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/ecoinnovation/pt.pdf>.

inspira inspira, engaging your senses [Relatório]. - Santa Marta Hotel, Lisboa : [s.n.], 2014.

Luz Pedro Tese de Mestrado - Gestão de Energia no Ramo da Hotelaria [Relatório]. - Instituto Superior Técnico : [s.n.], 2015.

Portaria n.º 57-A/2015 Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização [Conferência]. - [s.l.] : Diário da República, 1.ª série — N.º 41 — 27 de fevereiro de 2015. - Vols. Portaria n.º 57-A/2015 - D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27.

Portaria n.º 57-B/2015 Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos [Conferência]. - [s.l.] : Diário da República, 1.ª série — N.º 41 — 27 de fevereiro de 2015. - Vols. Portaria n.º 57-B/2015 – D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27.

Sist. AC sistemas-de-ar-condicionado.pdf [Online] // www.google.pt. - 2015. - <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=20&ved=0CHAQFjAOAo&url=http%3A%2F%2Fwww.resumos.net%2Fficheiros%2Fensino-superior%2Farquitetura%2Fiscte%2Ftecnologias-da-construcao-iii%2Fsistemas-de-ar-condicionado.pdf&ei=cq0RVdqTLncUb-QgLAi&>

Sustainability has another meaning NEYA Hotels, Sustainability has another meaning [Relatório]. - Lisboa : [s.n.], 2015.

Turismo de Portugal Boas práticas ambientais, Empreendimentos turísticos 2012 [Relatório]. - 2012.

Turismo de Portugal Desempenho ambiental do alojamento em portugal 2013, boas práticas nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos [Relatório]. - 2013.

vilapark Eficiência Energética no Setor Hoteleiro [Relatório]. - Hotel Vila Park, Vendas Novas : [s.n.], 2011.

web site: EntranzE Enerdata EntranzE Enerdata [Online]. - 2015. - <http://www.entrante.enerdata.eu>.

web site: eurostat eurostat [Online] // European Commission, Eurostat, Statistics Explained. - 2015. - <http://ec.europa.eu/eurostat/>.

web site: INE ET_2013.pdf [Online] // Portal do Instituto Nacional de Estatística. - 2015. - www.ine.pt/.

web site: thermowatt http://www.thermwatt.pt [Online] // thermowatt. - 2015. - http://www.thermwatt.pt/linked/qual_o_melhor_sistema_de_aquecimento_central_para_a_minha_casa.pdf.

web site:iea iea, International Energy Agency [Online] // iea, International Energy Agency. - Map energy indicators. - 2015. - <http://www.iea.org>.

web site:Pordata http://www.pordata.pt [Online] // Pordata, base de dados Portugal contemporâneo. - Fundação, Francisco Manuel dos Santos. - 2015. - <http://www.pordata.pt>.

10. Agradecimentos

Queremos agradecer a colaboração de todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, nomeadamente:

- Nuno Fazenda, Diretor, Turismo de Portugal
- Isabel Feijão Ferreira, Chefe de Equipa Multidisciplinar, Departamento de Gestão de Programas Comunitários, Turismo de Portugal, I. P.
- Rita Duarte, Coordenadora do projeto TTT, Tourism Think Tank, AHP – Associação da Hotelaria de Portugal
- Dr. Pedro Ramos, CEO's Advisor and Projects Developer at AHP, Associação da Hotelaria de Portugal
- Prof. João Lanzinha, Universidade da Beira Interior
- Prof. Miguel Nepomuceno, Universidade da Beira Interior
- Prof. Manuel Pinheiro, Instituto Superior Técnico
- Pedro Brito Luz, Mestrando, Instituto Superior Técnico
- Victor Ferreira, Entidade gestora do Cluster Habitat Sustentável, Cluster Habitat Sustentável
- Teresa Bertrand, Diretora Executiva, Energyn, Polo de Competitividade e Tecnologia da Energia
- Ana Tavares, Coordenadora de Projecto Sustentabilidade, Inspira – Santa Marta Hotel – Lisboa
- Pedro Teixeira, Responsável QAS, Neya Hotels
- Luís Moreira da Silva, Complex Chief Engineer, Sheraton Porto Hotel & SPA
- Dr. Pedro Farinha, Grupo Natura IMB Hotels – Hotel Turismo da Covilhã
- Luís Veiga, Administrador Executivo do Grupo Natura IMB Hotels e Presidente da AHP
- Sr. Fernando Reis Filipe, Director Geral, Hotel PortoBay Falésia
- Sr. Nelson Ganhão, Chefe de Manutenção, Hotel PortoBay Falésia
- José Manuel Inácio, Diretor Geral, Certus Hotéis – Hotel Real d'Óbidos
- Paula Mangericão, Dir. Serviços Técnicos, Altis Hotels
- Alberto Ribeiro Carlos, Diretor geral, Alambique de Ouro Hotel
- ADENE – Agência para a energia

11. Anexos

Parede existente	Concelho	GDA (graus dia/ano)	Zona climática	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)				Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
						Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa
Anterior a 1918 ou pedra	Funchal	923	I1 V1	13 153	-8 324	NA	>100	26.6	-42 700 €	-32 700 €	-2 600 €	
	Lisboa	1071	I1 V2	28 990	-734	46	24	10	-19 400 €	2 600 €	69 100 €	
	Porto	1250	I1 V2	37 277	-213	35	18	7.4	-11 800 €	16 500 €	102 000 €	
	Faro	762	I1 V3	9 886	4 125	78	50	24	-28 900 €	-21 300 €	1 300 €	
	Évora	1150	I1 V3	32 331	13 246	24	15	7.4	2 000 €	26 600 €	100 700 €	
	Pombal	1464	I2 V1	35 156	-3 219	43	21	8.0	-17 600 €	9 100 €	89 700 €	
	Coimbra	1337	I2 V2	38 422	-516	34	18	7.2	-11 300 €	17 900 €	106 000 €	
	C. Branco	1404	I2 V3	31 710	15 894	22	15	7.4	5 000 €	29 100 €	101 800 €	
Pós 1918; Anterior a 1990	Covilhã	2517	I3 V1	78 935	-2 217	17	9	3.5	20 200 €	80 200 €	261 100 €	
	Guarda	1924	I3 V2	67 347	4 252	17	9	4.0	19 200 €	70 400 €	224 700 €	
	Funchal	923	I1 V1	10 311	-2 727	>100	83	29	-37 600 €	-29 800 €	-6 200 €	
	Lisboa	1071	I1 V2	18 894	1 261	61	33	14	-25 200 €	-10 800 €	32 500 €	
	Porto	1250	I1 V2	23 693	1 510	49	27	11.3	-20 800 €	-2 800 €	51 500 €	
	Faro	762	I1 V3	8 490	4 504	81	55	27	-29 500 €	-23 100 €	-3 600 €	
	Évora	1150	I1 V3	20 389	8 646	37	24	12	-14 100 €	1 400 €	48 100 €	
	Pombal	1464	I2 V1	23 056	-404	57	29	12	-23 900 €	-6 400 €	46 400 €	
Pós 1990; Anterior a 2006	Coimbra	1337	I2 V2	24 622	1 376	48	26	11	-20 200 €	-1 500 €	54 900 €	
	C. Branco	1404	I2 V3	21 613	9 652	34	23	11	-11 700 €	4 700 €	54 200 €	
	Covilhã	2517	I3 V1	48 980	-208	26	14	5.6	-2 100 €	35 200 €	147 400 €	
	Guarda	1924	I3 V2	40 701	3 415	28	15	6.5	-4 100 €	26 800 €	120 100 €	
	Funchal	923	I1 V1	7 854	-2 556	>100	>100	39	-39 500 €	-33 500 €	-15 500 €	
	Lisboa	1071	I1 V2	14 723	645	81	44	18	-29 500 €	-18 300 €	15 500 €	
	Porto	1250	I1 V2	18 543	810	64	35	15	-26 100 €	-12 000 €	30 500 €	
	Faro	762	I1 V3	6 402	3 091	>100	74	37	-33 100 €	-28 300 €	-13 600 €	
Já com algum isolamento	Évora	1150	I1 V3	15 870	6 547	49	31	15	-20 600 €	-8 600 €	27 800 €	
	Pombal	1464	I2 V1	17 896	-779	77	39	16	-28 700 €	-15 100 €	25 900 €	
	Coimbra	1337	I2 V2	19 256	658	63	34	14	-25 700 €	-11 000 €	33 100 €	
	C. Branco	1404	I2 V3	16 824	7 359	45	29	14	-18 800 €	-6 000 €	32 600 €	
	Covilhã	2517	I3 V1	38 634	-525	34	17	7.1	-11 100 €	18 300 €	106 800 €	
	Guarda	1924	I3 V2	32 064	2 414	36	20	8.3	-12 700 €	11 700 €	85 200 €	
	Funchal	923	I1 V1	1 608	-2 420	NA	NA	>100	-40 200 €	-39 000 €	-35 300 €	
	Lisboa	1071	I1 V2	4 246	-1 154	>100	>100	64	-36 300 €	-33 100 €	-23 400 €	
Parede existente	Porto	1250	I1 V2	5 635	-1 239	>100	>100	47	-35 300 €	-31 000 €	-18 100 €	
	Faro	762	I1 V3	949	-667	NA	>100	>100	-38 400 €	-37 700 €	-35 500 €	
	Évora	1150	I1 V3	4 614	1 152	>100	>100	49	-33 000 €	-29 500 €	-18 900 €	
	Pombal	1464	I2 V1	4 851	-1 932	>100	>100	59	-36 900 €	-33 200 €	-22 100 €	
	Coimbra	1337	I2 V2	5 803	-1 444	>100	>100	46	-35 400 €	-31 000 €	-17 700 €	
	C. Branco	1404	I2 V3	4 708	1 555	>100	100	47	-32 300 €	-28 800 €	-18 000 €	
	Covilhã	2517	I3 V1	12 675	-1 520	>100	53	20	-29 800 €	-20 200 €	8 900 €	
	Guarda	1924	I3 V2	10 588	-258	>100	58	23	-29 900 €	-21 800 €	2 500 €	

Tabela 115 - Retorno económico de medidas de isolamento de fachadas exteriores

Parede		Redução anual de	Redução anual de	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC	Resultado ao fim de 25 anos: Poupança
--------	--	------------------	------------------	--	--

172/190

	GDA (graus.dia/ano)	cargas aquecimento	cargas arrefecimento	Aquecimento: diferentes soluções (anos)			– Investimento para isolamento pelo interior (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Anterior a 1918 ou pedra	< 1000	11 519	-2 099	NA	79	25	-35 800 €	-27 000 €	-650 €
	1000 - 1100	28 990	-734	46	24	10	-19 400 €	2 600 €	69 100 €
	1100 - 1800	34 979	5 038	31	17	7	-6 740 €	19 840 €	100 040 €
	> 1800	73 141	1 017	17	9	4	19 700 €	75 300 €	242 900 €
Pós 1918; Anterior a 1990	< 1000	9 401	889	>100	69	28	-33 550 €	-26 450 €	-4 900 €
	1000 - 1100	18 894	1 261	61	33	14	-25 200 €	-10 800 €	32 500 €
	1100 - 1800	22 675	4 156	45	26	11	-18 140 €	-920 €	51 020 €
	> 1800	44 840	1 604	27	15	6	-3 100 €	31 000 €	133 750 €
Pós 1990; Anterior a 2006	< 1000	7 128	267	>100	96	38	-36 300 €	-30 900 €	-14 550 €
	1000 - 1100	14 723	645	81	44	18	-29 500 €	-18 300 €	15 500 €
	1100 - 1800	17 678	2 919	59	34	15	-23 980 €	-10 540 €	29 980 €
	> 1800	11 631	-889	35	19	8	-11 900 €	15 000 €	96 000 €
Já com algum isolamento	< 1000	1 278	-1 544	NA	NA	>100	-39 300 €	-38 350 €	-35 400 €
	1000 - 1100	4 246	-1 154	>100	>100	64	-36 300 €	-33 100 €	-23 400 €
	1100 - 1800	5 122	-382	>100	>100	50	-34 580 €	-30 700 €	-18 960 €
	> 1800	11 631	-889	>100	55	22	-29 850 €	-21 000 €	5 700 €

Tabela 116 - Retorno económico médio de medidas de isolamento de fachadas exteriores, por zonas climáticas (caraterizadas por gamas de GDA)

Parede existente	Concelho	Redução Anual de Energia Primária kWhEP / (m ² de parede a intervencionar)					Redução Anual de Emissões de CO ₂ kgCO ₂ / (m ² de parede a intervencionar)				
		GDA (graus.dia/ano)	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo
Anterior a 1918 ou pedra	Funchal										
	Faro < 1000 GDA	3.38	5.56	5.34	5.41	6.48	0.49	1.12	0.91	1.45	0.00
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	10.48	15.96	15.42	15.60	18.29	1.51	3.22	2.62	4.17	0.00
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	15.22	21.83	21.19	21.40	24.64	2.19	4.41	3.60	5.71	0.00
Pós 1918; Anterior a 1990	Covilhã Guarda > 1800 GDA	27.69	41.52	40.16	40.60	47.38	3.99	8.39	6.83	10.84	0.00
	Funchal										
	Faro < 1000 GDA	3.89	5.67	5.49	5.55	6.42	0.56	1.14	0.93	1.48	0.00
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	7.59	11.16	10.81	10.92	12.67	1.09	2.25	1.84	2.92	0.00
Pós 1990; Anterior a 2006	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	10.26	14.54	14.12	14.26	16.36	1.48	2.94	2.40	3.81	0.00
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	17.40	25.88	25.05	25.32	29.48	2.51	5.23	4.26	6.76	0.00
	Funchal										
	Faro < 1000 GDA	2.77	4.12	3.99	4.03	4.69	0.40	0.83	0.68	1.08	0.00
Já com algum isolamento	Lisboa 1000 - 1100 GDA	5.77	8.55	8.28	8.36	9.73	0.83	1.73	1.41	2.23	0.00
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	7.86	11.20	10.87	10.98	12.61	1.13	2.26	1.85	2.93	0.00
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	3.95	6.15	5.93	6.00	7.08	0.57	1.24	1.01	1.60	0.00
	Funchal										
	Faro < 1000 GDA	-0.19	0.05	0.02	0.03	0.15	-0.03	0.01	0.00	0.01	0.00
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	1.08	1.88	1.80	1.83	2.22	0.16	0.38	0.31	0.49	0.00
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	1.74	2.71	2.62	2.65	3.12	0.25	0.55	0.44	0.71	0.00
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	3.95	6.15	5.93	6.00	7.08	0.57	1.24	1.01	1.60	0.00

Tabela 117 – Impacto energético e ambiental de isolamento de fachadas exteriores (por m² área intervencionada)

Paredes existentes	Concelho GDA (graus.dia/ano)	Redução Anual de Energia Primária kWhEP / (€ investido)					Redução Anual de Emissões de CO ₂ kgCO ₂ / (€ investido)				
		BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Anterior a 1918 ou pedra	Funchal	0.169	0.278	0.267	0.271	0.324	0.024	0.056	0.045	0.072	0.000
	Faro < 1000 GDA	0.524	0.798	0.771	0.780	0.914	0.075	0.161	0.131	0.208	0.000
	Porto	0.761	1.092	1.059	1.070	1.232	0.110	0.221	0.180	0.286	0.000
	Évora										
	Pombal										
Pós 1918; Anterior a 1990	Coimbra										
	Castelo Branco										
	1100 - 1800 GDA										
	Covilhã	1.385	2.076	2.008	2.030	2.369	0.199	0.419	0.341	0.542	0.000
	Guarda > 1800 GDA										
Pós 1990; Anterior a 2006	Funchal	0.194	0.283	0.275	0.277	0.321	0.028	0.057	0.047	0.074	0.000
	Faro < 1000 GDA	0.379	0.558	0.540	0.546	0.634	0.055	0.113	0.092	0.146	0.000
	Porto	0.513	0.727	0.706	0.713	0.818	0.074	0.147	0.120	0.190	0.000
	Évora										
	Pombal										
Já com algum isolamento	Coimbra										
	Castelo Branco										
	1100 - 1800 GDA										
	Covilhã	0.870	1.294	1.252	1.266	1.474	0.125	0.261	0.213	0.338	0.000
	Guarda > 1800 GDA										

Tabela 118 – Impacto energético e ambiental de isolamento de fachadas exteriores (por € investido)

Solução existente - melhoria	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento térmico (€)		
							Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC
Cobertura exterior – Isolamento exterior	Funchal	923	I1	V1	23 447	17 716	38	27	14	-23 100 €	-5 300 €	114 700 €
	Lisboa	1071	I1	V2	46 451	40 067	18	13	7.1	25 800 €	61 200 €	233 900 €
	Porto	1250	I1	V2	56 335	42 459	16	11	6.0	37 300 €	80 100 €	275 500 €
	Faro	762	I1	V3	21 003	52 868	19	16	11	21 700 €	37 700 €	152 100 €
	Évora	1150	I1	V3	49 952	59 697	14	10	6.1	54 900 €	92 900 €	273 700 €
	Pombal	1464	I2	V1	50 300	34 634	19	13	6.9	21 800 €	60 000 €	241 600 €
	Coimbra	1337	I2	V2	58 178	44 255	15	11	5.8	41 200 €	85 400 €	285 100 €
	C. Branco	1404	I2	V3	49 033	57 890	14	11	6.2	51 700 €	89 000 €	267 700 €
	Covilhã	2517	I3	V1	99 432	28 756	14	8.4	3.9	54 900 €	130 500 €	424 700 €
Cobertura interior – Isolamento interior	Guarda	1924	I3	V2	89 601	40 248	13	8.4	4.1	62 000 €	130 200 €	401 800 €
	Funchal	923	I1	V1	9 652	-1 686	65	29	11	5 800 €	13 100 €	20 200 €
	Lisboa	1071	I1	V2	18 568	2 378	20	12	5.0	18 600 €	32 800 €	60 200 €
	Porto	1250	I1	V2	22 779	3 883	16	9.1	4.0	24 200 €	41 500 €	78 600 €
	Faro	762	I1	V3	9 204	4 962	26	18	8.9	14 300 €	21 300 €	27 300 €
	Évora	1150	I1	V3	20 276	9 766	13	8.3	4.1	29 900 €	45 300 €	76 700 €
	Pombal	1464	I2	V1	23 134	933	18	10	4.1	20 500 €	38 100 €	76 000 €
	Coimbra	1337	I2	V2	23 896	3 851	15	8.7	3.9	25 000 €	43 200 €	82 900 €
	C. Branco	1404	I2	V3	21 582	9 747	12	8.0	3.9	31 000 €	47 400 €	81 800 €
Cobertura interior – Isolamento exterior	Covilhã	2517	I3	V1	46 105	1 656	9	5.0	2.1	40 600 €	75 700 €	166 200 €
	Guarda	1924	I3	V2	37 839	4 726	10	5.7	2.5	37 800 €	66 600 €	138 200 €
	Funchal	923	I1	V1	9 945	-997	150	72	28	-34 700 €	-27 200 €	37 300 €
	Lisboa	1071	I1	V2	18 536	3 301	53	31	14	-21 900 €	-7 800 €	76 400 €
	Porto	1250	I1	V2	22 633	4 947	41	24	11	-16 200 €	1 000 €	94 500 €
	Faro	762	I1	V3	9 401	6 320	64	45	23	-25 400 €	-18 300 €	45 000 €
	Évora	1150	I1	V3	20 224	10 833	33	22	11	-10 400 €	5 000 €	93 000 €
	Pombal	1464	I2	V1	23 120	1 807	48	27	11	-20 000 €	-2 400 €	92 200 €
	Coimbra	1337	I2	V2	23 783	4 842	40	24	11	-15 400 €	2 700 €	98 900 €
	C. Branco	1404	I2	V3	21 551	10 763	32	21	11	-9 400 €	7 000 €	98 100 €
	Covilhã	2517	I3	V1	45 686	2 324	25	14	5.8	-500 €	34 200 €	180 600 €
	Guarda	1924	I3	V2	37 489	5 501	27	16	6.8	-3 100 €	25 400 €	153 000 €

Tabela 119 - Retorno económico de medidas de isolamento de coberturas

Solução existente - Melhoria	GDA (graus.dia/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Cobertura exterior - Isolamento exterior	< 1000	22 225	35 292	29	22	13	-700 €	16 200 €	67 100 €
	1000 - 1100	18 568	2 378	18	13	7	25 800 €	61 200 €	167 600 €
	1100 - 1800	52 760	47 787	16	11	6	41 380 €	81 480 €	202 420 €
	> 1800	94 517	34 502	13	8	4	58 450 €	130 350 €	346 950 €
Cobertura interior - Isolamento interior	< 1000	9 428	1 638	46	23	10	-5 050 €	2 100 €	23 750 €
	1000 - 1100	18 568	2 378	20	12	5	3 500 €	17 700 €	60 200 €
	1100 - 1800	22 333	5 636	15	9	4	11 020 €	28 000 €	79 200 €
	> 1800	41 972	3 191	10	5	2	24 100 €	56 050 €	152 200 €
Cobertura interior - Isolamento exterior	< 1000	9 673	2 662	>100	58	26	-30 050 €	-22 750 €	-550 €
	1000 - 1100	18 536	3 301	53	31	14	-21 900 €	-7 800 €	34 700 €
	1100 - 1800	22 262	6 639	39	24	11	-14 280 €	2 660 €	53 640 €
	> 1800	41 588	3 913	26	15	6	-1 800 €	29 800 €	125 100 €

Tabela 120 - Retorno económico médio de medidas de isolamento de coberturas, por zonas climáticas
(caraterizadas por gamas de GDA)

Solução existente - Melhoria	Concelho	Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂					
		kWhEP / (m ² de cobertura a intervencionar)					kgCO ₂ / (m ² de cobertura a intervencionar)					
		GDA (graus.dia/ano)	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Cobertura exterior - Isolamento exterior	Funchal	22.77	26.82	26.42	26.55	28.53		3.28	5.42	4.49	7.09	0.00
	Faro < 1000 GDA	33.47	41.93	41.10	41.37	45.52		4.82	8.47	6.99	11.05	0.00
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	38.97	48.58	47.64	47.94	52.66		5.61	9.81	8.10	12.80	0.00
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	48.40	65.61	63.93	64.48	72.92		6.97	13.25	10.87	17.22	0.00
Cobertura interior - Isolamento interior	Funchal	7.14	10.15	9.86	9.96	11.43		1.03	2.05	1.68	2.66	0.00
	Faro < 1000 GDA	13.44	19.38	18.79	18.98	21.89		1.94	3.91	3.19	5.07	0.00
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	18.21	25.34	24.64	24.87	28.37		2.62	5.12	4.19	6.64	0.00
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	28.78	42.19	40.88	41.31	47.88		4.14	8.52	6.95	11.03	0.00
Cobertura interior - Isolamento exterior	Funchal	6.63	9.18	8.93	9.01	10.26		0.96	1.85	1.52	2.41	0.00
	Faro < 1000 GDA	11.62	16.50	16.02	16.18	18.57		1.67	3.33	2.72	4.32	0.00
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	15.58	21.44	20.86	21.05	23.92		2.24	4.33	3.55	5.62	0.00
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	23.96	34.90	33.83	34.18	39.55		3.45	7.05	5.75	9.13	0.00

Tabela 121 – Impacto energético e ambiental de medidas de isolamento de coberturas (por m² área intervencionada)

Solução existente - Melhoria	Concelho	Redução de Energia Primária					Redução de Emissões de CO ₂				
		kWhEP / (€ investido)					kgCO ₂ / (€ investido)				
GDA (graus.dia/ano)	BC Ele. GN GPL Gasóleo Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Cobertura exterior - Isolamento exterior	Funchal	0.759	0.894	0.881	0.885	0.951	0.109	0.181	0.150	0.236	0.000
	Faro < 1000 GDA	1.116	1.398	1.370	1.379	1.517	0.161	0.282	0.233	0.368	0.000
	Porto	1.299	1.619	1.588	1.598	1.755	0.187	0.327	0.270	0.427	0.000
	Évora										
Cobertura interior - Isolamento interior	Pombal										
	Coimbra										
	Castelo										
	Branco										
Cobertura interior - Isolamento exterior	1100 - 1800 GDA										
	Covilhã	1.613	2.187	2.131	2.149	2.431	0.232	0.442	0.362	0.574	0.000
	Guarda										
	> 1800 GDA										
Cobertura exterior - Isolamento exterior	Funchal	0.596	0.847	0.823	0.831	0.954	0.086	0.171	0.140	0.222	0.000
	Faro < 1000 GDA	1.122	1.617	1.568	1.584	1.827	0.162	0.327	0.267	0.423	0.000
	Porto	1.519	2.115	2.056	2.075	2.368	0.219	0.427	0.350	0.554	0.000
	Évora										
Cobertura interior - Isolamento interior	Pombal										
	Coimbra										
	Castelo										
	Branco										
Cobertura interior - Isolamento exterior	1100 - 1800 GDA										
	Covilhã	2.402	3.521	3.411	3.447	3.996	0.346	0.711	0.580	0.920	0.000
	Guarda										
	> 1800 GDA										
Cobertura exterior - Isolamento exterior	Funchal	0.243	0.337	0.327	0.330	0.376	0.035	0.068	0.056	0.088	0.000
	Faro < 1000 GDA	0.426	0.605	0.587	0.593	0.681	0.061	0.122	0.100	0.158	0.000
	Porto	0.571	0.786	0.765	0.772	0.877	0.082	0.159	0.130	0.206	0.000
	Évora										
Cobertura interior - Isolamento interior	Pombal										
	Coimbra										
	Castelo										
	Branco										
Cobertura interior - Isolamento exterior	1100 - 1800 GDA										
	Covilhã	0.878	1.280	1.241	1.253	1.450	0.126	0.259	0.211	0.335	0.000
	Guarda										
	> 1800 GDA										

Tabela 122 – Impacto energético e ambiental de medidas de isolamento de coberturas (por € investido)

Pavimento existente	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento térmico (€)		
					Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Pavimento exterior	Funchal	923	I1	V1	4174.77	-1674.35	>100	34	11	-4 800 €	-1 600 €	14 000 €
	Lisboa	1071	I1	V2	6130.01	-2141.09	67	22	7.2	-3 700 €	900 €	21 000 €
	Porto	1250	I1	V2	7126.15	-2130.05	48	18	6.0	-2 900 €	2 500 €	24 800 €
	Faro	762	I1	V3	3943.47	-2029.42	>100	42	12	-5 400 €	-2 400 €	12 600 €
	Évora	1150	I1	V3	6520.6	-829.64	35	16	6.2	-1 700 €	3 300 €	24 200 €
	Pombal	1464	I2	V1	8334.5	-2195.88	37	14	5.1	-2 000 €	4 400 €	29 500 €
	Coimbra	1337	I2	V2	7526.99	-2064.24	43	16	5.7	-2 500 €	3 200 €	26 500 €
	C. Branco	1404	I2	V3	7527.13	-577.42	27	13	5.3	-500 €	5 200 €	28 500 €
	Covilhã	2517	I3	V1	15252.3	-1586.05	14	6.8	2.6	4 600 €	16 200 €	57 100 €
	Guarda	1924	I3	V2	11625.07	-1369.81	19	9.0	3.5	1 900 €	10 700 €	43 300 €
Pavimento interior	Funchal	923	I1	V1	-4925.59	-16870.7	NA	NA	NA	-26 600 €	-30 300 €	-51 200 €
	Lisboa	1071	I1	V2	693.21	-21420.9	NA	NA	NA	-28 000 €	-27 500 €	-35 400 €
	Porto	1250	I1	V2	3344.94	-20472.6	NA	NA	NA	-24 500 €	-22 000 €	-23 900 €
	Faro	762	I1	V3	-5790.17	-28774	NA	NA	NA	-43 200 €	-47 600 €	-70 400 €
	Évora	1150	I1	V3	1506.26	-22373.7	NA	NA	NA	-28 600 €	-27 400 €	-33 500 €
	Pombal	1464	I2	V1	2471.72	-17961.4	NA	NA	NA	-21 900 €	-20 000 €	-23 900 €
	Coimbra	1337	I2	V2	3224.53	-19795.1	NA	NA	NA	-23 700 €	-21 300 €	-23 400 €
	C. Branco	1404	I2	V3	2119.66	-21831.5	NA	NA	NA	-27 300 €	-25 700 €	-30 400 €
	Covilhã	2517	I3	V1	12486.12	-12069.9	NA	63	7.4	-5 700 €	3 800 €	22 900 €
	Guarda	1924	I3	V2	9963.1	-16091.1	NA	NA	14	-13 200 €	-5 600 €	7 700 €

Tabela 123 - Retorno económico de medidas de isolamento de pavimentos

Pavimento existente	GDA (graus.dia/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento térmico (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Pavimento exterior	Funchal Faro < 1000 GDA	4 059	-1 852	>100	38	11	-5 100 €	-2 000 €	7 300 €
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	693	-21 421	67	22	7.2	-3 700 €	900 €	15 000 €
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	7 407	-1 559	38	16	5.6	-1 920 €	3 720 €	20 700 €
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	13 439	-1 478	17	7.9	3.0	3 250 €	13 450 €	44 200 €
Pavimento interior	Funchal Faro < 1000 GDA	-5 358	-22 822	NA	NA	NA	-44 400 €	-48 500 €	-60 800 €
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	693	-21 421	NA	NA	NA	-37 500 €	-37 000 €	-35 400 €
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	2 533	-20 487	NA	NA	NA	-34 760 €	-32 840 €	-27 020 €
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	11 225	-14 081	NA	NA	11	-18 950 €	-10 400 €	15 300 €

Tabela 124 - Retorno económico médio de medidas de isolamento de pavimentos, por zonas climáticas
(caraterizadas por gamas de GDA)

Pavimento existente		Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂				
		Concelho kWhEP / (m ² de pavimento a intervençorar)					kgCO ₂ / (m ² de pavimento a intervençorar)				
	GDA (graus.dia/ano)	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Pavimento exterior	Funchal	8.76	18.26	17.33	17.63	22.29	1.26	3.69	2.95	4.71	0.00
	Faro < 1000 GDA										
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	16.76	31.10	29.70	30.16	37.20	2.41	6.28	5.05	8.05	0.00
	Porto										
	Évora										
	Pombal										
	Coimbra										
	Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	25.78	43.12	41.42	41.97	50.48	3.71	8.71	7.04	11.21	0.00
Pavimento interior	Covilhã	54.05	85.50	82.42	83.43	98.85	7.78	17.27	14.01	22.27	0.00
	Guarda > 1800 GDA										
	Funchal	-61.17	-66.36	-65.85	-66.02	-68.57	-8.81	-13.41	-11.20	-17.63	0.00
	Faro < 1000 GDA										
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	-46.47	-45.79	-45.86	-45.84	-45.51	-6.69	-9.25	-7.80	-12.24	0.00
	Porto										
	Évora										
	Pombal										
Pavimento exterior	Coimbra										
	Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	-40.86	-38.41	-38.65	-38.57	-37.36	-5.88	-7.76	-6.57	-10.30	0.00
	Covilhã	-9.95	0.94	-0.13	0.22	5.56	-1.43	0.19	-0.02	0.06	0.00
	Guarda > 1800 GDA										

Tabela 125 – Impacto energético e ambiental de medidas de isolamento de pavimentos (por m² área intervencionada)

Pavimento existente		Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂				
		Concelho					kgCO ₂ / (m ² de pavimento a intervençor)				
	GDA (graus.dia/ano)	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Pavimento exterior	Funchal	0.251	0.523	0.497	0.505	0.639	0.036	0.106	0.084	0.135	0.000
	Faro < 1000 GDA										
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	0.480	0.892	0.851	0.865	1.066	0.069	0.180	0.145	0.231	0.000
	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	0.739	1.236	1.187	1.203	1.447	0.106	0.250	0.202	0.321	0.000
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	1.550	2.451	2.363	2.392	2.834	0.223	0.495	0.402	0.639	0.000
	Funchal	-2.658	-2.884	-2.862	-2.869	-2.980	-0.383	-0.583	-0.486	-0.766	0.000
	Faro < 1000 GDA										
	Lisboa 1000 - 1100 GDA	-2.019	-1.990	-1.993	-1.992	-1.978	-0.291	-0.402	-0.339	-0.532	0.000
Pavimento interior	Porto Évora Pombal Coimbra Castelo Branco 1100 - 1800 GDA	-1.776	-1.669	-1.679	-1.676	-1.624	-0.256	-0.337	-0.286	-0.448	0.000
	Covilhã Guarda > 1800 GDA	-0.432	0.041	-0.006	0.009	0.242	-0.062	0.008	-0.001	0.003	0.000

Tabela 126 – Impacto energético e ambiental de medidas de isolamento de pavimentos (por € investido)

Melhoria Proposta	Concelho	I	V	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
				Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Aplicação de proteções solares exteriores reguláveis	Funchal	I1	V1	-19	9 811	33	34	34	-4 400 €	-4 400 €	-4 500 €
	Lisboa	I1	V2	-6	27 278	12	12	12	18 900 €	18 900 €	18 800 €
	Porto	I1	V2	-16	26 968	12	12	12	18 400 €	18 400 €	18 400 €
	Faro	I1	V3	-3	26 559	12	12	12	17 900 €	17 900 €	17 900 €
	Évora	I1	V3	-3	28 961	11	11	11	21 100 €	21 100 €	21 100 €
	Pombal	I2	V1	-50	24 711	13	13	13	15 400 €	15 400 €	15 300 €
	Coimbra	I2	V2	-23	26 650	12	12	12	18 000 €	18 000 €	17 900 €
	Castelo Branco	I2	V3	0	27 438	12	12	12	19 100 €	19 100 €	19 100 €
	Covilhã	I3	V1	-259	20 595	16	16	17	9 700 €	9 500 €	9 000 €
	Guarda	I3	V2	-31	26 078	13	13	13	17 200 €	17 200 €	17 100 €

Tabela 127 - Retorno económico de medidas de intervenção nas proteções solares

Melhoria Proposta	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento térmico (€)		
					Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Aplicação de 2ª caixilharia com vidro simples	Funchal	923	I1	V1	9 544	236	176	94	39	-49 900 €	-42 700 €	-20 800 €
	Lisboa	1071	I1	V2	17 062	3 657	76	45	20	-39 100 €	-26 100 €	13 000 €
	Porto	1250	I1	V2	21 243	2 600	69	39	17	-37 000 €	-20 900 €	27 800 €
	Faro	762	I1	V3	9 225	9 989	69	52	30	-37 200 €	-30 200 €	-9 000 €
	Évora	1150	I1	V3	18 790	10 919	48	33	17	-28 000 €	-13 700 €	29 400 €
	Pombal	1464	I2	V1	21 428	2 165	70	39	17	-37 500 €	-21 200 €	27 900 €
	Coimbra	1337	I2	V2	22 462	2 894	64	37	16	-35 600 €	-18 500 €	32 900 €
	C. Branco	1404	I2	V3	19 878	11 655	45	31	16	-26 100 €	-11 000 €	34 600 €
	Covilhã	2517	I3	V1	38 808	446	44	23	10	-25 300 €	4 200 €	93 200 €
	Guarda	1924	I3	V2	35 281	3 814	42	24	10	-23 700 €	3 100 €	84 000 €

Melhoria Proposta	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento térmico (€)		
			Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo		
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo corrente	Funchal	923	I1	V1	9 544	236	264	141	58	-79 000 €	-71 800 €	-49 900 €
	Lisboa	1071	I1	V2	17 062	3 657	114	68	31	-68 200 €	-55 200 €	-16 100 €
	Porto	1250	I1	V2	21 243	2 600	103	58	25	-66 100 €	-50 000 €	-1 300 €
	Faro	762	I1	V3	9 225	9 989	104	78	44	-66 300 €	-59 300 €	-38 100 €
	Évora	1150	I1	V3	18 790	10 919	72	49	25	-57 100 €	-42 800 €	300 €
	Pombal	1464	I2	V1	21 428	2 165	105	59	25	-66 600 €	-50 300 €	-1 200 €
	Coimbra	1337	I2	V2	22 462	2 894	97	55	24	-64 700 €	-47 600 €	3 800 €
	C. Branco	1404	I2	V3	19 878	11 655	68	46	24	-55 200 €	-40 100 €	5 500 €
	Covilhã	2517	I3	V1	38 808	446	66	35	14	-54 400 €	-24 900 €	64 100 €
	Guarda	1924	I3	V2	35 281	3 814	63	36	15	-52 800 €	-26 000 €	54 900 €
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo de fator solar reduzido	Funchal	923	I1	V1	-17 470	37 507	72	115	-142	-66 400 €	-79 700 €	-119 700 €
	Lisboa	1071	I1	V2	-20 761	60 946	40	53	4288	-37 900 €	-53 700 €	-101 300 €
	Porto	1250	I1	V2	-18 534	56 370	43	56	810	-42 200 €	-56 300 €	-98 800 €
	Faro	762	I1	V3	-21 179	89 075	25	30	70	-800 €	-16 900 €	-65 400 €
	Évora	1150	I1	V3	-19 771	75 242	30	37	108	-18 100 €	-33 100 €	-78 400 €
	Pombal	1464	I2	V1	-31 918	53 489	57	125	-48	-57 200 €	-81 500 €	-154 600 €
	Coimbra	1337	I2	V2	-18 960	55 787	43	58	3573	-43 300 €	-57 700 €	-101 200 €
	C. Branco	1404	I2	V3	-25 336	77 875	31	40	472	-19 200 €	-38 400 €	-96 500 €
	Covilhã	2517	I3	V1	-39 691	36 316	166	-172	-24	-86 600 €	-116 700 €	-207 700 €
	Guarda	1924	I3	V2	-18 563	51 179	48	66	-656	-49 100 €	-63 200 €	-105 800 €
Substituição integral de envidraçados por novos com vidro duplo de baixa emissividade	Funchal	923	I1	V1	6 408	11 884	120	98	63	-80 700 €	-75 800 €	-61 200 €
	Lisboa	1071	I1	V2	13 143	21 108	65	52	32	-62 800 €	-52 800 €	-22 700 €
	Porto	1250	I1	V2	17 589	18 630	64	48	27	-62 400 €	-49 000 €	-8 700 €
	Faro	762	I1	V3	5 569	36 148	48	45	36	-49 100 €	-44 800 €	-32 100 €
	Évora	1150	I1	V3	15 039	31 378	47	39	25	-47 500 €	-36 100 €	-1 600 €
	Pombal	1464	I2	V1	15 434	18 651	68	52	30	-64 200 €	-52 400 €	-17 100 €
	Coimbra	1337	I2	V2	18 720	18 952	62	46	26	-61 000 €	-46 800 €	-3 900 €
	C. Branco	1404	I2	V3	15 345	33 925	44	37	24	-43 900 €	-32 200 €	3 000 €
	Covilhã	2517	I3	V1	31 163	11 645	61	39	19	-60 400 €	-36 700 €	34 700 €
	Guarda	1924	I3	V2	31 565	17 857	51	34	17	-51 800 €	-27 800 €	44 600 €
Substituição de envidraçados por novos com vidro duplo e proteções solares exteriores	Funchal	923	I1	V1	9 528	10 012	123	92	52	-83 500 €	-76 300 €	-54 400 €
	Lisboa	1071	I1	V2	17 057	30 180	48	39	25	-50 300 €	-37 400 €	1 700 €
	Porto	1250	I1	V2	21 230	28 990	46	36	22	-48 500 €	-32 300 €	16 300 €
	Faro	762	I1	V3	9 223	35 185	48	43	32	-50 200 €	-43 200 €	-22 100 €
	Évora	1150	I1	V3	18 788	38 358	39	32	21	-38 000 €	-23 700 €	19 300 €
	Pombal	1464	I2	V1	21 386	26 345	49	38	22	-51 900 €	-35 600 €	13 400 €
	Coimbra	1337	I2	V2	22 442	28 895	46	35	21	-47 600 €	-30 500 €	20 900 €
	C. Branco	1404	I2	V3	19 878	37 570	39	32	21	-38 100 €	-23 000 €	22 500 €
	Covilhã	2517	I3	V1	38 583	20 910	44	29	15	-44 800 €	-15 400 €	73 000 €
	Guarda	1924	I3	V2	35 254	29 093	38	28	15	-36 600 €	-9 800 €	71 000 €

Tabela 128 - Retorno económico de medidas de intervenção em envidraçados

Melhoria Proposta	GDA (graus.dia/ano)	Redução anual de cargas aquecimento	Redução anual de cargas arrefecimento	Período de retorno simples Arrefecimento: sistemas BC Aquecimento: diferentes soluções (anos)			Resultado ao fim de 25 anos: Poupança – Investimento para isolamento pelo interior (€)		
		Energia útil (kWh/ano)	Energia útil (kWh/ano)	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo	Aquec. BC	Aquec. GN / Biomassa	Aquec. GPL / Gasóleo
Aplicação de 2ª caixilharia com vídeo simples	< 1000	9 385	5 113	>100	73	34	-43 550	-36 450	-14 900
	1000 - 1100	17 062	3 657	76	45	20	-39 100	-26 100	13 000
	1100 - 1800	20 760	6 046	59	36	16	-32 840	-17 060	30 520
	> 1800	37 044	2 130	43	24	10	-24 500	3 650	88 600
Substituição integral de envidraçados por novos com vídeo duplo corrente	< 1000	9 385	5 113	>100	109	51	-72 650	-65 550	-44 000
	1000 - 1100	17 062	3 657	>100	68	31	-68 200	-55 200	-16 100
	1100 - 1800	20 760	6 046	89	54	25	-61 940	-46 160	1 420
	> 1800	37 044	2 130	65	35	15	-53 600	-25 450	59 500
Substituição integral de envidraçados por novos com vídeo duplo de fator solar reduzido	< 1000	-19 324	63 291	49	72	NA	-33 600	-48 300	-92 550
	1000 - 1100	-20 761	60 946	40	53	>100	-37 900	-53 700	-101 300
	1100 - 1800	-22 904	63 753	41	63	983	-36 000	-53 400	-105 900
	> 1800	-29 127	43 748	>100	NA	NA	-67 850	-89 950	-156 750
Substituição integral de envidraçados por novos com vídeo duplo de baixa emissividade	< 1000	5 988	24 016	84	71	50	-64 900	-60 300	-46 650
	1000 - 1100	13 143	21 108	65	52	32	-62 800	-52 800	-22 700
	1100 - 1800	16 425	24 307	57	44	27	-55 800	-43 300	-5 660
	> 1800	31 364	14 751	56	37	18	-56 100	-32 250	39 650
Substituição de envidraçados por novos com vídeo duplo e proteções solares exteriores	< 1000	9 376	22 599	86	67	42	-66 850	-59 750	-38 250
	1000 - 1100	17 057	30 180	48	39	25	-50 300	-37 400	1 700
	1100 - 1800	20 744	32 032	44	35	21	-44 820	-29 020	18 480
	> 1800	36 919	25 001	41	28	15	-40 700	-12 600	72 000

Tabela 129 - Retorno económico médio de medidas de intervenção nos envidraçados, por zonas climáticas (caracterizadas por gamas de GDA)

Melhoria Proposta	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂				
					kWhEP / (m ² de envidraçado a intervencionar)					kgCO ₂ / (m ² de envidraçado a intervencionar)				
					BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Aplicação de proteções solares exteriores reguláveis	Funchal	923	I1	V1	15.6	15.6	15.6	15.6	15.6	2.2	3.1	2.6	4.2	0.0
	Lisboa	1071	I1	V2	43.4	43.4	43.4	43.4	43.4	6.2	8.8	7.4	11.6	0.0
	Porto	1250	I1	V2	42.9	42.9	42.9	42.9	42.9	6.2	8.7	7.3	11.4	0.0
	Faro	762	I1	V3	42.3	42.2	42.2	42.2	42.2	6.1	8.5	7.2	11.3	0.0
	Évora	1150	I1	V3	46.1	46.1	46.1	46.1	46.1	6.6	9.3	7.8	12.3	0.0
	Pombal	1464	I2	V1	39.2	39.2	39.2	39.2	39.2	5.7	7.9	6.7	10.5	0.0
	Coimbra	1337	I2	V2	42.4	42.4	42.4	42.4	42.4	6.1	8.6	7.2	11.3	0.0
	C. Branco	1404	I2	V3	43.7	43.7	43.7	43.7	43.7	6.3	8.8	7.4	11.7	0.0
	Covilhã	2517	I3	V1	32.4	32.2	32.3	32.2	32.2	4.7	6.5	5.5	8.6	0.0
	Guarda	1924	I3	V2	41.4	41.4	41.4	41.4	41.4	6.0	8.4	7.0	11.1	0.0
Aplicação de 2 ^a caixilharia	Funchal	923	I1	V1	13.4	20.0	19.3	19.6	22.8	1.9	4.0	3.3	5.2	0.0
	Lisboa	1071	I1	V2	29.1	40.9	39.7	40.1	45.9	4.2	8.3	6.8	10.7	0.0
	Porto	1250	I1	V2	33.1	47.8	46.4	46.8	54.0	4.8	9.7	7.9	12.5	0.0
	Faro	762	I1	V3	28.5	34.9	34.2	34.4	37.6	4.1	7.0	5.8	9.2	0.0
	Évora	1150	I1	V3	43.0	56.0	54.7	55.1	61.5	6.2	11.3	9.3	14.7	0.0
	Pombal	1464	I2	V1	32.7	47.5	46.0	46.5	53.8	4.7	9.6	7.8	12.4	0.0
	Coimbra	1337	I2	V2	35.2	50.8	49.2	49.7	57.4	5.1	10.3	8.4	13.3	0.0
	C. Branco	1404	I2	V3	45.6	59.4	58.0	58.5	65.2	6.6	12.0	9.9	15.6	0.0
	Covilhã	2517	I3	V1	53.6	80.5	77.8	78.7	91.9	7.7	16.3	13.2	21.0	0.0
	Guarda	1924	I3	V2	54.2	78.6	76.2	77.0	88.9	7.8	15.9	13.0	20.6	0.0
Substituição de caixilharias por novas com vidro duplo correto	Funchal	923	I1	V1	13.4	20.0	19.3	19.6	22.8	1.9	4.0	3.3	5.2	0.0
	Lisboa	1071	I1	V2	29.1	40.9	39.7	40.1	45.9	4.2	8.3	6.8	10.7	0.0
	Porto	1250	I1	V2	33.1	47.8	46.4	46.8	54.0	4.8	9.7	7.9	12.5	0.0
	Faro	762	I1	V3	28.5	34.9	34.2	34.4	37.6	4.1	7.0	5.8	9.2	0.0
	Évora	1150	I1	V3	43.0	56.0	54.7	55.1	61.5	6.2	11.3	9.3	14.7	0.0
	Pombal	1464	I2	V1	32.7	47.5	46.0	46.5	53.8	4.7	9.6	7.8	12.4	0.0
	Coimbra	1337	I2	V2	35.2	50.8	49.2	49.7	57.4	5.1	10.3	8.4	13.3	0.0
	C. Branco	1404	I2	V3	45.6	59.4	58.0	58.5	65.2	6.6	12.0	9.9	15.6	0.0
	Covilhã	2517	I3	V1	53.6	80.5	77.8	78.7	91.9	7.7	16.3	13.2	21.0	0.0
	Guarda	1924	I3	V2	54.2	78.6	76.2	77.0	88.9	7.8	15.9	13.0	20.6	0.0

Melhoria Proposta	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂				
					kWhEP / (m ² de envidraçado a intervençorar)					kgCO ₂ / (m ² de envidraçado a intervençorar)				
					BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele.	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Substituição de caixilharias por novas com vídeo duplo com fator solar reduzido	Funchal	923	I1	V1	35.8	23.8	24.9	24.6	18.6	5.2	4.8	4.2	6.6	0.0
	Lisboa	1071	I1	V2	68.6	54.3	55.7	55.2	48.2	9.9	11.0	9.5	14.7	0.0
	Porto	1250	I1	V2	64.4	51.6	52.8	52.4	46.1	9.3	10.4	9.0	14.0	0.0
	Faro	762	I1	V3	112.8	98.2	99.6	99.2	92.0	16.2	19.8	16.9	26.5	0.0
	Évora	1150	I1	V3	92.7	79.1	80.4	80.0	73.3	13.4	16.0	13.7	21.4	0.0
	Pombal	1464	I2	V1	41.6	19.5	21.7	21.0	10.1	6.0	3.9	3.7	5.6	0.0
	Coimbra	1337	I2	V2	62.9	49.8	51.1	50.7	44.2	9.1	10.1	8.7	13.5	0.0
	C. Branco	1404	I2	V3	89.3	71.8	73.5	73.0	64.4	12.9	14.5	12.5	19.5	0.0
	Covilhã	2517	I3	V1	3.7	-23.8	-21.1	-22.0	-35.5	0.5	-4.8	-3.6	-5.9	0.0
	Guarda	1924	I3	V2	56.1	43.3	44.5	44.1	37.8	8.1	8.7	7.6	11.8	0.0
Substituição de caixilharias por novas com vídeo duplo com fator solar reduzido	Funchal	923	I1	V1	27.6	32.1	31.6	31.8	34.0	4.0	6.5	5.4	8.5	0.0
	Lisboa	1071	I1	V2	51.5	60.6	59.7	60.0	64.5	7.4	12.2	10.1	16.0	0.0
	Porto	1250	I1	V2	53.6	65.8	64.6	65.0	71.0	7.7	13.3	11.0	17.4	0.0
	Faro	762	I1	V3	65.1	69.0	68.6	68.7	70.6	9.4	13.9	11.7	18.3	0.0
	Évora	1150	I1	V3	70.4	80.8	79.8	80.1	85.2	10.1	16.3	13.6	21.4	0.0
	Pombal	1464	I2	V1	50.7	61.4	60.3	60.7	65.9	7.3	12.4	10.3	16.2	0.0
	Coimbra	1337	I2	V2	55.7	68.6	67.4	67.8	74.1	8.0	13.9	11.5	18.1	0.0
	C. Branco	1404	I2	V3	74.9	85.5	84.5	84.8	90.0	10.8	17.3	14.4	22.6	0.0
	Covilhã	2517	I3	V1	61.0	82.6	80.5	81.2	91.7	8.8	16.7	13.7	21.7	0.0
	Guarda	1924	I3	V2	71.5	93.3	91.1	91.8	102.6	10.3	18.8	15.5	24.5	0.0
Substituição de caixilharias por novas com vídeo duplo correte e aplicação de proteções exteriores	Funchal	923	I1	V1	28.9	35.5	34.9	35.1	38.3	4.2	7.2	5.9	9.4	0.0
	Lisboa	1071	I1	V2	71.3	83.1	81.9	82.3	88.1	10.3	16.8	13.9	22.0	0.0
	Porto	1250	I1	V2	75.1	89.8	88.3	88.8	96.0	10.8	18.1	15.0	23.7	0.0
	Faro	762	I1	V3	68.6	74.9	74.3	74.5	77.6	9.9	15.1	12.6	19.9	0.0
	Évora	1150	I1	V3	86.6	99.6	98.4	98.8	105.2	12.5	20.1	16.7	26.4	0.0
	Pombal	1464	I2	V1	71.1	85.9	84.4	84.9	92.1	10.2	17.3	14.4	22.7	0.0
	Coimbra	1337	I2	V2	76.6	92.1	90.6	91.1	98.7	11.0	18.6	15.4	24.3	0.0
	C. Branco	1404	I2	V3	86.9	100.6	99.3	99.7	106.5	12.5	20.3	16.9	26.6	0.0
	Covilhã	2517	I3	V1	85.9	112.6	110.0	110.8	123.9	12.4	22.7	18.7	29.6	0.0
	Guarda	1924	I3	V2	94.4	118.7	116.4	117.1	129.1	13.6	24.0	19.8	31.3	0.0

Tabela 130 – Impacto energético e ambiental de medidas de intervenção em envidraçados (por m² área intervencionada)

Melhoria Proposta	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂				
					kWhEP / (€ investido)					kgCO ₂ / (€ investido)				
					BC Ele	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Aplicação de proteções solares exteriores reguláveis	Funchal	923	I1	V1	0.518	0.518	0.518	0.518	0.518	0.075	0.105	0.088	0.138	0.000
	Lisboa	1071	I1	V2	1.443	1.443	1.443	1.443	1.443	0.208	0.291	0.245	0.385	0.000
	Porto	1250	I1	V2	1.426	1.426	1.426	1.426	1.426	0.205	0.288	0.242	0.381	0.000
	Faro	762	I1	V3	1.405	1.405	1.405	1.405	1.405	0.202	0.284	0.239	0.375	0.000
	Évora	1150	I1	V3	1.532	1.532	1.532	1.532	1.532	0.221	0.309	0.260	0.409	0.000
	Pombal	1464	I2	V1	1.305	1.304	1.304	1.304	1.304	0.188	0.263	0.222	0.348	0.000
	Coimbra	1337	I2	V2	1.409	1.408	1.409	1.409	1.408	0.203	0.285	0.239	0.376	0.000
	C. Branco	1404	I2	V3	1.452	1.452	1.452	1.452	1.452	0.209	0.293	0.247	0.388	0.000
	Covilhã	2517	I3	V1	1.078	1.072	1.073	1.072	1.069	0.155	0.217	0.182	0.286	0.000
	Guarda	1924	I3	V2	1.378	1.378	1.378	1.378	1.377	0.198	0.278	0.234	0.368	0.000
Aplicação de 2ª caixilharia	Funchal	923	I1	V1	0.134	0.200	0.193	0.196	0.228	0.019	0.040	0.033	0.052	0.000
	Lisboa	1071	I1	V2	0.291	0.409	0.397	0.401	0.459	0.042	0.083	0.068	0.107	0.000
	Porto	1250	I1	V2	0.331	0.478	0.464	0.468	0.540	0.048	0.097	0.079	0.125	0.000
	Faro	762	I1	V3	0.285	0.349	0.342	0.344	0.376	0.041	0.070	0.058	0.092	0.000
	Évora	1150	I1	V3	0.430	0.560	0.547	0.551	0.615	0.062	0.113	0.093	0.147	0.000
	Pombal	1464	I2	V1	0.327	0.475	0.460	0.465	0.538	0.047	0.096	0.078	0.124	0.000
	Coimbra	1337	I2	V2	0.352	0.508	0.492	0.497	0.574	0.051	0.103	0.084	0.133	0.000
	C. Branco	1404	I2	V3	0.456	0.594	0.580	0.585	0.652	0.066	0.120	0.099	0.156	0.000
	Covilhã	2517	I3	V1	0.536	0.805	0.778	0.787	0.919	0.077	0.163	0.132	0.210	0.000
	Guarda	1924	I3	V2	0.542	0.786	0.762	0.770	0.889	0.078	0.159	0.130	0.206	0.000
Substituição de caixilharias por novas com vidro duplo corrente	Funchal	923	I1	V1	0.089	0.133	0.129	0.130	0.152	0.013	0.027	0.022	0.035	0.000
	Lisboa	1071	I1	V2	0.194	0.273	0.265	0.267	0.306	0.028	0.055	0.045	0.071	0.000
	Porto	1250	I1	V2	0.221	0.319	0.309	0.312	0.360	0.032	0.064	0.053	0.083	0.000
	Faro	762	I1	V3	0.190	0.232	0.228	0.230	0.250	0.027	0.047	0.039	0.061	0.000
	Évora	1150	I1	V3	0.287	0.373	0.365	0.368	0.410	0.041	0.075	0.062	0.098	0.000
	Pombal	1464	I2	V1	0.218	0.317	0.307	0.310	0.358	0.031	0.064	0.052	0.083	0.000
	Coimbra	1337	I2	V2	0.235	0.338	0.328	0.332	0.382	0.034	0.068	0.056	0.089	0.000
	C. Branco	1404	I2	V3	0.304	0.396	0.387	0.390	0.435	0.044	0.080	0.066	0.104	0.000
	Covilhã	2517	I3	V1	0.358	0.536	0.519	0.525	0.612	0.051	0.108	0.088	0.140	0.000
	Guarda	1924	I3	V2	0.361	0.524	0.508	0.513	0.593	0.052	0.106	0.086	0.137	0.000

Melhoria Proposta	Concelho	GDA (graus.dia/ano)	Zona climática Inverno	Zona climática Verão	Redução Anual de Energia Primária					Redução Anual de Emissões de CO ₂				
					kWhEP / (€ investido)					kgCO ₂ / (€ investido)				
					BC Ele	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa	BC Ele	GN	GPL	Gasóleo	Biomassa
Substituição de caixilharias por novas com vidro duplo com fator solar reduzido	Funchal	923	I1	V1	0.205	0.136	0.143	0.140	0.106	0.029	0.027	0.024	0.037	0.000
	Lisboa	1071	I1	V2	0.392	0.310	0.318	0.315	0.275	0.056	0.063	0.054	0.084	0.000
	Porto	1250	I1	V2	0.368	0.295	0.302	0.299	0.264	0.053	0.060	0.051	0.080	0.000
	Faro	762	I1	V3	0.644	0.561	0.569	0.566	0.525	0.093	0.113	0.097	0.151	0.000
	Évora	1150	I1	V3	0.530	0.452	0.459	0.457	0.418	0.076	0.091	0.078	0.122	0.000
	Pombal	1464	I2	V1	0.237	0.111	0.124	0.120	0.058	0.034	0.022	0.021	0.032	0.000
	Coimbra	1337	I2	V2	0.359	0.284	0.292	0.289	0.253	0.052	0.057	0.050	0.077	0.000
	C. Branco	1404	I2	V3	0.510	0.410	0.420	0.417	0.368	0.073	0.083	0.071	0.111	0.000
	Covilhã	2517	I3	V1	0.021	0.136	0.121	-0.126	-0.202	0.003	0.027	0.020	-0.034	0.000
	Guarda	1924	I3	V2	0.320	0.247	0.254	0.252	0.216	0.046	0.050	0.043	0.067	0.000
Substituição de caixilharias por novas com vidro duplo com fator solar reduzido	Funchal	923	I1	V1	0.158	0.183	0.181	0.182	0.194	0.023	0.037	0.031	0.048	0.000
	Lisboa	1071	I1	V2	0.294	0.346	0.341	0.343	0.368	0.042	0.070	0.058	0.091	0.000
	Porto	1250	I1	V2	0.306	0.376	0.369	0.371	0.405	0.044	0.076	0.063	0.099	0.000
	Faro	762	I1	V3	0.372	0.394	0.392	0.392	0.403	0.054	0.080	0.067	0.105	0.000
	Évora	1150	I1	V3	0.402	0.462	0.456	0.458	0.487	0.058	0.093	0.077	0.122	0.000
	Pombal	1464	I2	V1	0.290	0.351	0.345	0.347	0.377	0.042	0.071	0.059	0.093	0.000
	Coimbra	1337	I2	V2	0.318	0.392	0.385	0.387	0.423	0.046	0.079	0.065	0.103	0.000
	C. Branco	1404	I2	V3	0.428	0.488	0.482	0.484	0.514	0.062	0.099	0.082	0.129	0.000
	Covilhã	2517	I3	V1	0.349	0.472	0.460	0.463	0.524	0.050	0.095	0.078	0.124	0.000
	Guarda	1924	I3	V2	0.408	0.533	0.521	0.525	0.586	0.059	0.108	0.088	0.140	0.000
Substituição de caixilharias por novas com vidro duplo corrente e aplicação de proteções exteriores	Funchal	923	I1	V1	0.161	0.197	0.194	0.195	0.213	0.023	0.040	0.033	0.052	0.000
	Lisboa	1071	I1	V2	0.396	0.461	0.455	0.457	0.489	0.057	0.093	0.077	0.122	0.000
	Porto	1250	I1	V2	0.417	0.498	0.490	0.493	0.533	0.060	0.101	0.083	0.132	0.000
	Faro	762	I1	V3	0.381	0.416	0.413	0.414	0.431	0.055	0.084	0.070	0.110	0.000
	Évora	1150	I1	V3	0.481	0.553	0.546	0.549	0.584	0.069	0.112	0.093	0.146	0.000
	Pombal	1464	I2	V1	0.395	0.477	0.469	0.471	0.512	0.057	0.096	0.080	0.126	0.000
	Coimbra	1337	I2	V2	0.425	0.511	0.503	0.506	0.548	0.061	0.103	0.086	0.135	0.000
	C. Branco	1404	I2	V3	0.482	0.559	0.551	0.554	0.591	0.069	0.113	0.094	0.148	0.000
	Covilhã	2517	I3	V1	0.477	0.625	0.611	0.615	0.688	0.069	0.126	0.104	0.164	0.000
	Guarda	1924	I3	V2	0.524	0.659	0.646	0.650	0.717	0.075	0.133	0.110	0.174	0.000

Tabela 131 – Impacto energético e ambiental de medidas de intervenção em envidraçados (por € investido)